

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO**

CARLA DANIELE CAMPOS HOLETZ

**TRABALHO E EDUCAÇÃO DO/A JOVEM ESTUDANTE DA AGRICULTURA
FAMILIAR**

**PONTA GROSSA
2021**

CARLA DANIELE CAMPOS HOLETZ

**TRABALHO E EDUCAÇÃO DO/A JOVEM ESTUDANTE DA AGRICULTURA
FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Linha de Pesquisa: História e Política Educacionais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra Patrícia Correia de Paula Marcoccia

**PONTA GROSSA
2021**

H729 Holetz, Carla Daniele Campos
Trabalho e educação do/a jovem estudante da agricultura familiar/
Carla Daniele Campos Holetz. Ponta Grossa; 2021.
191p.; il. .

Dissertação (Mestrado em Educação – Área História e Políticas
Eduacionais. Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Correia de Paula Marcoccia.

1. Jovem do campo. 2. Agricultura familiar. 4. Trabalho. 5.
Educação. I. Marcoccia, Patrícia Correia de Paula (orient.). II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa – Mestrado em Educação. III.
T.

CDD : 370.9

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLA DANIELE CAMPOS HOLETZ

TRABALHO E EDUCAÇÃO DO/A JOVEM ESTUDANTE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



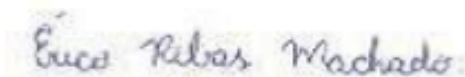
Orientadora: Profa. Dra Patrícia Correia de Paula Marcoccia
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Profa. Dra. Maria Antônia de Souza
Universidade Tuiuti do Paraná



Profa. Dra. Simone de Fátima Flach
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof. Dr. Érico Ribas Machado
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ponta Grossa, 20 de maio de 2021.

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, e a todos que me são caros, que de algum modo contribuíram para minha evolução, seja pessoal ou profissional, pois a evolução deve ser o propósito de toda vida humana.

Agradecimentos

Meu mais profundo agradecimento aos meus pais, Francisco Carlos Campos e Vanir Campos, que proporcionaram-me tudo que necessitei para tornar-me um ser humano dotado de valores e princípios, cuidando do meu processo educativo sempre com carinho e atenção, ensinando-me que devemos fazer sempre o melhor dentro das possibilidades que temos.

Agradeço especialmente às minhas filhas, Stella e Laura, anjos de luz na minha vida, meu acalento nos dias mais atribulados desse intenso processo de produção do conhecimento que vivenciei, sempre com um beijinho, um abraço, um lanchinho ou bilhetinho carinhoso, lembrando-me do quão valorosas são para mim.

Ao meu marido Marlon Holetz, amado e admirado companheiro para todas as horas e desafios, que sempre apoiou-me em meus projetos e sonhos, dando-me a força e o suporte necessários para que eu conseguisse concluir mais essa fase de aprendizado acadêmico, apesar das mais diversas dificuldades que esse modo de produzir a vida insiste em nos colocar.

À minha sogra Margareth Holetz, que por vezes foi também mãe zelosa de minhas filhas nos vários momentos de minha ausência nesse período de estudos, sem a qual essa jornada seria mais penosa para todos.

Aos amigos queridos que compreenderam minha falta e sempre enviaram-me votos de carinho e desejo de sucesso aos meus projetos.

Minha mais profunda gratidão à minha orientadora Prof. Dra. Patrícia Correia de Paula Marcoccia, pela humanidade com que encaminhou as orientações, trazendo um olhar que ia além das aparências, fazendo-me enxergar outras possibilidades. Exemplo de delicadeza e profissionalismo que levarei para toda vida.

Aos professores da banca, Professor Dr. Érico Ribas Machado, Professora Dr. Maria Antônia de Souza e Professora Dr. Simone de Fátima Flach, que realizaram com maestria os apontamentos e sugestões para que este trabalho se desenvolvesse de modo a contribuir com a produção do conhecimento. Em especial ao professor Érico, que oportunizou-me acesso à vida acadêmica em sua proposta de trabalho voltada ao benefício social e empatia pelo próximo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG que compartilharam seus conhecimentos e contribuíram para minha formação, assim como aos colegas do Mestrado pelo companheirismo e força durante esses anos de estudos.

Ao Colégio Agrícola Augusto Ribas, que abriu-me as portas para a realização desta pesquisa, em especial ao Diretor Alcebíades Baretta, sempre atencioso e solícito ao me receber.

HOLETZ, C. D. C. Trabalho e educação do/a jovem estudante da agricultura familiar. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

Resumo

A relação entre o trabalho e a educação é o foco deste estudo. Nele se indaga: quais relações se colocam ao trabalho e à educação dos/as jovens provenientes da agricultura familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas? Tendo a análise dessa relação entre trabalho e educação do/a jovem estudante da agricultura familiar da referida instituição de ensino como objetivo geral, os específicos tratam de apresentar a morfologia do trabalho da agricultura familiar no Brasil; caracterizar os conhecimentos registrados nas produções de pós-graduações acerca do/a jovem do campo no Brasil no contexto da escola agrícola e estabelecer a relação entre trabalho e educação do/a jovem da agricultura familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas. Esse estudo fundamenta-se no materialismo histórico dialético, que se orienta pela teoria social de Marx (2013), a qual ancora-se numa abordagem ontológica de homem que compreende o trabalho como categoria fundante do ser social, atentando-se à produção da vida dos/as jovens participantes. O trabalho de campo possibilitou analisar essa relação por meio de questionários respondidos voluntariamente por 64 alunos/as internos/as oriundos da agricultura familiar. Apresentou-se a morfologia do trabalho da agricultura familiar no Brasil, indicando os sentidos históricos para o trabalho, a realidade do campo e o trabalho do/a jovem que a compõe. Do mesmo modo, analisaram-se as produções acadêmicas de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre o/a jovem no ensino agrícola e como ele/a está nelas retratado/a. Também foi caracterizada a supracitada instituição de ensino, sua origem e estrutura, bem como as características sociais, econômicas e educacionais dos/as referidos/as estudantes. Sobre estes/as, os dados apontaram que são em sua maioria solteiros; brancos; católicos; do gênero masculino; que têm pais e avós proprietários de suas unidades produtivas; que moraram sempre ou por mais de 10 anos no campo; que metade usa o carro da família ou motocicleta e o restante ônibus; que advêm de localidades de 18 municípios próximos e só um do Mato Grosso; que suas famílias têm em média 4 a 5 pessoas e que o trabalho é dividido por todos, sem divisão específica de tarefas; que participam do manejo à administração; que agricultura, fumo e soja foram as fontes de renda familiar mais indicadas; que Agronomia é o curso superior de maior interesse; que cerca da metade egressou da escola pública do campo, mas preferiam que lá tivesse Ensino Médio Profissionalizante; que falta de infraestrutura em saúde, trabalho permanente e intenso e a falta de opções de lazer e cultura pesam na decisão de sair, assim como vida saudável e convívio familiar pesam para ficar; que houve silenciamento sobre renda e trabalho. Nessa direção, o que se constatou foi que as relações que se colocam são pautadas nas conjunturas particulares de cada família, uma vez que, com diferentes níveis socioeconômicos, mais da metade deles/as buscam a formação técnica para retornar e aplicar na unidade familiar, enquanto o restante intenta avançar nos estudos e possivelmente partir para outras áreas ou profissões fora dela. Verificou-se ainda, conforme os dados mais recentes levantados principalmente pelo IBGE, que as condições dos agricultores familiares estão cada vez mais limitadas, dificultando seu pleno desenvolvimento, e por conseguinte, impactando na produção da vida do/a jovem do campo.

Palavras-chave: Jovem do Campo. Agricultura Familiar. Trabalho. Educação.

HOLETZ, C. D. C. **Work and education of the young student of family agriculture.** Dissertation (Master's in Education) - State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

Abstract

The relationship between work and education is the focus of this study. It asks: what relationships are placed on the work and education of young people from family farming at Colégio Agrícola Augusto Ribas? Having the analysis of this relationship between work and education of the young student of family farming of the aforementioned educational institution as the general objective, the specific ones try to present the morphology of the work of family farming in Brazil; to characterize the knowledge registered in postgraduate productions about rural youth in Brazil in the context of the agricultural school and to establish the relationship between work and education of the youth in family farming at Colégio Agrícola Augusto Ribas. This study is based on dialectical historical materialism, which is guided by Marx's (2013) social theory, which is anchored in an ontological approach to man who understands work as a founding category of social being, paying attention to the production of life of the young participants. The fieldwork made it possible to analyze this relationship through questionnaires answered voluntarily. 64 interns students from family farming participated in the research. The morphology of the work of family farming in Brazil was presented, indicating the historical meanings for the work, the reality of the field and the work of the young person who composes it. Likewise, the academic postgraduate studies of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) on the young person in agricultural education and how he/she is portrayed in them were analyzed. The aforementioned educational institution, its origin and structure, as well as the social, economic and educational characteristics of the students mentioned were also characterized. About these, the data showed that they are mostly single; whites; catholics; the male gender; who have parents and grandparents who own their production units; who have always lived or for more than 10 years in the countryside; that half use the family car or motorcycle and the remaining bus; that come from locations in 18 nearby municipalities and only one in Mato Grosso; that their families have an average of 4 to 5 people and that the work is shared by all, with no specific division of tasks; who participate in the management of the administration; that agriculture, tobacco and soybeans were the most indicated sources of family income; that Agronomy is the higher education course of greatest interest; that about half of them left the public school in the countryside, but preferred that they had a Vocational High School there; that lack of health infrastructure, permanent and intense work and the lack of leisure and cultural options weigh in the decision to leave, as well as healthy life and family life weigh to stay; that just over half intend to qualify and return to the countryside to dedicate themselves to rural activities, while the rest are considering moving to other areas; that there was silence and contradiction about income and work. In this sense, what was found was that the relationships that arise are based on the particular circumstances of each family, since, with different socioeconomic levels, more than half of them seek technical training to return and apply in the family unit, while the rest intend to advance in their studies and possibly move on to other areas or professions outside of it. It was also found, according to the most recent data collected mainly by the IBGE, that the conditions of family farmers are increasingly limited, hindering their full development, and therefore impacting the production of life for young people in the countryside.

Keywords: Young man from the countryside. Family farming. Work. Education.

Lista de Figuras

Figura 1 –	Estrutura fundiária do Brasil em 2003.....	54
Figura 2 –	Foto de Manoel Ribas, interventor que escolheu o nome Augusto Ribas em homenagem ao pai.....	97
Figura 3 –	Foto do prédio da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas em 1938.....	98
Figura 4 –	Foto do prédio da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, sem referência à data.....	99
Figura 5 –	Foto do prédio da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, sem referência à data.....	101
Figura 6 –	Foto atual do Colégio Agrícola Augusto Ribas.....	102
Figura 7 –	Municípios em que residem os/as aluno/as da agricultura rural no estado do Paraná.....	111
Figura 8 –	Localidades rurais em que residem os jovens da agricultura familiar.....	113
Figura 9 –	Escolaridade da população em relação ao início das atividades laborais no Brasil.....	125

Lista de Gráficos

Gráfico 1 –	Relação pessoal ocupado/área/nº de estabelecimentos agropecuários no Brasil.....	51
Gráfico 2 -	Estrutura fundiária no Brasil em 2003.....	53
Gráfico 3 –	Comparativo entre área e número de estabelecimentos da agricultura familiar em 2017.....	54
Gráfico 4 –	Percentual de cada classe de idade do/a produtor/a rural em 2006 e 2017.....	60
Gráfico 5 –	Produções acadêmicas sobre o/a “jovem do campo” por região no Brasil (2005 – 2018).....	71
Gráfico 6 –	Idade dos/as alunos/as participantes da pesquisa.....	108
Gráfico 7 –	Tempo de moradia dos/as alunos/as no campo em anos.....	110
Gráfico 8 –	Gênero declarado pelos/as alunos/as.....	113
Gráfico 9 –	Religiões que os/as alunos/as declaram praticar.....	115
Gráfico 10 –	Moradia dos/as alunos/as.....	116
Gráfico 11 –	Mobilidade dos(as) alunos(as) entre campo e cidade.....	118
Gráfico 12 –	Trabalho exercido pelos/as jovens na propriedade familiar.....	120
Gráfico 13 –	Remuneração pelo trabalho dos/as jovens na propriedade rural.....	134
Gráfico 14 –	Número de pessoas que trabalham na propriedade.....	139
Gráfico 15 –	Composição do núcleo familiar: número de pessoas e número de irmãos/ãs.....	142
Gráfico 16 –	Fontes de renda das famílias.....	144
Gráfico 17 –	Escolas frequentadas pelos estudantes antes no ingresso no Colégio Agrícola Augusto Ribas.....	148
Gráfico 18 –	Cursos superiores citados pelos/as alunos/as.....	150
Gráfico 19 –	Disciplinas mais citadas pelos/as jovens.....	155
Gráfico 20 –	Retornar ou não ao campo após os estudos.....	156
Gráfico 21 –	Planos para o futuro profissional.....	157
Gráfico 22 –	Maiores vantagens da vida no campo segundo os/as jovens, em grau de importância.....	159
Gráfico 23 –	Maiores problemas da vida no campo segundo os/as jovens, em grau de importância.....	161

Lista de Mapas e Tabelas

Mapa 1 –	Municípios em que residem os/as aluno/as da agricultura rural do CAAR no estado do Paraná em 2018.....	111
Mapa 2 –	Localidades rurais em que residem os jovens da agricultura familiar do CAAR em 2018.....	112
Tabela 1 –	Crescimento do pessoal ocupado e de tratores entre 1975 e 2017.....	36
Tabela 2 –	Dados referentes aos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 no Brasil.....	50
Tabela 3 –	Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil - 1985/2017.....	52

Lista de Quadros

Quadro 1 – Teses e dissertações sobre “jovem do campo” relacionados à escola agrícola.....	64
Quadro 2 – Teses e dissertações sobre “jovem no campo” relacionados à escola agrícola.....	65
Quadro 3 – Teses e dissertações sobre “juventude do campo” relacionadas à escola agrícola.....	65
Quadro 4 – Teses e dissertações sobre o/a jovem do campo relacionadas à escola agrícola no Brasil entre 2005 e 2018.....	67
Quadro 5 – Matriz Curricular atual do Curso Técnico em Agropecuária.....	101
Quadro 6 – Primeira organização curricular do Curso Técnico em Agropecuária (1939).....	102

Sumário

Introdução.....	12
1 Morfologia do Trabalho na Agricultura Familiar no Brasil.....	18
1.1 Sentidos Históricos para o Trabalho.....	18
1.2 A Realidade do Trabalho do Campo com Ênfase à Agricultura Familiar Brasileira.....	24
1.3 Características do Trabalho do/a Jovem da Agricultura Familiar.....	57
2 Jovens do Campo na Escola Agrícola: Conhecimentos Registrados em Teses e Dissertações.....	65
2.1 As Produções Acadêmicas sobre o Ensino Agrícola.....	65
2.2 O Perfil do/a Jovem do Ensino Agrícola nas Produções Acadêmicas da Capes de 2005 à 2018.....	72
3 Análise dos Dados sobre o Trabalho e a Educação do/a Jovem da Agricultura Familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas.....	94
3.1 Origem e Estrutura do Colégio Agrícola Augusto Ribas.....	94
3.2 As Relações entre o Trabalho e a Educação do/a Jovem da Agricultura Familiar Colégio Agrícola Augusto Ribas.....	104
3.2.1 Características dos/as jovens da agricultura familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas.....	107
3.2.2 O trabalho dos/as jovens do Colégio Agrícola Augusto Ribas na propriedade familiar.....	119
3.2.3 A educação escolar dos/as jovens da agricultura familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas.....	147
Considerações Finais.....	164
Referências.....	173
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	184
Apêndice B – Questionário – Alunos/as.....	187

Introdução

Enquanto profissional que atua há quase 20 anos na Educação Básica da rede pública, professora pedagoga do Quadro Próprio do Magistério da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, tenho como foco de meus estudos e pesquisas o/a jovem no contexto escolar, bem como as relações entre este/a e a sociedade, uma vez que meu objeto de trabalho é o processo educacional do/a jovem. Nessa direção, a participação no NUPEPES (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social), que tem como proposta de trabalho e pesquisa discutir o caráter emancipador de diferentes práticas sociais em contextos educacionais escolares e não escolares referentes à educação social, pedagogia e pedagogia social, me auxiliaram no entendimento entre a dinâmica das inter relações que se dão no atual contexto, que são bastante relevantes para que esse processo se efetive com qualidade. Uma vez que a condição juvenil é determinada por seu meio, há um constante tensionamento entre sua vivência imediata e um projeto de futuro possível. O desafio lançado por minha orientadora, Prof. Dra Patrícia Correia de Paula Marcoccia, foi de estudar o/a jovem provindo/a do contexto da agricultura familiar e sua produção da vida. Desafio aceito, seguimos então para a referida pesquisa e seus resultados.

O objeto deste estudo trata da relação entre trabalho e educação de jovens provenientes da agricultura familiar estudantes do Colégio Agrícola Augusto Ribas, no município de Ponta Grossa, Paraná. O Censo Agropecuário de 2017 apresenta características distintas entre a agricultura familiar e não familiar, visto que na primeira, foco desse estudo, a gestão da propriedade é compartilhada pela família, tendo a atividade produtiva agropecuária como principal fonte geradora de renda. Tal definição consta no Decreto nº 9064, de 31 de maio de 2017. (BRASIL, 2017).

O estudo justifica-se principalmente porque as pesquisas sobre juventude e trabalho no Brasil acontecem ainda de maneira tímida. Em *Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil*, Sposito e Tarábola (2017) apresentam uma análise de 32 artigos publicados pela Revista Brasileira de Educação (RBE) encontrados entre 67 números da revista até 2016, a partir do dossiê Juventude e contemporaneidade de 1997, estabelecendo uma reflexão sobre os diversos percursos trilhados pela pesquisa nos últimos 20 anos sobre os/as jovens no Brasil. Nesse estudo, os autores verificaram apenas um artigo tratando sobre a relação jovem e o mundo do trabalho a partir do referido dossiê, apesar de sua importância no que se refere ao entendimento da escolaridade de grande parcela da população brasileira. A incipiência (ou quase ausência) de estudos fora do eixo urbano também foi

apontada, sendo ainda pouco divulgadas pesquisas sobre esse grupo, seja em qualquer esfera de sua vida.

Nesse sentido, considera-se relevante essa investigação, dado a baixa incidência de produções sobre a temática e tendo em vista as lacunas muito presentes na discussão sobre o/a jovem trabalhador/a do campo no Brasil. Mesmo prosseguindo na busca por trabalhos mais recentes, o levantamento realizado nas produções acadêmicas de pós-graduação de Ciências Humanas, nas Áreas de Conhecimento e de Avaliação da Educação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), revelaram poucos resultados. Apesar de não ter sido aplicado filtro para recorte temporal, as produções que mais apresentaram aderência com a referida temática datavam entre 2005 e 2018, ano em que a busca foi realizada. Além do volume reduzido, constatou-se que a maior parte apresentava categorias recorrentes no que se refere à relação entre a trajetória histórica das instituições escolares agrícolas e o desenvolvimento social, econômico e político de sua região, história da educação agrícola regional e nacional, mas sem dar maior ênfase às características dos/as jovens que nelas estudavam. A pesquisa de LARA (2009) que objetivou analisar a relação teoria-prática na prática educativa no curso Técnico em Agropecuária Integrado e o entendimento dos professores e alunos/as sobre ela, ainda que tenha se realizado no mesmo *locus* que a presente pesquisa, focou prioritariamente no desenvolvimento dos conteúdos nas disciplinas técnicas e sua práxis.

Neste estudo, optou-se pelo uso do termo “jovem”, em acordo com o intervalo etário indicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), que considera que na “faixa de idade entre 15 aos 24 anos é que se encaixa a juventude, com base nas idades médias para entrada no mundo do trabalho e finalização dos estudos da educação básica” (PARRAS, 2004, p. 132), similar ao objeto de estudo. No entanto, tal qual Leal e Facci (2014), a concepção de jovem aqui defendida parte da psicologia histórico-cultural de Vygotsky que busca superar a visão biologizante da adolescência, em razão de ser a que mais abrange seu processo de desenvolvimento, considerando não só as questões biológicas e cronológicas como também as sociais.

A problemática que se busca responder é a seguinte: quais relações se colocam ao trabalho e a educação dos/as jovens provenientes da agricultura familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas?

Para tal, a investigação percorre o caminho da interlocução entre educação escolar e os processos de trabalho na constituição desses/as jovens trabalhadores/as, que vai compor sua produção da vida. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a relação

trabalho e educação dos/as jovens provenientes da agricultura familiar que estudam na referida instituição. Para tanto, como objetivos específicos são elencados:

- a) Apresentar a morfologia do trabalho da agricultura familiar no Brasil;
- b) Caracterizar os conhecimentos registrados nas produções de pós-graduações acerca do/a jovem do campo no Brasil no contexto da escola agrícola;
- c) Estabelecer a relação entre trabalho e educação do/a jovem da agricultura familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas.

Essa investigação fundamenta-se no materialismo histórico dialético, que se orienta pela teoria social de Marx (2008), a qual considera, em primeiro lugar, a produção material socialmente determinada, ou seja, ancora-se numa abordagem ontológica de homem que compreende o trabalho como categoria fundante do ser social. Essa pesquisa atenta-se à produção da vida dos/as jovens participantes, em que o trabalho e a educação serão investigados a partir do movimento histórico concreto e das contradições do atual estágio de sociabilidade, o modo de produção capitalista. O método marxista de investigação visa desvelar, por meio da totalidade dos fenômenos e suas múltiplas determinações, a sua materialidade além das aparências. Destaca-se que a escolha de tal método só poderá se efetivar se o pesquisador tiver conhecimento acerca do percurso metodológico empreendido por Marx, em especial, sua obra *O capital*, na qual ele discorre sobre as relações de trabalho que se dão na produção de mercadorias no sistema capitalista e suas implicações. Esse aporte teórico é que levará o pesquisador a compreender a forma como ele apreende a realidade e tece suas contradições, buscando as ferramentas para apreender sua essência. O método sustentado em Marx, que considera

Em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida. O caçador ou o pescador particular e isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo, pertencem às triviais imaginações do século 18. São robionsonadas [...]. (MARX, 2008, p. 237-238).

Nesse sentido, o método sustenta a interdependência dos homens os quais determinam socialmente toda a produção. Ao trabalhar com o materialismo histórico dialético, há de se considerar a proposta ativa desse método na realidade. A proposta de revelar o real a partir da investigação científica na perspectiva do materialismo histórico dialético precisa ser desenvolvida com encaminhamento teórico e de fundamentação muito bem estabelecidos, pois, sem essa clareza a tarefa de compreender e transformar o real, de denunciar as contradições da sociedade capitalista, acaba por não ser realizada a contento. Masson (2007), em seu artigo

Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais, enfatiza a necessidade de ler o clássico para compreender elementos essenciais, como a diferenciação entre o método investigativo e o expositivo, explicitado por Marx. Segundo a autora:

Vale sublinhar que a utilização do método desenvolvido por Karl Marx requer, além do entendimento do seu percurso metodológico, a compreensão da obra ‘O Capital’. Caso contrário, torna-se inviável para o pesquisador operar com tal concepção metodológica, já que essa obra possibilita perceber não só como Marx utiliza o seu método de investigação, mas, especialmente, como ele trabalha com o método de exposição. (MASSON, 2007, p. 106).

Sobre essa distinção entre a investigação e a exposição, Marx pontua que

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. (MARX, 2013, p. 129).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que os resultados de uma investigação dessa natureza se configuram na síntese dos determinantes que conferem a materialidade do fenômeno pesquisado. São as características políticas, culturais, sociais e econômicas que permeiam as subjetividades dos sujeitos que fazem parte dele e que ajudam a compreender a singularidade e a universalidade do fenômeno particular. Assim, a conclusão da pesquisa vem a ser a própria síntese dela, onde os fundamentos ontológicos e epistemológicos do método marxista de se construir conhecimento se explicam por si só, validando os conhecimentos no momento em que os apresentam na concretude de sua essência e os processam criticamente com a clara intenção de buscar transformações para a realidade investigada. Sobre essa relação entre o particular, o singular e o universal, Giannotti destaca que

Ao dotar os conceitos de historicidade, Marx atenta para as diferentes vias de suas particularizações, assim como para as diversas maneiras pelas quais o universal e o particular se relacionam. ‘Se não há produção em geral, também não há igualmente produção universal. A produção é sempre um ramo particular da produção – por exemplo, agricultura, pecuária, manufatura etc. – ou uma totalidade. Mas a economia política não é tecnologia.’ Essa observação é muito importante para compreender o sentido da totalidade tal como é pensada por Marx. (GIANNOTTI, 2013, p. 89).

A partir dessas indicações e também de outros elementos do método marxista de investigação do real, a pesquisa foi desenvolvida por meio de questionários junto aos/as jovens da agricultura familiar que estudam no Colégio Agrícola Augusto Ribas em Ponta Grossa e

imediações. Vale destacar que mesmo tendo como ponto de partida o real, e que o todo se apresente inicialmente de forma desordenada e ofuscada, os dados foram trabalhados e sistematizados para que haja uma exposição clara e compreensível da totalidade do objeto investigado. Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo são o trabalho de campo e revisão bibliográfica de produções acadêmicas disponibilizadas na Base de Dados da Capes, assim como em obras clássicas, que subsidiarão a análise e compreensão dos dados inicialmente coletados. No trabalho de campo foram aplicados questionários, que tiveram a participação totalmente voluntária dos/as referidos/as jovens. O colégio atende 12 turmas que funcionam em período integral. Como critério de escolha, optou-se pelas turmas A, em que estudam predominantemente os/as alunos internos/as, que permanecem nas dependências da instituição durante a semana porque vêm de outros municípios ou mesmo da área rural dos Campos Gerais, que somam 96 alunos/as. Dos 91 questionários entregues, 83 foram respondidos. Destes, 8 não quiseram responder. Foram selecionados os 64 questionários dos/as alunos/as que moram na área rural, desconsiderando os dos/as que residem na área urbana.

Os encaminhamentos dados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução 466/2012, estando de acordo com o CNS (Conselho Nacional de Saúde) e devidamente autorizada pela Plataforma Brasil, onde os participantes tiveram sua identidade preservada, autorizando o uso dos dados fornecidos no questionário por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCL), disponível no Apêndice – A. Aos participantes, não houveram riscos, custos ou constrangimentos, sendo-lhes comunicado antecipadamente a liberdade em deixar a pesquisa em qualquer momento se achassem pertinente.

Quanto à estrutura organizacional, este trabalho está dividido em 3 seções. A primeira seção se refere à morfologia do trabalho na agricultura familiar no Brasil. Para tanto, inicia-se com os sentidos históricos acerca do trabalho, delineando conceitos que compõem o materialismo histórico dialético e seu método de construção do conhecimento, partindo das contradições que permeiam as relações sociais no modo de produção capitalista. A seguir, adentra as discussões referentes à agricultura familiar, tratando desde sua origem no Brasil, trazendo comparações com a agricultura patronal e contextualizando-a com dados retirados do último recenseamento agropecuário realizado no país. Finaliza-se caracterizando o trabalho do/a jovem da agricultura familiar, suas angústias e demandas, que são permeadas pelos determinantes que condicionam a agricultura familiar brasileira.

A segunda seção discorre sobre os/as jovens do campo da escola agrícola no Brasil, iniciando com a apresentação dos conhecimentos registrados sobre eles/as nas teses e

dissertações do Banco de Dados da CAPES no recorte temporal de 2005 a 2018. Os dados encontrados foram analisados e categorizados com o objetivo de mapear e compreender o que já se produziu sobre esses/as jovens. A partir desses dados, versa-se sobre o perfil do/a jovem do ensino agrícola nas produções acadêmicas da CAPES, de modo a analisar a abordagem realizada nessas produções sobre o/a jovem do campo e sua educação.

A terceira e última seção traz a apresentação e análise dos dados referentes ao trabalho e a educação do/a jovem da agricultura familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas, no município de Ponta Grossa – Paraná. Inicialmente, caracteriza-se a origem e estrutura do referido colégio, contextualizando com a educação agrícola da região dos Campos Gerais. Na sequência, os dados estão apresentados em forma de gráficos, organizados de acordo com os questionários aplicados, que encontram-se no Apêndice – B. Eles foram confrontados com as informações coletadas no Censo Agropecuário 2017, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros documentos, configurando de maneira inédita o/a jovem e a agricultura familiar da região dos Campos Gerais.

Por fim, ressalta-se ao/a leitor/a que este estudo estrutura-se de modo a retratar ao longo dele a realidade concreta do/a jovem da agricultura familiar no Brasil em sua aparência. Será por meio da análise dessa aparência, de como ela se materializa socialmente, que serão apresentadas as categorias que dela emergem, trazendo ao final a exposição destas relacionadas com as categorias do método do materialismo histórico dialético, chegando então à essência do fenômeno estudado.

1 Morfologia do Trabalho na Agricultura Familiar no Brasil

A classe trabalhadora compõe uma totalidade, indiferente do local onde exerça seu trabalho. À vista disso, não há como iniciar essa seção de outra forma se não indicar qual é o entendimento sobre o trabalho que direcionará esta pesquisa. Para a discussão que perpassa o trabalho e a educação dos/as jovens da agricultura familiar na perspectiva do materialismo histórico dialético, é imprescindível apresentar ao leitor, mesmo que sucintamente, um pouco da teoria marxista, que buscou analisar as relações e contradições que o modo de produção capitalista implementou na sociedade.

1.1 Sentidos Históricos para o Trabalho

O trabalho é a categoria que embasa as relações sociais, conforme o materialismo histórico dialético, teoria que sustenta este estudo. Compreender isso demanda ao menos uma breve explanação sobre ela, uma vez que seu método de compreender a realidade decorre exclusivamente das conexões que dela emanam. Não se pretende aqui trazer um histórico, de forma linear, com a história do trabalho desde os primórdios da humanidade, pela obviedade dessa amplitude, e sim uma compreensão do trabalho em seu sentido ontológico, isto é, do que ele representa ao desenvolvimento do homem.

No entendimento de Marx e Engels (2009), o homem é responsável por sua história, mas não o pode fazer como quer, e sim condicionado pela materialidade concretamente posta. As explicações abandonam o antropomorfismo¹ e as atribuições divinas dadas aos fatos, passando então a observar a materialidade histórica. Lukács (2010) tem acordo com a teoria marxiana quando confere ao homem e não às divindades a responsabilidade pelo seu destino, à relevância da mediação da consciência para a elevação da complexidade individual e consequentemente da complexidade coletiva.

Nessa direção, Karl Marx, juntamente com Friedrich Engels, no século XIX, se dedicaram a observar e analisar os acontecimentos que se passavam com a sociedade. A partir de uma visão dialética dos fatos, buscavam explicar as coisas sob uma teoria materialista e não mais idealista e contemplativa, conforme o hegelianismo² que predominava no pensamento da

¹ O antropomorfismo pode ser definido como sendo a atribuição de motivações, emoções e capacidades cognitivas consideradas tipicamente humanas a animais não-humanos. (MENDES; ALVARENGA; NINA-E-SIVA, 1999, p. 132).

² Para Hegel, é a espiritualização que liberta o homem da coerção externa, por meio da percepção filosófica de sua condição objetiva, o que faz um contraponto entre a vontade e a realidade. Assim, para os hegelianos, o

Berlim da época. Dá-se então um distanciamento do pensamento iluminista, no qual as coisas eram explicadas somente pelas ideias, pela razão, sem consideração ou vínculo com os fatos postos.

As relações produtivas, exploração do homem e da natureza, a mais valia, as concepções liberais burguesas, a alienação e o acúmulo do capital, entre outras categorias, são utilizadas pelo marxismo para compreender e explicar a realidade. O trabalho é então, a categoria determinante para Marx (2013), pois por meio dele, o homem se relaciona com a sociedade e com a natureza em busca de satisfazer suas necessidades e desejos. Isso se confirma em um trecho de *O capital* (MARX, 2013, p. 167), em que ele conceitua o trabalho como “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” Por essa razão, a categoria central da qual irradiam as demais categorias que perpassam toda a teoria marxista é o trabalho.

A alienação, tanto para marxistas e não marxistas, foi e tem sido o cerne de discussões enquanto conceito filosófico. Bottomore (2001, p. 5) apresenta o conceito de alienação sustentado por Marx que remete à ação pela qual um indivíduo, grupo ou a própria sociedade aliena-se, ou permanece alheia, isto é, estranha, ao resultado do produto de sua atividade ou natureza na qual vive, bem como das “possibilidades humanas constituídas historicamente”. Isso pode levar à reificação das pessoas em detrimento das coisas, ocasionadas pelo processo de produção na vida, no sistema capitalista.

Conhecimentos são produzidos no e para o trabalho, sendo generalizados para o restante da humanidade, trazendo como resultado desse processo dinâmico o surgimento e progresso das ciências. A aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, comuns ao grupo, são fundamentais ao indivíduo enquanto gênero humano e imprescindíveis à realização do trabalho. Conforme ressalta Tonet (2005), esse processo de prévia-ideação e objetivação contribui para que o homem desenvolva a si próprio enquanto indivíduo, bem como a sociedade. Acerca disso, a teoria de Lukács mencionada por Lessa (2016, p. 89), ressalta que “generalidade humana e individualidade estão intrinsecamente articuladas; são dois polos de um mesmo processo: a reprodução social”.

Lessa (2016) faz referência ao papel da ideologia frente à escolha das alternativas a serem objetivadas pelo homem em cada momento histórico. Sobre isso, a teoria lukatiana apontada por ele afirma que

Estado tem papel importante, já que seus funcionários filosoficamente educados podem auxiliar o homem para esses amadurecimento para a cidadania. (BOTTOMORE, 2001).

[...] Tais ideias compõem, sempre, uma visão de mundo, e auxiliam os homens na tomada de posição ante os grandes problemas de cada época, tanto quanto ante os pequenos e passageiros dilemas da vida cotidiana. Na literatura em geral, e também em Lukács, esse conjunto de ideias é denominado ideologia. (LESSA, 2016, p. 51).

A ideologia seria uma forma de consciência social, de uma determinada classe ou grupo, com um caráter idealístico, capaz de moldá-lo coletivamente. Marx e Engels (2009), em *A ideologia alemã*, descrevem a ideologia enquanto o conjunto de ideias da classe social dominante, como uma consciência invertida da realidade social. O nexos que percorre o materialismo histórico, entre vida material e a ideologia, resulta da derivação da materialidade entre a ideologia e a produção da vida, bem como da não independência das ideologias. Conforme Marx (2013), a origem da ideologia se dá em decorrência da ruptura da consciência e da práxis determinada pela divisão entre o trabalho manual e intelectual, manifestada em diferentes modos e medidas.

Sendo a categoria fundamental da lógica dialética, a contradição é antagônica à identidade. Para Marx (2013), é por meio da contradição que se produz o conhecimento e se movimenta o mundo.

Marx (2010, 2013) parte do princípio de que o trabalho é um elemento determinante na constituição do homem, enquanto ser social. Trabalho esse que, no modo de produção capitalista, pode por vezes vir a ser fator de sua auto degradação, se forem consideradas as condições às quais muitos se submetem para suprirem suas necessidades e garantirem a subsistência. Tal situação se agrava ainda mais quando se evidencia um alto índice de desemprego em dada sociedade, consequência severa posta pelas regras perversas do sistema capitalista levado ao extremo.

Tendo como aporte teórico a teoria marxiana, Lukács (2010) traz discussões com propriedade sobre a gênese do ser social em Marx e as relações de trabalho em sua obra *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. György Lukács (1885-1971) é um dos mais influentes autores marxistas do século XX, e conhecer sua teoria auxilia no entendimento da essência de tal categoria.

O trabalho é a condição primeira para a existência do homem. Ele é ineliminável de sua vida, visto que é por meio dele que podem ser supridas as necessidades de toda ordem. Lukács (2010) discorre sobre a teoria marxista, quando essa relaciona a ontologia do ser social com a realização do pôr teleológico, isto é, o trabalho, enquanto resultado adequado, ideado e desejado. Para ele, os resultados esperados só se dão quando o homem consegue aproximar ao

máximo o fim (resultado) de seu trabalho da prévia-ideação (planejamento) deste, por intermédio do espelhamento da realidade (consciência). Essa consciência, que possibilita a reprodução da realidade é fator determinante na constituição do ser social. Essa condição não só o difere como também o torna um ser biológico superior, sendo responsável pela transição da esfera orgânica para a social. Essa divergência com os animais, no modo de suprir suas necessidades se dá devido ao homem ter o trabalho como mediação entre ele e a natureza.

Conceitos marxistas são trazidos por Lukács (2010, p. 84) acerca da lei da produção social, quando relaciona o “domínio sobre seus instintos e afetos puramente naturais e, por meio destes, da inicial formação de suas faculdades especificamente humanas” com a economia de tempo enquanto relação de valor, bem como “a origem de um ser social com um nível de sociabilidade sempre mais pura”. Sobre a práxis econômica, a teoria marxista ainda enfatiza a relação entre o desenvolvimento econômico objetivo e o desenvolvimento do homem. Lukács, conforme Lessa (2016) salienta que a relevância do caráter de totalidade do ser se dá porque permite divisar com clareza um momento fundamental da processualidade do trabalho, ao se inserir na malha de relações e determinações preexistentes. O fato do sistema de produção ter se tornado social incorreu na necessidade do homem estar constantemente se adequando às demandas da sociedade capitalista para que consiga estar inserido no processo econômico, ainda que de modo parcial e alienado. Entretanto, o domínio de seus afetos como resultado do trabalho não deixa de ser um valor, embora já esteja contido nesse trabalho, conforme a teoria marxista de Lukács apontada em Lessa (2016).

Quanto à historicidade condicionada do sujeito, Lukács (2010, p. 90) parafraseia Marx afirmando que “os próprios homens fazem a sua história, mas não podem fazê-la nas circunstâncias escolhidas por eles.” A famosa frase sintetiza a ideia trazida por Marx e Engels (1982) quanto ao homem enquanto sujeito histórico, mas que não tem o domínio total sobre seus atos, já que sua força de trabalho, e até ele próprio muitas vezes, passam a ser mercadoria dentro de um sistema capitalista desenfreado. Isso se confirma na teoria de Marx e Engels (1982, p. 417) quando eles afirmam que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas.”

Isso quer dizer que o sujeito histórico forja a realidade, ou seja, faz sua própria história a partir das condições já postas, e não como o quer. Já nas Teses de Feuerbach³, escritas em 1845, base ontológica e epistemológica para o pensamento marxista que viria a contestar o

³ As Teses de Feuerbach estão em anexo na obra de Marx e Engels *A ideologia alemã*. (MARX; ENGELS, 2001, p. 100).

marxismo contemplativo que predominava na época, em especial na Tese 3, Marx trazia indicativos em sua crítica à ideologia alemã de que o homem é produto das circunstâncias e da educação, pois, segundo ele, “esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado.”. Não significa que a simples idealização de nossas possibilidades diante da realidade e a conscientização somente vá transformá-la, mas que dentro da reprodução social cada geração pode atuar diante da situação herdada e superar esse condicionamento para que a próxima geração possa ter outras perspectivas.

Essa talvez seja uma das principais ideias contidas no presente estudo, uma vez que acreditamos na educação enquanto instrumento de transformação, na mudança da organização curricular e pensamento educativo para promover a reflexão e conversão dessa realidade. Isso porque se o homem está submetido ao contexto histórico vigente, a possibilidade de superar o condicionamento só pode se dar no coletivo, dificilmente apenas no particular. Está aí a relevância do caráter educativo nesse movimento, já que antes de tudo, o educador precisa ter claro sua função nesse processo, pois a escola condiciona a formação, mas também pode ser condicionada.

O sujeito está inserido na dinâmica do desenvolvimento social, respondendo com dado nível de consciência e discernimento às alternativas a ele apresentadas. Assim, se vincula o trabalho com o próprio valor, sendo que este (o valor) impõe sua realização, e não o inverso. O grande mediador na sociedade civil passa a ser o Estado, instituição que regula as atividades, “ilusoriamente” livres. Sobre isso, Marx e Engels (2009) salientam que

Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada de sua base concreta. Da mesma maneira, o direito por sua vez reduz-se à lei. (MARX; ENGELS, 2009, p. 74).

Considerado um dos grandes pensadores marxistas e críticos do capitalismo contemporâneo, Istvan Mészáros (1930-2017) foi discípulo de Lukács (1885-1971). O desenvolvimento de bases técnicas e científicas incrementadas pelas novas tecnologias aumentam a produtividade e otimizam o crescimento econômico. Porém, são inversamente proporcional ao crescimento dos postos de trabalho. Sobre isso, Mészáros (2002, p. 176) afirma que “enquanto existir objetivamente espaço para a livre expansão, o processo para o deslocamento das contradições do sistema pode avançar sem empecilhos.” Para ele, a falta de

condições limitadoras no que se refere aos bens finitos inerentes à produção da vida e à sobrevivência do ser humano, mostra-se um ato inconsequente em relação ao futuro.

As mediações de segunda ordem mencionadas por Mészáros (2002) como a família nuclear, fetiche e meios alienados de produção, Estado e o Mercado Mundial concorrem para a degradação do homem, pois, segundo ele, se seu desenvolvimento se dá através da relação com outros homens, essas mediações já são por si só deteriorantes. Também afirma que não há possibilidade de sobrevivência humana sem as mediações de primeira ordem. A essa estrutura posta, Mészáros (2002, p. 176) denomina “controle sociometabólico do capital”.

Segundo o autor, as consequências desse sistema que desenfreadamente consome e degrada a sociedade, são reais e arraigadas demais para que sejam individualmente transpostas. Assim, atesta que

É por isso que hoje o sentido da mudança social radical não pode ser senão o rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consciente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

Mészáros (2005) defende que, o que a humanidade produziu é direito de todos, e todos devem ter acesso, sendo então um direito fundamental do ser humano. Para o mesmo, a emancipação política, dentro da perspectiva liberal de ampliação de direitos, pode possibilitar melhorias para um grupo, mas também camuflar algumas mazelas sociais. Por isso defende a emancipação humana, com vistas à superação da alienação e exploração do trabalhador. No entanto, as demandas observadas atualmente precisam ser debatidas para que se busquem avanços ainda sob esse modo de produção que a sociedade vivencia, pois a precariedade e a miserabilidade crescem numa proporção que tem causado preocupação ao gênero humano.

Desse modo, o trabalho humano enquanto ação que se realiza em virtude de um determinado fim, respondendo tanto aos desejos quanto à necessidade de sobrevivência, é uma atividade coletiva, que além de transformar a natureza, acaba por modificar a natureza do próprio homem que o realiza. É então, categoria ineliminável da vida do ser humano, sendo inerente à historicidade deste, que dentro da sociabilidade que permeia o atual modo de produção, vende sua força de trabalho e mantém viva a engrenagem do sistema capitalista. É nessa perspectiva que se discute as questões referentes ao trabalho neste estudo, cada vez mais precarizado.

Compreendido isso, segue-se tratando sobre o trabalho rural, enfatizando as relações que se dão na realidade da agricultura familiar brasileira, suas demandas e as contradições que

se observam no modo de produção capitalista em que sempre prevaleceu a hegemonia do agronegócio.

1.2 A Realidade do Trabalho do Campo com Ênfase à Agricultura Familiar Brasileira

Falar da agricultura no Brasil é traçar um retrato sobre a atividade de um país com uma das mais expressivas extensões do planeta, que figura como grande potência no que se refere à produção alimentícia da população mundial, e o maior produtor do mundo em diversos gêneros. No entanto, há uma desigualdade que sobressai à essa suntuosidade, visto que há uma divisão que classifica e distancia os produtores quanto ao porte dos estabelecimentos, e cada vez mais amplia a disparidade entre eles. Nesse sentido, para buscar a compreensão sobre esse fenômeno, é necessário realizar uma retomada acerca da origem da história agrária brasileira, e como se deu a dinâmica que configurou tão importante atividade econômica no extenso território nacional.

De início, cabe ressaltar que a atividade agropecuária no país é dividida em duas classes, a agricultura patronal e agricultura familiar, que apresentam características e objetivos opostos. Ambos são conceitos econômicos e jurídicos, previstos na Lei 11.326/2006, que estabelece as diferenças entre eles. A agricultura patronal corresponde aos estabelecimentos de grande porte, do chamado agronegócio, onde a produção predominante é voltada aos *commodities*⁴, isto é, matéria prima de grande durabilidade e poder de estocagem, geralmente direcionada ao mercado externo. Sua estrutura, conforme Censo Agropecuário 2006, conta com força de trabalho assalariada, com empregados permanentes e/ou temporários. Como esse trabalho se propõe a discutir questões referentes à agricultura familiar, será dado ênfase ao panorama desta categoria, mas sempre traçando comparativos de forma a apresentar as contradições que se apresentam entre elas.

Para Brumer (2014), a agricultura familiar não vem a ser uma expressão abrangente, ou oposta à agricultura patronal e/ou empresarial, ou análoga à pequena produção ou ao campesinato. É preciso, para a autora, considerar, ainda, uma gama de situações abrangidas nessa expressão, devido às quais “as perspectivas de reprodução social na denominada “agricultura familiar”, no plano biológico (reprodução dos indivíduos) ou geracional (permanência da propriedade na família de uma geração a outra), são bastante distintas.”

⁴ O Brasil se destaca principalmente pela exportação de soja, minério de ferro, petróleo frango e açúcar. Acompanhados do café e da celulose, esses produtos responderam por metade das exportações brasileiras em 2018, conforme IPEA (2012).

(BRUMER, 2014, p. 216). O agricultor familiar confere à terra um valor que se sobrepõe à somente um simples meio de produção. Ela representa sua identidade, o meio em que desenvolve sua cultura, seu trabalho e seu sustento. Seu manejo se diferencia das grandes propriedades em razão da utilização racional dos recursos dos quais dispõe, não se limitando à exploração impessoal em busca do lucro.

A agricultura familiar no Brasil se caracteriza como modalidade de significativa relevância no que se refere ao contexto agropecuário brasileiro, em virtude de seu papel na produção alimentícia, geração de empregos e preservação ambiental. Ela se destaca quando se trata da produção que abastece o consumo doméstico de alimentos no país, porém, tem um papel subalterno quando comparada ao agronegócio, que mantém o controle do planejamento agrário por meio da monopolização do mercado devido à cooptação da maior fatia dos recursos do crédito agrícola.

As discussões sobre o paradigma da questão agrária partem do pressuposto de que há uma luta de classes quando se busca explicar os conflitos e disputas por territórios na manutenção da autonomia dos povos do campo. Azevedo (2011, p. 66) fundamenta esse paradigma “como um regime fundiário centrado no reconhecimento e valorização da classe camponesa, em que a partilha de terras é instrumento de democratização e distribuição de riqueza, em oposição à opção pelo modelo agroexportador e monocultor”. Conforme Fernandes (2014), do ponto de vista do paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades que as relações capitalistas geram podem ser revertidas no momento em que integrar-se o camponês ao mercado capitalista, eliminando-as e superando-as por meio da criação de políticas, visto que se trata de um problema apenas conjuntural. Azevedo (2017) também traz indicativos sobre essa linha de argumentação, que pressupõe que o destino do campesinato está atrelado à integração desse com o sistema capitalista, subordinando-se as exigências da lógica do mercado. Embora muitos governos tenham propostos diferentes planos para a superação desses problemas, nenhum efetivou-se por completo. Discutir o papel do Estado neste contexto é essencial, uma vez que as políticas apresentadas por ele tendem usualmente a privilegiar o agronegócio, em virtude da presença massiva de elementos pertencentes a ele na formação política que tomam as decisões, em detrimento das questões dos trabalhadores do campo que só se desenvolvem sob pressão do povo.

A condição inferior e subalterna que tal modalidade se apresenta na sociedade em relação à grande agricultura brasileira, dá-se em virtude das condições em que sua história foi forjada. Sua origem foi marcada pelas condições econômicas, jurídicas e sociais precárias do controle dos meios de trabalho e produção, principalmente da terra, onde a pobreza e

rudimentariedade delineiam as técnicas e cultura na produção, limitando o desenvolvimento de suas potencialidades produtivas e sociais. A estrutura fundiária desigual que se consolidou no Brasil não se deu de forma democrática e sim com a centralização das terras em mãos de uma oligarquia rural. A origem de tal situação se observa já no período colonial, pois remonta na forma como nosso país foi (des)povoado, onde os habitantes que aqui já se encontravam foram expulsos para fins de exploração das terras pelos colonizadores. A propriedade privada, que antes não existia, passa a ser gerenciada agora pelos europeus, modificando a estrutura social que secularmente já se organizava por aqui, conforme Wanderley (2001). Nessa direção, Azevedo (2017, p. 60) assevera essa ideia quando afirma que

A ausência de perspectivas de futuro do campesinato em países periféricos como o Brasil guarda direta ligação com a obsolescência dos antigos projetos políticos, pautados em análises tradicionais, os quais apostaram historicamente em uma agricultura baseada em latifúndios exportadores e monocultores.

Quanto às origens da agricultura familiar, Ribeiro (2006) destaca que os Tupis, foram os principais grupos indígenas presentes no país já no início da ocupação do Brasil pelos portugueses no século XV. Sendo estes os precursores da revolução agrícola, com seus grandes roçados na mata, ressalta-se que eram fundamentais na contribuição da fartura e diversidade alimentar durante todo o ano. A agricultura praticada pelos índios nessa época nas mais variadas regiões era rudimentar, alternando o sedentarismo e o nomadismo. A força de trabalho indígena não-escrava esteve presente nas roças próximas às feitorias, sendo que nos anos iniciais da colonização do Brasil foram os indígenas os primeiros a fornecerem alimentos para os colonizadores. As disputas pelo uso da terra se estenderam externa e internamente, sempre estimuladas pelo avanço do sistema capitalista. O estabelecimento das capitanias⁵ visava proteger as terras das disputas com os estrangeiros e controlar a evolução da colônia. A Coroa Portuguesa fez a divisão das terras e as distribuiu às famílias de nobres, os quais eram responsáveis em prosperá-las, vivendo sob condição de donatários, em nome de Portugal.

De acordo com Fernandes (2014), o modelo do processo de colonização que foi imposto ao Brasil conferiu-lhe muitas fragilidades, tolhendo seu desenvolvimento já no início. Ressalta-se que a economia e a sociedade que marcaram as origens coloniais da agricultura familiar brasileira caracterizaram-se como grandes propriedades, monoculturas de exportação e a

⁵ As capitanias eram em número de quinze, conforme Fernandes (2014), criadas com o objetivo de proteção do território conquistado das ameaças externas e seu desenvolvimento.

escravatura. O sistema das sesmarias⁶ foi promovido pela Coroa Portuguesa em terrenos agrícolas sem uso que acabou dando início à formação dos grandes latifúndios. Uma vez que era concedido legalmente o direito de explorar a terra à pessoas que tivessem estado à serviço da Coroa, preferencialmente deveriam produzir produtos destinados à exportação, ocasionando aí os problemas sociais que só vieram a se agravar.

Os processos sociais originários relativos à história do trabalho rural brasileiro se perpetuaram na dominação da grande propriedade, econômica, social e politicamente, assim como a escravidão e uma enorme fronteira de terras livres passíveis de ocupação ou posse, como sustenta Wanderley (2001). Os critérios para a aquisição das terras, que inicialmente seriam de cultivá-las, nem sempre se efetivou, uma vez que continuaram em desuso ou subutilizadas.

Nos termos da lei, a Casa Civil, com a Lei N° 601 de 18 de setembro de 1850,

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (BRASIL, 1850).

Assim, a chamada Lei de Terras de 1850 que marcou a transição entre o período colonial e a independência do Brasil, em consonância com os ideais liberais ingleses, aparentemente pretendia uma valorização da propriedade da terra, com seu comércio regularizado, aguçando assim as expectativas de estrangeiros interessados, conforme destaca Wanderley (2001). Entretanto, o mecanismo empregado tolhia as possibilidades de aquisição de grande parte dos trabalhadores rurais e dos escravos libertos, já com uma intenção subentendida de garantir assim um contingente de força de trabalho para o mercado. Como não havia interesse em se conhecer o real tamanho das propriedades, visto que isso poderia significar custos ao latifundiário em virtude da taxa do governo, era difícil a demarcação das mesmas. Surgem dessa forma os grileiros, que ilegalmente forjavam documentos falsos para legitimar as terras e burlar o Estado, abocanhando-lhe grande parte de seu território.

Essa prática só agravou a situação dos pequenos agricultores, na medida que a dependência da grande propriedade cada vez mais precarizava seu desenvolvimento, sendo que a não obtenção dos títulos, obrigava-os partirem em busca de outros lugares em que pudessem

⁶ Sesmaria se referia inicialmente, à data em que o nobre português recebia o direito de exploração da terra, de acordo com Fernandes (2014, p. 28).

se estabelecer para garantir a sobrevivência. Consequentemente, essa itinerância assinalou o desenraizamento da população do campo, mais uma vez indicando o avanço do capital sobre a terra. De acordo com Stédile (1997), essa lei incorreu na consolidação do latifúndio como estrutura basilar da distribuição das terras brasileiras, acarretando consequências sociais observadas até hoje.

No entendimento de Wanderley (2001), esse desapego ao vínculo territorial confere a possibilidade de (re)constituição do patrimônio familiar dos povos do campo, mesmo que seja em um local distante. Ele atribui essa situação à relevância familiar, já que esta é uma das dimensões mais importantes das lutas dos agricultores brasileiros na busca por um local de trabalho e vida em comum, com o resguardo das memórias familiares e reprodução para as gerações seguintes, submetendo-os a deslocamentos constantes, longos e sucessivos.

A despeito do desejo dos latifundiários no fracasso dos pequenos proprietários que se efetivaria com a Lei de Terras de 1850, a colonização se deu com estabelecimento de famílias agricultoras que conseguiram fazer o bom uso das terras, desde o século XIX. Sobre isso, Fernandes (2014) declara que mesmo com a expulsão dos europeus não portugueses pelo governo colonial, outros imigrantes foram aqui acolhidos pelo governo republicano, como os italianos, espanhóis, alemães, japoneses e suíços, entre outros. Ele afirma ainda que

A Lei de Terras auxiliou o governo a identificar terras devolutas que poderiam ser utilizadas para estabelecer colônias e gerar receitas fiscais na compra e venda de terras. No entanto, a política dos governos estaduais e do governo federal sempre foi de evitar o confronto com os latifundiários, inclusive nas terras com duvidosos títulos de propriedade. (FERNANDES, 2014, p. 33).

A presença e qualificação da força de trabalho, a propriedade dos meios de produção, a propriedade da terra, bem como a jornada de trabalho particular, são elementos que permeiam a produção no campo. Tal modo de produção se configura tanto pela posse dos meios de produção quanto o trabalho realizado pela família na unidade produtiva, para subsistência ou para o mercado. A hesitação entre a submissão à grande propriedade ou o isolamento em áreas mais remotas, a dependência dos resultados insuficientes ou aumento de jornada em outras propriedades para complemento de renda, a migração temporária ou definitiva em busca de melhorias, são algumas das contradições que perpassam pela produção da vida desses trabalhadores. Esta instabilidade nas diferentes regiões acaba por gerar ainda mais precariedade e discrepância entre elas. As regiões brasileiras são divididas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em cinco macrorregiões, sendo elas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

O trabalho no campo na região Nordeste é evidenciado pelo isolamento, pela agricultura de subsistência e pela sua pobreza, como indica Brumer et al. (1997). Entretanto, sua história aponta que ora eram integrados à economia do mercado e participavam de importantes atividades da Colônia, ora eram mal remunerados na integração com a grande propriedade. Enquanto o movimento de povoação na região amazônica aconteceu de forma incipiente, as atividades econômicas no Nordeste eram intensas desde o século XVI. Fernandes (2014) atribui a estagnação e pobreza dessa região, de certa forma, ao domínio de uma minoria latifundiária sobre a maioria minifundiária, a estratificação e subdesenvolvimento da segunda, já que o cultivo da cana e a exportação do açúcar rendia à primeira importantes divisas. Segundo ele, a concentração do poder das oligarquias estruturadas que se formaram ainda impõe entraves ao desenvolvimento da região, fragmentando a criação de redes. Mesmo com a baixa representatividade, a agricultura familiar tem apresentado um enfrentamento em relação aos latifundiários na defesa de seus territórios.

Na cultura do café, alguns dos antigos escravos seguiam nas propriedades, durante a transição do trabalho escravo para o livre na região nordestina. Entretanto, quando o Estado e os latifundiários causam alterações na economia, e por conseguinte nas formas sociais desses produtores mais pobres, acontece a redução da população rural nessa região. Dessa forma, esse movimento à outras regiões sertanejas em busca de novas terras acaba por incidir na formação de comunidades de base familiar. A falta de acesso e infraestrutura e tecnologias é apontada por Fernandes (2014) como a causa da disparidade em relação às demais regiões, que acolhe 50% do campo brasileiro, e cerca de 88% desses estabelecimentos dependem de políticas de transferência de renda como auxílio complementar. De acordo com Castro (2012), além da estiagem que assola a região, a agricultura nordestina apresenta outros desafios e problemas, “que vão da reforma agrária às queimadas; do êxodo rural ao financiamento da produção; da infraestrutura de escoamento da produção à viabilização econômica da agricultura familiar, envolvendo questões políticas, sociais, ambientais, tecnológicas e econômicas”. Ainda assim, mesmo na precariedade de recursos, respondem pela maior parte da produção dos gêneros alimentícios que compõe a base alimentar da população brasileira, como arroz, feijão, mandioca e milho. A situação contraditória de subdesenvolvimento que o Nordeste apresenta é tão produto do modo de produção capitalista quanto o desenvolvimento da região paulista, haja vista que, “este sistema capitalista, em todo tempo e lugar – e é de sua natureza que assim seja -, produz desenvolvimento e subdesenvolvimento.” (FRANK, 2012, p. 58).

Na região de São Paulo, os caboclos, enquanto agricultores rudimentares e itinerantes, eram apoiados por trabalhadores estrangeiros e somados ao contingente dos agricultores de

subsistência dependentes das grandes explorações, conforme indica Brumer et al. (1997). Os caipiras, tidos como trabalhadores de cultura rústica, asseguraram às gerações futuras apenas seu próprio modo de vida, devido à essa itinerância, mobilidade espacial e consecutivamente à posse precária da terra. Já o colono, tanto poderia trabalhar temporariamente como assalariado, em tempos de colheita, como também um produzir gêneros alimentícios advindos do cultivo familiar de subsistência que mobilizavam o comércio regional. Os colonos vieram substituir a força de trabalho escrava recém-liberta nas plantações de café, mas durante o período de decadência desta cultura, demandou a criação de projetos de colonização para os auxiliar na aquisição de terras.

Além das atividades agrícolas, São Paulo recebeu engenheiros ingleses que planejaram a construção de estradas de ferro necessárias para o escoamento da produção, o que corroborou para que se tornasse o estado que mais acumulou riqueza no Brasil. Teve bastante relevância no fornecimento dos alimentos e aprovisionamento das colônias. Hoje, esta região concentra a maior área citrícola do mundo, onde os pomares são manejados pela agricultura familiar. Entretanto, são as grandes corporações que controlam a industrialização e comercialização da produção desses *commodities*. Outra produção que vem crescendo e disputando espaço com a citricultura é a de etanol e biodiesel, o que tem intensificado a luta pelo uso das terras.

Ainda sobre o Sudeste, Fernandes (2014) afirma que o Rio de Janeiro, que hospedou a Corte portuguesa em 1808 e foi por tempos a capital colonial, o que colaborou para ser o que se tornou hoje em termos de importância, mas não se destacou em relação à agricultura.

No Sul observa-se uma certa divisão entre as grandes propriedades localizadas nos pampas e as comunidades rurais de imigrantes europeus fixadas nas regiões montanhosas, como alemães, ucranianos, italianos e poloneses. O modelo de agricultura desenvolvido por eles era forte e sustentável, e seguiu resistindo à força da dominação do agronegócio. O interesse pelo trabalho no campo era evidente na situação dos colonos provindos da Europa no início do século XX que ocuparam as terras gaúchas. O desenvolvimento dos primeiros cultivos e construção das primeiras instalações que se efetuaram após a derrubada das matas no norte do Rio Grande do Sul, deram início à especialização produtiva e ao aprofundamento das relações comerciais, explicando a atual modernização da base técnico-produtiva e na “sojicização” deste segmento, como aponta Wanderley (2001).

Sobre o Sul, Abramovay et al. (1998), aponta que além da produção de alimentos e matérias-primas, até o final da década de 1960 havia uma prática de repartição das terras aos filhos que vinham a culminar na geração de novos estabelecimentos e uma reprodução social

da família. Segundo esse autor, essas implantações se davam pela instituição do *minorato*⁷ na reprodução da condição dos agricultores pelos filhos mais velhos e pelo incentivo à atividade agrícola enquanto realização na vida adulta, assim como pela mobilidade espacial e dinamicidade do mercado de terras. Porém, essa cultura acerca da herança da profissão dos pais e a limitação na formação de novas unidades produtivas muda essa situação a partir de 1970. No entanto, Wanderley (2001) vê de forma positiva esses movimentos, já que possibilitaram a criação de fronteiras, inclusive agrícolas.

Em relação ao Cerrado, que abarca grande parte do Centro-Oeste avançando até Tocantins, Maranhão e ainda parte de Minas Gerais, Altafin (2007) considera que o projeto para o futuro assegurou-se pela mobilidade espacial da população rural. Houve um desalojamento dos pequenos produtores rurais com a ocupação do Cerrado nos processos de migração e com a agricultura moderna e intensiva voltada às exportações, fixando-os nos “baixões”, onde a produção é voltada ao consumo interno familiar e comunitário. A história dos pequenos proprietários e posseiros do Cerrado é antiga, precária e rudimentar devido à natureza de sua origem. A região Centro-Oeste hoje é marcada pela baixa representação da agricultura familiar, que apesar de representarem 69% dos estabelecimentos, detêm somente 10% do território, conforme Fernandes (2014). É a principal produtora de soja e teve expressivo crescimento na década de 80. Além da significativa produção de 98% da soja pelo agronegócio, este ainda comanda a produção de feijão e arroz.

Fernandes (2014) também aponta que na região amazônica sempre houve uma forte disputa pelas terras dos indígenas, dos trabalhadores do campo, assim como das terras públicas. Está no limite da fronteira brasileira e possui grande movimento aeroviário, sendo por isso estratégica. Representa a maior área das regiões do país, e sua riqueza ainda a ser explorada induz à cobiça dos especuladores em potencial. Seus principais *commodities* são a soja e a criação de gado de corte, sendo que ambas demandam uma área em que o desmatamento da floresta se justifica pelos exploradores. Também chama a atenção por sua riqueza mineral, hidrográfica e pela baixa densidade demográfica, o que acaba instigando as grandes corporações tanto nacionais quanto estrangeiras.

O governo de Getúlio Vargas, no período do “Estado Novo”, promoveu de certa forma uma organização social e política nas classes rurais, com o estabelecimento de leis trabalhistas

⁷ Minorato é o processo sucessório comum na agricultura familiar até o final dos anos 60, em que a propriedade paterna é passada ao filho mais novo, após a viabilização dos demais filhos como agricultores, organizada pela família. (MELLO et al., 2003).

no que concerne às relações de trabalho no uso da terra, bem como a formação de uma estrutura associativa entre elas, segundo Fernandes (2014).

Nesse sentido, Ianni (2012) relata que as Ligas Camponesas se multiplicaram entre 1955 e 1963, e logo após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, os sindicatos começaram a se propagar ainda mais que as ligas, e até incorporando-as em razão dos recursos financeiros em maior volume. No entanto, a oligarquia rural sentiu-se ameaçada, visto que isso poderia implicar na perda de seu poder e na ampliação do controle do Estado sobre os usos da terra. No governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco houve uma violenta interrupção, sendo eliminados da cena política vários dirigentes dos movimentos rurais. Tal qual as ligas, os sindicatos não foram declarados ilegais, mas tiveram forte intervenção do governo. Assim, houve uma reação afim da garantia da dominação, que se daria com o golpe militar de 1964. Outra lei, o Estatuto da Terra⁸, foi promulgada nesse período pelo Congresso Nacional para promover a reforma agrária, mas foi tão inoperante para os trabalhadores do campo quanto a Lei de Terras de 1850, conforme também destaca Fernandes (2014).

Segundo Moreira et al. (2019), o intenso movimento da Revolução Verde que aconteceu após a II Guerra Mundial em escala global, teve o termo cunhado pela indústria multinacional em razão do aumento significativo da produtividade das espécies cultivadas por meio de um conjunto de técnicas, que desencadeou uma série de avanços na agricultura. Tal processo, no entanto, intensificou o êxodo rural para as periferias urbanas devido às expropriações dos trabalhadores do campo. Gaspareto e Menezes (2019) também destacam que foi um período de alterações das relações sociais no campo, em razão do empobrecimento dos agricultores que não conseguiram acompanhar os preços dos novos insumos trazidos pelo modelo de agricultura extensiva, química e industrial baseado na Revolução Verde.

Ela alterou a agricultura familiar que até 1950 se baseava na diversificação de culturas, na tração animal, na rotação de áreas e nos cultivos voltados para a subsistência, sem vistas à comercialização do excedente, o que veio a ocasionar grande desigualdade no meio rural, acelerando a industrialização da agricultura e sua tecnificação, culminando no êxodo rural. Mesmo as transformações pelas quais a agricultura familiar passou, foram ainda assim afetadas pelo caráter conservador da modernização agrícola, onde a exclusão, a discriminação, a dependência à grande propriedade, a precariedade ao acesso aos meios de produção acomete

⁸ Designação dada à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, formulada durante o período militar para formalmente adequar a reforma agrária brasileira ao desenvolvimento econômico e social do país. As disputas políticas mais uma vez fizeram com que os latifundiários fossem privilegiados, agravando o êxodo rural e multiplicando os conflitos armados pela posse das terras. A referida lei teve ainda seu potencial desapropriador mais enfraquecido com a Constituição de 1988.

essa população, conservando sua subalternidade e pobreza. Mesmo entre os que se modernizam, poucos indicam uma mudança qualitativa do ponto de vista estrutural.

O modelo agrário que prevaleceu até aproximadamente o final dos anos 70 era então conhecido como “modernização conservadora”, em que os estudos ora se preocupavam com as relações sociais de produção, ora com as questões técnicas, de ordem econômica. Esta última, inclusive, fora defendida no pensamento conservador, mais especialmente por Delfim Neto⁹, e bastante considerada no período militar. Essas ideias transpassaram tanto o período da industrialização acelerada, no chamado “desenvolvimentismo”, quanto o ápice das políticas agrícolas, que contribuíram para desenhar o padrão de desenvolvimento capitalista característico ao Brasil, que atendia à acumulação e não ao consumo.

Findando-se a ditadura militar, inicia-se um novo momento na história do país, em 1985, quando José Sarney assume o governo após o falecimento do titular Tancredo Neves. Sarney busca assumir todos os compromissos inicialmente firmados por Tancredo Neves no que se refere à reforma agrária, promulgando o Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) e criando o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD). No entanto, suas ideias não eram tão compatíveis às do seu antecessor em relação à reforma agrária, e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que estipulava metas para a efetivação dos assentamentos, foi desvirtuado pela bancada ruralista do Congresso, avalizado por ele próprio.

Por volta dos anos 80, já se observavam os sinais de esgotamento no modelo agrário vigente, em decorrência do apontamento dos moldes neoliberais na nova ordem mundial que se refletiam na indústria, assim como na agricultura. São mudanças na divisão social do trabalho nesse novo cenário globalizado que não se restringem só às cidades, mas avançam no campo também, transformando tanto a natureza quanto a gestão da reforma agrária. A abertura internacional dos mercados, as alterações na economia externa, as reorganizações geopolíticas, as relações multilaterais entre os países de diferentes níveis de desenvolvimento trazem reações nas relações sociais das classes agrárias. As novas formas sociais de trabalho são assim legitimadas não como uma diversificação do modo de produção, mas como justificativa desse vigente ideário que modifica a vida social, a lógica produtiva, de consumo e distribuição dos bens e serviços na sociedade. Dessa maneira, as múltiplas atividades em que o trabalhador demanda se valer para suprir suas necessidades impactam o mundo do trabalho, alastram a

⁹ Economista e Professor Emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), soma mais de 55 anos dedicados à vida pública, tendo assumido cargos de catedrático, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, ministro, embaixador e deputado federal. Dirigiu a economia brasileira entre 1967 e 1974, nos governos Costa e Silva e Médici. Nesse período, Delfim Netto foi o responsável pelo momento da história conhecido como o Milagre Econômico.

exploração do sobretrabalho e as naturalizam, retratando essas metamorfoses que decorrem da reestruturação produtiva do trabalho apenas como busca de novas oportunidades laborais. (ANTUNES, 2006). Entretanto, essa dinâmica nas relações sociais produtivas por vezes concorre para o incremento da produção quando combina as atividades agrícolas com as não agrícolas.

Lustosa (2012) ressalta que dos anos 50 até aproximadamente os anos 90, mais especificamente no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o modelo agrícola produtivista seguia abaixo de críticas. Houve um aparente rompimento das intervenções estatais no que se refere às políticas agrícolas e agrárias formuladas e implementadas, bem como nas negociações diretas de terras. As tensões sociais no campo foram acomodadas com reformas em que o Estado intervinha de forma lenta e gradativa, inclusive com instrumentos políticos e sociojurídicos com vistas a legitimar os negócios rurais imobiliários, como o Banco da Terra¹⁰, por exemplo.

A efetivação das propostas de introdução de novas formas de gestão agrária, voltada ao mercado, foi garantida por meio de medidas decretadas por Fernando Henrique Cardoso, usando o esgotamento do modelo da industrialização acelerada na agricultura patronal e em áreas metropolitanas como parte importante da argumentação. A redução da ação estatal na gestão das atividades agrárias denota a transição para um padrão moderno neoliberal de acumulação, onde as mudanças resultam da reestruturação do capital, que concomitantemente trouxe mudanças para os modos de produção, já que cada vez mais a distância entre o rural e o urbano se dissolve, em virtude da globalização e da difusão dos meios de comunicação na área rural.

O princípio que fundamentava tais políticas governamentais seria oportunizar que os agricultores familiares tivessem condições competitivas nos mercados tanto interno quanto externo. Lustosa (2012, p. 86) afirma que tais questões refletem diretamente “nos processos de produção e reprodução social, na organização dos processos de trabalho.” Marx (2013, p. 563), já declarava que “a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura provocou também uma revolução nas condições gerais do processo de produção social, isto é, nos meios

¹⁰ O Banco da Terra é um Programa de crédito fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que financia aos pequenos empreendedores rurais a compra de imóveis rurais e a implantação de obras de infraestrutura básica, como construção ou reforma de residências, disponibilização de água para consumo humano e animal, construção de estradas, rede interna de eletrificação, abertura, recuperação ou construção de vias de acessos internos e construção ou reforma de cercas. Os beneficiários do Programa contam também com o crédito produtivo concedido pelo Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar). Conforme a Agência Senado (2013), o Banco da Terra foi criado em 1998 (Lei Complementar 93/1998) com a finalidade de financiar a criação de assentamento rural por trabalhador sem terra e por pequeno agricultor dono de área insuficiente para seu sustento e de sua família, com dimensão inferior à definida no Estatuto da Terra como propriedade familiar.

de comunicação e transporte.” A repercussão disso se deu de forma negativa, uma vez que culminou em diversos problemas sociais que se observaram generalizadamente tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

Os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017 apontam um crescimento no número de produtores que tem acesso à internet de 75.000 em 2006 para 1.425.323 em 2017, assim como o acesso ao telefone, que aumentou de 1,2 milhão para 3,1 milhões de pessoas, observando-se o mesmo período. Tais dados denotam que o avanço tecnológico e o acesso à tecnologia também alcança o campo, o que gera mudanças em suas configurações sociais e econômicas. Assim, os conhecimentos científicos e a mecanização da produção integram as novas bases técnicas e produtivas no campo, que buscam aumentar a produtividade na agricultura familiar, mesmo que em desvantagem se comparada à força do agronegócio. Observa-se que essas mudanças generalizadas não se restringem ao meio rural, mas à sociedade em geral.

Em contrapartida, a mecanização do campo e o avanço das forças produtivas contribuem para a diminuição da renda e incipiência do trabalho no campo, e por conseguinte, o êxodo rural. Essa incorporação da força de trabalho de novos segmentos produtivos e sociais, inclusive da agricultura familiar, é inerente ao processo de mundialização da economia que potencializa os lucros. A comparação entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 mostra queda na força de trabalho humano no campo quando se refere aos produtores, familiares e trabalhadores temporários e permanentes. Em 2006, haviam em torno de 16.567.544 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Entretanto, esse número reduziu por volta de 1,5 milhão em 11 anos, baixando para 15.036.978. (IBGE, 2017)

De acordo com Lustosa (2012), as dimensões política e econômica não podem ser dissociadas, uma vez que as relações sociais na sociedade capitalista estão organicamente imbricadas. Assim, para a autora,

Essas duas esferas, quando examinadas de forma autonomizadas, resultam em alternativas: a primeira, é que, se considerarmos o econômico como determinante único, pode-se resvalar para uma perspectiva “economicista”, porque desprovida de determinações sócio-históricas nela embutidas; igualmente, ao se manter na dimensão do ‘político’, em sentido estrito, isolado da base material/estrutural, tendo-se por prioridade analítica apenas os fenômenos situados nas esferas superestruturais nos termos gramscianos, oculta-se a essencialidade da dialética orgânica mantida nessas relações, o que torna desprovida a visão da totalidade do real. (LUSTOSA, 2012, p. 150).

Observou-se queda também no número de produtores e familiares mais especificamente, de cerca de 12.801.179 para 10.958.787, baixando o percentual de 77% para 73% do total desse contingente, em média 3,2 para 3 por estabelecimento.

Tabela 1 - Crescimento do pessoal ocupado e de tratores entre 1975 e 2017 no Brasil.

	1 975	1 980	1 985	1995-1996	2 006	2 017
Pessoal ocupado	20 345 692	21 163 735	23 394 919	17 930 890	16 568 205	15 105 125
Tratores	323 113	545 205	665 280	803 742	820 718	1 229 907

Fonte: (IBGE, 2017).

Nota: Informações organizadas pela autora.

Em contrapartida, constatou-se um aumento de 407.916 tratores em 2017 em relação a 2006, o que representa um percentual 49,7%, totalizando 1.228.634 máquinas nos estabelecimentos agropecuários. São 733.997 produtores que contam com uma agricultura mecanizada, conforme dados do IBGE (2017). Sobre isso, Lustosa (2012, p. 62) destaca que “as alterações nos processos de trabalho e novas formas de organização da produção refletem o esgotamento das formas de produção e reprodução que retira desses processos a ideia de simples definição abstrata, conceitual.” Quanto a esse movimento, Marx anuncia que

Em sua fase inicial, esse revolucionamento da agricultura tem mais a aparência de uma revolução política. Como máquina, o meio de trabalho logo se converte num concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina é diretamente proporcional ao número de trabalhadores cujas condições de existência ela aniquila. (MARX, 2013, p. 612).

A modernização da agricultura decorre da mudança na estrutura técnica da produção agrícola, que moderniza, intensifica e mecaniza a produção artesanal do trabalhador rural, o que, como aspecto positivo, inova o modo de produção, embora não qualifique as condições de vida das populações do campo. Confrontando os impactos das transformações na sociedade moderna em geral, em relação ao mercado e à urbanização, busca-se uma adaptação da agricultura familiar com base nos elementos internos e externos, com vistas a transformá-la em um agente da agricultura contemporânea, como indica Wanderley (2001). Cada vez mais os produtores familiares têm dado importância ao mercado, o que, não significa, porém, que abandonem a produção para autoconsumo, sua principal característica. A fragilização da agricultura familiar não se dá obrigatoriamente com a mercantilização, devendo ser observados onde se processa e de que forma as famílias passam a orientar suas ações na reprodução social.

Essa reprodução que se reflete nas famílias que assumem a pluriatividade e trabalho externos de alguns de seus membros podem ser positivos, e não desagregadores da família

agricultora, conforme pondera Wanderley (2001). Para ele, esse processo pode até levar à novas estratégias produtivas e organizacionais e maior resistência das formas familiares de produção rural. Zanol e Stropasolas (2019) têm acordo com isso, uma vez que afirmam que as novas funções do espaço rural, agrícolas ou não agrícolas, devem ser alternativas para a permanência dos/as jovens no campo. Isso porque, segundo os autores, essa proposição das novas ruralidades vai ao encontro da necessidade de se ampliar a renda familiar em razão do aumento do número de pessoas, com atividades complementares voltadas ao lazer, agroturismo, ecoturismo e turismo de aventura, processamento de alimentos em pequenas agroindústrias, assim como a agroecologia devido à grande procura por alimentos saudáveis.

Da mesma forma, as marchas e contramarchas da produção agrícola familiar e sobre a concentração de sua produção e de sua área contribuíram na constituição da história da agricultura, conforme Wanderley (2001). Esses argumentos refletem uma interpretação alusiva aos princípios capitalistas, visto que a caminhada na direção aos modos de produção de tal sistema são naturalizados na fala do autor.

No entanto, os trabalhos externos dos membros da agricultura familiar mudaram a configuração desta, que deixa de ser exclusiva do campo e passa a também se inserir no urbano, no momento em que a necessidade financeira a obriga a partir em busca de mais renda para garantir sua sobrevivência. A Lei 11.326/2006, classificava a agricultura familiar enquanto estabelecimento de pequeno porte, em que devia ter gestão familiar, e no mínimo a metade da força de trabalho e da renda provenientes dessa produção familiar. Essa mudança na configuração tem corroborado para que estes estabelecimentos não se enquadrem mais na referida lei, desatendendo seus critérios. Isso fez com que em dez anos diminuísse o número estabelecimentos de pequeno porte classificados como familiares, devido à natureza da renda do produtor.

O Decreto 9.064/2017 que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, “institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais”, publicado no governo Temer, foi construído sem as considerações da categoria. Conforme afirma Barreto (2017), ainda que a Confederação Nacional dos trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares (CONTAG) entenda que o decreto seja relevante ao iniciar o processo de criação do tal cadastro, o texto apresenta problemas conceituais, especialmente no que se refere à Unidade Familiar de Produção Agrária e sua limitação da agricultura familiar à uma atividade de simples subsistência. Outra questão foi o fato de o decreto ter sido elaborado sem a discussão no

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que está inativo desde a tomada do poder por Michel Temer, em abril de 2016, uma vez que tal governo nunca mais convocou nenhuma reunião do referido conselho. A mudança no conceito alterou a forma de classificar os estabelecimentos, já que a renda deve predominantemente ser retirada do domicílio. Isso fez com que houvesse uma queda na quantidade dos estabelecimentos que se enquadram como familiares, baixando de 4,6 para 3,9 milhões, de acordo com o IBGE (2017). Reitera-se que isso acomete diretamente os pequenos produtores, uma vez que os recursos e financiamentos são afetados em virtude da não obediência aos critérios pré-estabelecidos legalmente.

Fernandes (2014) ressalta que o capitalismo no campo brasileiro se fortaleceu em razão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades rurais, bem como do trabalho familiar agropecuário nas pequenas propriedades. Tanto a renda da terra quanto o trabalho se sujeitam ao modo de produção capitalista, amplificando-o. A agricultura familiar contribuiu para que tal modo de produção se avolumasse, quando garantiu a fartura e baixo custo na alimentação da população urbana que aumentava nos países capitalistas centrais e alguns periféricos. Para Fernandes (2014, p. 38) “essa relação capital-camponato produz um paradoxo em que a produção agropecuária camponesa aparece nos resultados econômicos do agronegócio e a riqueza produzida é desviada para as corporações que industrializam e comercializamos produtos camponeses.”

O espaço da exploração familiar corresponde à unidade de produção agrícola em que o trabalho e a propriedade estão estreitamente atrelados à família, que por sua vez, enquanto grupos sociais não homogêneos, conseguem se adaptar às mais variadas situações. Sobre as características das famílias agricultoras, o fato de não serem homogêneas social, cultural e economicamente, concorre para que não se tornem imóveis, isoladas e estanques enquanto categoria. Nesse sentido, a agricultura familiar vem a ser uma unidade de produção que relaciona família, terra e trabalho de forma intrínseca. Para Wanderley (2001), a agricultura familiar se dá onde o trabalho no estabelecimento produtivo é assumido pelos proprietários dos meios de produção, dentro de uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho que venha a garantir a sobrevivência às gerações imediatas e futuras, em vista das consequências no modo como esta age social e economicamente, tanto com o trabalho dispendido quanto com os recursos materiais.

No Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006, p. 40), é considerado estabelecimento agropecuário “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, à atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou

a do administrador”. Explicita ainda que, isso se dá “independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável.”

Uma observação relevante a ser aqui registrada é que o Censo Agropecuário de 2006 foi o primeiro a distinguir os resultados referentes à agricultura familiar e não familiar, apresentando-os de forma separada. Constatou-se que se denominam “pessoas com laços de parentesco com o produtor” as pessoas que podem desenvolver ou não atividades remuneradas na propriedade, juntamente com o “pessoal ocupado”. São considerados como laços de parentesco para fins de censeamento o cônjuge, filhos, pai e mãe, sogros, avós, genro e nora, companheiro(a), menores sob guarda ou tutela, irmãos, netos, tios, sobrinhos, primos, cunhados ou enteados do produtor. No Censo Agropecuário de 2006, entendeu-se como “pessoal ocupado” no estabelecimento

Todas as pessoas que trabalharam em atividades agropecuárias ou em atividades não agropecuárias de apoio às atividades agropecuárias, como motorista de caminhão, cozinheiro, mecânico, marceneiro, contador e outros, bem como os produtores ou administrador de explorações comunitárias, juntamente com as pessoas que tinham laços de parentesco com eles e que estiveram trabalhando no estabelecimento, no período de referência (IBGE, 2006, p. 54).

A força de trabalho familiar, parcerias, agregados e outras formas tradicionais compunham quase 70% do pessoal pertencente às atividades agrícolas, até 1960, de acordo com Graziano da Silva e Kageyama (1996). Já entre os anos de 1970 e 1985, cresceu essa importância, uma vez que em 94,3% a 96,0% dos estabelecimentos agropecuários do país com área inferior a 100 hectares era a agricultura familiar que predominava. A classificação das propriedades rurais devem ser baseadas em atributos pertinentes à agricultura familiar, no que se referem ao tamanho da área, uso da mecanização, tipo de atividade, uso de insumos, à intensidade de uso dos fatores, número de atividades, renda obtida e ao consumo de tecnologia.

Em relação à classificação quanto à produção e tamanho de suas áreas, os produtores são divididos em pequenos, médios e grandes produtores, de acordo com a lógica do modelo de desenvolvimento adotado para o campo, com vistas à modernização tecnológica de produtos agrícolas para exportação, a partir de 1960. Quanto ao tamanho da área ocupada, são as instituições regionais que determinam os critérios específicos de classificação. Observa-se que isso dificulta a obtenção de recursos financeiros e tecnológicos que sejam suficientes para seu desenvolvimento, que assegurem o processo da produção até a comercialização. Dessa forma, as relações sociais de produção são cada vez mais prejudicadas, aumentando a subsunção do

pequeno proprietário ao capital, por meio de empréstimos bancários que os distanciam de um pleno desenvolvimento e crescem o sobretrabalho em sua rotina.

Quanto à definição legal acerca da propriedade familiar, na Lei 4.504/1964 (BRASIL, 1964), em cujo artigo 4, inciso II, se coloca como: “propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros”. O MDA (Ministério de Desenvolvimento da Agricultura), a FAO (Organização para as Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) definiram que o universo da agricultura familiar em 2000, deveria atender simultaneamente à algumas condições, tais como a direção dos trabalhos do estabelecimento ser exercida pelo produtor, o trabalho familiar ser superior ao contratado, e ainda ser estabelecida adicionalmente uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares. Hoje, o conceito legal de agricultor familiar deve combinar critérios como a dimensão da propriedade, o predomínio da força de trabalho e a gestão familiares em tal unidade produtiva, assim como o percentual mínimo de renda familiar resultante da unidade produtiva, de acordo com a Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), que determina em seu artigo 3:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Consta que historicamente, o tratamento conferido aos agricultores familiares era o de produtores de subsistência, pequenos agricultores ou ainda produtores de baixa renda. Contudo, o reconhecimento da agricultura familiar pelo Estado brasileiro veio a partir do ano de 1995 com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), respaldando-se na Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006).

O acesso ao PRONAF, no ano de 2014, se dava quando os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (2013) eram atendidos, devendo os agricultores familiares simultaneamente explorarem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro,

arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas; serem residentes no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; não deter, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor; obter, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando força de trabalho de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; ter obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecede a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

No entanto, mesmo com a criação da Lei 11.326/2006 ou com a implantação de uma política pública federal específica para a agricultura familiar como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Estado delimita os sujeitos que possam se beneficiar delas, estabelecendo critérios para formação de um grupo social bastante heterogêneo, que incorpora ainda outras especificações, no que se refere a diferentes tipos e situações em cada região, estado, município ou ainda território. Contudo, ressalta-se, que a divisão do trabalho na agricultura proposto pelo PRONAF que subdivide a atividade agrária de acordo com a amplitude da propriedade, classificando-as em agricultura familiar, de pequeno e médio porte, ou a patronal, quando se refere ao agronegócio, também as categoriza e predefine o tratamento que lhes será concedido. Isso significa que quem não se encaixa nos critérios para a concessão de benefícios que propiciam crescimento, resta buscar as políticas de cunho assistencialista, de transferência de renda.

São sob diferentes paradigmas que as questões referentes ao uso da terra são analisadas. Fernandes (2014) enfatiza que há diversas intencionalidades nas *stakeholders* ou partes interessadas, que correspondem tanto aos movimentos dos trabalhadores rurais quanto às corporações do agronegócio nacional e multinacional, e o governo, seja nacional, estadual ou municipal representam. São paradigmas em que se observam múltiplas visões de mundo, com ideologias e determinações que se expressam nas políticas que se aplicam às classes sociais, de

acordo com as intencionalidades implícitas. Tanto o pequeno trabalhador do campo quanto o capitalismo agrário vêm no modo de produção do outro o problema que demanda ser solucionado. Fernandes (2014, p. 49), apresenta os mais influentes, os seguintes *stakeholders*:

Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Entre as organizações camponesas estão a Via Campesina, formada pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento das Mulheres Camponesas e Comissão Pastoral da Terra – CPT; a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Contag e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – Fetraf. O governo federal possui dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA – e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MD¹¹.

Sobre a diferença na distribuição de créditos e financiamento, Lustosa (2012) aponta a disparidade que há entre as regiões brasileiras, já que só a região Sul arremata 43% do crédito total dispendido. Isso denota que as diferenças regionais são significativas, quantitativa e qualitativamente, inclusive uma heterogeneidade que se forma em virtude disso. A autora também ressalta que de acordo com os dados do governo federal, até os anos 80 era a agricultura familiar que respondia pela metade da produção agropecuária do país e de 80% dos que nela trabalhavam. Quase 60% dos minifúndios, com até 5 hectares estão localizados na região Nordeste. Entretanto, nessa região, apenas 2,7% dos estabelecimentos utilizam assistência técnica, contra 47,2% da região Sul.

Fernandes (2014) também aponta uma discrepância substancial na distribuição do financiamento agrário no Brasil. Segundo ele, 74% dos agricultores que trabalham em 24% das terras cultiváveis recebem 15% do crédito disponível, mesmo produzindo 38% do valor bruto. Já o agronegócio arrecada 85% do crédito agrícola, produz 62% do valor bruto em 76% da área agricultável, ocupando 26% do pessoal nas atividades agropecuárias. É uma concentração de terras e de recursos que gera riqueza para uma minoria. O pequeno produtor pouco pode ascender à sua atual situação social, visto que as condições que lhes são impostas nada são favoráveis ao seu crescimento. Ao contrário, a desigualdade em que se encontra boa parte da classe trabalhadora do campo a obriga a viver em situação de dependência de programas assistencialistas oferecidos pelo governo, ao invés de proporcionar-lhes oportunidades de desenvolvimento.

¹¹ Com o governo Bolsonaro, houve modificações nessas secretarias. A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) foi criada em 2 de janeiro de 2019, pelo Decreto nº 9.667, com a transferência das competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), até então da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), conforme site oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). (BRASIL, 2019).

Conforme Marx (2013), uma parte da produção agrícola da pequena propriedade rural entra primeiro e preferencialmente para o consumo do produtor, enquanto meio de subsistência imediato, sendo o restante do excedente comercializada sob a forma de mercadoria. O que fundamenta essa lógica na produção do campo é a simples circulação das mercadorias, onde estas se convertem em dinheiro e vice e versa, culminando no vender para comprar, onde o dinheiro recebido na venda servirá para a compra de uma mercadoria não produzida pelo comprador, em busca da satisfação das necessidades. Por sua vez, na concepção de Wanderley (2001), o trabalho rural se norteia por dois níveis complementares, representados pelo autoconsumo e a atividade mercantil, sendo o consumo alimentar antes de tudo, assegurado pelo trabalhador do campo.

Nessa direção, observa-se que o conceito de agricultura familiar vem abrigando inúmeros critérios em diferentes situações, contrapondo-se à agricultura patronal, sendo que diferenças estão pontuadas acerca do tipo de força de trabalho e de gestão empregadas, bem como o tamanho da área e a renda familiar. Lustosa (2012) apresenta como uma das principais diferenças entre a agricultura patronal da familiar o tamanho da propriedade, sendo que a primeira diz respeito ao segmento fundiário de “grande porte” em todas as suas dimensões, desde a dimensão da área ocupada até os modos de gestão empregados na propriedade, especialmente no que se refere ao predomínio do trabalho assalariado, cuja base na reprodução e da valorização consiste na exploração da força de trabalho. A autora salienta que o agronegócio ou *agribusiness* vem a ser uma “agricultura patronal de base empresarial fundiária” (LUSTOSA, 2012, p. 49). Os usos das tecnologias avançadas, os tipo de cultura, assim como o domínio dos meios de produção estão a cargo não só ao fomento do mercado interno, mas sobretudo à produção agrícola de mercadorias destinadas à exportação.

Para Fernandes (2014, p. 62), “agronegócio ou agricultura patronal e agricultura familiar são conceitos criados recentemente para se referir à agricultura capitalista e à agricultura camponesa”. Segundo ele, essas diferentes denominações são utilizadas no debate/embate sobre os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, sempre enfatizando ou ofuscando o caráter de classe social no desenvolvimento do território rural.

Um trecho do Capítulo 23 de *O Capital* (1969), onde Marx fala sobre a evolução da agricultura familiar e os rumos que vem tomando no que se refere à modernização e às relações na divisão social do trabalho, explicitando que

Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou de acordo com o grau em que se tenha apoderado dela, a demanda de população trabalhadora rural decresce em termos absolutos na mesma proporção em que aumenta a acumulação do capital

em funcionamento nessa esfera, e isso sem que a repulsão desses trabalhadores seja complementada por uma maior atração, como ocorre na indústria não agrícola. Uma parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa metamorfose (Manufatureiro, aqui, no sentido de toda a indústria não agrícola). Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude. O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo. (MARX, 2013, p. 872-873).

Esse complexo conjunto de fatores na reestruturação do trabalho combinados entre si, se acentuam na medida em que o sistema capitalista avança e corroboram para que a disparidade econômica e social se intensifique, aumentando o nível da pobreza e das mazelas sociais, inclusive no meio rural. São mudanças que modificam as relações sociais de produção, do Estado, da sociedade e das classes sociais em diferentes proporções, alterando ou legitimando as desigualdades, enquanto uma modernização que se apresenta como conservadora e excludente. Essa configuração econômica que delinea o modo de acumulação vigente, interfere no comércio interno no momento que minimiza sua ação, respaldada pela diminuição da regulação da intervenção pública, em detrimento do mercado externo que amplia sua participação e acaba por modificar a lógica nas relações sociais de produção, seguindo os moldes do arranjo neoliberal. Mészáros (2006) argumenta sobre esse processo que assola os trabalhadores, afirmando que

Atingimos uma fase do desenvolvimento do sistema capitalista em que o desemprego é sua característica dominante. Nessa nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e interdeterminações por meio da qual agora é possível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra, em políticos liberais de alguns países privilegiados afirmavam a possibilidade do pleno emprego em uma sociedade livre. (MÉSZÁROS, 2006, p. 31)

Os avanços tecnológicos foram um dos elementos que fizeram parte no desmonte no trabalho agrícola familiar. Essa transformação pela qual a área rural passa, concomitantemente à lógica do mercado está interligada à indústria, reduzindo a distância entre esses dois setores produtivos. Não se trata, entretanto, de uma ação linear de associação de dois setores, mas de implicações teóricas e históricas de relevância política, econômica e social, uma vez que imprime mudanças nas relações sociais em geral. Isso porque a configuração da sociedade contemporânea sofre mudanças que afetam o meio urbano, no inchamento das cidades, assim como o meio rural que esvazia e envelhece, em razão da diminuição do trabalho. Essa dinâmica faz parte da denominada por Antunes (2013) como *nova morfologia do trabalho* (grifo do

autor), em que, “as formas vigentes de valorização do valor¹² trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, ao mesmo tempo que expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam ao mesmo tempo sobrantes, descartáveis e desempregados.” (ANTUNES, 2013, p. 14). Dessa maneira, toda lógica do sistema social se modifica. As mudanças que impactam o planeta como um todo, indiferente de que local ou tipo de trabalho se realize, se materializam quantitativamente quando se observam os dados que emergem das pesquisas realizadas pelas instituições responsáveis em mapear e retratar a realidade, como o IBGE, por exemplo. Nesse sentido, a própria instituição reconhece que

Em um mundo em rápida e constante transformação nenhuma porção do planeta está imune às alterações provocadas pela ação de diferentes agentes de mudança. A resultante disso, seja na aquisição de matérias-primas ou commodities seja na expansão de espaços urbanos, mostra que efeitos sobre o território são fruto da convergência e da imbricação cada vez mais intensa de fenômenos de ordem social e natural. Para sua real compreensão não se pode buscar entendê-los de forma separada. (IBGE, 2017, p. 6).

A dinâmica da modernização do campo é então similar à da na indústria, já que o ritmo da força de trabalho é imprimido pelas tecnologias que se empregam, e não pelo próprio trabalhador. O sobretrabalho gerado presta-se a baixar custos e aumentar o tempo de trabalho excedente, incorporando cada vez mais a lógica capitalista, seja no rural ou no urbano. Entretanto, o acesso às tecnologias de ponta nem sempre estão ao alcance do pequeno produtor. Antunes (2011) discorre sobre essa relação que está cada vez mais em evidência acerca do crescimento e incremento da tecnologia. Apresenta uma análise meticulosa e contundente sobre a situação do trabalho atualmente, em níveis nacional e internacional, a crise globalizada nos mais diversos setores laborais, a reestruturação produtiva que dela decorre, assim como as metamorfoses desencadeadas no mundo do trabalho. (ANTUNES, 2006, 2013, 2014).

Nesse entendimento, a renda provém da terra por meio das relações sociais, e não de forma natural. A terra então, enquanto propriedade privada, tem valor não só econômico como também político e social, dentro do sistema capitalista vigente. As políticas empregadas no segmento agrícola devem ter assim outro direcionamento, analisando não só a esfera produtiva mas principalmente a superestrutura¹³ que a atende. É a totalidade que deve ser tomada em

¹² Segundo Bottomore (2001, p. 397), para Marx, “o valor de uma MERCADORIA expressa a forma histórica particular do caráter social do trabalho sob o capitalismo, enquanto dispêndio de FORÇA DE TRABALHO social. O valor não é uma relação técnica, mas uma relação social entre pessoas que assume uma forma material específica sob o capitalismo, e portanto aparece como uma propriedade dessa forma.” (grifos do autor).

¹³ Para Marx (2013, p. 1135) “a estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência”, de que “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral”

conta na reestruturação da questão agrícola. Deve-se compreender as relações que se dão além da aparência na morfologia do trabalho agrícola, os processos de produção e reprodução social nele inseridos. A viabilidade da agricultura familiar é impactada pelo novo modelo de desenvolvimento rural de maneira que a essência da natureza de seu trabalho modifica-se e delinea-se conforme os ditames impostos pelo capital. As atividades realizadas no tempo livre que o produtor passa a dispor com o incremento da agricultura, presta-se à incorporação de novas atividades à realidade do campo, dissimulando a geração de sobretrabalho que essas novas atividades trazem. Marx (2013) já se pronunciava sobre as invenções técnicas e os avanços da ciência, sustentando que ao invés de gerarem tempo livre de fato aos trabalhadores, trariam mais dissabores, acarretando a superexploração ou até o desemprego.

De maneira similar, a competitividade que a redução de custos trazida pelo agronegócio impõe demanda a absorção dos conhecimentos científicos na pequena produção, fazendo com que o produtor busque qualificar a força de trabalho empregada, seja no trabalhador contratado, seja no familiar que precisa deixar a propriedade para qualificar-se. A naturalização desse processo oculta o movimento do êxodo rural, da diminuição das pequenas propriedades, do envelhecimento do campo, bem como o aumento na disparidade entre o binômio área/número de estabelecimentos agrícolas. É um processo excludente que só faz aumentar a desigualdade já existente entre ambos os segmentos. Na perspectiva de Tommasino (2014, p. 94), “o agronegócio no Brasil não é uma tradução do termo *agribusiness*, mas sim expressão de uma nova articulação política que passou a atuar no campo brasileiro, muito mais forte e robusta daquela que enfrentávamos nas décadas de 80 e 90.

É uma “nova burguesia” que surge na atual sociedade capitalista brasileira. Um padrão remodelado, mas que também tem como fim a acumulação. Frigotto (2014, p.45) pontua que, a burguesia que dominava o Brasil dos anos 30 aos anos 80 era sobretudo a industrial, coligada e arranjada com as oligarquias agrárias, sendo que “hoje nós temos uma fração moderna da burguesia do agronegócio que é a que tem mais poder político e jurídico neste país.” Isso explica muita coisa quando se observa a quem as políticas implementadas mais beneficiam.

O aumento da mecanização e o incremento das tecnologias no campo trazem uma contradição, já que melhoram as condições produtivas, mas de certa maneira, expropriam o trabalhador do campo. Tal reorganização do trabalho do campo enquanto categoria social concorre para uma mudança mais profunda, em sua dimensão ontológica, uma vez que não se refere somente à produção, retirando o homem de sua relação direta com a natureza, acabando por modificar também as reproduções sociais concernentes a ele, no momento em

que o trabalho se diversifica e deixa de ser exclusivo na agropecuária. Sobre esse processo, Marx acentua que

Em alguns países, muito antes do período da grande indústria, a cooperação e a combinação dos meios de trabalho em mãos de alguns poucos provocaram, aplicadas à agricultura, grandes, súbitas e violentas revoluções no modo de produção e, por conseguinte, nas condições de vida e nos meios de ocupação da população rural. Mas essa luta trava-se originalmente mais entre grandes e pequenos proprietários fundiários do que entre capital e trabalho assalariado; por outro lado, quando os trabalhadores são deslocados pelos meios de trabalho, como ovelhas, cavalos etc., atos diretos de violência passam a constituir, em primeira instância, o pressuposto da Revolução Industrial. Primeiro os trabalhadores são expulsos das terras, e em seguida vêm as ovelhas. (MARX, 2013, p. 611-612).

Dá-se aí, um processo de alienação¹⁴, onde se observa que o homem do campo não se dedica mais exclusivamente ao trabalho direto com a natureza, mas as relações de produção vão tomando rumos que acabam por modificar sua essência, em decorrência das mais variadas determinações em que essas relações são forjadas. O aspecto teleológico¹⁵ propriamente dito não se efetiva por completo em virtude da subordinação em que o homem necessita se submeter para garantir a sua sobrevivência e dos seus. São então indissociáveis as relações objetivas e subjetivas que se dão nas relações sociais do trabalho rural no modo de produção vigente. Isto posto, identifica-se que as atividades agrícolas não mais são primordiais nos moldes rurais atuais, mas essa reestruturação do trabalho agrário e seu crescimento estão agora calcadas em bases da educação e de políticas sociais compensatórias, como ressalta Lustosa (2012). Essa integração de setores dissimula a desconstrução que vem se instalando na morfologia da agricultura familiar, vista apenas como mobilidade populacional. Assim, não são só os avanços tecnológicos que levam ao crescimento, mas uma complexa rede de determinações que abarcam a totalidade social.

A leitura da realidade concreta da reestruturação das atividades familiares agrárias nos leva a refletir acerca das complexas transformações que tal setor tem passado, dos caminhos alternativos pelos quais seguiu para garantir a sobrevivência de seus sujeitos, as atividades produtivas reajustadas ou mesmo substituídas, enfim, uma remodelação necessária para preservar sua viabilidade neste determinado contexto. Essa dinâmica permeia um ciclo nas

¹⁴ O referido termo aqui se entende na compreensão marxiana, ao sentimento de não pertencimento ao processo de produção ao qual o homem está inserido, em que ele submete sua força de trabalho a um controle externo.

¹⁵ Teleologia se refere ao planejamento realizado pelo homem que antecede e dirige a ação. A prévia-ideação antevê as consequências da ação pela consciência, idealizando o resultado antes que se materialize na prática. (LUKÁCS, 2010). É isso que difere o trabalho do animal e do homem em busca da satisfação de suas necessidades.

forças produtivas que tem no trabalho a mediação da qual derivam as outras determinações na evolução da reprodução social.

Baseando-se no conceito sobre o trabalho anteriormente apresentado por Marx (2013) e Lukács (2010), o trabalho agrícola na pequena propriedade é o que mais se aproxima do sentido ontológico do trabalho enquanto mediação entre homem e natureza. Dessa maneira, as imposições do sistema capitalista o afeta de maneira mais incisiva do que as demais atividades produtivas, em razão de que as atividades realizadas no meio rural cada vez mais necessitam se utilizar de recursos tecnológicos e fazer uso dos conhecimentos científicos mais desenvolvidos, e para tentar acompanhar a dinâmica vertiginosa do agronegócio, trava uma luta com forças desproporcionais. Assim, ao mesmo tempo que esses artifícios otimizam e ampliam os resultados, interferem em sua essência.

Todavia, a pluriatividade que agora permeia o meio rural não lhe é exclusiva, já que setores produtivos que também se valem desse novo padrão abarcam outras áreas produtivas e/ou não produtivas fora da agricultura, sendo que então “a viabilidade da agricultura centralizada apenas na produção agrícola passa a ser obsoleta.” (LUSTOSA, 2012 p. 110). Há que se observar, porém, que essa nova reestruturação produtiva e econômica apresentam a nova reforma agrária, e reafirma um padrão de desenvolvimento que afastam os trabalhadores menos favorecidos de suas origens em decorrência da dispensa de força de trabalho.

O novo padrão de reforma agrária prevê uma produção diversificada, ou seja, a agrodiversidade, onde a lucratividade pode ser otimizada na agricultura familiar na lógica do capitalismo, com atividades produtivas não agrícolas integradas às agrícolas. Conforme o Censo Agropecuário de 2006, a agroindústria rural se refere aos estabelecimentos industriais que desenvolvem

Atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor. (IBGE 2007, p. 62).

As atividades especificadas em tal documento estão relacionadas à vendas de animais criados em cativeiro, não incluindo aos da pecuária, bem como os produtos derivados deles, e ainda húmus e esterco. Da mesma forma, o beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros, salvo o serviço prestado às indústrias integradoras assim como a exploração mineral. Constam ainda as atividades não agrícolas empreendidas no estabelecimento como tecelagem, artesanato, etc. Igualmente a venda de pescado capturado,

assim como as atividades de turismo rural, sendo considerado turismo rural o conjunto de atividades turísticas que se desenvolvem no estabelecimento agropecuário vinculadas com a produção agropecuária como alimentação e hospedagem, entretenimento, visitação, recreação e atividades pedagógicas que apresentem relação com o contexto rural, etc. Para Piontkovsky e Pimentel (2012), a baixa dos preços agrícolas que causaram queda na renda, associadas ao aumento das ocupações em setores não agrícolas, incorreram na saída de membros dessas famílias rurais para atividades não-rurais como forma de manter ou ampliar a renda familiar.

O aspecto da formação profissional da agricultura familiar é caracterizada por Abramovay et al. (1998) por meio do aprendizado de um ofício pelas novas gerações que virão a gerir um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Apontam ainda que o trabalho de toda família em tal patrimônio desenvolve aprendizagem, com conteúdo social duplo, já que este patrimônio constitui a base material de um negócio mercantil, repousando sobre ele tanto a manutenção quanto a própria organização da vida familiar, caracterizando dessa forma a unidade entre negócio e família na agricultura familiar. Para Wanderley (2001), uma racionalidade moderna é assumida na agricultura do século XXI, uma vez que a profissionalização do agricultor incorre na perda dos contornos de sociedade parcial do mundo rural, caminhando para a plena integração à sociedade nacional, sendo essa nova situação enfrentada pelos agricultores familiares modernos com os elementos que possuem para lutar, que apreenderam ao longo do percurso.

Sobre a autonomia econômica da agricultura familiar, Wanderley (2001, p. 3) afirma que é expressada pela capacidade do fornecimento da subsistência do grupo familiar, de forma complementar, tanto na subsistência imediata, atendendo às necessidades do grupo doméstico, quanto pela reprodução familiar nas gerações posteriores. Para a autora, destes objetivos conjugados resultam “a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar”, como características fundamentais inerentes à ela.

As definições encontradas na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no ano de 1996 para a agricultura familiar fundamentam-se em três características principais. A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm laços entre si, de sangue ou de casamento. Outra característica é que os membros da família fornecem igualmente a maior parte do trabalho, e ainda que é à família que pertence a propriedade dos meios de produção, mesmo que nem sempre da terra, sendo em seu interior realizada a transmissão em caso de aposentadoria ou falecimento dos responsáveis pela unidade de produção.

As unidades familiares de produção podem ainda serem ordenados em estabelecimentos familiares genuínos, complementados por empregos temporários ou ainda em empresas familiares, observando-se nessa situação a diferenciação da produção familiar no que se refere ao peso do trabalho assalariado, contratado no conjunto da força de trabalho essencial à exploração do estabelecimento. No entanto, Abramovay et al. (1998) categoriza a agricultura familiar conforme critérios de diferenciação interna do segmento, de acordo com as tipologias de agricultores consolidados, em transição ou em exclusão, sendo percebido que a renda é o critério que os caracterizam.

Sobre os estabelecimentos familiares, Kageyama et al. (2013) os consideram como assentados, quando originam-se de projeto de assentamento; exclusivamente familiar, quando a força de trabalho advém apenas do produtor e de seus familiares, sem que se contrate ninguém de fora; e o familiar com contratado ou “misto”, em que a mão de obra contratada é em menor ou igual quantidade em equivalentes-ano, à mão de obra familiar. Verifica-se assim, que são diferenciados pela origem da terra e pelo trabalho.

Lustosa (2012) afirma que a produção da agricultura familiar é responsável por 80% dos trabalhadores, responsável metade da produção da agropecuária brasileira. Em acordo, Kageyama et al. (2013) também aponta que os estabelecimentos da agricultura familiar que predominam no Brasil, respondem a 90% do total de propriedades rurais do país, comportando 80% das pessoas ocupadas na agricultura e constituindo 50% do valor produzido pelo setor agropecuário. No entanto, apenas 25% da área total do Brasil está ocupada por esse montante de pessoas, sendo que 500 mil estabelecimentos considerados patronais ocupam os 75% restantes.

Quando observados os dados apresentados nos Censos Agropecuários de 2006 a 2017, verifica-se que houve redução no número de estabelecimentos agropecuários em 102.312 unidades, enquanto o pessoal ocupado reduziu seu contingente em 1.463.080, e a área cultivável aumentou 298.551.056 ha (IBGE, 2006). Tais dados estão disponibilizados na Tabela 2, e ilustrados em seguida no Gráfico 1, para facilitar o entendimento.

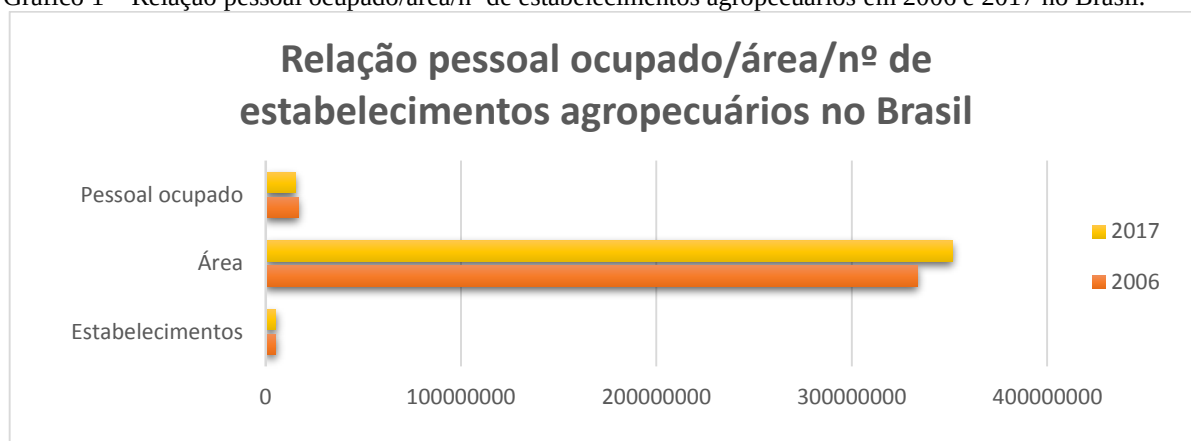
Tabela 2 – Dados referentes aos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 no Brasil.

Ano	Estabelecimentos	Área	Pessoal ocupado
2006	5175636	333680037	16568205
2017	5073324	351289816	15105125

Fonte: (IBGE, 2006; 2017).

Nota: Informações organizadas pela autora.

Gráfico 1 – Relação pessoal ocupado/área/nº de estabelecimentos agropecuários em 2006 e 2017 no Brasil.



Fonte: (IBGE, 2006; 2017).

Nota: Informações organizadas pela autora.

A leitura mais crítica desses números feita por Fernandes (2014) apontam algumas contradições. Tais números indicam forte presença e crescimento do agronegócio, visto que a área cultivável se elevou, inversamente à quantidade de pessoal ocupado, que diminuiu. Isso denota que o agronegócio caminha a passos largos, pois amplia-se em extensão, e ao se modernizar, dispensa força de trabalho humana devido ao uso cada vez maior de maquinário. A área cultivável, no entanto, não está relacionada à agricultura familiar, visto que foi observado uma redução dos números referentes à ela no Censo Agropecuário de 2017, conforme será discutido aqui posteriormente.

No que concerne aos segmentos familiares, para Lustosa (2012), o que os caracterizam como tal é o predomínio da força de trabalho de origem familiar, mesmo que sejam estes os proprietários da terra, com uma produção voltada à sua própria subsistência. Não raramente, a insuficiência da extensão da propriedade dificulta a geração de excedentes para a subsistência da família, restando o desenvolvimento e levando alguns membros a buscarem atividades externas ao seu sistema de produção para suprir as necessidades do grupo. A relação entre o trabalho e a gestão da propriedade é então a principal característica da agricultura familiar, mesmo que ocasionalmente haja complemento com força de trabalho assalariada.

Uma das principais características que marcam a história de ocupação do território brasileiro e a formação de seus grupos sociais, a distribuição desigual da terra se revela na apropriação dos recursos naturais em tempos anteriores e atuais no país. Os números retirados do Censo Agropecuário 2006, indicam essa desigualdade quando compara a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários com número de estabelecimentos, indicados a extensão dos mesmos.

Tabela 3 – Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área no Brasil - 1985/2017.

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)			
	1985	1995	2006	2017
Total	374 924 421	353 611 246	329 941 393	350 223 359
Menos de 10 ha	9 986 637	7 882 194	7 798 607	7 993 000
De 10 ha a menos de 100 ha	69 565 161	62 693 585	62 893 091	Dados não encontrados
De 100 ha a menos de 1 000 ha	131 432 667	123 541 517	112 696 478	Dados não encontrados
1 000 ha e mais	163 940 667	159 493 949	146 553 218	167 227 000

Fonte: (IBGE, 1985; 1995; 2006; 2017).

Nota: Informações organizadas pela autora.

Dados preliminares do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017) apontam que continua havendo um crescimento mais significativo dos estabelecimentos de grande porte em relação aos de pequeno porte, conforme se pode observar na Tabela 3. Segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006), enquanto os estabelecimentos rurais de menor porte (menos de 10 hectares) ocupavam “menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais nos três últimos Censos Agropecuários (IBGE, 1985, 1995-1996, 2006), a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1.000 hectares concentravam mais de 43,0% da área total nestes anos.”

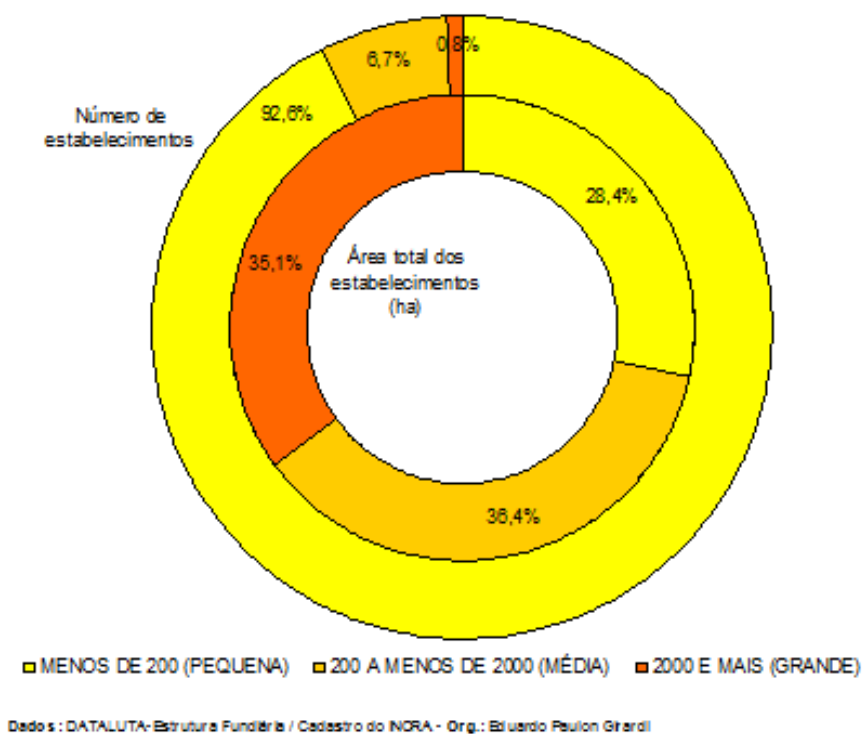
Ressalta-se que somente a região Nordeste reduziu tanto o número quanto a área dos estabelecimentos agropecuários, em -131.565 e -9.901.808 ha, respectivamente, enquanto a região Sul apresentou aumento de 1.082.517 ha em sua extensão, apesar de ter um déficit de 152.971 unidades em sua quantidade, de acordo como Censo Agropecuário 2017. A leitura desses dados nos remetem a reflexão acerca da situação de ambas as regiões, pois denotam que o Nordeste diminui sua produção efetiva, e que no Sul, o agronegócio vem crescendo em detrimento da agricultura familiar, nas propriedades de pequeno porte.

Em 2003 os imóveis pequenos (menos de 200 ha) representavam 92,56% do número total de imóveis e apenas 28,42% da área total, perfazendo uma área média de 30 ha. Ao contrário, os imóveis médios e grandes (200 ha e mais) correspondiam a 7,44% dos imóveis e 71,57% da área total, resultando em uma área média de 938 ha (IBGE, 2006). Girardi (2008) reitera isso afirmando que esta distribuição desigual é ratificada nos resultados do índice de Gini¹⁶, para evidenciar a concentração fundiária no Brasil, que também se verifica nos anos de 1992 e 1998. O Gráfico 2 retirado de sua tese, auxilia na compreensão dessa situação. Enquanto

¹⁶ O Índice de Gini, também conhecido como Coeficiente de Gini, é um instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social de um determinado país, unidade federativa ou município. Sua importância efetiva-se diante das limitações que outros índices, como o PIB e a renda *per capita*, possuem para medir a distribuição de riquezas. O coeficiente de Gini recebe esse nome em referência ao seu desenvolvedor, o matemático italiano Conrado Gini, que criou esse cálculo no ano de 1912 sob a preocupação de mensurar o quanto um determinado local pode ser igualitário ou desigual social e economicamente.

os três grupos dividem quase na mesma proporção a área total dos imóveis, o número de estabelecimentos nessa área é nitidamente desigual.

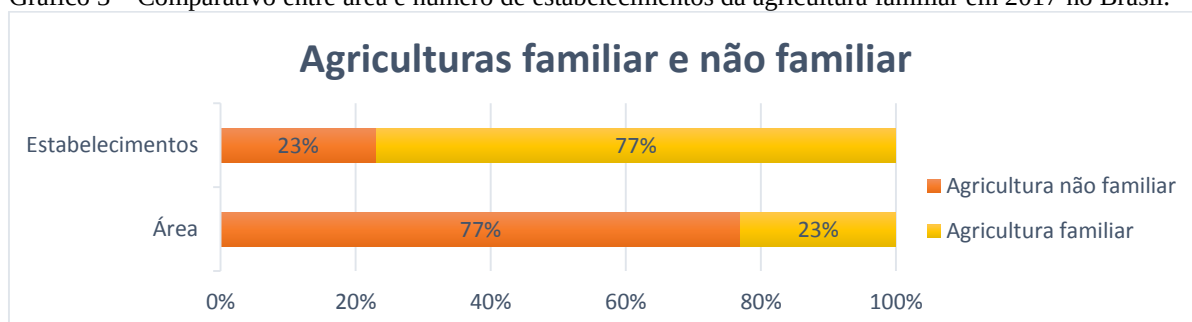
Gráfico 2 – Estrutura fundiária do Brasil em 2003.



Fonte: GIRARDI (2008).

Depois de 15 anos, os dados registrados pelo Censo Agropecuário 2017 apontam que essa desigualdade está mais acentuada. Apesar da agricultura familiar ser responsável por parte significativa da alimentação dos brasileiros, a área ocupada por ela corresponde a apenas 23% do total da área agrícola do país, mesmo que seu contingente seja de 77% em número de estabelecimentos. Observou-se também que este segmento participa mais da produção interna, de gêneros alimentícios como feijão, café, banana, mandioca e abacaxi, enquanto gêneros destinados à exportação como milho e soja provêm dos grandes estabelecimentos. O Gráfico 3, referente às últimas pesquisas divulgadas pelo Censo Agropecuário 2017, ilustra essa proporção desigual.

Gráfico 3 – Comparativo entre área e número de estabelecimentos da agricultura familiar em 2017 no Brasil.



Fonte: (IBGE, 2017).

Nota: Informações organizadas pela autora.

A concentração de terra nas mãos de poucos sempre foi um no embate do desenvolvimento da agricultura familiar. A produtividade do agronegócio justifica esse contexto. Esse regime de propriedade ancora-se na legalidade que respalda a propriedade fundiária, usando o aparato jurídico do Estado para maquiagem o caráter conservador desse modelo de reforma agrária. A artimanha que se observa no estado moderno é legitimada legalmente com vistas a organizar a sociedade nos modos de produção capitalista, onde a perda de direitos é validada e naturalizada de forma que as minorias não encontram meios de galgar elementos para superar os entraves postos por tal sistema.

A terra, enquanto bem necessário e imprescindível para a produção agrícola, faz do proprietário acumulador um capitalista em potencial, uma vez que ele detém o meio de produção e o controle das forças produtivas, assim como também o valor destas. A concentração de terras enquanto meio de produção por uma pequena parcela de grupos econômicos, amplia em demasia a desigualdade social. Esse acúmulo desmedido fere inclusive, a Constituição Federal de 1988, onde se prevê a garantia do direito à propriedade enquanto um direito fundamental do cidadão, observado no seu Art. 5º. Porém, esse direito não tem sido assegurado, posto que os proprietários das vastas extensões de terra não estão cumprindo o dever de conferir integralmente uma função social aos seus estabelecimentos agrários, como determina o inciso XXIII do referido Artigo, na medida em que ainda existem terras agricultáveis improdutivas, assim como produtores sem acesso à elas.

A desigualdade na distribuição e acesso à terra na história da estrutura fundiária do Brasil pouco se alterou ao longo dos anos, e, ao contrário, tem se evidenciado cada vez mais quando se observa a concentração de terras em poucos, assim como o crescimento dos latifundiários capitalistas. Essa dinâmica se destaca quando se observa os estímulos governamentais às grandes propriedades monoculturas de exportação em detrimento à marginalidade das políticas públicas do Estado em que foram colocadas as unidades dos

trabalhadores do campo ligadas ao cultivo dos alimentos dirigidos ao abastecimento interno. O aumento do arrendamento de terras é uma das consequências desse descaso, haja vista que é preciso lançar mão desse artifício para que o pequeno agricultor possa dar continuidade ao seu trabalho.

A conservação da biodiversidade e da paisagem é implementada pelos agricultores familiares ao mesmo tempo que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, na qualidade de agentes da transição à economia sustentável. Quanto ao uso da terra nos estabelecimentos agropecuários, houve aumento de 11,4% nas áreas naturais entre 2006 e 2017, conforme dados apresentados no Censo Agropecuário 2017. Foi observada redução das áreas de lavouras permanentes, como as de café e frutas, de 31,7%, enquanto as lavouras temporárias, de grãos e cana de açúcar, elevaram sua área em 13,2%. Entretanto, houve perda de 18,7% nas áreas de pastagens naturais e aumento nas pastagens plantadas de 9,1%. Também as matas naturais ampliaram seus hectares em 11,4%, enquanto as plantadas, que se destinam a silvicultura, teve um aumento mais expressivo, de 79,2%.

Sendo a terra um bem limitado do qual o homem dispõe para produzir e garantir sua sobrevivência, enquanto meio de produção, é imanente ao processo que se reflita sobre a necessidade de preservá-la. Seu uso consciente só é possível quando o processo produtivo se realiza levando em conta procedimentos menos invasivos e degradantes da natureza. Os cuidados com o solo, a água e o ar também são ignorados no momento em que a busca voraz pelo lucro é prioridade nos modos de produção do sistema capitalista. Isso é naturalizado de tal forma que os homens não conseguem perceber com clareza essa tendência destrutiva do capital. Sobre isso, Marx (2013, p. 574) afirma que “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo produtivo social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.”

A temporalidade das ações é discutida por Mészáros (2002) quando ele reporta-se à ideia de futuro, afirmando que ele inexistente na lógica do capital, pois o que pode ser, já chegou. Essa utilização inconsequente e imprudente dos recursos naturais dos quais depende a sobrevivência do gênero humano também são inerentes à estruturação desse modo de produção, uma vez que nunca na história da humanidade se produziu mais do que o necessário em função da acumulação de riquezas.

Em vista disso, confirma-se a força da agricultura familiar brasileira, já que tem a preservação dos meios de produção como um de seus princípios fundamentais. Observam-se diferentes variantes em suas origens e conformações. Ressalta-se que é o conceito legal sobre tal modalidade, estabelecido pelo Estado, que oficialmente a caracteriza e reconhece, e que

nenhum momento houve neutralidade em sua observância. Entretanto, embora haja essa delimitação para sua inserção no mercado, ainda não pode afirmar convictamente que a agricultura familiar seja prioritária ao Estado, uma vez que ele próprio a renegava em outros tempos, apesar dela atualmente ter ganhado mais notoriedade. Essa atribuição se dá em virtude da história de lutas dessa categoria social, de sua importância na economia e na sociedade, para o meio ambiente e para a produção atual no Brasil. Em todos os tempos e espaços, os poucos benefícios nunca partiram do governo, e sim das conquistas obtidas por meio da pressão popular de tais trabalhadores.

Nessa direção, entende-se a necessidade da luta pela democratização do uso da terra enquanto uma demanda mais ampla, uma vez que as consequências reverberam não só no meio rural como também atingem o urbano, já que ambas ajudam a compor a totalidade social. As contradições, as categorias que emanam dessa relação estão imbricadas de forma que uma não se sustenta sem a outra, mas ao contrário, se complementam, e as consequências sempre refletem em ambos os meios, seja no campo ou seja na cidade.

Os direcionamentos dados aqui objetivaram, dentro de suas possibilidades, levar à uma reflexão sobre o processo de distribuição e usos da terra no Brasil, desde o período colonial até a atualidade. Desse modo, uma das constatações é que não houve em momento algum um processo igualitário de reforma agrária que beneficiasse a todos, em suas especificidades regionais, visto que as propostas sempre tendiam em favor dos latifundiários, desde os tempos do Brasil colonial, em virtude de que está com eles o poder das grandes decisões. A história da colonização do país foi crucial para que a morfologia da agricultura se moldasse tal qual hoje conhecemos, uma vez que os condicionantes que perpassaram essa história se forjaram por meio dos encaminhamentos dados por tais de trabalhadores, à revelia das dificuldades encontradas por eles.

Da mesma forma, foi possível verificar, por meio da análise dos dados apresentados pelo IBGE, as mudanças quantitativas e qualitativas que se deram nas últimas décadas, que claramente não foram favoráveis para a agricultura familiar, já que dentro do modo de produção capitalista, o aumento da lucratividade é o que garante o acúmulo da riqueza. Nessa direção, a força da produção da agricultura familiar, dadas suas condições em relação ao agronegócio, não consegue ter acesso as políticas que atendam de fato as suas necessidades, ainda que tenha substancial importância para o desenvolvimento econômico e social do país.

Toda essa dinâmica reflete incisivamente no curso tomado pelas seguidas gerações dos povos do campo, uma vez que os encaminhamentos se dão de acordo com as condições concretas em que se encontram, dificultam ao/à jovem ter uma perspectiva confiável e

indubitável acerca das decisões que devem tomar diante do seu papel social na propriedade familiar agrícola. São várias esferas que pesam na decisão, tendo em vista ainda a vivência em uma fase biológica, psicológica e social que está sendo moldada, construída, embora seja nela que as escolhas mais importantes em relação ao seu futuro sejam feitas.

1.3 Características do Trabalho do/a Jovem da Agricultura Familiar

Apresentado o panorama da realidade do trabalho no campo da agricultura familiar no Brasil, foi possível conhecer de que modo esse segmento tão caro ao desenvolvimento do país se originou e se organizou diante das imposições e contradições que o modo de produção capitalista impõe na organização da sociedade.

É nesse contexto que o/a jovem do campo se cria, produz a vida, aprendendo com a experiência das gerações anteriores para também ele constituir o seu modo de agir e de reagir perante as situações que lhes são impostas. Se a questão da subordinação já é por si só um condicionante que coloca entraves aos trabalhadores da agricultura familiar, isso se potencializa do ponto de vista do/a jovem do campo. Isso porque a juventude é a fase do desenvolvimento humano de mais imprecisão. Em algumas situações não cabe mais os comportamentos infantis, imaturos. Em outras, suas opiniões e decisões ainda não são acatadas porque não têm a experiência e maturidade necessárias. Assim, a subordinação aos responsáveis coloca-lhe ainda mais empecilhos. Uma fase de transição que causa confusão e desconforto ao/a jovem, pois tem dificuldade em escolher a forma certa de agir em cada situação. Está aí a relevância de ser bem direcionado/a em sua formação enquanto sujeito.

Para Leal e Facci (2014), esse sentimento que intercala o ser criança e ser adulto expressa o caráter transitório da adolescência. As autoras buscam superar a visão biologizante da adolescência com apoio da psicologia histórico-cultural de Vygotski (VYGOTSKI 1996, apud LEAL; FACCI, 2014), defendida nesse estudo, que afirma ser esse um período de novas formações qualitativas que se dão em um ritmo próprio e demandam mediações especiais. O desenvolvimento é sobretudo social, e não só biológico, um período em que forma sua concepção de mundo. Dentro da concepção histórico-cultural, a ação do homem se reflete no seu meio sociocultural mediante a objetivação, isto é, produzindo e reproduzindo os objetos materiais e não materiais das suas faculdades mentais e físicas. Conforme Mascagna e Facci (2014), é nessa idade de transição entre a infância e a juventude que se dá o desenvolvimento das funções psicológicas através da apropriação dos conceitos científicos e da atuação no

processo histórico e cultural da humanidade. São as dificuldades, as tarefas com que precisam aprender a lidar é que fundamentalmente serão a base para sua formação conceitual.

Castro et al. (2019) afirmam que parte significativa das populações dos territórios rurais são representadas pelas juventudes rurais, haja vista que nos 243 territórios hoje reconhecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), existem 21 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, sendo 15,4 milhões nas cidades e 6 milhões no campo, conforme dados do IBGE 2010. Em todo Brasil, são 8 milhões de jovens rurais, que representam 27% da população rural: homens e mulheres que compõe a agricultura familiar, Reforma Agrária e dos povos e comunidades tradicionais, todos/as sujeitos de direitos e agentes de transformação do campo, das florestas e das águas. Essas categorias demandam inevitavelmente a construção de políticas públicas estatais e universalizantes, fundamentais para interromper a reprodução das ações pontuais e descontinuadas decorrentes do Estado neoliberal. (CASTRO et al., 2019).

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), jovem está compreendido na faixa etária dos 12 aos 18 anos. Conforme apontam Troian e Breitenbach (2018, p. 791), o padrão adotado pelo Brasil para delimitar a juventude segue análise da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), “considerando jovens as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos”. Para as autoras, “esses exemplos evidenciam a existência de diversos critérios cronológicos para delimitar ou caracterizar a juventude”. Já a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) a faixa de idade entre 15 aos 24 anos é que se encaixa a juventude, com base nas idades médias para entrada no mundo do trabalho e finalização dos estudos da educação básica. Nesta pesquisa, optou-se pelo uso do termo “jovem”, em acordo com este intervalo etário. Para PARRAS (2004, p. 132), “aspectos sociológicos, psicológicos, estatísticos, jurídicos, filosóficos e antropológicos devem ser levados em consideração para uma melhor compreensão dessa categoria tão rica quanto heterogênea.” Sobre o Estatuto da Juventude, sustenta que

É uma declaração de direitos e deveres dos jovens, acrescida de uma estrutura jurídica mínima que permita aos jovens discutir, formular, executar e avaliar as políticas públicas de juventude. Em outras palavras, é um instrumento jurídico-político para promover os direitos da juventude, reconhecendo que os jovens são atores sociais estratégicos para a transformação e melhoria do Brasil. (PARRAS, 2004, p. 138-139).

Levada em consideração apenas a idade cronológica, seria uma transição entre o período da adolescência e a vida adulta. Sobre essa transitoriedade generalizada nas definições, Castro (2012) ressalta que é uma categoria transitória, podendo assumir contornos mais perenes em

virtude da identidade social e política e experiência pessoal de cada indivíduo, sendo marcada pela subordinação nos diferentes espaços sociais. A autora também aponta como fator de invisibilidade da categoria uma certa imagem de desinteresse pelo campo.

Tal categoria passa a ser percebida somente a partir do século XX, uma vez que antes disso, ainda na infância, dependendo da classe social a que pertencia, o sujeito já seguia para o trabalho, assumindo muito cedo responsabilidades laborais. De acordo com Troian e Breitenbach (2018, p. 790), após esse período, a sociologia funcionalista por intermédio do arcabouço teórico passou a perceber e a pensar a juventude enquanto um processo de desenvolvimento social e pessoal no que se refere à capacitação e alinhamento aos papéis de adulto. Afirmam ainda que não há perspectivas ou conceitos únicos em relação à juventude. Ao contrário, uma categoria em construção, entendida por Kummer (2013, p. 204) como “uma das mais complexas de definir entre as faixas etárias e momentos de vida humana. Isto porque se supõe que seja um período de transição e como tal encontra-se em ambiente movediço e variável.”

Tendo em vista as especificidades sociais e culturais que nosso país apresenta em razão de sua extensão, são múltiplos os fatores que devem ser levados em conta na caracterização da juventude, não devendo ser a idade o único. Para Spósito (2010, p. 100), “os estudos sobre os jovens brasileiros em sua diversidade de modos de ação coletiva, de suas práticas e de orientações não podem estar confinados em um domínio da análise, constituindo uma especialidade.” Kummer (2013, p. 201), por sua vez, aponta que “os estudos sobre juventude, ou estudos sobre os jovens, ocupam um espaço significativo na pesquisa brasileira. Entretanto, não abarcam de maneira efetiva toda complexidade da realidade a que esta categoria está relacionada.” No entendimento de Dayrell e Carrano (2014), cada sociedade em um determinado tempo histórico, em seu interior, representa de uma forma o caráter universal dado pelo indivíduo em uma faixa etária, na qual completa seu desenvolvimento físico e encaram mudanças psicológicas, o que se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (valores, etnias, religiosidades), de gênero, assim como das regiões geográficas, dentre outras.

Contudo, conforme já apontado neste trabalho, no cenário acadêmico, as pesquisas sobre o/a jovem do campo são poucas em nível de pós-graduação, em se tratando de uma categoria tão relevante ao futuro do país.

Quando se busca indicar elementos sobre a juventude, deve-se partir sempre do real, visto que a realidade é dinâmica e multifacetada, assim como as transformações históricas pelas quais a sociedade passa. É preciso ouvi-la, conhecer as inquietações que a afligem. Esse é um dos objetivos que fundamentaram esta pesquisa. Ouvir o/a jovem da agricultura familiar e

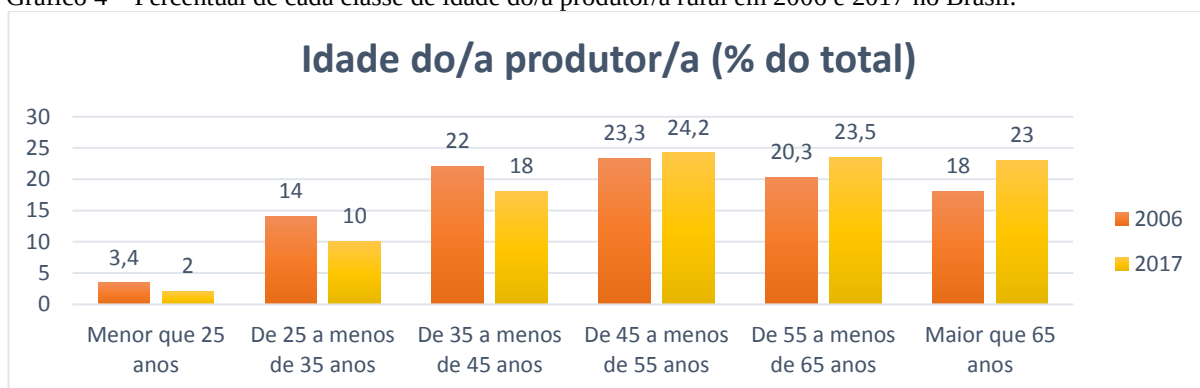
conhecer, assim, as relações que fazem entre o trabalho e a educação, uma vez que ambas as categorias estão inter-relacionadas. Elas integram uma totalidade que é basilar na vida dos/as jovens do campo. Ressalta-se no entanto, que não são trabalhadores por opção, mas pela demanda familiar. Os atrativos e benefícios que o rural e o urbano oferecem são elementos que pesam na escolha entre ficar ou partir, seja para o trabalho ou para os estudos.

Há uma vivência que difere o trabalho da agricultura familiar e o trabalho assalariado na área urbana. A primeira é mais afetiva, envolve sentimento de pertencimento ao seu local de trabalho e moradia, à sua comunidade e seus costumes. Já no trabalho assalariado o estranhamento nas relações muitas vezes não permitem que haja motivos para apegos. Nessa perspectiva, só há interesse em partir do meio rural se as condições que se colocam ao/à jovem do campo forem muito precarizadas, o que não têm sido incomum, principalmente em se tratando de regiões mais empobrecidas do país. Por isso, apesar das questões positivas que a agricultura familiar apresentam, Breitenbach e Corazza (2017) afirma que

A agricultura familiar das distintas regiões tem em comum as dificuldades enfrentadas para estabelecer um sucessor nas propriedades rurais e os preocupantes índices de esvaziamento do meio rural, os quais se relacionam com a crescente masculinização do campo e com o envelhecimento da população rural. (BREITENBACH; CORAZZA, 2017, p. 3).

Essa é mais uma questão que vem se tornando cada vez mais recorrente. A cada pesquisa estatística se constata que o campo está envelhecendo. Os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE, 2017) apresentados no Gráfico 4 dão indícios desse movimento entre urbano e rural.

Gráfico 4 – Percentual de cada classe de idade do/a produtor/a rural em 2006 e 2017 no Brasil.



Fonte: (IBGE, 2017).

Nota: Informações organizadas pela autora.

Traçando um comparativo entre ambos os períodos das pesquisas, é possível notar que houve um decréscimo na quantidade de produtores/as rurais com idade até 44 anos entre 2006 e 2017. Isso se reverte quando se tratam dos/as produtores/as com mais de 45 anos. O aumento na porcentagem dessa faixa etária revela que o que tem sido sinalizado anteriormente já que, o fato de ter uma quantidade maior de produtores/as com mais idade denota que o/a jovem tem se retirado mais do campo em busca de outras opções, seja de trabalho, de estudos, de lazer, enfim, outra configuração de vida.

O domínio patriarcal também é um fator considerável que determina a escolha do/a jovem na permanência da propriedade. Seja na administração ou na sucessão, é a relação que a família estabelece com ele/a que vai, além dos outros condicionantes, suscitar o desejo em prosseguir nas atividades rurais. A participação nas ações e tomada de decisão ou subordinação à uma educação autoritária é também um critério analisado por ele/a. A divisão do trabalho e não dos ganhos financeiros, da mesma forma. Zanol e Stropasolas (2019, p. 110) destacam que apesar dos agricultores familiares estarem apoiados em suas relações intrafamiliares, coexistem diferenças e tensões entre gêneros e gerações, sendo que a autonomia dos/as jovens é bastante precária em razão de não possuírem recursos e não participarem da gestão da unidade familiar.

Outro determinante na escolha da juventude rural em relação à migração campo/cidade é o fator educacional. O velho chavão de que “quem não estuda fica na enxada” tem se efetivado na vida do/a jovem do campo, visto que o baixo nível de escolaridade tem se evidenciado nas pesquisas sobre a população rural. Conforme o Censo Agropecuário 2017, cerca de 16% da população do campo nunca frequentou a escola, enquanto uma média de 62% tem o ensino fundamental. Sendo o estudo um dos caminhos que levam à vida na cidade, figura aí outro fator que o/a prende ao campo. Abramovay (2001) salienta que os/as que permanecem na propriedade paterna tendem a constituir família, formar nova unidade produtiva e dar sequência às atividades agropecuárias. A situação social dos/as jovens é que determina suas necessidades educacionais. Dessa maneira,

A escolha profissional dos jovens agricultores é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho assalariado. (ABRAMOVAY et al., 2001, p. 4).

Além da escolarização, precariedade das condições econômicas, outros fatores influenciam na decisão sobre o desempenho das atividades agropecuárias. O lazer também é um fator recorrente apontado pelos/as jovens, que tem considerável peso em sua escolha. A

rigorosidade dos horários e cargas de atividades rurais não são um chamariz ao/a jovem, que muitas vezes prefere receber uma remuneração fixa até mais baixa e ter mais tempo e acesso à atividades culturais mais diversificadas. A falta de perspectiva de reais melhorias nas condições do trabalho no campo e de políticas públicas destinadas a ele se inserem nessa lista. Ressalta-se então, que não são fatores isolados e sim um conjunto deles que têm permeado o direcionamento dos/as jovens do campo. Nessa perspectiva, Benini e Feliciano (2016) sustentam que

Onde muitas vezes o caminho para a realização dos sonhos é “escapar” da vida/realidade local, tanto no plano familiar quanto no plano da sociedade, esta atitude, cria uma realidade imediata, palpável, legível de aparente saída do campo. Mas não é só isto, se pararmos para refletir verificaremos uma série de mediações que interpenetram com suas comunidades e interferem em suas realidades. A mediação mais próxima a ser reconstruída são os valores, os sonhos, os desejos dos jovens no meio rural. E as mediações subjetivas que se entrelaçam aos sonhos e as necessidades de realização destes desejos, onde são criadas certezas, necessidades que nunca são questionadas, mas sim naturalizadas e interiorizadas como necessidades pessoais, e caso não consiga romper, “não serei feliz.” (BENINI; FELICIANO, 2016, p. 211).

Sobre essa segregação espacial (campo atrasado X cidade desenvolvida), os autores ainda complementam que não há a reflexão de que tanto um como o outro fazem parte do mesmo município, estado e país, constituindo a ideia de que um deve ser deixado e o outro alcançado. Carneiro (2008, p. 129) afirma que esse estigma do movimento contraditório de viver no campo atinge de forma recorrente e incisivamente os/as jovens, e as tensões segregatórias que desqualificam simbolicamente o rural, o camponês, a roça, o trabalhador rural, o agricultor familiar com a imagem de atraso, são estabelecidas. Assim, a contradição entre o vivido e o sonhado se materializa em uma luta permanente entre locais com características distintas mas que se complementam, em uma unidade orgânica. Para Piontkovsky e Pimentel, “o ‘rural contemporâneo’ (grifo dos autores) passa a ser entendido como uma continuação do urbano, do ponto de vista espacial e do ponto de vista da organização da atividade humana.” (PIONTKOVSKY; PIMENTEL, 2012, p. 345).

Essa realidade apresenta diversos aspectos contraditórios, em que as aparências apontam para a essência dos fenômenos. Os fatores que concorrem para a saída dos/as jovens do campo estão intrinsicamente ligados à condição de sua classe social. São as demandas de toda ordem às quais a classe trabalhadora do campo está submetida que vão determinar ou não essa saída. Ao/à jovem cabe analisar esse contexto, sob uma perspectiva transformadora, buscando formas de promover melhorias ao seu meio, de seu povo, de modo que o ficar ou partir seja fruto de uma escolha pessoal, e não da necessidade de sobrevivência. Os povos do campo por si só já

têm a resiliência¹⁷ como característica de seu coletivo, uma vez que foram vários os obstáculos e mudanças sofridas ao longo de sua história, como vimos até aqui, e ainda assim resistem à revelia de um sistema que continua privilegiando ao agronegócio. Em suas obras, Antunes (1995, 2006, 2013, 2014) apresenta grande diversidade de entraves que se colocam a classe trabalhadora, inclusive a rural. A reestruturação produtiva foi se forjando “mediante a introdução de tecnologias da informação e práticas gerenciais, cujo discurso assenta-se na cooperação, no envolvimento e na parceria do trabalhador” (FARIA; PREVITALI, 2013, p. 248). O/a jovem do campo desde a infância vivencia esses entraves junto a sua família, já conhecendo seus impactos na reprodução social familiar.

Se a eles/as pertence o futuro da agricultura nacional, por que ainda não se efetivaram ações governamentais que contribuam para a fixação dessa categoria em seu local de origem? Essa é sem dúvida, uma grande carência que deveria ser amparada, haja vista que agricultura no Brasil, em especial a familiar, é a esperança de garantir de forma consciente mais qualidade e diversidade na alimentação do povo, sem agredir e solapar os mananciais naturais que ainda nos restam. A questão é a quem interessa dar suporte para que a agricultura familiar se desenvolva. Observando nosso cenário político, é evidente que a uma bancada que serve aos interesses do agronegócio não importa e até não convém que isso se efetive, uma vez que a intenção é que ele se amplie em detrimento dela.

Nessa direção, não há outro caminho senão o da educação, da apropriação dos conhecimentos científicos e o entendimento de sua própria história para apontar aos/às jovens a melhor diretriz para conduzir seu povo, uma vez que é deles/as que dependem o futuro da agricultura familiar. Souza e Cruz (2018, p. 5) defendem a escola pública enquanto “um lugar formativo importante para superar ideologias e construir trabalho coletivo que possa auxiliar nos processos de transformação social”. O envelhecimento do campo precisa seguir o caminho reverso, dada a importância precípua que representa ao gênero humano. Há então a necessidade de compreender de que forma o movimento do capital liga-se à escola, a fim de ponderar quais foram os determinantes acerca da criação da instituição escolar e de suas mudanças no decorrer dos anos, pois a educação e trabalho estão diretamente ligados. O entendimento sobre o desenvolvimento da educação se dará a partir da compreensão das relações de produção que se modificam em dados momentos históricos, que afetam diretamente o/a jovem, seus objetivos e

¹⁷ Propriedade dos corpos que voltam à sua forma original, depois de terem sofrido deformação ou choque. Capacidade de quem se adaptar às intempéries, às alterações ou aos infortúnios. Tendência natural para se recuperar ou superar com facilidade os problemas que aparecem, conforme Dicionário Online de Português (RESILIÊNCIA, 2020).

perspectivas acerca da educação agrícola. Para tanto, buscou-se conhecer as produções acadêmicas que se propuseram a tratar sobre o/a jovem do campo em seu contexto educacional, pois é com e pela educação que as atividades laborais vão se constituindo e tomando rumo, imbricada às condições materiais que se dispõem.

2 Jovens do Campo na Escola Agrícola: Conhecimentos Registrados em Teses e Dissertações

Nessa seção apresentam-se as teses e dissertações sobre o/a jovem da agricultura familiar que possuem relação com a escola agrícola no Brasil, dada a importância que essa categoria apresenta frente ao desenvolvimento econômico e social do país. Os dados encontrados foram analisados e categorizados com o objetivo de mapear e compreender o que já se produziu sobre eles/as e a educação do campo, bem como apontar o que os outros autores abordaram e problematizaram anteriormente, indiferente do enfoque dado.

2.1 As Produções Acadêmicas sobre o Ensino Agrícola

Para conhecer a produção científica em torno do/a jovem do campo, realizou-se um levantamento das produções no Banco Digital de Teses e Dissertações da Capes com o propósito de verificar a situação dos/as jovens que estudam em escolas agrícolas no Brasil. Para a seleção dos trabalhos, foram lidos os títulos e resumos apenas das teses e dissertações das Ciências Humanas, das Áreas de Conhecimento e de Avaliação da Educação. Não foi aplicado nenhum recorte temporal para o levantamento. As categorizações foram organizadas de acordo com o conteúdo apresentado nos resumos dos trabalhos.

Na busca realizada com as palavras-chave “jovem do campo” com aspas, foram encontrados 14 resultados que tinham relação com a escola agrícola. Entretanto, são apenas 4 produções referentes ao Mestrado e Doutorado em Educação, sendo 3 dissertações e 1 tese. Destas, somente 2 dissertações apresentam aderência com o perfil do/a jovem estudante desses estabelecimentos de ensino, conforme podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1 – Teses e dissertações sobre “jovem do campo” relacionados à escola agrícola.

Nº	Ano	Autor/a	Título	T/D	Categorizações	Instituição/Região
1	01/08/2008	CAVALCANTE, Nilton Vale	A Pedagogia da Alternância na visão dos egressos da EFA de Porto Nacional - TO: a possibilidade de uma formação integral	D	Egressos, EFA: legislação, formação integral dos jovens, políticas públicas, educação de qualidade, leitura da realidade	Universidade Federal do Pará, Norte
2	31/10/2016	LOPES, Michelle Rios	Educação ambiental na EFA de Jaboticabal, Quixabeira, Ba: para consolidar a formação do campo	D	Formação jovem do campo, educação ambiental, agricultura familiar, processo educativo emancipatório	Universidade do Estado da Bahia, Nordeste

Fonte: (CAPES, 2019).

Nota: Informações organizadas pela autora.

Quando foram utilizados os descritores “jovem no campo” com aspas, dos 20 resultados encontrados, somente 2 trabalhos relacionados à escola agrícola referentes ao Mestrado em Educação restaram após o refinamento da busca. Os dados apresentados no Quadro 2 indicam que apesar das produções tratarem sobre o/a jovem, nenhuma delas faz referência a ele/a como estudante da escola agrícola, mas a outros contextos nos quais está inserido/a.

Quadro 2 – Teses e dissertações sobre “jovem no campo” relacionados à escola agrícola.

N ^o	Ano	Autor/a	Título	T/D	Categorizações	Instituição / Região
1	01/05 /2006	FARIA, Ivan	Projetos de vida e juventude: um diálogo entre a escola, o trabalho e o mundo: (uma experiência de etnopesquisa no Vale do Iguaçu)	D	Etnopesquisa, jovem quilombola, projeto de vida, fronteira rural / urbano, trabalho, educação e comunidade, formação	Universidade Federal da Bahia, Nordeste
2	01/04 /2008	LOPES, Wiama de Jesus Freitas	As Representações Sociais dos jovens do campo, acerca de suas escolas'	D	Representações sociais, jovens do campo, inclusão-exclusão, escola do campo, limitações	Universidade Federal do Pará, Nordeste

Fonte: (CAPES, 2019).

Nota: Informações organizadas pela autora.

Para a busca com as palavras-chave “juventude do campo” com aspas, foram encontrados 38 resultados relacionados à escola agrícola. Refinando a busca, foram selecionados apenas 22 trabalhos referentes ao Mestrado e Doutorado em Educação, sendo 20 dissertações e 2 teses. A leitura dos títulos e resumos indicou que 3 trabalhos evidenciam o/a jovem do campo, mas apenas uma dissertação o/a relaciona com a escola agrícola, apresentando aderência com essa pesquisa, como se pode observar no Quadro 3. Apesar da indicação do título, um trabalho não foi disponibilizado publicamente para leitura e análise.

Quadro 3 – Teses e dissertações sobre “juventude do campo” relacionadas à escola agrícola.

(continua)

N ^o	Ano	Autor/a	Título	T/D	Categorizações	Instituição / Região
1	01/03 /2003	SALES, Celecina de Maria Veras	Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamento rurais do MST.	T	Política, cultura, movimento MST, ações dos jovens, sociabilidade, formação e vivências	Universidade Federal do Ceará, Nordeste
2	01/11 /2009	COELHO, Cláudia Maria Teixeira	Viver o campo e a educação: experiências escolares de jovens em uma Escola Família Agrícola'	D	Trabalho não encontrado	Universidade Federal de Minas Gerais, Sudeste

Quadro 3 – Teses e dissertações sobre “juventude do campo” relacionadas à escola agrícola.

(conclusão)

Nº	Ano	Autor/a	Título	T/D	Categorizações	Instituição / Região
3	06/03 /2017	DETOGNI, Andreia Aparecida	Pedagogia da Alternância e formação do jovem na Casa Familiar Rural de Coronel Vivida – Pr: avanços, limites e desafios	D	Formação do jovem, pedagogia da alternância, família, contradições, história do povo, condições limitadoras, conjuntura social, juventude e educação do campo, marginalização e desigualdades, modernização do campo, história da educação do campo	Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Sul

Fonte: (CAPES, 2019).

Nota: Informações organizadas pela autora.

O mesmo movimento de busca foi realizado com as palavras-chave Jovem, Escola Agrícola, sem aspas, foram encontrados um total de 123.767 resultados relacionados à escola agrícola. Não foi aplicado filtro para recorte temporal, utilizando-se os resultados existentes em outubro de 2018. As produções referentes à Educação em relação à Área de Concentração e Programa apresentaram um total de 6.192 teses e dissertações, mas, apesar do número expressivo, a leitura dos títulos e resumos apontaram que apenas 36 poderiam ter algum tipo de similaridade com o objeto de estudo.

A análise e categorização dos dados levantados sobre Jovem, Escola Agrícola possibilitou a realização de algumas considerações, segmentando as produções acadêmicas selecionadas em dois grupos distintos. O Grupo 1, com 8 trabalhos, apresenta categorias recorrentes no que se refere à relação entre a trajetória histórica das instituições escolares agrícolas e o desenvolvimento social, econômico e político de sua região, história da educação agrícola regional e nacional, vinculados com o ideário de modernização do campo e com o caráter assistencialista em sua criação, bem como com as práticas educativas que nelas se dão, mas não enfatizam questões referentes ao/à jovem.

Nas produções do Grupo 2, observou-se que a pedagogia da alternância tem se configurado como prática pedagógica que busca possibilidades emancipadoras quando valoriza a agroecologia e a agricultura familiar em detrimento do agronegócio, proporcionando uma formação integral na formação do/a jovem, apesar das condições limitadoras. Tais produções apontaram que não se confirmou um real aproveitamento dessas práticas por todos os/as estudantes, seja pelo fato de nem todos/as morarem no campo ou por não possuírem propriedades para efetivá-las, mas que apesar disso, consideram que a formação integral e seus princípios educativos são relevantes ao/à futuro/a trabalhador/a. Entretanto, esses dados não trouxeram a devida consistência para a pesquisa. Essa insuficiência de dados levou à uma

redefinição das palavras para a busca, sendo necessário voltar à CAPES e realizar nova coleta. Esse movimento apontou que algumas produções se repetiam, mas foram encontradas outras que trouxeram mais subsídios teóricos ao presente trabalho.

Nesse sentido, utilizou-se o descritor Jovem do Campo sem aspas, e que apresentava mais produções com a temática do estudo. Optou-se em relacionar o/a jovem do campo com o ensino agrícola, inicialmente apenas com a leitura e análise dos títulos dos trabalhos indicados pela CAPES. Apesar do número inicial bastante significativo, 1.110.645 resultados para o descritor inserido Jovem do Campo, poucos trabalhos apresentaram uma possível aderência com a intenção de pesquisa. Cabe relatar que os resultados foram refinados e selecionadas apenas teses e dissertações nas Áreas das Ciências Humanas e Educação, que somaram 14.437 e 50.456, respectivamente, totalizando 64.893 resultados. Apesar de não aplicarmos filtro para recorte temporal, foram disponibilizados pela CAPES títulos entre 1987 e 2018, porém, apenas as produções sobre o/a jovem do campo realizadas entre 1991 e 2018 relacionavam com ensino ou escola agrícola.

A leitura dos títulos indicou que 62 deles poderiam ter aderência com o objeto do presente estudo. Duas produções referentes aos anos de 1991 e 1999, três de 2000 e duas do ano de 2002 não tiveram seus arquivos liberados para consulta pública, inviabilizando sua análise. Para que a análise e escolha não fosse efetivada apenas pelo critério da aparência dos títulos e resumos, optou-se pela leitura dos sumários e de alguns capítulos, elencando 27 produções que traziam informações sobre os jovens da agricultura familiar no ensino agrícola.

Esse diagnóstico possibilitou a organização das produções acadêmicas em relação às regiões geográficas do país, às instituições de ensino superior nas quais foram produzidas, bem como aos anos e modalidades de ensino em que se inserem. Esses trabalhos estão organizados no Quadro 4, possibilitando o apontamento de alguns dados sobre as produções acadêmicas que versam sobre o/a jovem do campo no ensino agrícola no Brasil.

Quadro 4 – Teses e dissertações sobre o/a jovem do campo relacionadas à escola agrícola no Brasil (2005 e 2018).
(continua)

Nº	Ano	Autor(a)	Título	T/D	Instituição	Região
1	20/03/2018	SOUSA, Sidneia Santos de	Casa Familiar Rural: um estudo da Pedagogia da Alternância na perspectiva da Educação Popular	D	Universidade do Estado do Pará	Norte
2	12/03/2018	GUTTSCHOW, Gisele Gutstein	Escola de Iniciação Agrícola de Araquari - SC: criação, currículos e formação profissional (1954-1967)	T	Universidade Federal do Paraná	Sul

Quadro 4 – Teses e dissertações sobre o/a jovem do campo relacionadas à escola agrícola no Brasil entre 2005 e 2018.

(continuação)

Nº	Ano	Autor(a)	Título	T/D	Instituição	Região
3	06/08/2018	CAIXETA, Silvia Aparecida	Escola Agrotécnica Federal de Urutaí (1978-1986): a formação de mão de obra agrícola no Sudeste Goiano'	T	Universidade Federal de Uberlândia	Sudeste
4	06/03/2017	DETOGNI, Andreia Aparecida	Pedagogia da Alternância e formação do jovem na Casa Familiar Rural de Coronel Vivida – Pr: avanços, limites e desafios	D	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Sul
5	23/05/2017	SCHMITT, Deodete Maria das Neves	Escola Família Agrícola Zé de Deus e a formação de trabalhadores do campo em Colinas de Tocantins	T	Universidade Metodista de Piracicaba	Sudeste
6	23/06/2017	RIBEIRO, Valdivino Souza.	ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE ORIZONA-GOÍÁS: história e lembranças de uma experiência de Educação do Campo'	T	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Centro-Oeste
7	04/07/2017	BONAVIGO, Luana	Narrativas de estudantes no contexto da Pedagogia da Alternância: estratégias formativas e processos metacognitivos	D	Universidade de Passo Fundo	Sul
8	14/12/2017	ALMEIDA, Ana Carolina de	Modernizar o campo pelo ensino agrícola: a organização da Escola Agrícola de Barbacena (1933-1964)'	T	Universidade Federal de Minas Gerais	Sudeste
9	26/02/2016	CORREA, Aline Mesquita.	Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul: Pedagogia da Alternância e possibilidades emancipatórias.	D	Universidade de Santa Cruz do Sul	Sul
10	24/05/2016	VIEIRA, Livia Carolina	História da Educação Agrícola do Sul de Minas Gerais: a Escola Agrícola de Muzambinho (1948-1985).	T	Universidade Federal De São Carlos	Sudeste
11	06/06/2016	COSTA, Nara Tatiana.	O Colégio Agrícola de Francisco Beltrão e os desafios da educação politécnica.	D	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Sul
12	31/08/2016	COSTA, Agnaldo Chagas.	Pedagogia da Alternância: emancipação e territorialização nas Escolas Famílias Agrícolas.	D	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Sudeste
13	28/04/2015	SANTIN, Rosemeri	Pedagogia da alternância e os pressupostos da prática docente: ciência da natureza, matemática e suas tecnologias na casa familiar rural.	D	Universidade Comunitária da Região de Chapecó	Sul
14	10/04/2015	SINHORATTI, Fabiana	As Casas Familiares Rurais e a continuidade do processo formativo dos alunos egressos.	D	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Sul
15	02/04/2014	CRUZ, Nelbi Alves da	A práxis da Escola Família Agrícola: continuidades e permanências na vida do egresso camponês.	T	Universidade Federal de Mato Grosso	Centro-Oeste
16	28/02/2014	LIMA, Humberto Rodrigues de	A pedagogia da alternância nas Casas Familiares Rurais do Paraná: uma possibilidade de integração entre ensino médio e educação profissional.	D	Universidade Federal do Paraná	Sul
17	22/02/2013	REGO, Martinho de Souza	Formação Técnica em Agropecuária na modalidade EJA no Colégio Agrícola de Teresina e a inserção no mercado de trabalho.	D	Fundação Universidade Federal do Piauí	Nordeste

Quadro 4 – Teses e dissertações sobre o/a jovem do campo relacionadas à escola agrícola no Brasil entre 2005 e 2018.

N. o	Ano	Autor(a)	Título	T/ D	(conclusão)	
					Instituição	Região
18	22/02/2013	AMARAL, Ana Paula do	A pedagogia da alternância como práxis educativa na escola família agrícola de Uirapuru-GO: limites e potencialidades.	D	Universidade do Estado de Mato Grosso	Centro-Oeste
19	01/12/2012	PASSOS, Maria das Graças Serudos	Pedagogia da Alternância: caminho possível para a formação e valorização dos sujeitos sociais do campo e nos cursos do IFAM/ Campus Manaus Zona Leste.	D	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Sudeste
20	01/12/2011	ALVES, Cláudia Valéria Otranto	Pedagogia da Alternância - projeto de formação profissional na perspectiva dos processos identitários do campo.	D	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Sudeste
21	01/06/2010	FREITAS, Cristiane Benjamim de	A escola no horizonte de <u>jovens</u> camponeses de uma escola família agrícola.	D	Universidade Federal de Minas Gerais,	Sudeste
22	01/07/2010	MATTOS, Beatriz Helena Oliveira de Melo	Educação do campo e práticas educativas de convivências com o semiárido: a Escola Família Agrícola Dom Frágoso.	T	Universidade Federal do Ceará	Nordeste
23	01/07/2010	TRINDADE, Glademir Alves	O Trabalho e a Pedagogia da Alternância na Casa Familiar Rural de Pato Branco/PR.	D	Universidade Federal de Santa Catarina	Sul
24	01/09/2008	FONSECA, Aparecida Maria	Contribuições da Pedagogia da Alternância para o Desenvolvimento Sustentável: Trajetórias de Egressos de Uma Escola Família Agrícola.	D	Universidade Católica de Brasília	Centro-Oeste
25	01/06/2007	CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda	A escola-família agrícola do sertão: entre os percursos sociais, trajetórias pessoais e implicações ambientais.	T	Universidade Federal da Bahia	Nordeste
26	01/03/2005	SOBRAL, Francisco José Montório	A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense.	T	Universidade Estadual de Campinas	Sudeste
27	01/12/2005	ARAUJO, Sandra Regina Magalhaes de	Escola para o trabalho escola para a vida: o caso da Escola Família Agrícola de Angical – Bahia.	D	Universidade do Estado da Bahia	Nordeste

Fonte: (CAPES, 2019).

Nota: Informações organizadas pela autora.

Foram encontradas 9 teses e 18 dissertações que trouxeram informações acerca do perfil do/a jovem do campo e ensino agrícola, estando compreendidas entre 2005 e 2018. Apesar de estar presente nas 5 regiões do Brasil, a produção do conhecimento sobre o referido tema concentra-se nas regiões Sul e Sudeste, com 9 produções cada, seguido do Nordeste e Centro-Oeste, com 4 produções cada, e a região Norte com apenas 1, como podemos observar no Gráfico 5. Essa distribuição se explica porque historicamente são nas regiões Sul e Sudeste que se encontram o maior número de Programas de Pesquisa de Pós-Graduação no país.

Gráfico 5 – Produções acadêmicas sobre o/a “jovem do campo” por região no Brasil (2005 – 2018).



Fonte: CAPES (2019).

Nota: Informações organizadas pela autora.

Nas regiões que mais concentraram produções acadêmicas, estas se distribuem da seguinte forma. Na região Sudeste, dos 9 trabalhos, 2 estão na Universidade Federal de Minas Gerais, 2 na Federal Rural do Rio de Janeiro, 1 na Federal de Uberlândia, 1 na Federal de São Carlos, 1 na Estadual de Campinas, 1 na Metodista de Piracicaba e 1 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Na região Sul, os 9 trabalhos somam 3 na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2 na Universidade Federal do Paraná, 1 na Federal de Santa Catarina, 1 na Universidade de Passo Fundo, 1 na de Santa Cruz do Sul e 1 na Comunitária da Região de Chapecó. Nas demais regiões, organizam-se dessa maneira: na região Centro-Oeste, foram encontrados 1 trabalho na Universidade Federal do Mato Grosso, 1 na Universidade do Estado do Mato Grosso, 1 na Católica de Brasília e 1 na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. No Nordeste, existem 2 trabalhos na Universidade Federal da Bahia, 1 na Federal do Ceará e 1 na Fundação Universidade Federal do Piauí. Na região Norte, apenas 1 trabalho foi encontrado referente ao tema, na Universidade do Estado do Pará.

Sobre a produção das instituições de ensino superior no país, os dados nos mostram que as Universidades Federais foram as que mais realizaram pesquisas caracterizando o/a jovem do campo. Dos 21 Programas de Pós-Graduação, 13 trabalhos foram produzidos em 9 Universidades Federais brasileiras, seguidos de 4 em 2 Universidades Estaduais, 2 trabalhos em 2 Pontifícias Universidades Católicas e os 8 restantes em instituições de outra natureza, somando 27 teses e dissertações. O/a jovem do campo tem estado mais evidente nas pesquisas de Pós-Graduação a partir de 2016, visto que 44,4% das produções realizadas entre 2005 e 2018 estão concentradas em 2016, 2017 e 2018.

Quanto ao local de ensino em que estão inseridos os/as jovens do campo, os resultados nos trazem 20 pesquisas relacionadas às Casas Familiares Rurais e Escolas Família Agrícola, instituições nas quais se desenvolvem a Pedagogia da Alternância, método de ensino em que o/a estudante alterna sua vivência escolar e sua experiência no campo como forma de troca de

conhecimentos, enquanto uma formação integral que alia educação e trabalho. Foram encontradas 4 produções realizadas nas Escolas Agrícolas que tratam sobre o/a jovem do campo, 2 em Escolas Agrotécnicas e 1 em Escola de Iniciação Agrícola.

A seleção do material produzido objetiva conhecer as particularidades relacionadas ao contexto escolar desses/as jovens do meio rural nas instituições escolares agrícolas no Brasil, bem como seu perfil. Destaca-se que há prevalência nos estudos sobre os/as jovens de determinadas regiões, uma vez que Sul e Sudeste somam 66% das produções encontradas sobre a temática.

2.2 O Perfil do/a Jovem do Ensino Agrícola nas Produções Acadêmicas da Capes de 2005 à 2018

O levantamento das produções realizadas sobre o que se pretende pesquisar é de grande relevância para que se conheça o que já foi pesquisado, quais os apontamentos e problemáticas já foram sinalizadas por outros autores, bem como os pontos positivos e as diferentes abordagens sobre determinado objeto de estudo, indiferente de qual seja ele.

Como já dito anteriormente, as buscas realizadas no Banco Digital de Teses e Dissertações da CAPES se deram com o intuito de apreender o que já se produziu sobre o jovem do campo. Mais especificamente, buscou-se dentro das produções dos Programas de Pós-Graduação relativos à Educação, estudos que trouxessem a relação entre o trabalho e a educação dos jovens da agricultura familiar, sobre o trabalho no campo e a educação ofertada nas instituições referidas. Isso possibilita conhecer o perfil desses jovens, bem como a perceber se pretendem ficar na agricultura familiar ou se a escola é usada como um trampolim para outras áreas. No que se refere ao perfil, procurou-se saber as características dos/as jovens retratados, como idade, sexo, vínculo com a terra, entre outras, afim de conhecer um pouco mais esse sujeito que tem sido pouco investigado nas produções acadêmicas. Dentre os 27 trabalhos elencados no Quadro 4, foram selecionados os 10 que mais se assemelhavam ao objeto de estudos.

A tese de Gisele Gutstein Güttschow (2018) intitulada *Escola de Iniciação Agrícola de Araquari - SC: Criação, Currículos e Formação Profissional (1954-1967)*, orientada por Nádia Gaiofatto Gonçalves, Profa. Dra na Universidade Federal do Paraná, traz um capítulo inteiro que trata sobre o perfil do aluno e o perfil do egresso, ou seja, o trabalhador formado nos cursos de iniciação agrícola e maestria agrícola, tratando sobre a proposta de formação para tais cursos. Com o objetivo de compreender o debate político-intelectual-legislativo acerca do ensino

agrícola, a criação, a constituição da infraestrutura da Escola de Iniciação Científica de Araquari, seu quadro docente e funcional constituído no período de 1954 e 1967, bem como a dinâmica dos currículos escolares e do perfil dos ingressantes, o trabalho está estruturado em 4 capítulos.

A autora traz um capítulo sobre o perfil do aluno e do egresso trabalhador dos cursos de Iniciação e Maestria Agrícola, apontando dados sobre a faixa etária dos alunos, que se encontram entre 12 e 16 anos de idade, formação e exames necessários para o ingresso, de acordo com fontes documentais encontradas na própria escola. Lembranças de ex-alunos indicaram que a escola era bastante prestigiada, pois se faziam até cursos preparatórios particulares para o ingresso. A documentação encontrada na referida escola aponta divergências entre a forma em que as avaliações se deram e o que prescrevia a Lei Orgânica do Ensino Agrícola¹⁸, bem como a idade mínima permitida por ela. A seleção se dava pela avaliação escrita e oral, dando preferência aos alunos advindos da área rural. Entretanto, cabe salientar que, segundo os registros da escola, a maior parte dos alunos não eram provenientes da área rural, e sim do meio urbano, e que muitos nunca se dedicaram às atividades agrícolas.

O capítulo dois apresenta informações sobre a procedência quanto à cidade, estado e até país. Também é possível observar a situação econômica empobrecida dos mesmos, quando se fala das características das vestimentas, falta de calçados, e até mesmo da falta de condições financeiras indicadas pelos pais na solicitação de vaga aos/as filhos/as, mas que, apesar disso, pretendiam que estes tivessem bom estudo e de forma gratuita, garantindo um futuro promissor, indiferente da formação oferecida. Uma condição colocada ao aluno ingressante eram as boas condições de saúde médica, odontológica e psíquica, devido aos altos custos posteriores que poderiam ocasionar à escola. Güttschow (2018) ainda destaca que alguns/as alunos/as preteriam a instituição localizada em Jacaréi em razão das exigências quanto a um enxoval que deveria ser levado, que estava fora de suas possibilidades econômicas. Isso denota claramente a situação de precariedade dos/as alunos/as, uma vez que em sua grande maioria passavam por privações em relação às necessidades básicas de sobrevivência.

A dissertação de Andreia Aparecida Detogni (2017) *Pedagogia da Alternância e Formação do jovem na Casa Familiar Rural de Coronel Vivida – Pr: avanços, limites e desafios*, sob a orientação da Prof. Dra Yolanda Zancanella na Universidade Estadual do Oeste

¹⁸ Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola. Art. 27. Os exames vestibulares serão feitos na primeira quinzena de janeiro. Parágrafo único: O exame vestibular para os candidatos à matrícula na Primeira Série do Curso de Iniciação Agrícola versarão sobre as disciplinas de Português e Matemática. (BRASIL, 1946, p. 7).

do Paraná, afirma o interesse em pesquisar a formação dos/as jovens na referida instituição, onde objetivou compreender os possíveis limites e desafios da inserção do jovem alternante na propriedade rural, bem como a natureza da relação da família referente à essa prática, à sua própria vivência na juventude, enquanto jovem que saiu do campo em busca de formação.

Para o levantamento de tais informações, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com oito jovens alternantes e sete famílias, entre os matriculados no último ano do “Curso Técnico em Alimentos” da Casa Familiar Rural. O método escolhido foi o materialismo dialético, por entender os homens e mulheres enquanto sujeitos forjados nas relações sociais e históricas, dentro de mediações econômicas, sociais e culturais, dotados de capacidade de mudança dessas mediações, conforme Detogni (2017, p. 21).

A estruturação do trabalho deu-se da seguinte forma. O primeiro capítulo caracterizou a história da trajetória da educação rural e do campo brasileiro, no qual discorreu sobre a falta de políticas públicas antes de 1930 para tal segmento da educação. Apresentou a marginalização de significativa parte da população em decorrência do êxodo rural, o que levou à necessidade da criação de tais políticas. No período de 1940 a 1950, em que a industrialização demandou, inclusive no campo, a introdução de novas tecnologias para o aumento da produtividade, desencadeou ainda mais situações de desigualdade no meio rural. O segundo capítulo apresenta um estudo histórico do surgimento da Pedagogia da Alternância (PA), que deu-se na França, em 1935, traçando um paralelo com seu histórico em regiões do Brasil, em especial no Paraná. O terceiro capítulo traz uma contextualização mais específica em relação ao município de Coronel Vivida, no Paraná, afim de esmiuçar seu objeto de estudo. Foram trazidas as vozes e saberes de pais e jovens alternantes, intencionando conhecer suas experiências e anseios acerca da formação profissional e pessoal relativa às propostas da PA. Também observou-se no referido trabalho, um subcapítulo que discorreu sobre a emergência da educação do campo.

Os dados foram levantados por meio de questionários, realizados com 40 jovens que frequentavam o 1º, 2º e 3º ano do Curso Técnico em Alimentos. A autora apresentou números que comprovam que a maioria dos jovens alternantes eram do sexo masculino e que pouco mais da metade residiam no campo, mas que este dado seria relativo, já que a cidade em que se encontrava a localidade pesquisada predominava a economia rural. Também apontou a dinâmica da migração das famílias entre o urbano e o rural, sendo o deslocamento motivado pelas necessidades financeiras em razão da baixa renda. A questão de ser ou não proprietário rural foi apontado como um fator limitador na aplicação dos conhecimentos adquiridos, devido ao fato de não possuir propriedade restringir o processo de aprendizagem fora do ambiente escolar como formação integral, preconizada na Pedagogia da Alternância como etapa

imprescindível do processo nessa modalidade de ensino. Foram observados dados referentes ao número de pessoas por família (4 em média), tamanho das propriedades, composição da renda familiar, trazendo características dos/as jovens estudantes.

Entre suas considerações finais, Detogni (2017, p. 217) constatou a “inexistência e posterior insuficiência da educação despendida aos filhos dos trabalhadores do campo”, tendo por base os anos de 1930, onde se começaram a reparar essas lacunas em decorrência da preocupação com o êxodo rural que se delineava devido às mudanças econômicas e sociais que se refletiam no campo e na cidade. Trouxe elementos acerca dos anos 1970, 1980 e 1990, no que se refere às políticas vigentes, clareando o entendimento sobre os processos históricos da educação do campo. Dentro disso, contextualizou o município de Coronel Vivida, fazendo menção aos limites e desafios inerentes à PA observados a partir da pesquisa com os/as jovens e suas famílias, bem como os avanços considerados e apontados por eles. Verificou, inclusive, que a intenção de deixar o campo após a conclusão do curso se fazia presente à maioria dos/as alunos/as, inclusive que estes/as não punham em prática nas propriedades os ensinamentos recebidos. Levanta, ela própria, questionamentos e ponderações acerca das fragilidades da educação do campo constatadas em sua trajetória de pesquisa.

Ana Carolina de Almeida Bergamaschi (2017) traz em sua tese *Modernizar o campo pelo Ensino Agrícola: a organização da Escola Agrícola de Barbacena (1933-1964)*, orientada pela Prof. Dra. Cynthia Greive Veiga da Universidade Federal de Minas Gerais, com o objetivo principal de investigar as políticas educacionais e as práticas escolares voltadas para o ensino agrícola com o propósito de modernizar o campo. O estudo traz questionamentos sobre as proposições para o ensino agrícola, delineadas pela Secretaria da Agricultura, oriundas dos debates acerca do binômio campo/cidade. O processo de organização da Escola Agrícola de Barbacena, Minas Gerais, no período de 1933 a 1964, fundada no ano de 1910 como Aprendizado Agrícola, enquanto parte de um conjunto de ações do governo federal para conter a “crise da lavoura” nos primeiros anos republicanos. Durante seus longos 107 anos, o estabelecimento passou por uma série de mudanças estruturais, administrativas e pedagógicas. Até meados de 1960, esteve submetido ao Ministério da Agricultura.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O capítulo 1 trata sobre a Profissionalização Agrícola discutindo sobre a dualidade no cunho Agrícola ou Educacional da referida política, as tensões entre o campo e a cidade e as proposições para a educação agrícola, as representações apresentadas acerca do meio rural nos periódicos *A Lavoura* e *Ceres*, bem como os debates e implantação de novos padrões de formação profissional pelo Ministério da Agricultura. O capítulo 2 discorre sobre o padrão nacional de Ensino Agrícola na Escola

Agrícola de Barbacena, a função e formação do ensino agrícola e sua predileção dentro do Ministério da Agricultura. O trecho que se refere ao processo de admissão dos alunos traz características iniciais sobre eles, conforme determinava o Regulamento de 1933, que inclusive, poderiam ingressar no curso em qualquer época do ano. Sobre a idade, afirma deveriam ter entre 12 e 18 anos, sabendo ler e escrever, para o Curso de Adaptação, e mínimo de 16 e máximo de 21 para o Curso Profissional, com aprovação do 4º ano de Adaptação e aprovado/a no exame de admissão. Entretanto observou-se que a faixa etária mais recorrente era entre 15 e 16 anos, alguns inclusive com mais de 18 anos, contrariando o Regulamento de 1933 (Decreto nº 52.339, de 8 de Agosto de 1963). Isso se dava muitas vezes em virtude do processo de admissão, já que alguns/as chegavam a esperar até 3 anos para ingressar, devido à seletividade dos Cursos.

No capítulo 3, a autora traz um panorama acerca da criação da Escola Agrotécnica de Barbacena relacionando o contexto da precariedade rural vivida nos anos 40, no governo de Juscelino Kubitschek, e a crescente urbanização que intensificou o êxodo rural, mas que demandou investimentos no campo para que dessem suporte a esse desenvolvimento subsidiando alimentos e matéria prima de qualidade para as indústrias. Bergamachi (2017) analisou as proposições da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA) e os arranjos que ela ocasionou de 1946 a 1961, o processo de organização da Escola Agrotécnica de Barbacena e as novas rotinas pedagógicas, bem como a organização dos cursos e das práticas, buscando ainda trazer um perfil dos sujeitos escolares entre 1947 e 1961 e quais seriam as novas demandas por qualificação profissional agrícola. No capítulo 4, a autora trata sobre os acordos internacionais e extensionismo, outra modalidade denominada “curso de continuação” pela Lei Orgânica de Ensino Agrícola (LOEA), como Centros de Treinamento para Operários Agrícolas e de Economia Rural Doméstica, como opção moderna para as mulheres do campo.

Sobre o perfil dos alunos, a autora destaca algumas características. A LOEA orienta que para ser matriculado em qualquer curso de formação agrícola, o candidato deveria apresentar atestado médico referente à isenção de doenças contagiosas e estar vacinado/a, ser capaz física e mentalmente para realizar os trabalhos escolares e ter sido aprovado/a em exame vestibular correspondente. O texto legal não trouxe mais especificações quanto aos critérios em relação a serem filhos de agricultor ou trabalhador rural, o que ocasionou a diversificação na clientela atendida pela escola, mas trouxe insatisfação aos agricultores da região, que viam seus/as filhos/as serem preteridos/as e terem menos possibilidade de ingressar no referido estabelecimento de ensino. Isso foi motivo de discussão na Associação Rural de Barbacena por seus membros. Registrou-se, no período investigado, alunos advindos de 19 estados diferentes e até de outros países, o que se dava por meio de transferências e intercâmbios.

Os dados levantados quanto à origem étnica apontam a grande maioria, cerca de 83% eram brancos/as, o que indica uma seletividade. Também se observam no texto as profissões dos pais, sendo que muitas matrículas realizadas pelas mães trabalhadoras seriam de famílias monoparentais. Quanto à faixa etária, há um intervalo entre 11 e 22 anos, com uma prevalência de 72% entre 13 e 16 anos para o curso de Iniciação. A não aprovação no Curso de Maestria Agrícola levava os alunos a tentarem o Curso Prático. Havia ainda os ouvintes, que não passavam no vestibular, não tinham condição de fazê-lo, mas que trabalhavam para poder assistir as aulas práticas do Curso de Iniciação Agrícola. Observa-se na tese de Bergamachi (2017) a quantificação dos aprovados e reprovados, juntamente com os motivos dos desligamentos apontados pela escola, onde a reprovação, infrequência e jubilamento são os motivos mais recorrentes para a não conclusão dos cursos, que, segundo relatos de ex-alunos, apresentava um nível bastante elevado de exigência e rigor na disciplina. Os resultados da pesquisa mostraram que o ensino agrícola foi relevante para a modernização do campo e a superação “atraso” do meio rural. Entretanto, verificou-se que a acentuada rigorosidade da escola de Barbacena tornou-a seletiva e acabou por aprofundar as desigualdades na oferta escolar profissionalizante a que se propunha, tornando-se elitista e desequilibrando a relação entre o trabalho e o ensino.

A tese *História da educação agrícola do sul de Minas Gerais: a Escola Agrícola de Muzambinho (1948-1985)*, de Livia Carolina Vieira (2016), orientada pelo Prof. Dr. Amarílio Ferreira Júnior da Universidade Federal de São Carlos, busca conhecer a quem de fato se destinava a da educação oferecida nas escolas agrícolas e de que forma criação de tais escolas estão relacionadas às transformações nas relações de produção. Houve inicialmente uma contextualização acerca da institucionalização das escolas agrícolas e sobre a necessidade pela força de trabalho qualificada na região sul de Minas Gerais. Quanto à organização, o texto encontra-se assim disposto.

O capítulo 1 contextualiza a organização da educação agrícola brasileira perpassando pela origem da educação agrícola no Brasil, Primeira República, governo de Getúlio Vargas, transição entre democracia e Ditadura Militar, e contexto histórico mineiro da educação agrícola, apresentando de forma dialógica os acontecimentos econômicos e políticos e o ensino agrícola da região, destacando a Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946 e a reestruturação ocasionada por ela no ensino agrícola, bem como a influência dos Estados Unidos¹⁹ e seus

¹⁹ Houve um acordo firmado em 1946 entre o governo brasileiro representado pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema e a *Inter-American Foundation*, instituição oficial do governo dos Estados Unidos, em que se previa “a instalação, no Ministério da Educação, da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI),

acordos. No capítulo 2 observa-se o contexto histórico do município e da criação da escola, indicando características físicas e proposta do ensino para os técnicos agrícolas, desvelando assim a finalidade de sua criação.

No terceiro capítulo discorre sobre a organização curricular e didático pedagógica da escola em que a autora apresenta a proposta de trabalho da Escola Agrícola de Muzambinho, onde se destacam os valores cívicos e morais, a educação de cunho religioso, o canto orfeônico, uma educação do corpo em que são orientados quanto à higiene, conduta sexual e escolha profissional. No capítulo 4, Vieira (2016) traz questões referentes ao ensino agrícola propriamente dito, sobre as aulas práticas nos currículos de formação técnica e de cursos da área da agropecuária, assim como o modelo de Escola Fazenda, em que a construção do conhecimento se dá na relação entre o aprender e o fazer, ressaltando o que a difere do modelo implementado nos Estados Unidos.

O quinto capítulo retrata os sujeitos que fazem parte da pesquisa, versando sobre a equipe gestora, docentes e estudantes. Quanto aos diretores e professores, cabe salientar que a organização da escola se pautava na ordem e na disciplina, em que os diretores, autoridade máxima da instituição, tinham como dever dar suporte tanto ao pedagógico quanto à produção agrícola, buscando meios financeiros para sustentá-los. Para lhes auxiliar nas questões de fiscalização administrativa, confiava a outros funcionários e até a alguns alunos a tarefa de monitorar os demais.

O perfil dos alunos da Escola Agrícola de Muzambinho é destacado em um subcapítulo da tese. Verifica-se o prestígio da escola junto à comunidade devido à qualidade na educação ofertada, mesmo dispondo apenas educação ginásial e cursos técnicos em nível médio, já que quem almejasse o nível superior deveria ter de condições financeiras para buscar outras instituições no Brasil que o disponibilizasse. Os dados foram levantados em 146 fichas remanescentes de alunos. Um cabeçalho que trazia informações sobre as secretarias e órgãos a que a escola estava submetida, uma foto 3x4, informações pessoais como nome, filiação, naturalidade, endereço, grupo sanguíneo, o histórico escolar, regime de internato ou não, ocorrências e auxílios recebidos pelo aluno. Da mesma forma que as fichas, os exames de admissão e médicos eram arquivados e faziam parte de um processo que o acompanhava ao longo de toda sua trajetória escolar. A faixa etária de 15 a 21 anos observada indica a distorção de idade-série que existia.

para atuar como órgão executivo na aplicação do programa de cooperação, cujo superintendente seria o titular da Diretoria do Ensino Industrial, que, por sua vez, tinha como contraparte um representante da fundação. Essa entidade forneceria um pequeno grupo de cooperantes (CUNHA, 2005, p. 9).

Sobre a procedência dos alunos que frequentaram a escola de 1956 a 1978, as fichas indicaram que vinham de quatro estados diferentes, sendo eles São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e a grande maioria do estado de Minas Gerais. A pesquisadora elencou para análise apenas as 47 fichas em que se identificaram os pais como produtores rurais, lavradores ou agricultores, o que não significa que o objetivo da preparação dos filhos dos trabalhadores da terra foi cumprido, já que também houve o registro de outras profissões como marceneiro, padeiro, carregador, pintor, eletricitista, professor, comerciante e engenheiro mecânico, sendo estas últimas as de melhor remuneração. Ela salienta que a maior parte das profissões apontadas são de baixa rentabilidade, distante dos filhos da elite. Todavia, ela considera um número significativo devido ao fato de haverem fichas em branco e das características do município no recorte histórico estudado. Observou também, que nos primeiros anos de funcionamento haviam alunos advindos de São Paulo, Maranhão, Amapá, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás, além de Minas Gerais, não sendo o atendimento exclusivo à comunidade da região. O fato dos filhos de agricultores precisarem auxiliar os pais no trabalho no campo pode ser um forte motivo para o não preenchimento das vagas em instituições criadas para esse fim. Dessa forma, as famílias de baixa renda aproveitavam essa vacância para garantir aos seus filhos estudo e internato a baixo custo, almejando a possibilidade de ascensão social, sem muita preocupação com o tipo de formação que teriam.

Vieira (2016) registra a fala de um entrevistado que demonstra a difícil situação econômica dos alunos egressos de 1968. *“No meu tempo vinha uns [alunos] de bem distante pra estudar aqui, muitos tinham dificuldades financeiras, ter dinheiro pras miudezas igual os jovens de hoje no nosso tempo era raridade”*. (G1- Turma 1968). Esse perfil, segundo ela, acompanhou a instituição por muito tempo. Tal realidade só veio apresentar mudanças após a escola tornar-se Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais por meio da Lei 11.892/2008²⁰, tardiamente se comparado às dos grandes centros urbanos que já nas décadas de 1970 e 1980 permitiam a continuidade dos estudos em nível superior.

²⁰ As instituições que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias, grande parte, das 19 escolas de aprendizes artífices instituídas por um decreto presidencial de 1909, assinado por Nilo Peçanha. Essas escolas, inicialmente subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, passam, em 1930, para a supervisão do recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Sete anos depois, são transformadas nos liceus industriais. Um ano após o ensino profissional ser considerado de nível médio, em 1942, os liceus passam a se chamar escolas industriais e técnicas, e, em 1959, escolas técnicas federais, configuradas como autarquias. Ao longo desse mesmo tempo vai se constituindo uma rede de escolas agrícolas – Escolas Agrotécnicas Federais, com base no modelo escola fazenda e vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, essas escolas fazendas passam para o então Ministério da Educação e Cultura tornando-se escolas agrícolas. Em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em centros federais de educação tecnológica (Cefet) equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários. (SILVA, 2009, p. 7).

Nara Tatiana Costa (2016) traz em sua dissertação *O Colégio Agrícola de Francisco Beltrão e os desafios da Educação Politécnica*, orientada pelo Prof. Dr. Clésio Acilino Antônio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, a intenção de analisar se as questões referentes à educação politécnica, constituída pelo ensino e o trabalho, se efetivam no Colégio Agrícola de Francisco Beltrão. Ela inicia o primeiro capítulo caracterizando o campo de formação escolar no Ensino Médio Profissional em que é ofertada para jovens, filhos de trabalhadores da agricultura familiar, uma educação profissional-técnica, composta por aulas práticas e teóricas da Base Nacional Comum e da Área Técnica. Sua organização curricular se difere em relação às demais instituições de ensino, já que se propõe dar formação para o campo, e para Costa é

Específica frente ao fato de que o campo que se apresenta aos jovens em formação escolar não se encontra separado do sistema econômico e se revela na agricultura industrializada. Igualmente, não se separa da vida social sob a forma capitalista, ainda que em seu interior possam existir distintos projetos educacionais para serem materializados. A dialética está posta, no sentido que a vida social educa tanto quanto por ela é educada. (COSTA, 2016, p. 21)

Ainda no capítulo 1, Costa (2016) destaca as especificidades da região rural do Sudoeste do Paraná e sua história com os movimentos sociais em prol das propriedades de base familiar em busca de políticas públicas para créditos financeiros. Quanto às formas de produção, o agronegócio também se apresenta como possibilidade ao jovem, embora necessite de formação com ajustamento e não com qualificação do trabalhador. Tal qualificação reporta-se em uma formação de trabalho humanizada, em defesa da vida, com vistas ao desenvolvimento social e econômico. A autora também trata sobre os projetos históricos de Educação Profissional de Ensino Médio relacionados à educação do campo.

No segundo capítulo, a autora ressalta o conceito de Educação Politécnica construído por alguns autores, destacando Marx, que segundo Costa (2016, p. 44), “não desenvolveu um conceito objetivo de educação politécnica, fator que gera opiniões distintas entre os estudiosos”. Ela apresenta algumas experiências referentes à educação politécnica que se deram na República Soviética, Alemanha, Cuba e Brasil²¹, comparando com a educação ofertada no

²¹ Na República Soviética, a educação politécnica seria unitária, dispensada para todos os alunos da mesma forma, indiferente do grupo destinado (sexo, etnia, religião), não havendo orientação para diferentes profissões. Na Alemanha, são aproveitadas e consideradas as transformações da ciência, tecnologia, técnicas e processos de produção da indústria e agricultura, avaliando o que se tem de primordial e fundamental. No entanto, isso não leva à uma formação politécnica em sua essência, mas compartimentadas. Em Cuba, houve uma resignificação do trabalho pedagógico após a Revolução Cubana, em 1959, em que as escolas do campo com ideal politécnico trabalhavam todas as etapas do processo, desde a preparação do solo, o plantio, até o destino final dos produtos, conforme capacidade dos alunos. No Brasil, a educação de cunho politécnico busca levar ao aluno os conhecimentos técnico-operacionais, assim como os fundamentos filosóficos e científicos de tal modalidade de trabalho. (COSTA, 2016).

Colégio Agrícola. No terceiro capítulo são retratados os aspectos históricos e organizacionais do Colégio Agrícola de Francisco Beltrão, sua constituição física, particularidades educativas e institucionais. O Projeto Político Pedagógico e a organização curricular são os documentos que norteiam a prática, mas, segundo a autora, são os recursos humanos que compõe o quadro funcional é que dão vida ao colégio e garantem que se cumpram os objetivos expressos em tais documentos. No quarto e último capítulo há uma reflexão sobre como e se as práticas pedagógicas que compõe o universo do referido colégio agrícola, visitas técnicas, trabalho de campo e de monitoria, os estágios e projetos implementados concorrem para a efetivação dos princípios da educação politécnica.

Não foi observado um capítulo ou subcapítulo que tratasse especificamente do perfil dos alunos. Entretanto, Costa (2016, p. 86) em meio ao seu trabalho, caracteriza os alunos que estudam no Colégio Agrícola “sob jugo da Resolução nº 02/2012 como sendo em grande maioria filhos de pequenos agricultores, com propriedades que variam entre 3 e 12 hectares de terra, oriundos de mais de 40 municípios do Sudoeste, Oeste e Centro do Paraná e Oeste de Santa Catarina.” Também que cerca de 270 alunos que em 2014 viviam no regime de Internato, Costa (2016, p. 113) aponta que são “80% filhos de pequenos agricultores, 10% urbanos com ligação ao meio rural e 10% exclusivamente urbanos” e em 2015 são “261 alunos internos, com 40 externos dos cursos subsequentes”. Afirma que “as porcentagens se alteram e passam a ser 70% de alunos filhos de pequenos agricultores, 15% urbanos com ligação ao meio rural e 15% exclusivamente urbanos”.

A dissertação de Rosemeri Santin (2015), intitulada *A Pedagogia da Alternância e os pressupostos da Prática Docente: Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias na Casa Familiar Rural*, orientada pelo Prof. Dr. Leonel Piovezana da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, traz estudos acerca do ensino da Ciência da Natureza, Matemática e Tecnologias voltado à realidade da educação do jovem do campo que vivencia a pedagogia da alternância. Para tanto, caracteriza a Pedagogia da Alternância (PA) fazendo referência ao sistema de ensino de tal modalidade, seus instrumentos pedagógicos e à participação dos profissionais e suas respectivas responsabilidades dentro do processo. O estudo se divide em quatro capítulos em que é versado detalhadamente sobre cada um dos elementos supracitados.

No segundo capítulo, um subcapítulo fala sobre a Casa Familiar Rural (CFR) e a experiência do processo de alternância entre o estudo e o trabalho no campo. Sobre a alternância, Santin (2015, p. 65) afirma que “oportuniza que o jovem agricultor não abandone as suas atividades agrícolas e nem mesmo perca o vínculo com a sua família.” Isso concorre

para ampliar a permanência do jovem no campo e conter o êxodo rural. Não foi observado a caracterização detalhada dos jovens.

Santin (2015) ressalta a importância da criação da CFR para a região, pois inicialmente atendia duas turmas com 33 jovens filhos de agricultores que saíam das Escolinhas Multisseriadas Municipais e, sem perder o vínculo com a escola do campo, ingressavam na referida instituição. Devido à demanda criada pelos alunos que pararam de estudar, foi implantada a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para atender os jovens com mais de 14 anos, a fim de que não fossem obrigados a procurar estudo nas escolas urbanas, desvinculadas de sua realidade. Assim, a partir dos anos 2000, uma clientela ao qual a CFR não estava adaptada passou a ser atendida, inclusive jovens fora da idade-série das escolas urbanas, considerados “rebeldes”, mas não deixando de lado os filhos de agricultores. A limitação da idade de 18 anos completos ou mais para ingresso no EJA da CFR gerou a falta de alunos nos anos de 1996 e 1997, fazendo com que a instituição continuasse recebendo os alunos fora da idade-série oriundos da área urbana. Tal situação levou à criação do Ensino Médio Técnico em Agronegócios, trazendo novamente os filhos dos agricultores, deixando de atender somente os excluídos do ensino regular. A grande procura pelo curso fez com que se realizasse um processo de seleção.

Com o atendimento desses alunos repetentes que tinham na CFR uma última oportunidade de concluir seus estudos, a instituição viu sua chance de manter suas portas abertas em um momento de crise. Apesar do papel de formar o jovem nas atividades agrícolas, também tinham como plano a formação pessoal. A relação professor/aluno ia além da sala de aula, sendo vista como um elo familiar. Dessa forma, além do atendimento didático-técnico, a pedagogia da alternância propiciava não só o crescimento pessoal dos jovens como também uma formação cidadã.

A Práxis da Escola Família Agrícola: continuidades e permanências na vida do egresso camponês, tese de Nelbi Alves da Cruz (2014) orientada pela Prof. Dra Artemis Augusta Mota Torres Universidade Federal do Mato Grosso, é uma pesquisa que se propõe a compreender a dinâmica do trabalho desenvolvido na Escola Família Agrícola (EFA), em Cacoal, Rondônia, observando seis egressos e de que forma essa formação afetou suas vidas. Conforme afirma Cruz (2014), a pedagogia da alternância é aplicada na Casa Família Rural que privilegia a profissionalização em detrimento da pura escolarização, e a Escola Família Agrícola, que atende estudantes a partir do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio Profissionalizante, apresenta maior incidência no Sul e Sudeste do Brasil, estando presente também no Nordeste.

Os objetivos que se expressam é a descoberta do que motiva os egressos a continuarem camponeses, quais atividades laborais vêm desenvolvendo atualmente. A partir da memória desses jovens, buscou-se perceber os indícios que se referem à práxis da EFA na fase de estudantes e se foram relevantes para sua vida, verificando a atuação desses egressos na comunidade local e em organizações sociais do campo, e o levantamento dos principais fatos, das dificuldades e experiências anteriores à estada do egresso na EFA. Por fim, a averiguação acerca das razões e motivos que levaram os egressos a trabalharem em locais antagônicos aos objetivos e princípios da referida instituição. A práxis observada se dá na EFA Pe. – Ezequiel Ramin, cujos egressos, sujeitos da pesquisa, tendo como limite temporal 1994, quando criou-se o primeiro ensino médio profissionalizante utilizando a pedagogia da alternância no estado de Rondônia. A observação se deu em dois momentos, a saber: a instituição EFA e o ambiente de trabalho do egresso, a fim de conhecer esses dois espaços-tempos.

O trabalho se organiza em quatro capítulos onde se identificam os conceitos pertinentes, a realidade dos egressos, as contradições inerentes ao fenômeno estudado, bem como a síntese e os questionamentos que premeiam a dialética da pedagogia da alternância utilizada pela Escola Família Agrícola. O capítulo 1 traz um breve histórico sobre o surgimento da pedagogia da alternância desde a sua origem na França, por volta de 1935, bem como no Brasil, no final da década de 1960, em que se deu devido à necessidade educacional da comunidade camponesa para que seus filhos dessem continuidade aos estudos, ocorrida por intermédio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). No capítulo 2, observa-se questões referentes aos egressos, seu tempo-espço, as expectativas dos jovens acerca de seu futuro no campo e a dinâmica que se dá em relação a esses jovens e as transformações em Cacoal, município em que se deu a pesquisa.

O objetivo do capítulo 3 é evidenciar de que forma se efetiva o funcionamento da Escola Família Agrícola no que se refere à estrutura, instâncias e as implicações da administração no projeto educativo da escola. Para tanto, deu-se a análise de documentos norteadores do trabalho pedagógico e relatórios da escola pesquisada. Os três setores que compõe uma Escola Família Agrícola, o administrativo, que atende a estrutura e funcionamento geral da escola, o pedagógico, referente ao currículo e processo de ensino aprendizagem e o agropecuário, administrando e cuidando da terra, interligam-se e compõe os arranjos que dão as características da escola. O 4º e último capítulo discorre sobre o egresso propriamente dito, seu histórico anterior à matrícula, sua vida no decorrer do curso e após sua formação, questões sociopolíticas que remetem à sua vida familiar e profissional, bem como em relação a aspectos da EFA, de forma a conhecer sua práxis. Para isto, seis egressos foram escolhidos por serem moradores do campo ou pertencentes

à organizações sociais voltadas a ele, para que fossem pesquisados com a finalidade de conhecer o seu fazer, antes, durante e depois da EFA.

Cruz (2014) aponta como perfil dos egressos serem filhos de migrantes que foram à Rondônia atrás da conquista de terras de graça (o que não se efetivou), do sexo masculino, com idade entre 21 e 42 anos, que estudaram na pedagogia da alternância durante o ensino fundamental, entre 1992 e 2009, durante uma média de tempo entre 4 e 8 anos. Para entrar na EFA de Cacoal havia fila de espera devido ao seu prestígio na comunidade, e como só era ofertado o ensino médio, houve pressão da comunidade para que o poder público municipal abrisse uma escola fundamental voltada aos agricultores. Sobre os estágios, observou que apesar das dificuldades de cunho financeiro, de falta de orientação dos monitores e acompanhamento dos orientadores, culminavam em bons resultados, já que os egressos levavam boas práticas para suas vidas. Assim, conforme a autora, é possível afirmar que os aspectos humanos e epistemológicos se efetivaram positivamente na EFA Padre Ezequiel Ramin em Cacoal, Rondônia.

Ressalta-se a importância da família no relato desses jovens egressos, que os influenciaram como profissionais e como pessoas. Observou-se a partir dessa pesquisa que, apesar do atendimento a grande número de filhos de donos de sítio, importante elemento que concorre para que eles permaneçam no campo, não houve um número expressivo de egressos que permanecessem camponeses, migrando para profissões diversas.

Aparecida Maria Fonseca (2008) objetiva na dissertação *Contribuições da Pedagogia da Alternância para o desenvolvimento sustentável: trajetória de egressos de uma Escola Família Agrícola*, orientada pelo Prof. Dr. Luiz Síveres na Universidade Católica de Brasília, analisar de que forma a pedagogia da alternância contribui para o desenvolvimento sustentável, observando as experiências dos jovens egressos em uma determinada Escola Família Agrícola situada em Orizona, Goiás. Dos cinco capítulos que compõe o trabalho, a autora inicia os dois primeiros apresentando os elementos de sua pesquisa e o caminho metodológico que utilizou para delinear, desenvolver, coletar e analisar os dados levantados, bem como a forma de observação utilizada e o trabalho de campo. O terceiro capítulo traz uma revisão de literatura acerca da Pedagogia da Alternância no que se refere à sua concepção, seus quatro pilares e sua prática; do desenvolvimento sustentável, relacionando-o com a educação, com a educação do campo e Pedagogia da Alternância, assim como um subcapítulo sobre a juventude rural. Sobre este, destaca-se alguns pontos.

Segundo Fonseca (2008), apesar do crescimento observado nos estudos acerca da juventude nos últimos anos, o jovem do campo não tem sido privilegiado neles. Ela ressalta um

pesquisador em especial que tem se debruçado sob tal temática e aponta dados relevantes sobre a juventude rural no sul do país, Stropasolas (2006, apud FONSECA, 2008), que aborda temas como o êxodo rural e atribui a saída dos jovens do campo, mesmo os que pertencem à famílias consolidadas na agricultura, à busca de realização pessoal e a condições socioeconômicas. Fonseca (2008) expõe dados retirados da Secretaria Nacional da Juventude que destacam os jovens brasileiros entre 15 e 24 anos de idade e seus problemas sociais, elencando os desafios para consolidar a Política Nacional de Juventude. A autora caracteriza a juventude trazendo seus conceitos, anseios e expectativas, afirmando que “a juventude é vista como uma construção social, como uma “fase da vida”, marcada pela instabilidade e incertezas que são relacionadas a problemas sociais, frequentemente associados a jovens urbanos”, e ainda seu desejo no acesso à educação, cultura e renda. (FONSECA, 2008, p, 78)

Sobre o desenvolvimento sustentável dos jovens, alguns autores são apontados no texto, trazendo questões sobre a restrição e subordinação do jovem na sociedade campestre, ressaltando ainda a situação da mulher, sua falta de autonomia no processo decisório e de perspectiva nas incumbências da propriedade rural. Conforme a autora, o sistema de alternância confere certa confiança dos pais, pois os jovens passam a interagir no meio familiar e comunitário, socializando conhecimentos. Conforme a autora, a juventude rural é uma categoria que precisa ter mais visibilidade, visto que é nos pequenos municípios que se encontra a população rural do Brasil, geralmente com dificuldades sociais e culturais, assim como políticas públicas que lhes possam garantir dignidade em seus projetos de vida. Por isso, discute-se a relação entre o esvaziamento do campo em razão da falta de investimentos e o crescimento da exclusão social, violência e pobreza que acometem essa faixa da população. Algumas reflexões são apontadas no que se refere ao projeto de vida dos jovens rurais, de sua inclusão profissional e social e da relevância da pedagogia da alternância nesse processo.

A autora destaca um estudo trazido por Abramovay (2005) acerca da importância do ambiente que estimule e favoreça a construção do conhecimento e da inovação para os jovens, bem como da relação entre o nível de escolaridade, principalmente das moças, e do desejo em continuar o trabalho nas propriedades rurais familiares. Destaca também a pertinência da distribuição de ativos (educação, terra, crédito) na batalha da luta contra a pobreza, pois o padrão mais recorrente que se vê é dos agricultores que assim se tornaram ou permaneceram por não poderem ou conseguirem estudar. Gimonet (2005, p. 9-11, apud Fonseca, 2008), autor referência quando se fala em juventude alternante, resalta a positividade da alternância dentro do processo de formação do jovem, pois atende às necessidades essenciais da idade e viabiliza sua inserção no mundo adulto, considerando-o não mais como um mero aluno, mas um

protagonista socioprofissional com funções reconhecidas e produtivas. Fonseca (2008) destaca que os jovens da EFA de Orizona-GO (de nível fundamental) que vêm da área rural, apresentam interesse no desenvolvimento da agricultura familiar sustentável, porém, quando terminam os estudos nessa instituição, ficam em dúvida quanto a voltar para ajudar a família ou terminar os estudos em outra instituição, longe de casa, pois não há a mesma opção de formação próxima em nível médio. Constatou ainda que cerca de 80% das famílias continuaram no campo desenvolvendo o projeto dos filhos, o que confirma a contribuição do trabalho da EFA para a diminuição do êxodo rural.

A tese de Francisco José Montório Sobral (2005) intitulada *A formação do Técnico em Agropecuária no contexto da Agricultura Familiar do oeste catarinense*, orientada pelo Prof. Dr. Newton Bryan na Universidade Estadual de Campinas, tem como objetivo principal compreender a formação do profissional agrícola, fazendo, para tanto, uma retrospectiva histórica sobre o ensino agrícola brasileiro. Para que se possa conhecer a trajetória das escolas agrícolas, o autor inicia o primeiro capítulo apresentando um mapeamento do ensino agrícola desde o período colonial até a atualidade, identificando as políticas educacionais, intencionalidades, consequências e implicações, observando tanto a evolução de tal modalidade de ensino quanto possíveis raízes de problemas que ainda hoje persistem. O segundo capítulo discorre sobre a modernização tecnológica no campo, a inter-relação e influência entre os âmbitos nacional e internacional, seus desdobramentos e impactos no Brasil, tanto no setor econômico quanto social, mostrando que as mudanças foram profundas e irreversíveis, principalmente no que se refere à agricultura familiar. O terceiro capítulo retrata a colonização na região sul, especificamente o município de Concórdia, em Santa Catarina, e sua implicação no modelo de desenvolvimento da economia local. O capítulo quatro discute a formação dos agentes para a extensão rural e a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia como instrumento a serviço do capital nos anos 60. Discute também o trabalho como princípio educativo enquanto metodologia alternativa no sistema escola-fazenda.

Os capítulos foram organizados por Sobral (2005) de maneira que o leitor compreendesse a construção histórica e encaminhamentos que levaram à forma e os desafios na formação do técnico em agropecuária, relatando no capítulo quatro como se deu o processo de coleta dos dados, o perfil e o destino dos alunos egressos. Para tanto, a pesquisa se deu em duas etapas, sendo a primeira coleta de dados com os pais dos alunos enquanto eles ainda estavam matriculados, entre 1999 e 2001, registrada por questionário, e uma com os pais dos alunos egressos após um ano, em 2002, registrada por entrevista. O critério de escolha dos participantes era ser aluno do 3º ano, filho de agricultores residentes em municípios com até 80

km de distância, por questões de logística. Ao todos foram 48 produtores rurais (pais de alunos) pesquisados em 12 municípios da região catarinense com o objetivo de saber como se deu a atuação profissional desses egressos.

A primeira característica relevante apontada é a situação social homogênea dos entrevistados, visto que são pequenos proprietários das terras que utilizam força de trabalho familiar. Embora os entrevistados fossem os pais e nosso interesse ser no perfil dos egressos, os dados levantados possibilitam conhecer a realidade de origem dos mesmos. Sobral (2005) observou que os egressos descendiam de também oriundos do meio rural, com terras herdadas da família, e que apresentavam baixa escolaridade devido ao acesso restrito apenas aos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois o “ginásio” demandava deixar o trabalho familiar, o que para eles não era interessante nem necessário. Sobre as famílias, eram nucleares, em média com 5 a 8 componentes, em quase todas com pai e mãe trabalhando, e na minoria, cerca de 5 famílias que afirmaram ter empregados, apenas um que os auxiliasse devido à idade mais avançada para a carga de atividades. Para os pais, o mais importante seria que os filhos tivessem acesso aos estudos, principalmente as filhas, para que não passassem pelas mesmas dificuldades que tiveram, o que aponta indícios de êxodo rural, da masculinização do serviço e um envelhecimento dessa população. Ressalta-se também que 38 das 48 famílias participavam da extensão rural, modo de produção em que se mantém um vínculo com alguma agroindústria, nesses casos, a Sadia.

Na segunda etapa da pesquisa, em que o autor se propôs a retornar às famílias para descobrir o destino dos 48 egressos, apurou que 35 não retornaram para casa, devido ao fato de estarem fazendo faculdade, trabalhando em pequenos frigoríficos ou em outros locais, ou mesmo desempregados em casa de parentes na cidade, buscando alguma colocação no mercado de trabalho. Sobral (2005) apontou motivos diversos para justificar o não retorno, mas todos convergem para o excesso de tempo de trabalho dispendido para as atividades rurais e o acúmulo insuficiente de capital para ampliar a propriedade para que todos os membros da família continuassem tendo uma vida confortável.

A dissertação *Escola para o trabalho, escola para a vida: o caso da Escola Família Agrícola de Angical – Bahia* de Sandra Regina Magalhães de Araújo (2005), orientada pela Prof. Dra Liana Gonçalves Pontes Sodré, da Universidade do Estado da Bahia, trouxe como principal objetivo compreender em que medida a Escola Família Agrícola José Nunes da Matta, conhecida como Escola Família Agrícola de Angical, corrobora para o fortalecimento da agricultura familiar, sob a orientação dos princípios metodológicos da Pedagogia da Alternância. O primeiro capítulo discorre historicamente sobre os motivos que levaram a

exclusão dos produtores da agricultura familiar das políticas agrárias públicas do modo capitalista, e de sua resistência e luta, destacando a relevância de sua atividade. Faz ainda uma retomada histórica acerca do extremo oeste baiano, onde está situado o campo empírico desse estudo, bem como da conjuntura política da educação rural brasileira. No segundo capítulo, observamos o histórico do surgimento da escolas família agrícola, originadas na França e influenciadas pela igreja, e sua experiência e organização no Brasil. Também se relata sobre a implantação, expansão e ações desenvolvidas pelas EFAs na Bahia, e seus instrumentos didático pedagógicos. O terceiro capítulo enfoca Angical, seus aspectos históricos, econômicos, geográficos e educacionais. O quarto capítulo traz questões específicas da Escola Família Agrícola de Angical, sua criação e participação da Igreja Católica, sua estrutura física, entidade mantenedora, monitores, recursos didáticos, avaliação e estágio. Nesse capítulo, interessa destacar as características dos alternantes.

Eles ingressam na EFA por meio de seleção por prova escrita classificatória, entrevista e análise de histórico escolar, devendo ser filho ou dependente de responsável agricultor familiar, residir no campo, ter indicação de algum membro de algum grupo comunitário da região, e ter participado da Semana de Adaptação da respectiva EFA. Do ano de 1996, criação da EFA, até 2001, passaram 247 alternantes, sendo concluintes do ensino fundamental da 5ª à 8ª série em número de 142, 43 conservados, 31 evadidos e 31 transferidos. Os conservados se referem aos que chegam semianalfabetos e demandam de mais atendimento para sanar as dificuldades. Os dados apontam que todos são oriundos de áreas de assentamento de reforma agrária ou da agricultura familiar e dos 41% que continuaram em suas comunidades depois de egressos, a maior parte são da agricultura familiar. Dos que se evadiram delas, cerca de 69% estão ou já concluíram o ensino médio e uma o ensino superior, o que foi considerado bastante satisfatório pela autora. Quanto ao sexo, verificou-se que 71% eram do gênero masculino contra 29% feminino.

Para essa pesquisa, foram escolhidos pela autora 18 egressos que continuaram morando em sua comunidade, que finalizaram a 8ª série de 1998 à 2003, sendo 9 moradores de assentamentos da reforma agrária e 9 da agricultura familiar, com entrevistas semiestruturadas individuais e coletivas, ou em conversas informais registradas caderno de campo. Foram realizadas observações na escola, consultas em documentos como o Projeto Pedagógico da Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia, Regimento Interno e documentos referentes à criação da EFA de Angical. Sobre a importância do aprendizado recebido na EFA, 100% dos alternantes egressos ressaltaram que foi de extrema valia para o fortalecimento da agricultura familiar em seu meio social, cultural e histórico, melhorando a

qualidade de vida de todos com a aplicação dos conhecimentos acerca da agricultura e da pecuária. A grande maioria manifestou vontade em permanecer na vida do campo por razões diversas, e que buscaram implementar as mudanças nos procedimentos agrícolas em suas propriedades familiares. Da mesma forma, continuaram mantendo algum tipo de vínculo com a instituição, sendo bastante positiva sua avaliação no que se refere ao papel formativo da pedagogia da alternância ofertado na EFA.

Araújo (2005) apresenta dados que apontam que, mesmo que o maior percentual de alunos sejam provenientes da reforma agrária, os que permanecem em seu meio estão em menor número do que os da agricultura familiar. Isso se dá em decorrência da segurança que a herança da propriedade proporciona, tanto quanto a miséria e falta de estrutura e políticas de incentivo para que os assentados consigam desenvolver-se e viver dignamente de seu trabalho.

Diante do conhecimento oportunizado pelas leituras aqui relatadas, é possível afirmar que conhecer a produção acadêmica que já se realizou sobre o tema é relevante no sentido de que tanto as características dos/as jovens rurais quanto das histórias das diversas e distintas instituições espalhadas pelo Brasil que trabalham pela educação do/a jovem do campo revelam detalhes que muitas vezes se assemelham e ajudam a compreender a realidade pesquisada.

As dez produções que foram aqui apresentadas trazem dados recentes acerca da situação do/a jovem do campo que frequentam as escolas de ensino agrícola, uma vez que as cinco teses e cinco dissertações encontram-se entre os anos de 2005 e 2018, sendo que 7 se inserem no recorte temporal entre 2014 e 2018, e as demais 3 estão entre 2005 e 2008. Curiosamente, nove dessas dez produções foram realizadas por mulheres. Observou-se pouca preocupação em pesquisar o/a jovem do campo propriamente dito, haja vista que em somente 6 das produções são destacadas as características, ainda que de maneira acanhada, prevalecendo mais a caracterização histórica da educação do campo e das instituições. Isso é preocupante, já que tais pesquisas apontam um envelhecimento da população rural, uma vez que a grande maioria dos/as jovens que concluem os estudos acabam deixando o campo, em busca de uma vida com mais conforto e atividades menos “pesadas” fora das propriedades, conforme Detogni (2017) e Sobral (2005). Detogni (2017) e Fonseca (2008) ainda destacam que os/as jovens até apresentam interesse no desenvolvimento da agricultura familiar, mas não há opção de estudo próximo à propriedade, o que intensifica o processo de êxodo.

Observou-se a prevalência das referidas pesquisas em instituições públicas de ensino, já que 4 pesquisas foram realizadas em Universidades Federais, 4 em Estaduais e as outras 2 em instituições privadas de ensino. Constatou-se ainda que, a metade dessas pesquisas trouxeram o contexto da formação do jovem do campo, em especial os que fazem parte da agricultura

familiar, se derem na região Sul do país, sendo 3 em Santa Catarina e 2 no Paraná. No Sudeste, o estado de Minas Gerais desenvolveu 2 estudos sobre a temática em questão, sendo os 3 demais localizados no Centro-Oeste, em Goiás, na região Norte, em Rondônia e no Nordeste, no estado da Bahia. Esse dado não emerge por acaso. O fato da região Sul e Sudeste concentrarem a distribuição de verbas para a Educação no país se dá em razão dos Programas de Pós-Graduação estarem mais presentes nessas regiões. Ainda que o Nordeste desenvolva mais agricultura familiar que as demais regiões do Brasil, conforme a Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo²², foi verificado apenas um trabalho envolvendo a formação do/a jovem do campo nessa região que possibilitem caracterizá-lo/a, o que reafirma a necessidade de fomentar melhorias em uma região que necessita de incentivos, inclusive no aperfeiçoamento educacional e profissional dos pequenos agricultores. Muitas vezes, pesquisas sobre experiências e contextos do Norte/Nordeste/Centro-Oeste são desenvolvidas no Sul/Sudeste.

Os estudos desenvolvidos enfocam o/a jovem do campo em seu contexto educacional, embora sejam em diferentes modalidades e instituições de ensino, como a Escola de Iniciação Agrícola, Colégio Agrícola e Escola Agrotécnica. As duas teses analisadas que versaram sobre a Escola Agrícola, de Bergamachi (2017) e Vieira (2016), destacaram questões sobre as políticas educacionais para o jovem do campo e a necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho rural, o que denota que a modernização do campo implicou em transformações nas demandas da área rural. Ambas apresentaram as características organizacionais do trabalho pedagógico das instituições pesquisadas, trouxeram um panorama sobre a História da Educação Agrícola no Brasil. A relação/influência com os acordos realizados com os Estados Unidos apresentadas nos textos indicam a clara intenção das políticas neoliberais em deliberar sobre os encaminhamentos das políticas que subsidiam a agricultura no Brasil. Para isso, as práticas relacionadas e a educação dispendida se moldam para que sejam instrumento na qualificação do trabalhador dentro da transformação nas relações de produção nesse modelo. As autoras observaram também a precariedade econômica das comunidades próximas das instituições pesquisadas, que aproveitavam a gratuidade do ensino para buscar um futuro melhor aos filhos, indiferente da formação ofertada, mesmo que não houvesse o retorno deles. O trabalho de Vieira (2016) registra ainda que os pais de seus alunos pesquisados advêm de outras profissões que

²² “Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares. São aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, sendo que a metade deles está na Região Nordeste.” (BRASIL, 2016). O último Censo Agropecuário realizado em 2017, porém, registrou diminuição nesse montante, não em razão de mudança de perfil do agricultor, mas dos critérios legais que o caracterizam.

não do campo, onde se pode presumir que os conhecimentos adquiridos não necessariamente serão aplicados.

Destaca-se que na metade das instituições pesquisadas é o sistema da Pedagogia da Alternância que rege a formação dos jovens, que alternam entre o trabalho pedagógico oferecido nas Casas Familiares Rurais e as atividades rurais nas pequenas propriedades familiares. As pesquisas de Costa (2016), Santin (2015), Sobral (2005) e Araújo (2005) salientam que a maior parte dos alunos atendidos são filhos de pequenos agricultores, enquanto Detogni (2017) observou que o fato de não ser proprietário rural foi apontado como um fator limitador na aplicação dos conhecimentos adquiridos. Esse é um dado que contradiz a finalidade da Pedagogia da Alternância, uma vez que não havendo o local próprio, isto é, a propriedade rural, não existe a aplicação dos conhecimentos fora do âmbito escolar, conforme deve se proceder em tal modalidade de ensino.

Os trabalhos sobre a PA apontam suas fragilidades e os desafios enfrentados por esses jovens na permanência no campo, a insuficiência das políticas públicas que auxiliem o desenvolvimento do trabalho do pequeno agricultor, entre outros fatores que corroboram para o êxodo do jovem do campo, que vai para a área urbana em busca de melhores condições de vida. Infelizmente, o quadro delineado pelas pesquisas apresentadas apontam uma masculinização da juventude rural, uma vez que as mulheres acabam deixando o campo por serem preteridas na sucessão, administração e no trabalho nas propriedades. Assim, esse movimento dos jovens também configura um envelhecimento da população rural, como já foi dito anteriormente. Apesar de Cruz (2014), Santin (2015) e Fonseca (2008) afirmarem que os aspectos humanos e epistemológicos se efetivaram positivamente nas Escolas Família Agrícola e Casa Familiar, possibilitando o crescimento pessoal dos jovens, nem todas as instituições dão conta de cumprirem a real função que se propõe, seja por questões estruturais internas ou mesmo por questões socioeconômicas e políticas, o que acaba por levar para outros caminhos os jovens do campo, incorrendo na precoce subalternização do jovem aos melindres do sistema capitalista. Sobral (2005) e Araújo (2005) também sinalizam sobre a falta de estrutura e políticas que amparem à questão dos assentados da reforma agrária, uma vez que esse descaso acentua a miséria e perpetua a baixa escolaridade devido à insuficiência ou restrição ao acesso à formação nessas comunidades.

As pesquisas de Costa (2016) e Sobral (2005) indicam que o agronegócio também se apresenta como possibilidade ao jovem do campo, haja vista que a formação para a agroindústria está presente nas instituições por eles pesquisadas. Santin (2015) também destaca o Ensino Médio Técnico em Agronegócios enquanto formação criada para oportunizar

formação aos jovens que já estavam fora da idade-série, bem como aos filhos dos agricultores, de modo que não perdessem o vínculo com as atividades agrícolas.

Quanto ao perfil dos/as jovens, concluiu-se que não houve clareza nas produções acadêmicas supracitadas sobre as características dos/as participantes das pesquisas de tal modo que fosse possível traçar um perfil mais preciso sobre eles/as. Das 10 produções selecionadas para análise, os dados levantados foram categorizados nas seguintes proporções: profissão dos pais (indicadas em 5 produções); idade dos/as jovens, distorção entre idade-série, origem urbana ou rural, naturalidade (município, estado, país) (indicadas em 4 produções cada categoria); gênero declarado (indicado em 3 produções); condição econômica, número de pessoas por família, (indicada/o em 2 produções cada categoria); cor declarada, posse da terra, de veículo, existência de empregado/s, atividades exercidas na propriedade (indicadas em apenas 1 produção cada categoria). Questões como a realização de testes seletivos e exames médicos para o ingresso nas instituições, bem como a permanência ou saída do campo dos egressos após os estudos foram observados em apenas 3 das referidas produções.

Mesmo que não tenha sido esse o objetivo das mesmas, a revisão literária aqui apresentada não proporcionou um aprofundamento sobre o perfil do/a jovem do campo no que se refere às suas características, tanto objetivas quanto subjetivas. Assim, a incompletude dos dados apresentados nas pesquisas anteriores corrobora com a relevância desta. Levando em conta que ele será o protagonista do futuro próximo da agricultura familiar, conhecê-lo tanto em sua aparência quanto em sua essência é primordial para que possam ser traçadas estratégias para tentar conter o crescente êxodo rural que põe em risco não só a soberania alimentar do país, como também altera sua organização social e econômica como um todo.

Nessa direção, buscou-se conhecer os/as jovens da agricultura familiar que frequentam o Colégio Agrícola Augusto Ribas na sua relação entre educação e trabalho, quais são seus anseios, perspectivas e demandas quanto à materialidade de onde provêm e o que esperam para seu futuro. Desse modo, este estudo pretende avançar no sentido de observar a produção da vida destes/as jovens, trazendo de suas vozes e histórias, elementos que auxiliem a compreensão de como está posta a atual situação da agricultura familiar nessa região, os desafios que esses/as jovens precisam enfrentar para continuarem resistindo no campo, bem como se é isso o que de fato desejam quando saem em busca de formação educacional e profissional.

Para tanto, importa retratar a instituição ao qual pertencem, os motivos que levaram à sua criação, suas características atuais, sua trajetória histórica concomitante às legislações vigentes em cada período, pois a história é construída pela e na ação dos homens. Apesar dos trabalhos acima analisados não focarem no mesmo recorte temporal da presente dissertação,

foram fontes relevantes para o entendimento do ensino agrícola e seus sujeitos nos mais diversos tempos e espaços, assim como das precárias e insuficientes políticas que respaldam a formação e o trabalho do homem do campo ao longo da história.

3 Análise dos Dados sobre o Trabalho e a Educação do/a Jovem da Agricultura Familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas

Até aqui foi subsidiado ao leitor a compreensão sobre os fundamentos históricos e ontológicos do trabalho, a morfologia do trabalho da agricultura familiar brasileira, assim como os conhecimentos sobre o/a jovem do campo registrados em produções acadêmicas no Brasil. O que marcou histórica e ontologicamente o trabalho foi e ainda é a constante luta que a classe trabalhadora precisa travar contra um sistema político e sócio-organizacional no qual prevalece o acúmulo do lucro de uma parca minoria em detrimento da esmagadora maioria que produz. No que se refere à agricultura familiar no Brasil, o que vigora é a prevalência do grande produtor que integra o agronegócio sobre o agricultor familiar que busca resistir em um modo de produção que sucumbe à revolucionária e excludente modernização dos meios de produção. Quanto ao/a jovem da agricultura familiar, grande protagonista que tomará a frente nesse processo, cabe ainda ampliar o conhecimento sobre ele/a afim de promover ações que de fato o/a beneficiem e garantam seus direitos enquanto cidadãos/ãs.

Antes de seguir para os dados levantados sobre as características dos/as jovens da agricultura familiar e a relação entre seu trabalho e educação, será tratado sobre a origem e a estrutura organizacional do Colégio Agrícola Augusto Ribas, *locus* da pesquisa.

3.1 Origem e Estrutura do Colégio Agrícola Augusto Ribas

O Colégio Agrícola Augusto Ribas dispõe de Ensino Médio e profissionalizante, situa-se anexo à Universidade Estadual de Ponta Grossa, na Alameda Nabuco de Araújo, nº 469, no Bairro de Uvaranas, área periférica da cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

Sua fundação deu-se em 17 de setembro de 1937, com a denominação de Escola de Trabalhadores Rurais pelo Interventor Manoel Ribas, sob o Decreto nº 5.557. Como diversas outras instituições de ensino dessa natureza nessa época, sua origem tinha como intenção a redução de problemas sociais. A retrospectiva histórica de sua criação é relatada com base na obra *Evolução histórica do ensino agropecuário paranaense (1875-1967): primeira Escola Agrotécnica do Paraná* (2007), de Nelson Frehse, entre outras fontes bibliográficas. Engenheiro Agrônomo e educador, retratou a criação da instituição, concomitante ao desenvolvimento do ensino agropecuário no Paraná. Destaca-se que o autor foi diretor do referido estabelecimento de 1956 a 1967. Será dada ênfase aos relatos sobre a região dos Campos Gerais, local em que está situado o Colégio Agrícola Augusto Ribas (CAAR).

De acordo com Frehse (2007), Lauro Fabrício de Mello Pinto, advogado, apresentou à sociedade princesina²³, um plano de como organizar um estabelecimento de ensino que atendesse meninos considerados despossuídos, de forma a dar-lhes instrução e profissão, tal qual os Patronatos Agrícolas que já existiam no início do século, que ofertavam o nível primário às classes pobres, voltados para os princípios morais e profissionais. Natural de Palmas, foi diplomado em Direito pela Universidade Estadual do Paraná em 1930, assumindo logo em seguida a Promotoria Pública de Guarapuava, seguindo por outras cidades, sendo nomeado Desembargador em 1956. Foi então o criador da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas. A retirada desses meninos das ruas não seria tão somente para ajudá-los, mas tirar da visibilidade da população um problema social que tinha raízes mais profundas, onde perambulavam ociosos que vinham aos centros urbanos em busca de melhores condições de vida e trabalho. Nessa direção, para Martiniak (2014), o ensino agrícola compunha um duplo sentido, uma vez que promovia a melhoria da produção agrícola por meio da formação dos filhos de agricultores, e, sob amparo do assistencialismo, se valia do trabalho agrícola como instrumento disciplinador do futuro trabalhador.

A obra seria então, a princípio um Abrigo de Menores. Constituiu-se então uma comissão construtora formada por funcionários públicos, comerciantes do ramo de joias, papelaria, funilaria, tipografia, entre outros. Os fundos foram angariados por meio de diversas promoções como bailes festivos, venda de lanches, flores e até listas de contribuição. O terreno foi dado em doação pelo então prefeito Albary Guimarães²⁴, com área de cerca de 14 hectares e 1745 metros quadrados, sob a condição de ser finalizada a obra em três anos.

Concomitantemente, em Castro se iniciavam obras para uma escola profissionalizante com idêntico programa, Escola de Trabalhadores Rurais Olegário Macedo, por ordem de Manoel Ribas, Interventor Federal, em 1932, e governador eleito indiretamente que administrou o estado do Paraná de 1935 até 1946, ocasião de sua morte. Segundo ele, o objetivo seria a colonização do território paranaense por colonos que poderiam aqui se estabelecer, atraídos pelo clima favorável e preços módicos de terras e impostos, intentando o desenvolvimento do estado. A comissão que encabeçava o evento foi registrada em Ata, de acordo Frehse (2007, p.

²³ O termo “princesina” se refere à forma como é chamada a população do município de Ponta Grossa, conhecido como Princesa dos Campos Gerais.

²⁴ Albary Guimarães foi o 5º dos 6 prefeitos que governaram Ponta Grossa sob o sobrenome Guimarães, sendo eles: 1º: Coronel Cláudio Gonçalves Guimarães (1891 à 1982); 2º: Capitão Theodoro Carneiro Guimarães (fevereiro à abril de 1895); 3º: Ernesto Guimarães Villela (1896 à 1908); 4º: José Bonifácio Guimarães Villela (1908 à 1912); 5º: Albary Guimarães (1934 à 1945); 6º: Plauto Miró Guimarães (1966 à 1969).

67), publicada pelo jornal Diário dos Campos, em Ponta Grossa, em 24 de julho de 1937, sendo composta por:

1º Presidente: Albary Guimarães – Prefeito Municipal
 2º Presidente: José Miro de Freitas
 3º Presidente: Paschoalino Provísiero
 4º Presidente: Deodoro Alves Quintiliano
 Vice Presidente: Plínio Schleder de Araújo
 Vice Presidente: Daily Luiz Wambier
 Secretário: Ari Aires de Mello
 Tesoureiro: Michel Laidane
 Boreau de Propaganda: José Hoffmman
 Comissão de Construção: Henrique Thielen e Rodolfo Osternack
 Comissão Auxiliadora: Lauro Fabrício de Mello Pinto e Adolfo Guimarães.

Esta composição se dava com altos funcionários federais, estaduais e municipais, empresários, políticos, jornalistas, comerciantes, advogados, pelo Delegado de Polícia e pelo Prefeito. A solenidade, consumada em reunião na prefeitura, registrou a inauguração do Abrigo de Menores, bem como a prestação de contas, escrituração e entrega do edifício à administração estadual, na presença do governador. Deliberou-se, após debates, que o referido Abrigo de Menores passaria então a se chamar Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, em homenagem ao pai de Manoel Ribas, retratado na Figura 1.

Figura 1 - Foto de Manoel Ribas, interventor que escolheu o nome Augusto Ribas em homenagem ao pai.



Fonte: (CARNEIRO; VARGAS, 1994).

Em 25 de julho de 1937, publicou-se no jornal Diário dos Campos, de Ponta Grossa a inauguração da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas (ETRAR) e o Grupo Escolar

Professor José Collares. O Decreto nº 5.557 denominou o novo estabelecimento de ensino em 17 de setembro de 1937, enquadrando-se na Estrutura do Estado do Paraná pela Lei nº 206 de 19 de outubro de 1937.

Figura 2 – Foto do prédio da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas em 1938.



Fonte: (COLÉGIO AGRÍCOLA AUGUSTO RIBAS, 2019).

Conforme Frehse (2007), as Escolas de Trabalhadores Rurais criadas no governo de Manoel Ribas seguiam o mesmo padrão, contando sempre com áreas para agricultura, com pomar, horta, pastagens e lavouras diversificadas, bem como áreas destinadas aos bovinos, suínos, equinos, ovinos e aves. Esta última era denominada Posto Zootécnico, subordinada ao Departamento de Produção Animal (DPA), que controlava e provia os animais, as rações, e cediam os tratadores. Eram obras grandiosas para a época. Para a melhoria dos rebanhos da comunidade rural criou-se um Posto de Monta, controlado tecnicamente pelo DPA. Instalações zootécnicas foram recebidas para que mais tarde se cumprissem os planos do governador de implementar uma Exposição de Animais no local. A primeira deu-se em maio de 1938 na área da ETRAR, com o objetivo de desenvolver a pecuária e promover o melhoramento dos rebanhos e espécies criadas na região, aperfeiçoando raças por meio da inclusão de reprodutores selecionados, bem como de fomentar o processo industrial dos derivados do setor primário. Houve considerável envolvimento da comunidade escolar.

Figura 3 – Foto do prédio da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, sem referência à data.



Fonte: (COLÉGIO AGRÍCOLA AUGUSTO RIBAS, 2019).

No que consta nos documentos orientadores, iniciou o ano letivo de 1935 sob a diretriz do Regimento Interno criado pelo Decreto nº 234, que direcionava as aulas de campo nas dependências da escola com o tempo mínimo de duas horas, bem como de quatro horas para o ensino primário, a serem seguidos os programas do estado. Segundo Frehse (2007), inicialmente os alunos não eram em grande número, todos do sexo masculino, tendo o curso primário completo (1ª ao 4ª ano do Ensino Fundamental), geralmente com o Curso Agrícola Primário, vindos de outras Escolas de Trabalhadores Rurais. O título conferido à quem concluísse o referido curso seria de Capataz Rural.

De acordo com Frehse (2007, p. 75), o Decreto nº 7782 aprovou o 1º Regulamento para as Escolas de Trabalhadores Rurais (Diário Oficial nº 1967 de 15/12/1938). O mesmo decreto foi republicado no Diário Oficial de 06/01/1939, o qual trazia em seu Artigo 1º: “As ETR são internatos de ensino público destinados ao preparo geral de profissionais agricultores e criadores de ambos os sexos de acordo com os imperativos sociais e as necessidades técnicas e práticas da lavoura e da pecuária.”²⁵ (PARANÁ, 1939, grifo do autor). O ETRAR foi uma instituição de vanguarda, uma vez que em 1966 foi a primeira dentre as Escolas de Trabalhadores Rurais a admitir ambos os sexos, que até então eram predominantemente masculinas, mesmo que tardiamente, já que essa possibilidade estava prevista desde a primeira legislação. Sob a Portaria nº 1224 de 31/12/1966, autorizou-se o funcionamento do Curso de Economia Doméstica Rural, em nível de 2º Grau. O regulamento também explicitou no Capítulo I sobre os fins e a organização dos serviços. O referido decreto trouxe no Capítulo II

²⁵ ESTADO DO PARANÁ, Brasil, Decreto nº 7782 de 1939. Diário Oficial do Estado do Paraná, nº 1984, Ano VIII. (FREHSE, 2007, p. 75).

a organização do nível primário, mas não terá pertinência aqui. Em 26 de dezembro de 1940 foi determinado pelo Secretário do Estado de Obras Públicas, Viação e Agricultura, com base no Art. 43 do Regulamento das ETR, que todas mantivessem os cursos primários nos moldes dos Grupos Escolares do Estado do Paraná. Em junho de 1940, modificou art. 44 e inclusos os art. 45 e 46 do Decreto nº 7782, definiu-se que o diretor e funcionários poderiam se alimentar e permanecer nas dependências, sob autorização do Diretor do Departamento de Agricultura.

Com a criação da Secretaria do Estado de Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e desmembramento das Secretarias de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Viação e Agricultura e da Fazenda, Indústria e Comércio, bem como os serviços ligados ao Departamento de Agricultura, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e, Indústria e Comércio, pelo Interventor Federal Manoel Ribas com o Decreto-Lei nº 251, surgem vários Departamentos, dentre eles o de Ensino Superior, Técnico e Profissional. Este, ficou responsável pelo Ensino Agrícola, estabelecendo os programas e regulamentos a serem seguidos pelos educandários. O referido Departamento foi um diferencial em termos de qualidade para o ensino agrícola da época. O curso de Ensino Rural completo passou a ser ofertado pela instituição em 1944, com duração de três anos, certificando o estudante com o certificado de Lavrador. Concomitantemente, ofertava o curso primário.

Em 1956, por meio da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, após uma nova reestruturação a instituição passou a ofertar o curso de Iniciação Agrícola e o de Mestría Agrícola. O primeiro equivalia aos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II, com duração de dois anos, em que o/a estudante deveria iniciar com doze anos completos e ensino primário concluído, dava-lhe a preparação profissional necessária execução do trabalho de operário agrícola qualificado, enquanto o segundo, também com duração de dois anos, subsequente ao Curso de iniciação Agrícola, preparava-lhe profissionalmente ao exercício do trabalho de mestre agrícola, ambos com a necessidade de admissão em exame vestibular. O ensino agrícola subordinava-se, na ocasião, à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, sob o Decreto-lei nº 9613 de agosto de 1946 regia o ensino agrícola brasileiro até o 2º grau²⁶, cuidando da articulação deste com outras modalidades de ensino, estrutura dos cursos, tempos e espaços escolares, organização e administração escolar, assim como a documentação escolar referente a ele. A criação da Secretaria de Saúde e Assistência Social, em 1947 foi um marco na história da Educação Agrícola, uma vez que veio para cuidar e proteger os menores em situação de vulnerabilidade,

²⁶ Apesar do termo “2º grau” se referir ao atual ensino médio na Lei de Diretrizes e Bases 5692/71, está presente já na disposição preliminar da Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946.

tirando essa incumbência das instituições de ensino agrícola. Isso os separou dos filhos de agricultores ou dos jovens que realmente tinham vocação agropecuária, já que muitas vezes a mistura limitava o trabalho da educação rural oferecida.

Conforme Frehse (2007), autorizou-se, em 1960, o funcionamento da Escola Agrotécnica Augusto Ribas, por meio do decreto nº 27925 de janeiro de 1960, passando então a ofertar os cursos de Técnico em Agricultura e Técnico em Zootecnia, equivalentes ao ensino de 2º grau, atualmente denominado Ensino Médio Profissional. As orientações das bases curriculares referentes aos estabelecimentos submetidos à Secretaria da Agricultura, estavam vinculadas a Lei 4024/61. Depois de 1962, as Escolas de Trabalhadores Rurais tornam-se Colégios Agrícolas. Nessa ocasião, também a Escola Agrotécnica de Ponta Grossa muda de nome, passando a chamar-se Colégio Agrícola Augusto Ribas, implantando também o Curso Técnico Agrícola. Em 1963, acrescentou-se o “Estadual”, ficando então Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas. Ofertou-se o curso de Economia Doméstica Rural em 1967, de acordo com nova grade curricular aprovada, sendo a 1ª instituição voltada ao Ensino Rural a aceitar meninas. Também o curso de Técnico Florestal foi instituído em 1969. Ambos os cursos tiveram suas propostas curriculares alteradas pelo parecer 174/70, passando a vigorar em 1971. Conforme afirma Frehse (2007), curso de Economia Doméstica Rural prevaleceu até o ano de 2002. Este curso surgiu de um movimento da comunidade em prol da educação das filhas de agricultores, preparando-as para melhorar as condições das famílias agricultoras, assim como ao trabalho educativo na área rural.

O referido colégio teve sua administração transferida à Universidade Estadual de Ponta Grossa em Maio de 1980, quando o Governador Ney Braga assinou a Lei n.º 7.307/80.

Figura 4 – Foto do prédio da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, sem referência à data.



Fonte: (COLÉGIO AGRÍCOLA AUGUSTO RIBAS, 2019)

A composição da estrutura organizacional do Colégio Agrícola Augusto Ribas – Ensino Médio e Profissional em 2020 conta com aproximadamente 83 funcionários/as. A equipe gestora é composta pelo diretor Alcebíades Antônio Baretta, por seu vice-diretor Douglas Panzarini Taques, e pelo diretor-técnico Paulo Sergio Ivanski, em conjunto com equipe pedagógica, que conta com 4 pedagogos/as. A organização dos cursos é feita por uma coordenadora de curso e um coordenador de estágio. O corpo docente reúne cerca de 29 professores/as, sendo um vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e o restante à Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED). A estrutura para atender a instituição é complexa, contando com considerável número de agentes de apoio educacional I e II²⁷. Dão suporte aos processos de ensino: secretaria (3 agentes II); biblioteca (1 agente II); unidade horta didática produtiva (3 agentes II); estagiário APAE (1). A seção de serviços gerais é integrada por (4 agentes I); merendeira (1 agente I); lavanderia (1 agente I); seção de alimentação (18 agentes I); seção de transporte (1 agente I); administração do internato (1 agente I); inspetores alojamento masculino (4 agentes I); inspetoras alojamento feminino (4 agentes I); inspetor de corredor (1 agente I); manutenção geral (1 agente I); órgãos complementares: Associação de Pais e Mestres e Funcionários – APMF e Grêmio Estudantil, atuantes na comunidade escolar.

Figura 5 – Foto atual do Colégio Agrícola Augusto Ribas.



Fonte: (COLÉGIO AGRÍCOLA AUGUSTO RIBAS, 2019)

²⁷ Agentes de apoio educacional são os funcionários da Secretaria Estadual de Educação que atuam em diversas áreas do ambiente escolar, auxiliando e dando suporte ao processo de ensino-aprendizagem. (SEED, 2020).

Atualmente, os/as alunos/as podem optar pela realização do estágio em áreas da agricultura ou da pecuária. A agricultura compreende as sub-áreas: grandes culturas, análise de sementes, silvicultura, fruticultura e olericultura, e a pecuária: avicultura, suinocultura, bovinocultura leiteira, bovinocultura de corte, ovinocultura e equinocultura. O colégio atende por ano cerca de 300 alunos/as na faixa etária dos 14 aos 20 anos, entre internos/as e externos/as. Os/as externos/as residem em Ponta Grossa, tendo condições de dirigirem-se às aulas todos os dias. Os/as internos/as provêm da área rural do município ou de outros municípios, permanecendo na instituição ao longo da semana. A grande maioria opta em retornar à casa dos pais nos finais de semana, ficando no alojamento apenas quem não tem condições financeiras para fazê-lo com frequência. Conforme o Art. 4 do Regulamento do Internato, este obedece a um regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Administrativo da UEPG em 2006, elaborado por uma comissão formada pelo Diretor, Vice-Diretor, Diretor Técnico, Administrador do Internato, Pedagogo e Coordenador de Curso, integrantes do Quadro Próprio da UEPG, responsáveis também pela avaliação das infrações. São 37 artigos que versam sobre a organização, limpeza, alimentação e conduta dos/as estudantes, que são submetidos/as à constante avaliação em relação às normas pré-estabelecidas e acordadas com os responsáveis no ato da matrícula. Os/as alunos/as recebem 100 créditos no 1º ano, 67 no 2º ano e 33 no 3º ano, que podem ser descontados de acordo com a infração cometida, classificadas por pontos como gravíssima (75), grave (50), média (25), leve (10) e advertência formal (2), podendo inclusive ser excluído/a do internato dependendo da gravidade da situação.

Os direitos à educação e ao trabalho são fundamentais ao cidadão e estão previstos na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, estando ambos convergidos na educação profissional e tecnológica. Da mesma forma, a Constituição Federal de 1988 traz em seu Art. 227, que tais direitos devem ser garantidos “com absoluta prioridade”. O curso ofertado funciona em período integral, sendo sua Matriz Curricular composta por 17 disciplinas técnicas e da base comum nos 1º anos e 19 nos 2º e 3º anos, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária em 2020.

(continua)

	1ª Série/Ano	2ª Série/Ano	3ª Série/Ano
1	Administração e Extensão Rural	Administração e Extensão	Administração e Extensão
2	Biologia	Rural	Rural
3	Educação Física	Arte	Agroindústria
4	Filosofia	Biologia	Arte
5	Física	Educação Física	Biologia
6	Fundamentos de Agroecologia	Filosofia	Educação Física
7	Geografia	Física	Filosofia

Quadro 5 – Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária em 2020.

(conclusão)

	1ª Série/Ano	2ª Série/Ano	3ª Série/Ano
8	História	Fundamentos de Agroecologia	Física
9	Horticultura	Geografia	Geografia
10	L.E.M. – Inglês	História	História
11	Língua Portuguesa e Literatura	Horticultura	Horticultura
12	Matemática	Infraestrutura Rural	Infraestrutura Rural
13	Produção Animal	Língua Portuguesa e Literatura	Língua Portuguesa e Literatura
14	Produção Vegetal	Matemática	Matemática
15	Química	Produção Animal	Produção Animal
16	Sociologia	Produção Vegetal	Produção Vegetal
17	Solos	Química	Química
18		Sociologia	Sociologia
19		Solos	Solos

Fonte: Conforme LDB nº 9394/96. Curso reconhecido pela Resolução 5411 de 24/11/2008.

Nota: Informações organizadas pela autora.

Em comparação com a atual, percebe-se que a Matriz Curricular vigente em 1939, tinha um currículo bastante específico, em que a maior parte das disciplinas eram voltadas para a realidade do trabalhador do campo, conforme pode se constatar observando o Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 – Primeira organização curricular do Curso Técnico em Agropecuária (1939).

	1ª Série/Ano	2ª Série/Ano	3ª Série/Ano
1	Português	Português	Português
2	Aritmética	Mineralogia Agrícola	Agricultura Especial
3	Álgebra	Mecânica Agrícola	Química Agrícola
4	Geometria	Botânica Agrícola	Zootecnia Especial, julgamento dos animais e Veterinária
5	Física Geral	Química Orgânica e Tecnologia	Alimentação dos animais
6	Física Agrícola	Agricultura Geral	Horticultura, Pomicultura, Jardinocultura, Silvicultura
7	Meteorologia	Zootecnia Geral	Economia Rural
8	Desenho de Ornamentos	Geologia Agrícola	Viticultura e Enologia ou outra Cultura Especial que interesse à região
9	Química Inorgânica	Fitopatologia	Indústria de Laticínios
10	Trabalhos práticos Rurais de Oficinas e Usinas	Construções Rurais	Contabilidade Agrícola
11		Máquinas Agrícolas	Administração Rural
12		Trabalhos práticos em serviços rurais, de Zootecnia, Indústrias, Oficinas e Laboratórios	Trabalhos práticos em serviços rurais, de Zootecnia, Indústrias Rurais, Veterinária, Oficinas, Usinas e Laboratórios
13		Física e Química do Solo	
14		Geologia Agrícola	
15		Zoologia Agrícola	

Fonte: Estrutura curricular organizada conforme Art. 10º Regulamento do Curso Agrícola Profissional de 03/12/1939. (FREHSE, 2007).

Nota: Informações organizadas pela autora.

Percebe-se claramente a predominância das disciplinas técnicas na organização curricular original, que apresenta uma expressiva prevalência em relação às disciplinas da Base

Curricular Comum. Ainda assim, o estudo de Lara (2009) realizado na mesma instituição de ensino com alguns professores das disciplinas técnicas, aponta que o trabalho realizado a partir da atual Matriz Curricular do Curso Técnico em Agropecuária tem se voltado para a seleção de conteúdos concernentes à formação do/a aluno/a em sua totalidade, considerando a região onde estão localizados, para tornarem-se mais significativos a eles/as. Para a autora, é imprescindível que o conhecimento seja construído a partir de situações práticas para então materializar a teoria, pois no plano abstrato parecem ser desinteressantes aos/as alunos/as.

A história da instituição não difere muito das demais de mesma natureza. Elas se originaram não só da necessidade de oferecer formação aos filhos de agricultores como também de amparar menores desvalidos que perambulavam pela cidade. O estabelecimento seguiu buscando atender as demandas sociais, se adequando às necessidades vigentes em cada época, até chegar à sua atual configuração. Ele tem como princípio formar os/as jovens para o mercado de trabalho, de acordo com a LDB 9394/96, documento que regulamenta seu funcionamento. Atende assim, às demandas do modo de produção capitalista no que se refere à preparação do trabalhador rural, e acaba por acentuar a elitização do ensino, já que esta modalidade é voltada para formação da força de trabalho da classe trabalhadora, enquanto a classe dirigente se encaminha ao ensino superior.

Nesse caminho, serão apresentados os dados que emergiram da pesquisa realizada com os/as jovens que frequentam este estabelecimento de ensino. Tais dados possibilitarão conhecer suas características, a configuração da realidade de onde vêm, as imbricações entre seu trabalho e sua educação, assim como quais perspectivas trazem consigo quando escolhem sair da área rural para realizar sua formação no Colégio Agrícola Augusto Ribas.

3.2 As Relações entre o Trabalho e a Educação do/a Jovem do da Agricultura Familiar Colégio Agrícola Augusto Ribas

A relação entre trabalho e a educação em um colégio voltado ao ensino agrícola é um elemento da organização do trabalho pedagógico que não pode ser ignorado, uma vez que a presença de alunos/as trabalhadores/as é uma constante. O/a aluno/a interage em práticas educativas extraclasse entremeadas do cotidiano da propriedade rural, onde a mescla entre a teoria e prática dos afazeres agropecuários voltam-se necessariamente ao mundo do trabalho, o que a difere das demais instituições de ensino. A compreensão dessa relação se dará mediante a análise das respostas dadas pelos/as jovens do CAAR, apresentadas por meio de gráficos e figuras, analisadas à luz do materialismo histórico dialético, que busca a observação do

concreto, considerando a produção da vida dos sujeitos e a realidade social e histórica em que estão inseridos. Dessa forma, os dados apurados não expressam seu devido valor sem que sejam contextualizados dentro de uma abordagem histórica e análise crítica, desvelando a essência oculta na aparência apresentada.

Na pesquisa de campo foram aplicados 91 questionários (Apêndice – B), tendo a participação totalmente voluntária de jovens que estudam na 1ª, 2ª e 3ª séries do Colégio Agrícola Augusto Ribas, em Ponta Grossa, provenientes da agricultura familiar da área rural dos Campos Gerais e região. São atendidas 12 turmas que funcionam em período integral. Como critério de escolha, optou-se pelas turmas A, conforme orientação da equipe gestora do colégio, em razão de serem compostas por 96 alunos internos que permanecem nas dependências da instituição durante a semana porque são oriundos de outros municípios dos Campos Gerais, bem como da área rural da região de Ponta Grossa. Dos 91 questionários entregues, 83 foram respondidos e 8 alunos/as não quiseram responder. Foram selecionados 64 questionários dos/as alunos/as que moram na área rural, desconsiderando os 19 do/as s que residem na área urbana. A coleta dos dados se deu no segundo semestre de 2018. Kummer (2013, p. 2019) compreende que “o jovem rural é aquele não apenas que reside no meio rural, mas que o vivencia, que participa de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos”.

Os encaminhamentos dados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução 466/2012, estando de acordo com o CNS (Conselho Nacional de Saúde) e devidamente autorizada pela Plataforma Brasil, onde os participantes tiveram sua identidade preservada, autorizando o uso dos dados fornecidos no questionário por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice – A). Aos participantes, não houveram riscos, custos ou constrangimentos, sendo-lhes comunicado antecipadamente a liberdade em deixar a pesquisa em qualquer momento se achassem pertinente.

O Curso Técnico em Agropecuária ofertado pelo referido colégio agrícola é integrado ao Ensino Médio, fazendo parte da Educação Básica, conforme LDB 9394/96²⁸. Enquanto Curso Técnico em Nível Médio, deve ter uma carga horária mínima de 800 horas, de acordo com a oferta. Ao egresso, é conferida a Habilitação Técnica cursada concomitantemente ao Ensino Médio ou após o término do mesmo, conforme as informações encontradas no site da Secretaria Estadual de Educação²⁹. O técnico em agropecuária pode prestar serviços técnicos e

²⁸ Os cursos profissionalizantes em nível médio são geralmente procurados por jovens que desejam ter acesso mais rápido ao mercado de trabalho, não tendo que necessariamente ingressar no Nível Superior.

²⁹ Informações disponibilizadas no site da Secretaria Estadual da Educação (SEED, 2020).

orientar os produtores rurais no que se refere às atividades da agricultura e pecuária, conforme a caracterização descrita no site do colégio³⁰. Neste, também se encontram suas atribuições laborativas, conforme o Decreto Lei 4560/02, a saber:

Atividades que orienta e executa: preparo do solo, envolvendo arações, gradeações, locações de curvas de nível, aplicação de corretivos e práticas de conservação de solo; uso de máquinas e implementos agrícolas, operações de plantio, uso adequado de agroquímicos e técnicas culturais, colheita e comercialização; instalação de sistemas de irrigação e drenagem; manejo de pequenos e grandes animais, melhoramento de raças, inseminação artificial; Medições topográficas; administração de empresas rurais, granjas e campos experimentais; Na comercialização de produtos agropecuários; Prestar serviços de assistência técnica e extensão rural; Supervisionar as tarefas de campo dos trabalhadores nas áreas da agricultura e pecuária; Ministras aulas práticas em colégios agrícolas, no manejo e preparo de muda. (FREHSE, 2007, p. 102)

Os conhecimentos descritos acima recebidos no referido Curso Técnico vão complementar as atividades laborais que muitos/as já conhecem e até exercem, pois a vida da família do campo pressupõe a participação coletiva nos afazeres rurais, possibilitando um conhecimento empírico construído gradativamente de maneira natural.

A análise dos dados dos/as estudantes do referido estabelecimento de ensino permitiu ampliar o conhecimento sobre as características dos/as jovens/as agricultores familiares da região de modo geral, uma vez que eles vêm de diferentes localidades, em um raio de até 190 km de distância do município de Ponta Grossa. As respostas apresentadas por eles/as, e até as omitidas, evidenciam não só suas particularidades objetivas no tempo/espço (idade, gênero, cor/raça, local de nascimento, moradia) como também as condições de trabalho, a produção da vida, isto é, as que indicam quais são suas ideologias e percepções em relação ao contexto em que estão inseridos, seja político, econômico, social ou cultural. Assim, “a realidade deve ser analisada nos seus diversos aspectos contraditórios, onde as aparências não sejam o fim, mas o começo do caminho para a essência dos fenômenos, para esclarecermos todas as dimensões do fenômeno”. (BENINI; FELICIANO, 2016, p. 210)

Quanto aos questionários, foram organizados de forma a conhecer as características pessoais e familiares dos/as alunos/as, informações sobre trabalho e renda, residência e mobilidade, educação escolar, assim como seus planos acerca da vida profissional e pessoal. As primeiras questões buscaram salientar inicialmente os dados pessoais, indicando faixa etária, gênero, cor que se autodeclararam e estado civil, localizando-os no espaço em que estão estabelecidos. Nessa direção, a análise dos dados levantados nesses questionários é organizada

³⁰ Informações disponibilizadas no site oficial do Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas (2020).

de forma a observar as relações entre o trabalho e a educação dos/as jovens da agricultura familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas, apresentadas em três subseções que versaram sobre as características, o trabalho e a educação escolar dos/as referidos/as jovens.

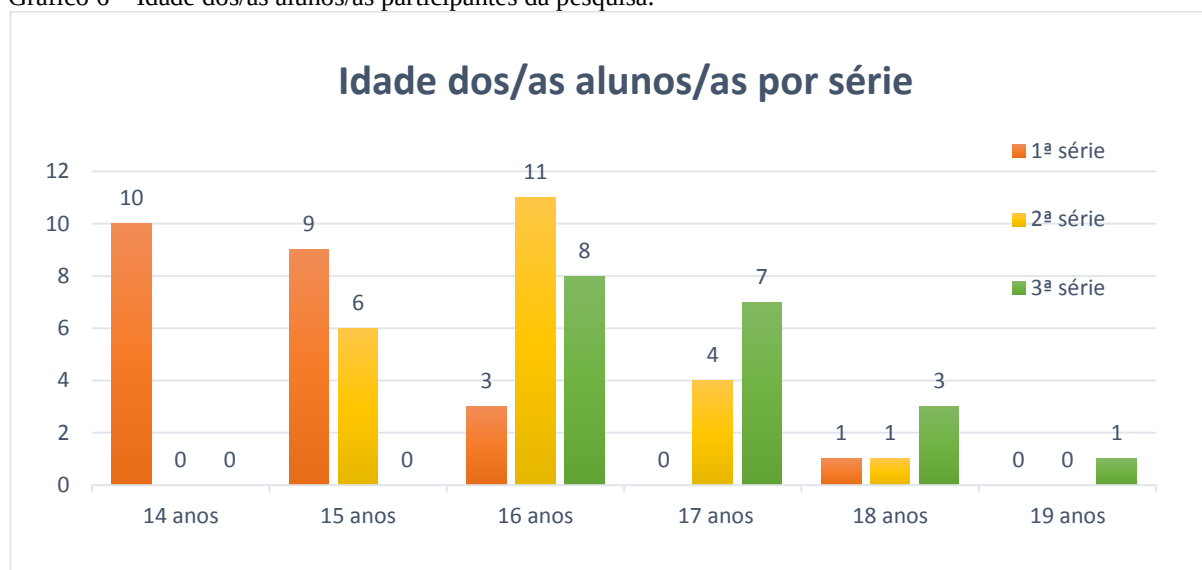
3.2.1 Características dos/as jovens da agricultura familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas

Os/as estudantes participantes desta pesquisa encontram-se na faixa etária de 14 a 19 anos. Sendo assim, cabe ressaltar que estamos falando de adolescentes e de jovens, observando-se as idades apresentadas. No entanto, conforme indicado anteriormente, optou-se nessa pesquisa em utilizar o termo jovem em razão do tipo de abordagem. Abramo (2016, p. 19-20) indica que no Brasil, os processos que representam a juventude ocorrem na maior parte das vezes, entre 15 e 29 anos de idade. Segundo a autora, “este arco de idade está em todos os marcos legais que acompanharam a instituição da política nacional de juventude, reafirmada agora pelo Estatuto da Juventude, que define os direitos relativos a este segmento e que foi aprovado e sancionado em 2013”, estando também seus direitos indicados na Constituição Federal Brasileira, no artigo 227. A conjuntura histórica é o que vai determinar a singularidade da condição juvenil. Atualmente, observa-se um amplo e diversificado número de componentes que constituem o processo de transição da infância à fase adulta, onde os/as jovens precisam fazer escolhas e projetos futuros e ainda tentar viver o presente, em meio a percursos nem sempre ordenados e lineares. Mascagna e Facci (2014, p. 52) indicam que nesse período

Ocorre uma forma psíquica qualitativamente nova. O que há de realmente novo, nessa fase, é que os jovens assimilam pela primeira vez os verdadeiros conceitos. Esse é o salto qualitativo que vai ocorrer durante a idade de transição. O jovem passa a ter o pensamento por conceitos e, com isso, passa a enxergar a realidade e seus objetos em sua essência. Com a formação de conceitos, ocorre uma mudança cognitiva e o jovem passa a ter novas atividades e novos pensamentos.

Destaca-se que o grupo pesquisado cursa a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, sendo 14 anos a idade mínima para ingressar na 1ª série desta modalidade de ensino, para alunos/as que concluíram a 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental, podendo concluir a 3ª série com 17 ou 18 anos de idade. À vista disso, o Gráfico 6 apresenta a faixa etária em que se encontram os/as referidos/as estudantes.

Gráfico 6 – Idade dos/as alunos/as participantes da pesquisa.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

O Gráfico 6 indica que os/as alunos/as que frequentam o curso de Técnico em Agropecuária no Colégio Agrícola Augusto Ribas que participaram da pesquisa, encontram-se nessa previsão de idade-série. Os dados apontam que a maior parte dos/as alunos/as da 1ª série ingressou com 14 anos, completando 15 ao longo do ano letivo. Observou-se que apenas 4 alunos/as não se achavam na faixa etária prevista, estando 3 deles com 16 e 1 com 18 anos. Na 2ª série, a faixa etária que prevalece está entre 15 e 16 anos, havendo entretanto, 4 aluno/as com 17 e 1 com 18 anos. Na 3ª série, é possível perceber que quase a metade dos/as alunos/as da área rural tem 16 anos, ou seja, a idade mínima para a referida série, completando 17 no decorrer do ano. Somente 3 alunos/as já haviam completado 18 anos durante a série, e apenas 1 já tinha 19 anos.

A pequena defasagem na idade-série observada pode ser atribuída à seleção pela qual eles/as passam, ingressando os/as alunos/as que conseguem o melhor desempenho no teste seletivo. Os testes são constituídos de 40 questões, sendo de Português, Matemática, Ciências, História e Geografia, e ainda uma redação que pode ser narrativa ou dissertativa. São ofertadas 30 vagas para o internato, isto é, para os que necessitarão permanecer nas dependências da instituição por residirem em outros municípios ou mesmo na área rural do município de Ponta Grossa, e 60 para o externato, para os que residem no município de Ponta Grossa e que dispõe de condições para a locomoção diária para frequentar às aulas. Até 2019 (ano posterior à coleta dos dados), os/às candidatos/as ao internato poderiam solicitar a isenção da taxa de alimentação e hospedagem, que era de R\$ 520,00 por mês, mediante documentos comprobatórios que evidenciassem a carência, podendo receber isenção total ou meia bolsa, condicionadas à

prestação de serviços na manutenção do estabelecimento de ensino. O deferimento da isenção dava-se após análise dos documentos e visitas socioeconômicas, segundo o site do CAAR³¹. Em 2020, a Universidade Estadual de Ponta Grossa extinguiu o pagamento da referida taxa. Durante a pandemia, as atividades escolares foram encaminhadas de forma remota. Para os/as alunos com acesso aos meios digitais, foi disponibilizado o aplicativo Google Classroom, com slides, vídeo-aulas gravadas e formulários com questões avaliativas postados pela SEED, assim como atividades impressas a serem retiradas no colégio para quem não possuía tal acesso.

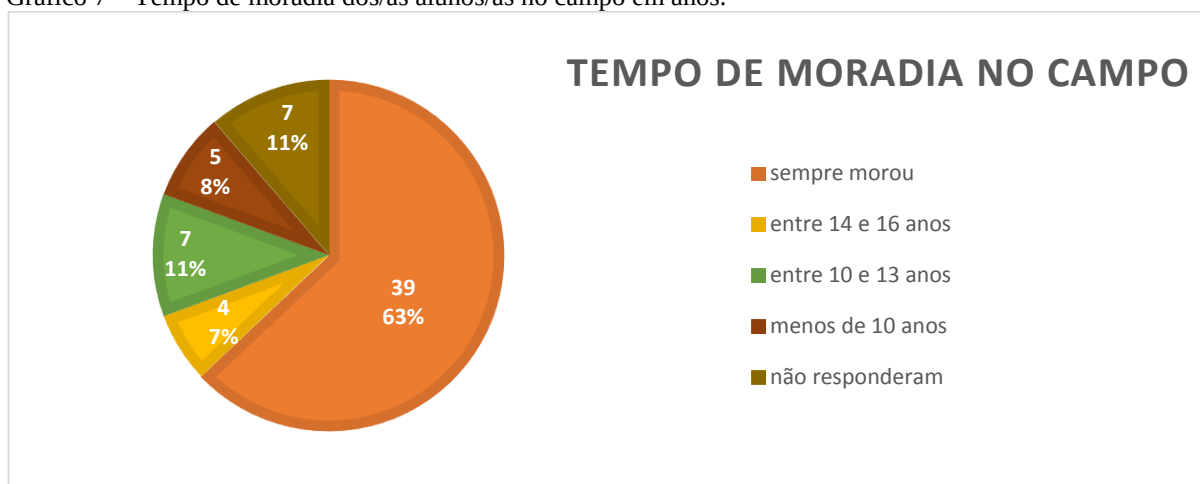
Comparando-se o número de candidatos que concorrem por uma vaga nesta instituição de ensino (a proporção dos candidatos por vaga é de 1 por 1 para internos e 3 por 1 para externos), percebe-se que é um número irrisório de estudantes atendidos frente a uma região em que as atividades agropecuárias são expressivas. Essa escassez na oferta acaba por deixar muitos/as jovens sem a possibilidade de acesso aos conhecimentos referentes ao trabalho no campo. É de fato a invisibilidade de uma classe de trabalhadores/as que demanda mais políticas públicas tanto para a manutenção quanto para melhoria de suas condições de trabalho. No entanto, o bom nível de desempenho escolar dos/as alunos/as do referido curso se destaca quando observados os índices de aprovação deles/as nos cursos de Ensino Superior, principalmente os ofertados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Em conversa informal com o diretor, senhor Alcebíades Baretta³², soube-se que não há registro do número exato das aprovações, uma vez que nem todos/as os/as estudantes comunicam ao colégio, mas segundo ele, especialmente em 2015, 14 das 15 vagas do curso de Agronomia da UEPG foram conquistadas por alunos/as do CAAR. Projetos de leitura, ofertados há tempos atrás colaboraram para qualidade do ensino e sucesso da instituição nesses concursos.

Após observarmos as idades dos/as alunos/as apresentadas no Gráfico 6, é possível constatar sua vivência rural ao compararmos com o tempo de moradia no campo apontado por eles, registrado no Gráfico 7.

³¹ Informações disponibilizadas no site oficial do Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas (2020).

³² Entrevista concedida à autora em 24 fev. 2021.

Gráfico 7 – Tempo de moradia dos/as alunos/as no campo em anos.

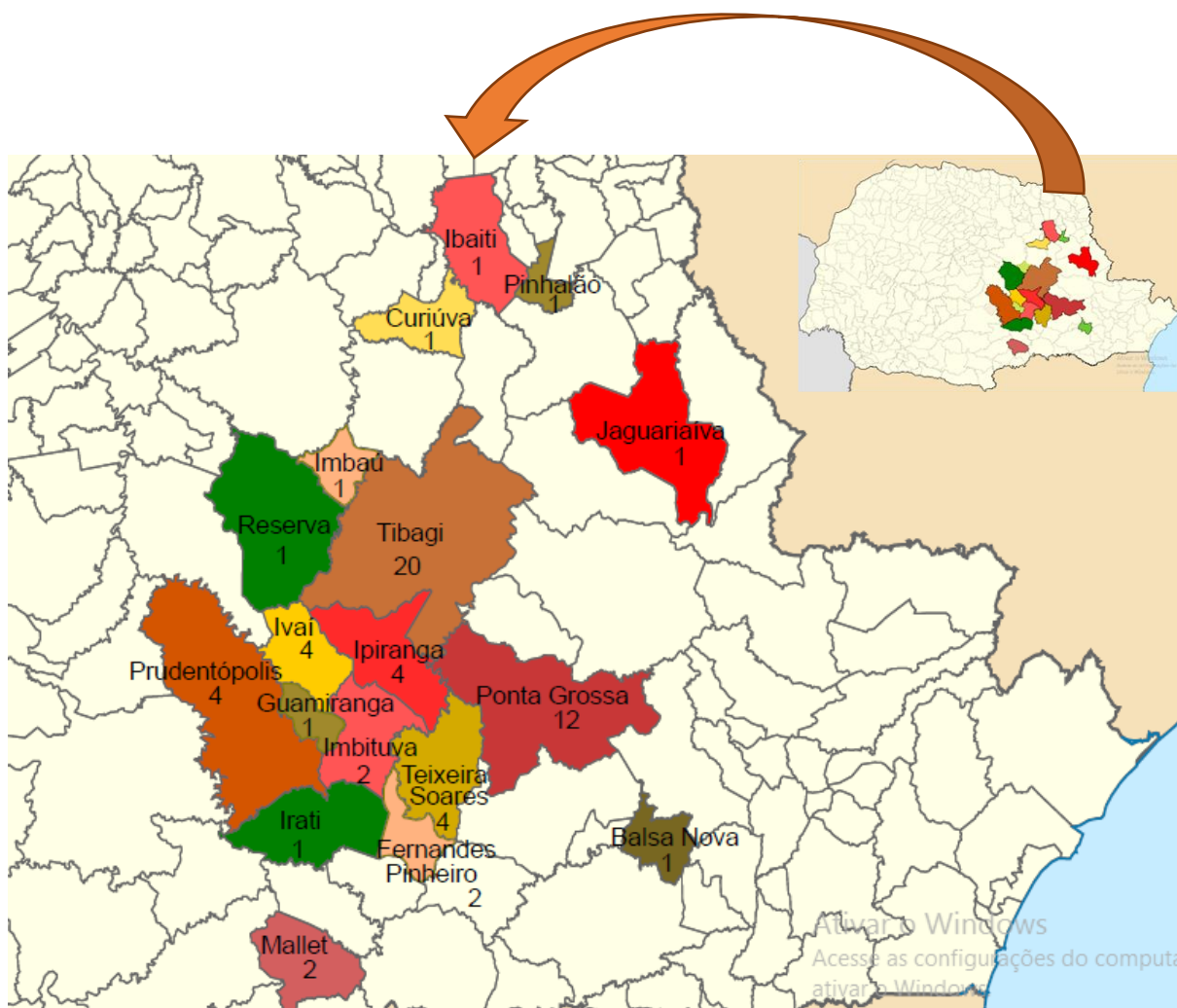


Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

O Gráfico 7 trata sobre o tempo de moradia no campo dos/as alunos/as provenientes da agricultura familiar. Os dados sinalizam que um número bem representativo deles/as sempre morou na área rural ou moram há muito tempo. Dos/as 64 alunos/as pesquisados/as, 39 afirmaram sempre ter morado no campo. Isso representa 63% do total. Observou-se ainda que 4 alunos/as moraram no campo de 14 a 16 anos e 7 deles/as moraram de 10 a 13 anos. Quando comparado com a idade apresentada no gráfico anterior (Gráfico 6), que compreende entre 14 e 19 anos, percebe-se que são poucos/as (apenas 7) que permaneceram no campo por menos de 10 anos. Isso demonstra que esses/as jovens passaram a maior parte, senão toda sua vida em meio às atividades rurais. Constatou-se que 7 alunos/as não souberam ou não quiseram responder essa questão.

Os/as jovens são oriundos/as de localidades rurais próximas ao município de Ponta Grossa, onde está localizado o CAAR. A geolocalização desses/as alunos/as dentro do estado do Paraná está representada no Mapa 1.

Mapa 1 – Municípios em que residem os/as aluno/as da agricultura rural do CAAR no estado do Paraná em 2018.



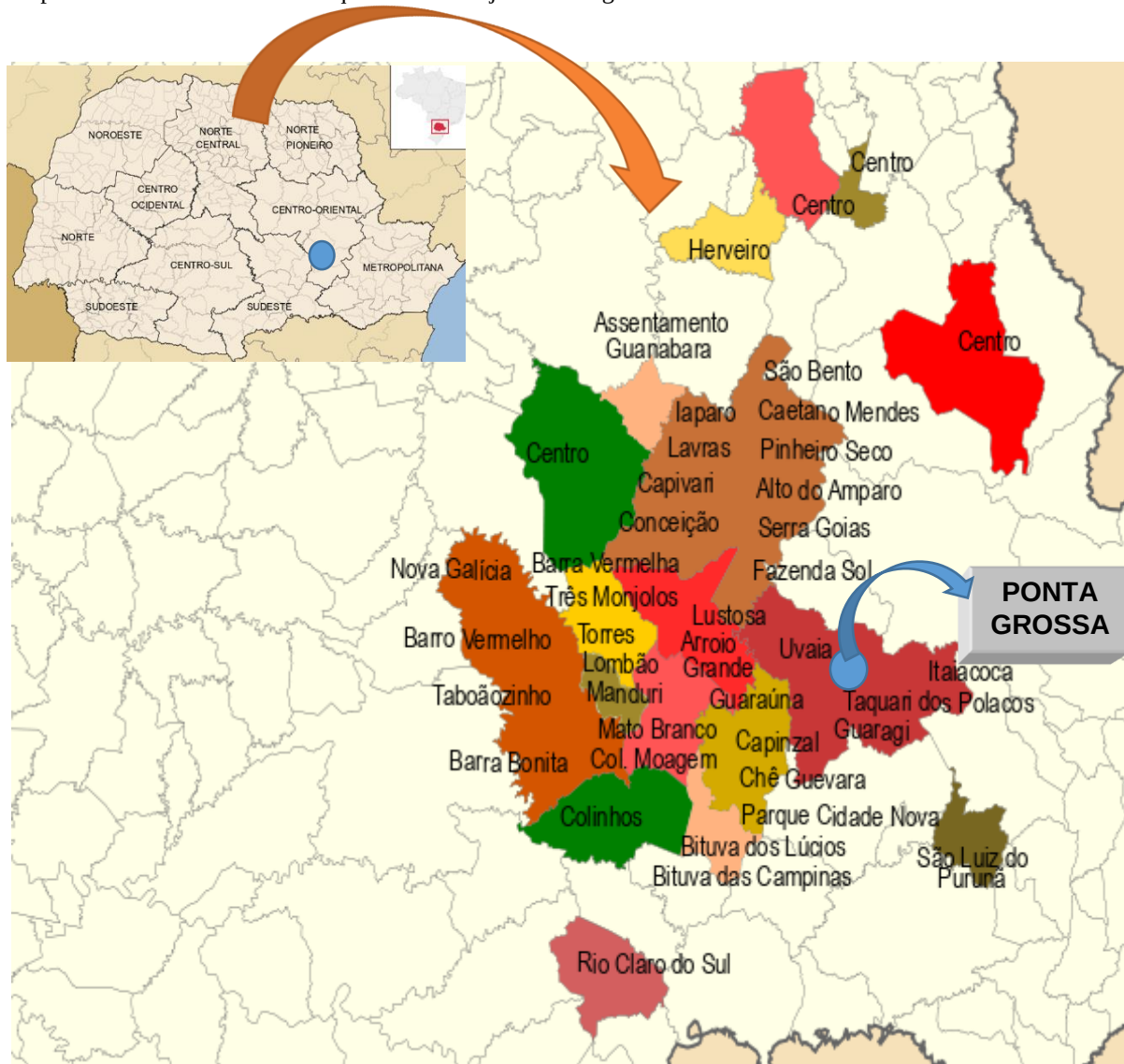
Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

Nota: No canto superior direito da figura encontra-se o mapa completo do Paraná com a localização dos referidos municípios em destaque.

O Mapa 1 traz um recorte do mapa do Estado do Paraná para evidenciar os 18 municípios paranaenses onde residem 63 dos/as 64 alunos/as da agricultura familiar que participaram desta pesquisa. Ressalta-se que apenas um deles não reside nem é natural do Paraná, tendo como origem e residência o município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, que fica a mais de 1.900 Km de Ponta Grossa. Ele veio estudar na instituição a exemplo de seu pai, que também foi aluno do CAAR. Conforme o mapa, a distribuição dos/as alunos nos municípios paranaenses se dá da seguinte forma: de Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis e Teixeira Soares vêm 4 alunos/as de cada um; de Fernandes Pinheiro, Imbituva e Mallet, 2 alunos/as de cada um; de Balsa Nova, Curiúva, Guamiranga, Ibaiti, Imbaú, Irati, Jaguariaíva, Pinhalão e Reserva, um/a aluno/a de cada um. Cabe salientar o destaque ao município de Tibagi, de onde provém 20 estudantes, correspondendo a quase 1/3 dos/as alunos/as da área rural observados/as

nesta pesquisa. No município de Ponta Grossa, onde se localiza o CAAR, são 12 jovens que residem na área rural, em pequenas localidades. Essas localidades estão retratadas no Mapa 2.

Mapa 2 – Localidades rurais em que residem os jovens da agricultura familiar do CAAR em 2018.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

Nota: No canto superior esquerdo da figura encontra-se Mapa do Paraná com as “Regiões Geográficas”³³. O município de Ponta Grossa está destacado com o círculo azul em ambos os mapas.

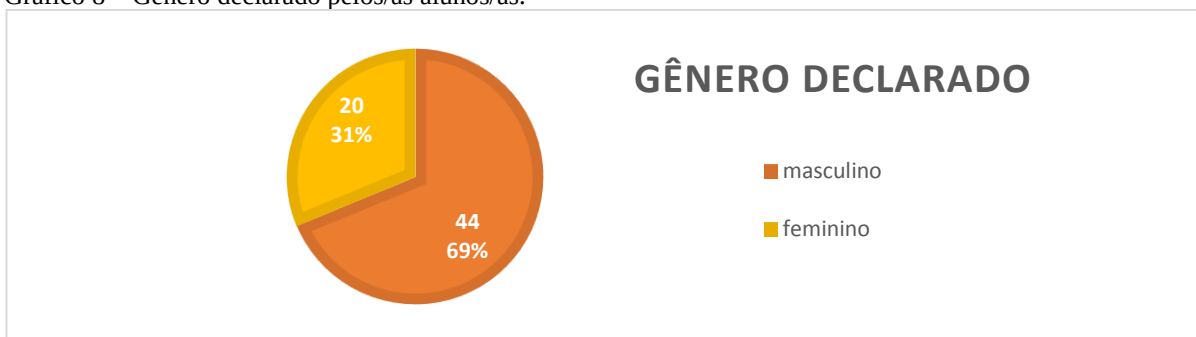
O Paraná está dividido em Regiões Geográficas, que são atualmente em número de 10, sendo elas as Regiões Centro-Ocidental, Centro-Oriental, Centro-Sul, Metropolitana de Curitiba, Noroeste, Norte, Norte-Central, Norte-Pioneiro, Sudeste e Sudoeste. Neste recorte do mapa do Paraná, é possível observar que os municípios em evidência estão concentrados nas

³³ De acordo com a Base Cartográfica Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (2010), são assim chamadas para distinguir-se das Mesorregiões Geográficas do Centro-Sul e do Sudoeste definidas pelo IBGE, conforme modificação instituída pela Lei estadual nº 15.825/08, que excluiu os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas da primeira e incluiu na segunda.

regiões Centro-Oriental (5) e Sudeste (9) do estado, tendo somente 3 situados no Norte Pioneiro e 1 na Região Metropolitana de Curitiba. Observa-se que 8 dos 18 municípios paranaenses fazem parte da região dos Campos Gerais. Conforme o registro das localidades rurais no mapa, feito segundo as respostas dos/as alunos/as, os/as estudantes das cidades de Reserva, Jaguariaíva, Ibaiti e Pinhalão, afirmaram residir no centro da cidade. No entanto, Kummer e Colognese (2013) tratam sobre a ideia de relativização do isolamento bem como da dualidade da concepção entre urbano e rural nos pequenos municípios. Para os autores, em especial, os municípios que têm uma economia de base que se apoia nas atividades agropecuárias, apresentam características culturais que se interligam à natureza e à uma rede peculiar de conhecimento social entre seus habitantes característico do meio rural.

Um fator que tem um peso bastante determinante nos direcionamentos tomados pelos/as jovens do campo no que concerne às escolhas que precisam fazer é o gênero declarado por cada um/a. Ele é talvez o aspecto mais relevante nas tomadas de decisão, uma vez que a função social das jovens do gênero feminino e dos jovens do gênero masculino é bastante específica e diferem na vida da comunidade rural.

Gráfico 8 – Gênero declarado pelos/as alunos/as.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

O gênero declarado pelos/as alunos/as foi representado no Gráfico 8. Aproximadamente 2/3 dos/as participantes da pesquisa são do sexo masculino. São 44 jovens do gênero masculino e 20 jovens do gênero feminino que provêm da agricultura familiar. Constata-se então que há uma predominância masculina no corpo discente do CAAR. Isso denota o fortalecimento histórico da masculinização do campo, visto que se observa a busca dos jovens do gênero masculino pelo conhecimento referente às atividades que desempenham no campo, pois geralmente têm a preferência na sucessão familiar, em detrimento das jovens do gênero feminino. São vários os fatores que influenciam nas questões da sucessão da propriedade familiar, e a preferência das moças é um fator que as leva a procurar formação em outras

áreas, em virtude de sua invisibilidade no trabalho rural, o que justifica a masculinização discente nos cursos voltados às atividades rurais, observada não só no CAAR como também nos estabelecimentos de ensino agrícola apresentados na segunda seção dessa pesquisa, que buscou verificar as características do/a jovem do campo nas produções acadêmicas brasileiras.

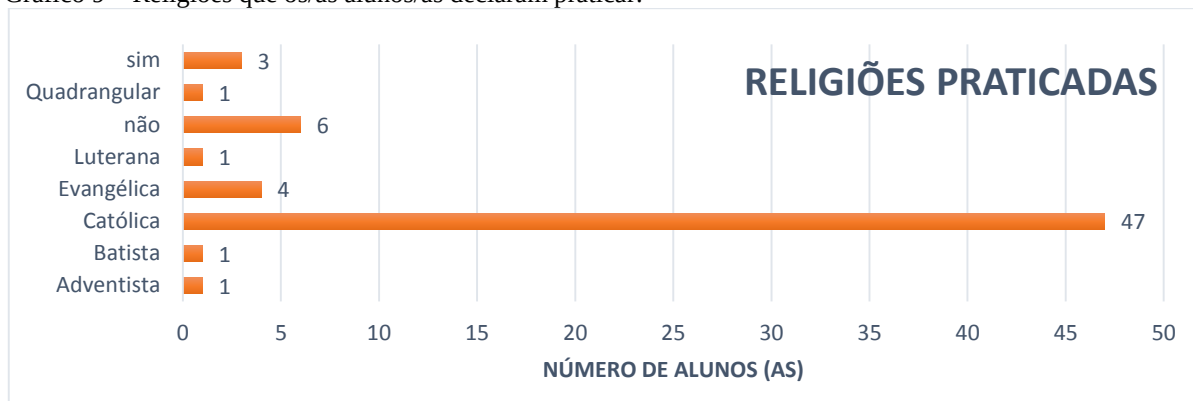
Strapassolas (2011, p. 27) apresenta as tensões de gênero no campo como um dos principais fatores para a saída delas, estreitando-lhes as expectativas na herança da propriedade, geralmente dada aos irmãos, assim como a desvalorização de sua força de trabalho produtiva, vista apenas como um auxílio, juntamente com a dupla jornada vivenciada por sucessivas gerações de mulheres do campo. Assim, é irrisório o preparo ou estímulo dispensado à elas para que permaneçam ou se interessem pelas questões pertinentes a ele. Essa naturalização do direito masculino à herança da propriedade acaba por fundamentar o descomprometimento das jovens em permanecer nela. Um estudo realizado por Pereira e Marcoccia (2019, p. 14) no município da Lapa com jovens da agricultura familiar indicou que as relações patriarcais que predominam na propriedade acabam por implicar em relações de subalternidade, uma vez que mulheres e crianças, além de exercerem o trabalho doméstico, ficam sob a tutela do chefe da família. As autoras corroboram com os apontamentos de Strapassolas (2011) no que se refere às tensões de gênero que ocorrem no campo, indicando que ela se dá de diferentes modos e intensidades em relação à jovem e/ou da mulher adulta do campo, sendo

Mais aguda a subalternização, principalmente na produção em que há pouca mecanização, pois a mulher, além de realizar o mesmo trabalho que o homem, possui o trabalho doméstico e, às vezes, também busca outra atividade para complementar a renda. Já, na produção familiar em que há acesso à mecanização, as mulheres não dirigem tratores, não manuseiam insumos nem negociam os produtos, ficando submissas ao dono da propriedade. [...] Há muita violência contra a mulher do campo, e geralmente essa agressão é vista como algo natural, pois a ela cabe a submissão, o que justifica violência doméstica. (PEREIRA; MARCOCCIA, 2019, p. 16).

Buscou-se também saber qual a cor que os/as jovens se autodeclaram. Verificou-se que 44 deles/as se autodeclaram brancos/as, o que corresponde a cerca de 68% do total dos/as respondentes da pesquisa. Observou-se que 9 jovens não quiseram responder à questão, enquanto 5 se consideraram pardos/as e 5 morenos/as. Nenhum dos/as jovens respondentes da pesquisa se declarou negro/a. De acordo com o Censo Agropecuário 2017, entre o gênero masculino e feminino, a direção de 2.297.013 estabelecimentos agropecuários é executada por brancos/as, 2.248.549 por pardos/as, 423.408 por negros/as, 56.447 por indígenas e 31.108 por amarelos/as. Foi a primeira vez que foram coletados dados referentes à cor ou raça dos produtores que dirigem o estabelecimento na referida pesquisa.

Um elemento tradicional bastante comum no meio rural é a religiosidade presente na família dos produtores.

Gráfico 9 – Religiões que os/as alunos/as declaram praticar.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

No Gráfico 9 está representada a prática religiosa dos/as alunos/as da agricultura familiar do CAAR. Fica evidente a prevalência da religião católica, uma vez que 47 deles/as se declararam católicos/as, o que corresponde a 73% do total dos/as participantes da pesquisa. Somam-se a eles/as 11 alunos/as que declaram praticar religiões diversas como a Adventista, Batista, Evangélica, Luterana e Quadrangular. Desses/as, 3 disseram ser praticantes de alguma religião, mas não especificaram qual seria ela. Apenas 6 alunos/as revelaram não possuir nenhum credo religioso.

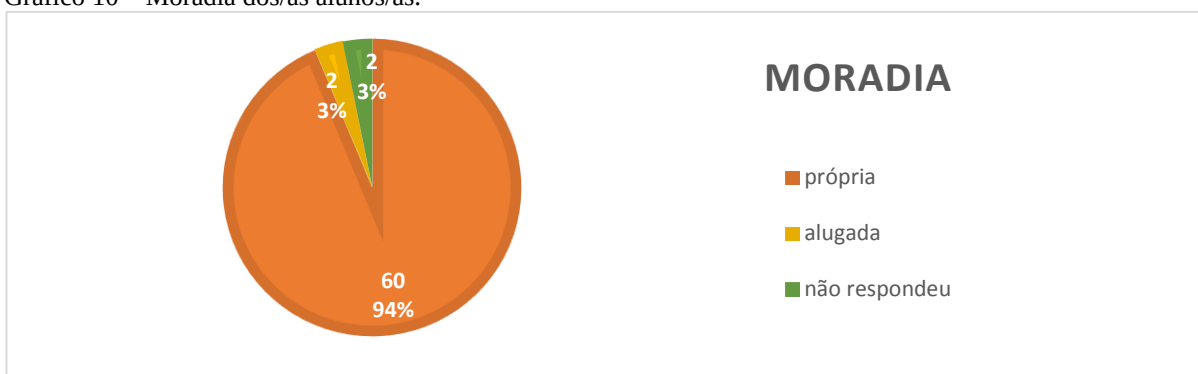
Um estudo comparativo apresentado por Novaes (2016) relacionado à religiosidade dos/as jovens, entre a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, realizado em 2003, no âmbito do *Projeto Juventude Brasileira*, e a pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, realizada em 2013, destaca as seguintes considerações. Em 10 anos, registra-se que decresceu ainda mais o número de jovens que se declaram católicos, de 65% para 55%, enquanto os/as que se declaram evangélicos teve um aumento de 22% para 29%. No entanto, ateus, kardecistas, agnósticos, entre outros, mantiveram-se em mesmo número, ao passo que passou de 10% para 15% os que declaram “não ter religião, mas acreditar em Deus” (grifos da autora). O estudo também aponta que a juventude católica e evangélica se fazem presente em todas as regiões, sendo que os católicos estão sobretudo no nordeste e no sul do país, em especial no meio rural. Neste meio, observou-se que há pouca frequência de jovens espíritas/kardecistas e ateus/agnósticos.

Novaes (2016) verificou ainda que quando se trata da religiosidade juvenil, as fronteiras entre o urbano e o rural tem sofrido um tensionamento, uma vez que os “jovens sem religião” encontram-se mais nas cidades, o que não significa que a ausência destes no meio rural,

conforme pesquisa realizada pela UNESCO em 2004 (in ABRAMOVAY; CASTRO, 2006), e pelo Censo de 2010 (IBGE, 2010). A autora anuncia que os resultados das pesquisas citadas sugerem que a transmissão intergeracional do catolicismo tem diminuído no meio rural assim como a diversificação da religiosidade e aumento dos/as jovens sem vínculos institucionais que acreditam em Deus. Os dados apresentados por Novaes (2016) corroboram com os levantados nesta pesquisa. O tradicionalismo católico ainda prevalece na área rural, apesar da religião evangélica estar se fazendo presente cada vez mais. Também não foram verificados/as jovens kardecistas/espíritas, e alguns/as declararam não ter vínculos com nenhuma instituição religiosa, o que sugere um possível rompimento com a submissão religiosa patriarcal que geralmente existe nesse meio. Do ponto de vista de Ianni (2012), o messianismo é também uma forma de protesto, na medida em que vem acompanhada pelo descontentamento frente às atuais condições da vida, enquanto manifestação coletiva diante de uma situação extrema.

Em relação à situação da moradia dos/as jovens da agricultura familiar, os números estão representados no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Moradia dos/as alunos/as.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

Inicialmente foi-lhes perguntado se moravam sozinhos/as ou com os pais. Quase todos/as responderam que moram com os familiares, exceto um aluno que deixou em branco a questão e outro que não respondeu à nenhuma das questões que se referiam à moradia e mobilidade. Quando perguntado a eles/as se moram em casa própria ou alugada, constatou-se que 59 deles/as responderam própria, representando cerca de 92% dos/as participantes da pesquisa, enquanto 2 moram em casa alugada. Apenas 3 alunos não responderam a esta questão. Destaca-se que todos/as são solteiros/as.

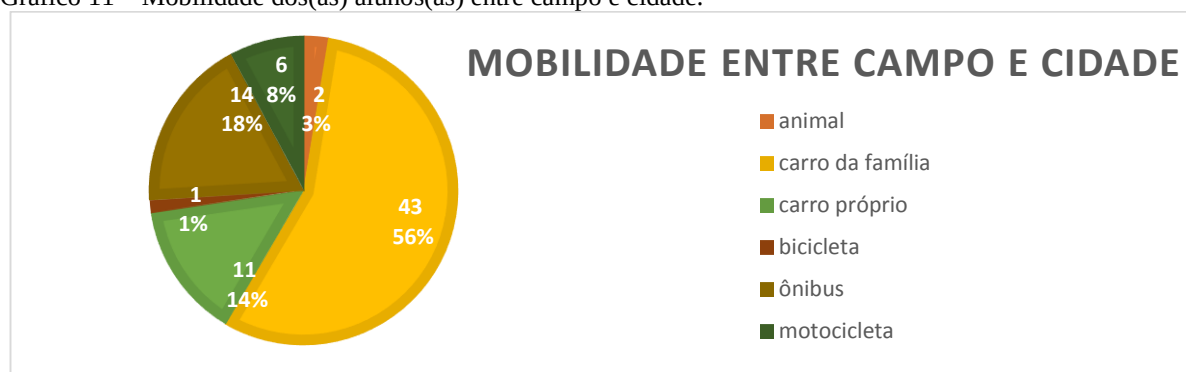
A questão mencionava o termo “alugada”, mas tratando-se de moradores do campo é possível que as terras em que residem e trabalham sejam arrendadas³⁴, o que é bastante comum. Isso porque a posse da terra é um assunto que desde o período colonial é controverso e gera conflitos. Os dados levantados pelo Censo Agropecuário 2017 indicam que houve um aumento nos estabelecimentos que se declaram como “terras próprias”, de 76% em 2006 a 81% em 2017. No entanto, a participação da área de terras próprias diminuiu de 90% para 85%, o que evidencia uma constante movimentação na modalidade de uso das terras. Já a modalidade de “terras arrendadas”, o total de estabelecimentos reduziu de 6,4% em 2006 para 6,3% em 2017, na “em parceria” foi de 3,6% para 3,5%, enquanto na de “concessionário ou aguardando titulação” elevou de 3,8% para 5,3% no número de estabelecimentos e os com área em “comodato e as ocupadas” tiveram baixa variação, de 9,5% para 9,15%. (IBGE, 2019). Da mesma forma, foram perguntados/as sobre seus avós, e 51 deles declararam que os/as avós possuem terras, e 12 que não têm. Nessas perguntas, só 2 alunos não se manifestaram. Os dados levantados estão em consonância com os resultados definitivos apresentados pelo Censo Agropecuário 2017.

A referida pesquisa de investigação estatística revelou que a condição do produtor em relação às terras está da seguinte forma. Em 3,2 dos 3,9 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares os produtores eram proprietários, o que corresponde a 81% do número de estabelecimentos familiares e a 88% das suas áreas. Cerca de 219 mil produtores declararam que o acesso às terras se dá como “assentado sem titulação definitiva”. Quanto aos outros tipos de acesso, 466 mil produtores tinham acesso temporário ou precário às terras, como arrendatários (111 mil), parceiros (88 mil), comodatários (183 mil) ou ocupantes (83 mil). Verificou-se que ainda existem 5.494 de produtores familiares sem área. (IBGE, 2019, p. 98).

O fato de morar no campo não significa que os produtores ficam em total isolamento do meio urbano. A distância pode ser atenuada por intermédio dos meios digitais, facilitando a circulação de ideias e informações, mesmo aos menos favorecidos, ainda que com menos frequência. Entretanto, a distância física e a mobilidade entre a área urbana e a rural é um entrave que muitas vezes impede os povos do campo com renda mais baixa de ter acesso aos direitos sociais como saúde, educação, cultura e lazer, privando-os muitas vezes dos direitos básicos de cidadão.

³⁴ Área de terras arrendadas, conforme o Censo Agropecuário 2017, é “quando a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante pagamento, previamente ajustado, de uma quantia fixa, em dinheiro ou sua equivalência em produtos”. (IBGE, 2019, p.18).

Gráfico 11 – Mobilidade dos(as) alunos(as) entre campo e cidade.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

O Gráfico 11 diz respeito aos meios de locomoção utilizados pelos/as alunos/as para deslocar-se do meio rural para o meio urbano. As respostas indicam que 43 alunos/as, ou seja, mais da metade deles/as usam o carro da família para locomover-se. Notou-se que 11 alunos/as afirmaram utilizar carro próprio, e 6 usam motocicleta. No entanto, os dados do Gráfico 6 indicam que somente 6 alunos/as tinham 18 anos ou mais no momento da aplicação dos questionários, que seria a idade correta para estarem devidamente habilitados (surge aí uma incerteza diante das respostas apresentadas, se foi uma questão de interpretação da pergunta ou se realmente utilizam veículo sem idade para habilitação). O ônibus foi mencionado por 14 alunos/as como transporte coletivo utilizado por eles/as. Foi observado que uma pequena parcela deles/as não faz uso de transporte motorizado, pois somente 2 disseram utilizar animais como meio de locomoção para o meio urbano, e apenas 1 o faz com bicicleta. No entendimento de Kummer e Colognese (2013, p. 215), “é a mobilidade que garante vivenciar os dois mundos, tanto para os jovens que permanecem trabalhando no meio rural e circulando no meio urbano, quanto para aqueles que fazem o contrário”. A possibilidade de movimentar-se entre ambos os meios permite desfrutar das experiências urbanas sem cortar o vínculo com o rural.

Diante dos dados apresentados, no que concerne às características observadas nos/as participantes da pesquisa, é possível afirmar que se encontram na previsão de idade-série esperada para o Curso Técnico em questão, e que a baixa defasagem na idade-série encontrada se atribui possivelmente ao bom desempenho dos alunos que só ingressam após passar por teste seletivo. Verificou-se um número bem representativo deles/as sempre morou no campo ou moram há muito tempo, sendo que poucos/as, apenas 7, permaneceram nele por menos de 10 anos. Destaca-se que 63 dos/as 64 alunos/as são oriundos de 18 municípios paranaenses, exceto um, que veio do Mato Grosso, a mais de 1.900 Km de Ponta Grossa.

Constatou-se que assim como nas instituições presentes nas produções acadêmicas da segunda seção deste trabalho, predominou os jovens do gênero masculino no corpo discente do CAAR, o que evidencia o fortalecimento histórico da masculinização do campo. As relações patriarcais, a falta de reconhecimento de seu trabalho, a naturalização do direito masculino à herança da propriedade, são alguns dos motivos que acabam por influenciar as jovens em permanecer ou não no campo. Observou-se que a fé católica é a mais proferida entre os/as jovens respondentes da pesquisa, e que quase todos/as disseram morar com os familiares, em casa própria, representando 94% dos/as participantes da mesma. Quanto à mobilidade, notou-se que mais da metade deles/as usam o carro da família ou motocicleta, e o restante ônibus. Sobre o uso de transporte não motorizado, somente 2 utilizam animais e apenas 1 o faz com bicicleta. Cerca de 68% deles/as se autodeclaram brancos e são todos solteiros.

Apresentadas as principais características dos/as jovens da agricultura familiar do CAAR, buscamos então compreender como se dá o universo do trabalho em sua propriedade familiar, seus afazeres e a relação que mantêm com eles, as pessoas e a dinâmica da organização da força de trabalho na unidade produtiva, assim como seu entendimento sobre a realidade da agricultura familiar no atual contexto.

3.2.2 O trabalho dos/as jovens do Colégio Agrícola Augusto Ribas na propriedade familiar

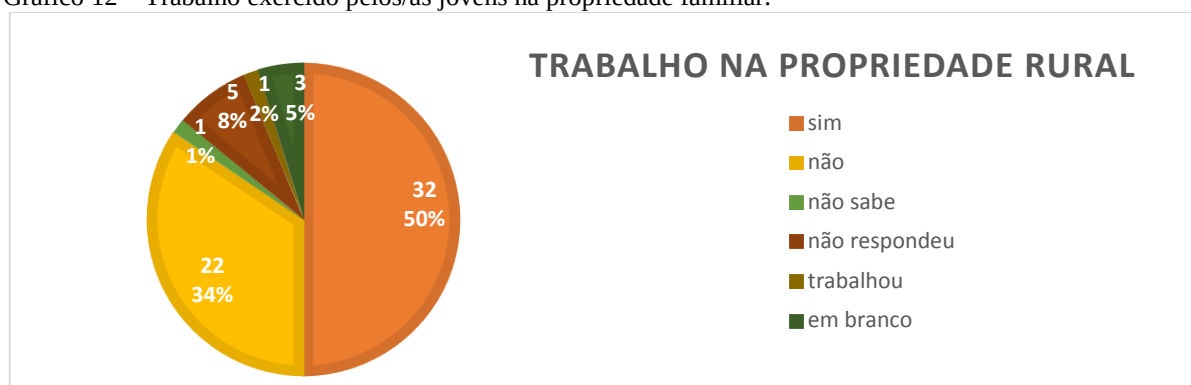
Observadas as particularidades desses/as jovens do campo, é possível afirmar que sua singularidade não difere muito dos/as demais jovens observados nas produções acadêmicas. A personalização do/a jovem rural não se dá somente pela referência ao local em que reside, mas pela forma que o vivencia, pelo papel social ocupado na unidade produtiva da família, na comunidade, já pré-definido socialmente. A função social de cada um/a é inerente à sua atuação nos processos produtivos, isto é, do trabalho que desenvolve nas atividades rurais junto à família. Sobre as relações sociais do/a jovem do campo, para Marcoccia (2015)

Considera-se, portanto, que há especificidades nas relações sociais dos jovens da agricultura familiar, no sentido de que as relações domésticas são, ao mesmo tempo, de produção e cada familiar ocupa um lugar na divisão social do trabalho. O jovem da agricultura familiar é aquele que participa do trabalho familiar desde a infância, por conseguinte tem conhecimento de como manusear a terra. (Marcoccia, 2015, p. 15).

Nessa direção, pode-se afirmar que a categoria trabalho é o grande diferencial do/a jovem da agricultura familiar em relação aos/as demais alunos/as do CAAR. O trabalho

enquanto categoria ineliminável da vida do homem trazido em Lukács (2010) é conhecido por estes/as jovens desde sua infância, uma vez que não são trabalhadores por opção, mas por demanda familiar. A atividade laboral com a criação de animais e/ou o cultivo da terra integra diretamente a vivência deles/as, dando mais significado às práticas escolares desenvolvidas na referida instituição de ensino. O próximo Gráfico apresentará os números indicados por eles/as de quem participa da divisão do trabalho na propriedade da família.

Gráfico 12 – Trabalho exercido pelos/as jovens na propriedade familiar.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

Nota: Em branco significa que nenhuma das questões referentes ao trabalho e atividades desenvolvidas na propriedade foi respondida por estes/as alunos.

A questão referente ao trabalho desenvolvido pelos/as jovens da agricultura familiar foi demonstrada no Gráfico 12. Inicialmente a intenção era saber se este/a jovem realizava alguma atividade na propriedade rural da família. A princípio, 32 deles/as, ou seja, 50% respondeu sim, que auxiliam seus pais nos afazeres da propriedade. Outros/as 22 responderam que não trabalham na propriedade. Houveram ainda 5 que não quiseram responder, um curiosamente afirmou não saber, e um disse que não trabalha mas já trabalhou em atividades rurais. Destacase que 3 jovens não responderam à nenhuma das questões sobre o trabalho na propriedade.³⁵

Quando perguntados/as sobre como se sentiam trabalhando nessas atividades, praticamente todos os/as jovens que informaram auxiliar os pais nas atividades rurais afirmaram sentirem-se bem com o que faziam. Muitos/as disseram estar “muito feliz”, “adorar” ou “gostar muito” do trabalho no campo. Houveram também respostas mais entusiasmadas como: “*me sinto honrada em alimentar as pessoas da cidade*” ou “*me sinto um guerreiro alimentando uma nação*”. Isso denota que esses/as jovens não o fazem somente pela necessidade ou

³⁵ Cabe lembrar que as questões sobre o trabalho e as atividades desenvolvidas na propriedade foram respondidas por 61 dos 64 jovens que participaram da pesquisa, portanto, os cálculos percentuais estão sendo feitos sobre este montante.

obrigatoriedade, mas que nutrem sentimento de contentamento, de pertencimento ao local de onde tiram seu sustento. O campo geralmente tem um significado que vai além de um simples local de trabalho para as famílias agricultoras. Isso é bastante valoroso em se tratando de uma sociedade em que a grande maioria dos trabalhadores têm uma relação alienada e de estranhamento com sua ocupação. No entendimento de Ferreira e Alves (2009, p. 249), o processo de socialização fatalmente é diferente entre os/as jovens do meio urbano e rural, até mesmo os que não exercem o trabalho agrícola. Para eles, “as relações sociais que conferem sentido e especificidade aos jovens na agricultura familiar estão fundamentadas na posição ocupada por eles na divisão social do trabalho como agricultores familiares.”

Esta forma de atividade a qual conhecem está mais próxima do sentido ontológico do trabalho apresentado por Lukács (2010), uma vez que se distancia, na medida do possível, dos problemas causados pela divisão social do trabalho que se dão no modo de produção capitalista. A respeito do modo de produzir a vida, Marx indica que

Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX, 2013, p. 87).

De modo geral, Dayrell e Carrano (2003) apontam que as identidades comuns, sentimentos de pertencimento, são características de redes de ações coletivas juvenis, com formas de agregação pontuais em torno de um objetivo determinado, quase sempre no presente, com objetivos próximos e alcançáveis. Além de que, a coincidência entre os objetivos coletivos e as necessidades afetivas, comunicativas e de solidariedade entre seus membros, ocasionam essa agregação, onde a ação coletiva não se desvincula da busca pela realização pessoal.

As atividades rurais realizadas apontadas são as mais diversas. Segundo eles/as, ficam à disposição dos pais para fazer o que tiver, o que necessitar, um pouco de tudo. Essa submissão paterna tem grande peso nas ações e decisões dos/as jovens do campo. Conforme as respostas dadas por eles/as, os afazeres compreendem tarefas da pecuária relativas ao trato dos animais, gado, suínos, vacas, assim como da agricultura como horta, morango, inclusive o manuseio de maquinários agrícolas. Sobre o apoio da família à introdução de novas atividades na propriedade rural da família, verificou-se que 30 alunos/as, o que corresponde 49% deles que responderam à essas questões, confirmaram que poderiam ser apoiados nessa tentativa,

inclusive alguns/as que disseram não trabalhar com os pais. Salienta-se que 20 deles/as demonstraram dúvida quanto a esse apoio, pois supõem que dependeria da rentabilidade da atividade proposta, ou mesmo porque nunca tentaram implementar algo diferente. Verificou-se que 9 alunos/as deixaram de responder esta questão, e apenas 2 informaram que acreditam que não seriam apoiados/as pela família na implantação de novas atividades na propriedade.

Quanto ao processo de sucessão da propriedade, as respostas indicam que nem sempre esse assunto que está em pauta nas conversas de família. Dos/as 61 jovens que responderam a estas questões, apenas 22 confirmaram que os pais conversam com eles/as e com os irmãos sobre isso, enquanto 21 disseram que não há esse tipo de conversa. Destaca-se que desses 22, 16 são do gênero masculino e apenas 6 são do gênero feminino, o que reafirma os números observados no Gráfico 8, em que há uma masculinização do campo, visto que os jovens são mais incentivados a buscarem conhecimentos técnicos agropecuários para auxiliar o trabalho no campo. Verificou-se que 16 alunos/as não se manifestaram em relação a isso, e 2 responderam vagamente, dando a entender que esse assunto não é muito pautado em casa.

Os questionamentos seguiram sobre as atividades desenvolvidas na propriedade, tratando sobre os tipos de atividades, os possíveis riscos para a saúde e as qualificações técnicas necessárias. Foram dadas três opções de escolha quanto ao tipo de ajuda que prestam aos pais nos afazeres rurais, sendo manejo, administrativa ou alguma outra, que poderiam especificar. Constatou-se que 40 jovens, ou seja, 65% deles/as, auxiliam no manejo. Entretanto, foi percebida uma incoerência nas respostas dadas por eles/as, uma vez que na questão anterior em que se perguntou sobre o trabalho na propriedade, 10 desses/as mesmos/as jovens que afirmaram não trabalhar assinalaram no campo manejo. Destaca-se que a palavra manejo no dicionário traz significados como o “uso de algo com o auxílio das mãos; manuseio de máquina; eco gestão do ambiente e de seus recursos, de modo a que seu uso possa ser constante, sem redução num futuro indefinido.” (MANEJO, 2004, p. 476). Nas atividades agropecuárias, o manejo pode se referir tanto ao manuseio do solo, em que os conhecimentos são utilizados pelo/a agricultor/a, adotando práticas que buscam proteger o solo e aumentar sua produtividade, quanto no trato e cuidados diários com o rebanho. Os registros também indicaram que 11 jovens participam dos assuntos administrativos referentes à propriedade, inclusive que 7 deles/as colaboram concomitantemente tanto no manejo quanto na administração junto aos pais. Ressalta-se que 15 jovens alegaram ajudar em outras demandas existentes na propriedade, bem como 6 deles/as não marcaram nenhuma das alternativas dadas. O silenciamento dos/as jovens evidenciado na inconsistência entre as respostas dadas, ora negada, ora afirmada, em relação ao

trabalho na unidade de produção rural revela que algo os impede de explicitar abertamente que participam das atividades laborais na propriedade da família.

O estudo de Santos (2017), referente a jovens do campo entre 15 e 29 anos que compara a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE), relativa aos anos de 2004 e de 2014, permite afirmar que

A maioria dos jovens do campo (62,1%) passou a desempenhar atividades laborais até os 14 anos de idade; já entre os das áreas urbanas, o percentual para esse caso era de 25%. Em 2004, quase 80% dos jovens do campo que desempenhavam atividades na semana de referência da Pnad tinham começado a trabalhar com 14 anos de idade ou menos. Apesar de, em 2014, o percentual de jovens do campo que haviam iniciado suas atividades laborais com menos de 14 anos ser elevado, observou-se diminuição quando comparado com o ano de 2004. (SANTOS, 2017, p.611).

Por sua vez, Cruz (2018) apresenta em sua pesquisa sobre o trabalho infantil no cultivo do tabaco, elementos que auxiliam no entendimento desse silenciamento em relação às atividades desempenhadas pelos/as jovens da agricultura familiar. Segundo a autora, são fatores sociais, econômicos e culturais que perpetuam e naturalizam o trabalho de crianças e adolescentes. Ela tece afirmações nas quais aponta que

O trabalho precoce apresenta-se na sua forma aparente, como princípio educativo, legitimando e perpetuando a cultura do trabalho. Essa naturalização do trabalho infantil, considerado como algo natural, intrínseco à socialização e formação das crianças, justifica a sua perpetuação até os dias atuais. (CRUZ, 2018, p. 17).

Os depoimentos colhidos por ela em entrevistas com famílias agricultoras e com profissionais da escola que conhecem bem a comunidade a que pertencem indicam que o medo de represálias do conselho tutelar e das próprias fumageiras levam à negação da utilização da força de trabalho de seus filhos na produção. (CRUZ, 2018, p. 146). Esse sentimento de autodefesa permanece, mesmo se tratando de jovens quase na eminência de chegar à maioridade. Esse é um possível motivo para a esse silenciamento percebido nas respostas controversas dos/as jovens respondentes da presente pesquisa em relação ao trabalho na propriedade familiar. Nessa mesma direção, Faria e Previtali (2013, p. 253) denunciam que, ainda que o setor fumageiro procure “desvincular a imagem do trabalho infantil das lavouras de fumo – contra as quais há diversas denúncias no Ministério Público –”, as próprias famílias levam as crianças para auxiliar em tarefas menos complexas como a retirada de folhas danificadas ou daquelas que caem no chão, principalmente na época das colheitas. Isso altera o rendimento escolar das mesmas, pois o cansaço é visível durante esse período. Marx já apontava essa situação em sua época, quando denunciou que

[...] a Lei de 1872, por defeituosa que seja, é a primeira a regulamentar o horário de trabalho das crianças ocupadas nas minas e que, em certa medida, responsabiliza os exploradores e proprietários das minas pelos assim chamados acidentes. A comissão real de 1867, cuja tarefa era investigar a ocupação de crianças, adolescentes e mulheres na agricultura, publicou alguns relatórios muito significativos. Diversas tentativas foram feitas de aplicar à agricultura, sob forma modificada, os princípios da legislação fabril, mas até agora todas elas fracassaram totalmente. Mas cabe chamar a atenção, aqui, para a existência de uma tendência irresistível à universalização desses princípios. (MARX, 2013, p. 700).

Isso evidencia que o início precoce nas atividades laborais não é algo tão recente. O grande problema desse início precoce é que quanto mais cedo entram, tanto mais precário sua atividade laboral tende a ser, assim como sua formação educacional, o que favorece a reprodução da situação de pobreza do sujeito. Santos (2017) organizou uma Tabela relativa ao seu estudo com base nos dados da Pnad 2004 e 2014 que ilustra claramente essa comparação.

Tabela 4 – Escolaridade da população em relação ao início das atividades laborais no Brasil.

Tabela 8 – Escolaridade Média da População de 18 a 29 Anos que Trabalhava, por Localização e Faixa de Idade em que Começou a Trabalhar – Brasil – 2004/2014

Faixa de idade em que começou a trabalhar	Escolaridade média			
	2004		2014	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Até 9 anos	6,8	4,9	8,5	7,4
10 a 14 anos	8,0	5,2	9,4	7,6
15 a 17 anos	9,3	6,2	10,3	8,6
18 a 19 anos	10,4	8,0	11,0	9,6
20 a 24 anos	11,0	8,6	11,9	10,1
25 a 29 anos	10,8	6,3	12,0	9,3

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados da Pnad/IBGE.

Fonte: Santos (2017, p. 617).

O fator que merece destaque na Figura 10 é a relação que se estabelece entre o início das atividades laborais e sua escolaridade média. Apesar do aumento observado entre 2004 e 2014, ainda prevalece a diferença entre os/as que se ocupam precocemente e os/as que começam a trabalhar na idade correta.

Sobre os possíveis riscos que as atividades rurais poderiam trazer posteriormente à saúde, registraram-se as seguintes considerações. Do total, 28 jovens acreditam que tais atividades não oferecem riscos à saúde, enquanto 17 deles/as entendem que podem sim abalar a salubridade. É consenso entre 3 deles/as que demanda conhecimento e regularidade para que um manejo inapropriado não cause danos. A dúvida ou falta de compreensão sobre esse assunto transpareceu em 7 jovens que responderam de forma vaga à pergunta, assim como 9 deles/as

que as deixaram em branco. A saúde dos/as trabalhadores/as rurais é constantemente posta em risco em razão de diversos fatores como o trabalho intenso e com poucos períodos de descanso, manuseio de ferramentas perigosas, maquinários e utilização incorreta de produtos químicos, por exemplo. De acordo com uma notícia veiculada pelo site Canal Agro (2020), “os trabalhadores rurais são sete vezes mais propensos a fatalidades do que os da construção civil.” Nesses locais de trabalho, várias fontes de risco são observadas que podem levar à doenças, lesões temporárias ou permanentes, ligadas tanto à natureza e intempéries climáticas quanto à ação dos trabalhadores.

Segundo Carneiro, organizador de um dossiê³⁶ feito pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, ABRASCO, o objetivo biocida dos agrotóxicos se dá em razão de sua função, que é “matar determinados seres vivos “incômodos” para a agricultura” (CARNEIRO, 2015, p. 77) (grifo do autor). No entanto, a amplitude do ambiente em que são utilizados dificulta seu controle, causando danos no ecossistema próximo, assim como aos trabalhadores que o manuseiam e aos que vão consumir esses alimentos. Apesar dos já conhecidos malefícios que tais produtos causam e de haver amparo legal em relação à restrição de seu uso, é uma prática convencionalizada pelo mercado do agronegócio e pela política governamental, e sem incentivos à pesquisa científica sobre a dimensão dos efeitos negativos à natureza e à humanidade. O agravante é a grande oferta de financiamento público feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as indústrias químicas e de agrotóxicos, em detrimento das tímidas políticas voltadas à agroecologia.

Em junho de 2020 ocorreu um encontro online, em razão da pandemia provocada pela COVID-19, com a Coordenação do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, criado em 2001, noticiado pelo Portal do Ministério Público de Tocantins. No encontro, foram debatidos relevantes temas como pulverização aérea; revisão da portaria sobre a portabilidade da água para consumo humano; proibição e banimento, assim como a desoneração fiscal de alguns agrotóxicos e o Sistema Regulatório dos Agrotóxicos. Entre os principais prejuízos trazidos pelo seu uso ao meio ambiente estão a contaminação das águas e solos, má-formação entre os animais e até a quebra de sua cadeia alimentar. Sobre os prejuízos humanos, existe uma imensa gama de doenças que acometem tanto aos que manuseiam quanto aos que consomem os alimentos contaminados, chegando até a quadros de neuropatias e distúrbios psicológicos, tais como depressão e tentativas de suicídio. A Agência de Notícias

³⁶ Dossiê feito pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) que visa a alertar, por meio de estudos científicos, as autoridades públicas nacionais, internacionais e a sociedade em geral para a necessidade de políticas que possam proteger e promover a saúde humana e os ecossistemas. (CARNEIRO, 2015, p. 37).

IBGE (2019) noticiou um aumento de 20,4% no número de estabelecimentos rurais que fazem uso de agroquímicos. Conforme Cabral, jornalista redatora da notícia,

Entre 2006 e 2017, houve um aumento de 20,46% no total de estabelecimentos que usaram agrotóxicos no período de referência do Censo. Na série histórica dos censos agropecuários, esse número variou bastante, chegando ao seu ponto mais alto (quase 2 milhões) em 1980, e ao nível mais baixo (quase 1,4 milhão) em 2006. Em 2017, cerca de 34% dos estabelecimentos que declararam despesas com agrotóxicos tinham 5 ha ou mais de área de lavouras. Estes estabelecimentos concentravam 94% da despesa com agrotóxicos (IBGE, 2019).

Em relação ao tamanho, 1.230.403 dos 1.681.564 dos estabelecimentos que declararam fazer uso de agrotóxicos ocupavam área de lavoura com menos de 20 hectares, o que corresponde a 73% do total. De um total de R\$ 31,8 bilhões gastos com esses insumos, R\$ 2,36 bilhões são desses estabelecimentos de menor porte, segundo IBGE (2019). Percebe-se assim que os produtores familiares estão cada vez mais utilizando produtos químicos agrícolas. Preocupa saber que, conforme os dados levantados nessa pesquisa, poucos/as jovens têm a dimensão dos riscos que se expõe na utilização de tais produtos.

As habilidades técnicas exigidas aos seus afazeres também foram tema das questões. As respostas apontam que os/as alunos/as ainda não concebem realmente a importância de potencializar seus conhecimentos sobre as atividades que exercem na agropecuária, visto que somente 17 jovens julgam ser relevante possuir habilidades técnicas para o desempenho das atividades rurais. Foram 13 respostas negativas quanto à essa necessidade, bem como outras 4 que denotavam pouca percepção sobre o que de fato estava sendo perguntado. Isso também se confirma quando 26 alunos/as deixaram a questão sem resposta. Esse resultado é no mínimo intrigante, se levarmos em consideração que estamos falando de jovens que buscaram um curso técnico para aprimorar suas habilidades e ampliar os conhecimentos nas atividades rurais. Isso nos leva a refletir sobre a importância da formação recebida aos interesses deles/as, se de fato os/as está atingindo. Não se trata de valorar a qualidade do ensino ofertado pela instituição, mas de se ponderar se a formação recebida se efetivará em mudanças no modo de produção dispensado na propriedade familiar, na aplicação de novas técnicas pela família, objetivo pelo qual supostamente foram em busca.

Os/as estudantes foram levados/as a tecer considerações sobre sua visão acerca das oportunidades de trabalho e da transição para a vida adulta, tanto para os/as jovens da cidade quanto para os/as do campo, sobre agricultura familiar, agronegócio e agroecologia. As respostas dadas indicaram que ainda não têm um entendimento mais preciso sobre essas temáticas, visto que 8 dos/as 64 jovens deixaram de responder as perguntas sobre esses

assuntos. Salienta-se ainda que dos/as 56 jovens que responderam a esse bloco de questões, apenas 10 expuseram seu ponto de vista sobre as oportunidades de trabalho para jovens do campo e da cidade. Desses, alguns/as acreditam que o processo de transição é mais favorável para os/as jovens do campo, em virtude das atividades que desempenham desde cedo nas propriedades, sejam elas práticas ou administrativas, incentivados/as pelos pais, diferente dos/as da cidade, que, segundo eles/as, não têm a mesma percepção da importância do trabalho para a própria vida, e que necessitam ir em busca de qualificações aleatórias. Apenas um estudante disse que esse processo é mais positivo para os/as jovens da cidade, pois têm bem mais oportunidades.

As respostas foram escassas e vagas, não revelando claramente a opinião da maioria deles/as. Uma jovem, por exemplo, aponta que existem injustiças nesse processo, enquanto outro diz que essa transição resulta em muitas oportunidades de amadurecimento. Um terceiro afirma que não há diferenças, já que ambos fazem o que gostam. Nessa direção, observa-se que ainda não existe um conhecimento empírico sobre essa transição, uma vez que eles/as estão no campo das ideias, ou seja, ainda não tomaram consciência das implicações e demandas que se dão de fato nesse processo, emitindo opiniões de forma superficial sobre o assunto.

Foi perguntado também sobre a visão que têm sobre a agricultura familiar no Brasil atualmente. Mais da metade³⁷ dos/as jovens que responderam às questões têm uma interpretação positiva sobre ela, acham que está boa, que é importante. Alegam que é uma boa fonte de renda e de sustentabilidade, de se produzir em conjunto, atribuindo-lhe ainda os principais pontos que fazem a economia do país crescer Produto Interno Bruto (PIB). Enquanto alguns/as consideram que ela está avançada, ótima, outros/as acham que ela ainda está em fase de desenvolvimento, crescimento, evolução, e que poderia melhorar. Em contrapartida, cerca de 1/3 dos/as participantes julgam que a agricultura familiar está sendo deixada de lado, como se estivesse acabando, pois não tem renda justa, falta recursos e tem repentinas baixas econômicas. Segundo eles/as, é prejudicada devido à carga tributária e à economia fechada do país que afoga os pequenos produtores, o que a torna escassa em detrimento dos grandes produtores. Considerando que o assunto era familiar a eles/as, poucos deixaram de responder à essa questão. No entanto, não demonstraram clareza político-econômica sobre o tema em questão, ainda que lhes seja tão próximo. É essa formação mais crítica que tem faltado à juventude do campo. Eles/as precisam compreender os fatos além da aparência que apresentam, conhecer seus condicionantes históricos, entender como as coisas chegaram ao ponto em que

³⁷ Lembrando que 56 jovens responderam a essas questões.

hoje eles vivenciam, os embates os quais seu povo já travou. Essa consciência é que realmente os instrumentará na busca de meios para que também eles possam travar seus próprios embates contra os reveses do sistema capitalista tal qual se encontra.

Von der Weid (2010, p. 4) faz apontamentos sobre as políticas de apoio implementadas aos agricultores familiares. Segundo ele, houve uma multiplicação dos créditos e investimentos entre 2002/2003 e 2010/2011, que passaram de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 16 bilhões, assim como do número de operações de crédito que passou de 890 mil para 2 milhões. No entanto, destaca que estes números, apesar de expressivos, não foram tão benéficos ao modo de produção familiar, haja vista que, apesar da melhoria na renda desses agricultores, fatos preocupantes como a crescente vulnerabilidade dos sistemas familiares frente a desequilíbrios naturais, como variações no clima, surgimento de pragas e doenças continuam presentes. O autor afirma que anteriormente, sem a falsa sensação de segurança econômica em relação ao endividamento com os bancos, os riscos eram por eles mais ponderados. O surgimento da política de seguro agrícola objetivou a redução desses riscos. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por sua vez, reduziria os riscos relacionados aos mercados, e mesmo aplicado em escala reduzida, ainda mostrou-se eficaz no amparo ao agricultores familiares.

Esse programa foi criado em 2003, mobilizando a compra e doação de sementes crioulas, com a finalidade de dar fortalecimento à autonomia destas famílias. De acordo com a Associação de Agricultura Familiar e Agroecologia AS-PTA³⁸ (2020), houve em 2020 uma grande mobilização em prol da retomada do referido programa, organizado pela sociedade civil, realizada por parlamentares e partidos voltados à causa agrícola. Todavia, não se efetivaram questões importantes como a possibilidade do uso dos recursos emergenciais do governo federal para a compra de sementes e materiais propagativos. Por serem consideradas de grande relevância para a garantia da segurança alimentar, 5% do orçamento é destinado à sua aquisição.

Outra importante observação feita por Von der Weid (2010) é que as condições financeiras criadas por essas políticas de crédito levaram alguns desses agricultores a optar pelo uso dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para investir na compra de maquinários, sementes comerciais e agroquímicos, insumos característicos da agricultura patronal. Ainda assim, há também um crescimento da utilização desse subsídio em projetos direcionados à produção orgânica ou à transição agroecológica³⁹.

³⁸ A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

³⁹ Conforme Costabeber (2016), “a transição agroecológica, referência-chave das motivações e objetivos de muitos técnicos, estudiosos e militantes, pode ser definida como um processo gradual, contínuo e multilinear de

Chaves (2014) publicou em seu blog de notícias que a presidenta Dilma, no programa semanal Café com Pimenta exibido em 24/02/2014, anunciou que R\$ 21 bilhões de reais seriam destinados à safra de 2013/2014 da agricultura familiar, dos quais R\$ 13,7 bilhões já haviam sido contratados pelos pequenos produtores. O crédito acessível advindo do PRONAF seria designado para inovar tecnologicamente as pequenas propriedades familiares, na aquisição de máquinas e equipamentos, expandindo a produção. Segundo ela, também haveria a comercialização dos produtos dos pequenos agricultores pelo Programa de Aquisição de Alimentos, destinados ao incremento da merenda das crianças em escolas, creches e hospitais, movimentando também economicamente os pequenos municípios.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, houve um encolhimento da agricultura familiar no Brasil. Em 2019, a Agência de Notícias IBGE verificou uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, comparando-se com o Censo de 2006, assim como na queda da força de trabalho. Se na agricultura não familiar criaram-se 702 mil postos de trabalho, a familiar perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores. Esse decréscimo verificado na classe trabalhadora do campo é mais um reflexo do Decreto nº 9064, de maio de 2017 (BRASIL, 2017) que mudou a configuração da composição da agricultura familiar. Isso refletiu diretamente na vida do pequeno produtor rural, uma vez que, para complementar sua renda, precisou recorrer a ocupação fora do estabelecimento rural, em razão da perda de direitos relativos a sua condição de produtor. Essa perda contingencial de trabalhadores familiares é mais um retrocesso para a classe agropecuarista, observado também no processo de reestruturação produtiva como um todo. Faria e Previtali (2013, p. 247) atestam que tal processo de transformação fundamentado “no novo ideário político neoliberal de livre comércio e de menor presença do Estado como poder regulador das relações entre capital e trabalho” provoca profundas mudanças nas relações de “controle e organização do trabalho ao longo das cadeias produtivas”, amargando grandes perdas a classe trabalhadora. Obviamente, o/a jovem experimenta tal processo tão logo ingresse no mercado de trabalho.

mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas. Como propósito mais geral, está a passagem dos atuais padrões de desenvolvimento rural ou de sistemas de produção de baixa sustentabilidade para modelos de agricultura e de manejo rural que privilegiem e incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Isso implica não somente a busca de maior racionalização produtiva com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também uma mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos. A Agroecologia, como campo de estudos de caráter multidisciplinar, integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como saberes populares, permitindo justamente que se construam estratégias e condições para apoiar esse processo de transformação, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade a médio e longo prazos.” (COSTABEBER, 2016, p. 1)

A juventude rural, especialmente a vinculada à agricultura familiar, possui especificidades que expressam os diferentes papéis que lhes são atribuídos ou esperados – essencialmente diferentes dos que incidem sobre jovens pertencentes a outros contextos socioeconômicos –, pois são vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do campo e da agricultura familiar.

Os/as jovens também foram questionados sobre seu entendimento acerca da agroecologia. As respostas indicaram que mais da metade dos/as respondentes têm uma compreensão sobre o conceito de agroecologia e o que ela representa para a humanidade e para o meio ambiente. Para eles/as, é uma ciência que estuda e promove uma agricultura com menos uso de agrotóxicos, mais sustentável e ecologicamente correta, o que concorre para melhorar a saúde e trazer benefícios ao meio ambiente e aos seres vivos. Eles/as observam também que, apesar de benéfica, sua utilização ainda está aquém do esperado, sendo pouco praticada. Foram poucos/as os/as que não demonstraram conhecimento sobre o assunto. Conforme o senhor Baretta⁴⁰, diretor da instituição de ensino pesquisada, isso se dá em razão de que há uma disciplina sobre Agroecologia na 2ª série cujo professor é bastante engajado na causa, fazendo inclusive visitas de campo aos assentamentos da região, trabalhando *in loco* as questões sobre esse assunto. O tema é amplamente debatido por vários/as autores/as.

Fernandes e Molina (2017, p. 540) apontam que o modo de produção utilizado na agroecologia tem suas origens no campesinato, representando atualmente um pilar fundamental do confronto necessário à lógica de produção da agricultura capitalista, criadora do agronegócio, sendo por essa razão incorporada à Educação do Campo.

Sob o ponto de vista de Scarabeli e Fernandes (2020),

A agroecologia tem em seu método de funcionamento a relação horizontal entre os profissionais pesquisadores e produtores, no sentido de envolver-se no conhecimento e nas habilidades produzidas, bem como na sua construção, na perspectiva de identificar o potencial para alcançar a biodiversidade que dê condição a uma cooperação e possibilite a manutenção ou a recuperação de uma situação relativamente estável. (SCARABELI; FERNANDES, 2020, p. 12).

Nesses termos, compreende-se a agroecologia também como uma possibilidade de refutar o modo de produção degradante em que o capitalismo acirrado se baseia para explorar economicamente os recursos naturais dentro do modelo global que se coloca. O modo de produzir utilizado pelo agronegócio acaba evidenciando não só uma crise de cunho econômico

⁴⁰ Entrevista concedida à autora em 24 fev. 2021.

mas também científico, e este novo modelo de agricultura permite a construção um projeto político e ambiental. Sobre a defesa da agroecologia, Gorender afirma que

Acentua-se a ação transformadora do meio geográfico pelo homem, de tal maneira que as condições geográficas se humanizam à medida que se tornam prolongamento do próprio homem. Mas a *humanização* da natureza nem sempre tem sido um processo harmônico. Marx foi dos primeiros a apontar o caráter predador da burguesia, com reiteradas referências, por exemplo, à destruição dos recursos naturais pela agricultura capitalista. Sob esse aspecto, merece ser considerado precursor dos modernos movimentos de defesa da ecologia em benefício da vida humana. (grifo do autor) (GORENDER, 2013, p. 47-48).

No entanto, quando se trata de falar sobre o agronegócio, fica perceptível a falta de clareza econômica e política dos/as jovens. Pelas respostas, nota-se que não o reconhecem como antagonico à agricultura familiar, seja no volume e maneira de produzir, tamanho da propriedade e tipo de força de trabalho empregado. Cerca de 1/3 deles/as retratam o agronegócio como o que há de mais promissor e fundamental para o crescimento do país, o que é bastante preocupante em se tratando de jovens cuja atividade produtiva na qual estão inseridos é profundamente impactada por ele. Eles/as ressaltam sua rentabilidade e importância para o mercado, o uso e barateamento das tecnologias empregadas, assim como a diminuição dos custos e gastos em razão do giro da economia com o aumento do capital.

No dossiê Abrasco, Carneiro (2015) ressalta que os discursos dissonantes produzem as contradições do modelo de desenvolvimento presentes na rotina do trabalho rural: ora a promessa de uma vida melhor, nunca atingida pela população local, ora o elevado preço da busca do progresso. O mito construído sobre o universo arcaico da produção camponesa familiar é replicado para justificar tal necessidade de modernização e conquista do agronegócio. São vários, entre e eles estão as promessas de desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, uso seguro dos agrotóxicos e atendimento público à sua nocividade, a produção de alimentos para acabar com a fome no Brasil, entre outros. Tais apontamentos mostram que para eles/as, o agronegócio é algo a ser atingido, que vislumbra como objetivo futuro. Isso porque a lógica da renda fundiária no Brasil é voltada às exportações em virtude do valor de mercado, o que a torna atrativa aos produtores. No entendimento de Marcoccia,

A estrutura social no campo está ancorada nas grandes cadeias agroindustriais que direcionam a economia do Brasil para a exportação de produtos primários e tem como fundamento a renda fundiária. Este é o projeto de desenvolvimento para o campo desde o início da década de 1990 e representa o pacto entre o grande capital e o Estado, que se materializa através de esferas do governo pela política agroexportadora. (MARCOCCIA, 2015, p. 25).

Dessa forma, a relação entre o agronegócio e a agricultura familiar torna-se ainda mais nociva aos pequenos produtores, uma vez que para atender a produção de *commodities*, os trabalhadores rurais são expropriados de suas terras e de seu trabalho para ampliar a agricultura de longa escala, o que os leva muitas vezes à situação de privação e desamparo. A extensão rural também os subordina, controlando os conhecimentos técnicos para utilizar suas terras e força de trabalho. Nessa direção, Marcoccia reitera tal afirmação, pontuando que

A agricultura familiar é parte do agronegócio, do projeto de desenvolvimento para o campo no sistema capitalista, inviabilizando outras formas de organização do trabalho no campo, pois os trabalhadores familiares que não se associarem a esse processo estarão sob formas primitivas do capitalismo, sob relações de trocas de produtos e a subsistência. (IDEM, 2015, p. 124-125).

Outro terço das respostas dos/as jovens indicam que a compreensão sobre o agronegócio é ainda mais ofuscada. Uns/as dizem que está fraco, ruim, sem valorização ou desorganizado, e que pode melhorar. Outros/as são mais diretos e confirmam que é um assunto confuso e que não sabem responder sobre ele. Apenas dois alunos observam que no agronegócio há uma falta de valorização do produtor e que os produtos são muito caros. Não há uma disciplina específica sobre isso, mas o assunto é discutido com os/as alunos/as dentro do atual contexto da economia, segundo o senhor Baretta⁴¹, diretor da instituição. Mais uma vez se percebe a necessidade de incluir uma formação crítica nas discussões sobre esses temas, haja vista que demandam conhecimento histórico-político para que possam ser compreendidos e superados.

Em síntese, verificou-se um sentimento de contentamento dos/as jovens em relação ao trabalho desenvolvido na propriedade rural familiar, ao mesmo tempo incompatível com o silenciamento por parte deles/as ao negar que o fazem, constatado em outros momentos. Isso também foi observado quando indagados/as sobre o tipo de ajuda que dão aos pais, pois aqui igualmente a maior parte afirmou auxiliar no manejo, apesar da negativa anterior. Pressupõe-se que esse receio se dê em razão de possíveis problemas legais que as famílias possam ter devido ao auxílio que os/as filhos/as dão nas diversificadas tarefas da propriedade. Sobre a introdução de novas atividades, quase a metade dos/as jovens confirmaram o apoio da família, inclusive os/as que inicialmente não se colocaram como trabalhadores/as. Apenas um terço das famílias tratam sobre a sucessão na propriedade, sendo a grande maioria dos jovens do gênero

⁴¹ Entrevista concedida à autora em 16 jun. 2020.

masculino, o que reforça ainda mais a ideia de fortalecimento deste gênero no campo, assim como constatado nos trabalhos anteriormente citados.

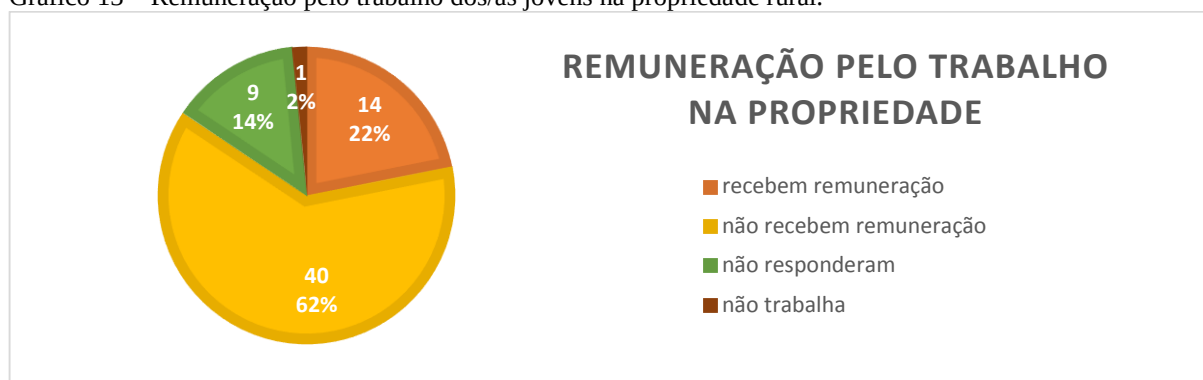
Também de forma controversa, embora integrantes de um curso voltado aos conhecimentos agropecuários, menos de um terço dos/as jovens defendem a relevância de adquirir habilidades técnicas para os trabalhos rurais. Registra-se ainda que uma minoria se pronunciou sobre as oportunidades de trabalho para os/as jovens, sendo que para estes, os/as jovens do campo têm um conhecimento laboral que os favorecem, uma vantagem sobre os/as da cidade. Os/as respondentes demonstraram mais compreensão quando discorreram sobre a agricultura familiar e agroecologia do que sobre o agronegócio, visto que sobre este, as poucas respostas se deram de maneira desalinhada entre si. Isso possivelmente ocorreu em razão da maior ênfase dada às primeiras em comparação com o segundo, pois além dos temas serem mais familiares a eles, são mais abordados nas disciplinas curriculares.

3.2.2.1 Renda e composição familiar dos/as jovens do CAAR

Os dados levantados possibilitaram ter um panorama do trabalho realizado pelos/as jovens no contexto da propriedade rural familiar. As respostas indicaram um contentamento com o trabalho no campo, apesar das dificuldades enfrentadas pelas famílias agricultoras. Buscou-se então saber sobre a remuneração do trabalho desenvolvido por estes/as jovens. Cabe lembrar que durante a aplicação do questionário, os/as estudantes tinham total liberdade em deixar de responder as questões em que não se sentissem confortáveis em se expor. Destaca-se que 12 jovens não quiseram responder às questões referentes ao valor e finalidade da renda, ao trabalho na propriedade, aos motivos que acreditam que levam os/as jovens a saírem do campo, sendo que desses, 7 limitaram-se apenas em responder que não recebem remuneração. Registra-se que a maioria destes/as está na 1ª série do curso.

O Gráfico 13 representa as respostas sobre a existência de uma remuneração específica para as atividades que os/as jovens que integram a agricultura familiar prestam na propriedade, que tinham campos “sim” e “não” como alternativas a serem marcadas.

Gráfico 13 – Remuneração pelo trabalho dos/as jovens na propriedade rural.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

Constatou-se que dos/as jovens que contribuíram nessa parte da pesquisa, apenas 14 confirmaram receber algum retorno financeiro. Destes/as, somente 2 mencionaram um valor, visto que alguns/as alegaram que dependia do tipo de trabalho ou que já tinham suas necessidades supridas pelos pais, e a grande maioria não se manifestou quanto a um valor específico. Verificou-se que 40 jovens disseram não receber remuneração pelo trabalho prestado, pois, segundo eles/as, não o fazem pelo dinheiro, mas porque gostam, pois acreditam que o auxílio dado é pertinente à atribuição dos/as filhos/as na organização familiar. Somente 1 estudante declarou que não trabalha na propriedade e 9 preferiram não se manifestar sobre o assunto. Sobre a remuneração do trabalho na propriedade familiar, estudos de Marcoccia (2015) apontam que nem sempre o salário é elemento mais importante e sim a reprodução social, tanto para a sobrevivência dos membros da família como também para a reprodução das próximas gerações e da terra. Dessa forma, o trabalho se organiza em torno de questões demográficas da família, da terra, assim como das relações sociais de gênero e de geração. Wanderley também tem acordo quanto à essa autonomia da organização do trabalho, pois declara que

A autonomia é demográfica, social e econômica. Neste último caso, ela se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subseqüentes. Da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar. (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Assim, observa-se que o pagamento em forma de salário não é uma constante na reprodução da família camponesa. O provimento, antes de tudo, das necessidades do coletivo familiar em todas as suas esferas é preponderante em detrimento de uma remuneração individual. Brumer (2014, p. 224) aponta que geralmente os/as jovens participam das atividades

produtivas familiares enquanto membros, e assim “têm acesso às condições de reprodução (no ciclo curto) proporcionadas pelos recursos disponíveis e aos bens adquiridos para o bem-estar da família, mas, como os demais membros da família, geralmente não têm renda própria.” Na mesma direção, Ferreira e Alves (2009, p. 249) afirmam que as relações produtivas sob a lógica da agricultura familiar, baseiam-se nos compromissos e obrigações familiares. Dessa forma, o trabalho de todos os seus integrantes, inclusive os/as jovens, não implicam questões salariais, uma vez que a finalidade é a reprodução social da família e unidade produtiva, “tanto no ciclo curto – reprodução biológica –, como no ciclo longo – reprodução geracional –, e não a acumulação de capital.”

Sobre a finalidade da utilização da renda recebida por eles/as, 34, ou seja, mais da metade também preferiu não se pronunciar. Notou-se que as 30 respostas dadas foram bem diversificadas, não havendo destaque para nenhuma categoria. Foram mencionados usos variados como gastos pessoais com roupas, comida, lazer, casa, estudos, inclusive poupança em banco e outros investimentos. Constatou-se também aqui uma incoerência nas respostas, uma vez que o Gráfico 13 indicou que 40 dos/as 64 jovens/as afirmaram não receber remuneração pelas atividades prestadas na propriedade familiar, e em seguida, 30 apresentam a finalidade dos gastos referentes à essa remuneração. Isso pode ser um indicativo de qual seria a concepção desses/as jovens sobre a organização familiar, tanto financeira como laboral, haja vista que, como já declararam anteriormente que a participação nas atividades fazem parte de seus deveres enquanto membros da família, assim também a renda obtida pelo trabalho coletivo é vista por eles/as como algo que deve ser destinado primordialmente para o suprimento das necessidades basilares da família, na qual reconhecendo-se como integrantes, não há necessidade de receber remuneração individual.

Outra questão feita foi se o trabalho era prestado apenas na propriedade da família, ou se executavam algum outro tipo de trabalho. Um total de 32 jovens afirmaram que trabalham só na propriedade familiar, ajudando aos pais nos afazeres cotidianos, enquanto 4 disseram que também trabalham com outros, sendo tios, avôs, e até em outra fazenda (não especificou se era de algum membro da família). Apenas 2 jovens declararam que não trabalham. Nessa questão, 25 estudantes não se manifestaram, deixando-a em branco. Novamente aqui o silenciamento dos/as jovens em relação ao trabalho ficou evidente, no momento em que 36 afirmam que realizam trabalho, sendo que outrora alguns/as haviam se omitido quanto a isso.

Os/as alunos/as foram indagados/as sobre o que tem motivado, na visão deles, a saída dos/as jovens da área rural e/ou do trabalho na agropecuária, que tem sido apontada em alguns estudos. Destaca-se que alguns/as alunos/as da 1ª série não quiseram ou não souberam

responder a isso, apresentando poucas e vagas respostas. No entanto, verificou-se que os/as alunos/as das 2ª e 3ª séries já têm uma visão mais pautada na realidade cotidiana, com uma percepção mais aguçada diante do que experienciam junto aos pais no trabalho no campo. São as mais variadas situações que, segundo eles, têm provocado o movimento dos/as jovens para os centros urbanos.

O motivo mais citado foi a intensidade da carga de trabalho que os afazeres agropecuários demandam, o que acaba afugentando muitos/as jovens que partem em busca de outras opções e oportunidades de trabalho nas cidades. Para eles/as, não há um retorno satisfatório nem condições favoráveis de trabalho, e as dificuldades financeiras para continuar no campo, bem como a falta de recursos observadas na organização familiar, influenciam nessa tomada de decisão. Apontam também a desvalorização e falta de espaço para o pequeno produtor, o crescimento da substituição da força de trabalho humana por maquinários, situação evidenciada pelos resultados do Censo Agropecuário de 2017, apresentados anteriormente nessa pesquisa. A falta de incentivo dos pais e o número de irmãos/ãs na sucessão da propriedade são determinantes de caráter familiar que desestimulam os/as jovens e os/as levam ao êxodo, na visão deles/as. Referente a isso, Ferreira e Alves (2009, p. 246) ressaltam que, para os/as jovens que vivem no campo, “as oportunidades de trabalho e construção de autonomia são mais difíceis, pois se inserem em padrões culturais que operam com a lógica da continuidade da atividade agrícola, em estreita relação com o tamanho da terra a que estejam vinculados por laços de família.” Assim, para muitos, conforme já discutido anteriormente, são baixas as perspectivas de dar continuidade ao trabalho na unidade produtiva familiar.

O desenvolvimento das cidades, com tecnologias e outros tipos de trabalho também são uma motivação. Para alguns/as, muitos/as jovens vão em busca de emprego e salário fixo, acreditando que a vida será melhor ou pelo menos mais fácil. Acreditam também que, com o crescimento urbano, há a necessidade de fornecer força de trabalho para as áreas urbanas, chamariz para a migração que acaba resultando no inchaço das cidades e esvaziamento do campo. Essa dinâmica é um dos fatores que promove o crescimento das favelas em razão do trabalhador que acaba não alcançando a colocação no mercado que gostaria, ou que pelo menos supra suas necessidades, buscando esse local como alternativa mais viável para se estabelecer.

Há inclusive o desejo de estudar, se formar e buscar outra profissão que seja mais significativa. Alguns/as afirmam ser bobagem, falta de visão do que estão perdendo, falta de dedicação e interesse ou até mesmo preguiça dos/as jovens em se dedicarem e darem continuidade ao trabalho rural realizado pelos pais. Todavia, a opinião é forjada de acordo com a produção da vida, as experiências e percepções, e o que pode parecer bobagem para alguns,

como citou o aluno, pode ser fruto de inquietações ou até mesmo privações vivenciadas que remetem ao desejo de ir em busca de algo menos penoso, diferente do que se vive. O/a jovem é um ser dinâmico, que naturalmente percorre o processo de transformação biológica, psicológica e histórico-cultural, moldando suas ações conforme sua vivência, o seu meio, o que o faz muitas vezes buscar satisfação no meio incógnito que julga ser o ideal.

Um motivo citado por um dos estudantes que chama a atenção é o crescimento da criminalidade no campo. O Observatório da Criminalidade no Campo foi criado pela Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) em 2017 para diagnosticar e empreender o combate a violência que vem atingindo os produtores rurais. Segundo o estudo, as possíveis causas desse fenômeno é o avanço do emprego da tecnologia no campo brasileiro, onde equipamentos, máquinas, insumos e produtos de alto valor agregado têm atraído principalmente quadrilhas especializadas que buscam tais itens, promovendo insegurança e prejuízos econômicos aos trabalhadores e produtores rurais. Um link de acesso a um formulário onde podem relatar os casos de violência sofridos, mapeando as regiões mais atingidas, tipos de crimes e produtos mais visados pode ser acessado no site da CNA Brasil, buscando pôr em prática ações mais efetivas, segundo André Sanches, secretário-executivo do Instituto CNA (ICNA). Nesse site, informações atualizadas da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) dos últimos dois anos e meio dão conta que

Ao longo dos últimos dois anos e meio, o Paraná registrou 2.354 roubos a propriedades rurais (quando bandidos armados rendem as vítimas) e 19.261 furtos (em que ladrões levam os bens quando a vítima não está no local ou não percebem a ação). Além disso, 1.026 veículos foram furtados e 750 foram roubados no meio rural. Juntos, são quase 23,4 mil ocorrências em meio rural, no período: média de 779 por mês. Por um lado, o número de casos vem caindo, mas ainda estão em um patamar preocupante: são 25 furtos ou roubos em meio rural por dia. Os dados dizem respeito apenas aos crimes em que as vítimas registraram boletim de ocorrência. (CNA Brasil, 2020).

A situação é de fato preocupante, uma vez que a segurança pública não consegue assegurar que o vasto território rural seja atendido com eficiência, em razão de um problema estrutural na própria Polícia Militar devido ao reduzido número do efetivo. Os municípios menores, com menos de 10 mil habitantes, justamente onde a economia de base é composta pelas atividades agropecuárias são os mais desprotegidos, pois o efetivo que já é escasso ainda se divide entre as funções administrativas e escalas, onde apenas dois policiais cumpre o turno na ativa, realizando a ronda nas ruas. Isso dificulta a prevenção e a investigação dos crimes ocorridos nas propriedades rurais.

O esvaziamento e envelhecimento do campo provocado pela saída dos/as jovens é uma situação que só vem se agravando, e vários autores têm se debruçado sobre esse tema. Castro por exemplo, acredita que a autonomia e as possibilidades de escolha, o acesso à terra, à renda, à escolarização, são barreiras que os/as jovens rurais enfrentam, e sem probabilidade de serem atendidas pelas políticas públicas vigentes. Para a autora, “as fronteiras entre o ‘mundo rural’ e ‘o mundo urbano’ não são fixas e nem evidentes. São vivenciadas e construídas.” (grifos da autora) (CASTRO, 2016, p. 61).

Para Abramovay, dentre vários fatores, o que determina a escolha profissional dos/as jovens é a perspectiva da renda na unidade familiar frente à outras possibilidades que podem ser alcançadas fora dela. Assim, os filhos que saíram da escola sem concluir os estudos e mantêm-se na propriedade junto dos pais são propensos candidatos à sucessão, confirmando a premissa “segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo.” (Abramovay, 2001, p. 4).

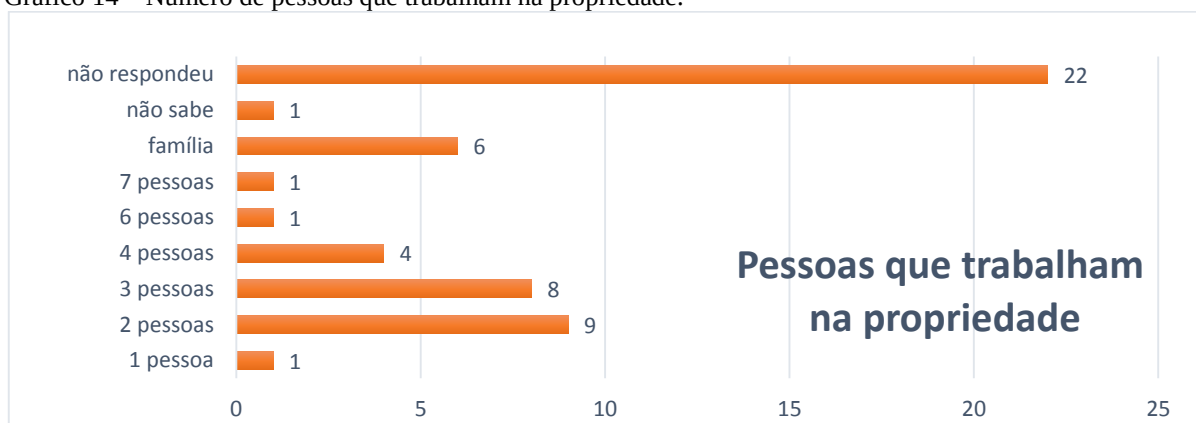
Seguindo em uma direção mais subjetiva, Benini e Feliciano indicam que os/as jovens constroem ideais que divergem de sua realidade iminente, pelas motivações inclusive já levantadas aqui pelos/as jovens respondentes desta pesquisa. Nesse sentido, para eles

Onde muitas vezes o caminho para a realização dos sonhos é “escapar” da vida/realidade local, tanto no plano familiar quanto no plano da sociedade, esta atitude, cria uma realidade imediata, palpável, legível de aparente saída do campo. Mas não é só isto, se pararmos para refletir verificaremos uma série de mediações que interpenetram com suas comunidades e interferem em suas realidades. A mediação mais próxima a ser reconstruída são os valores, os sonhos, os desejos dos jovens no meio rural. E as mediações subjetivas que se entrelaçam aos sonhos e as necessidades de realização destes desejos, onde são criadas certezas, necessidades que nunca são questionadas, mas sim naturalizadas e interiorizadas como necessidades pessoais, e caso não consiga romper, ‘não serei feliz’. (BENINI; FELICIANO, 2016, p. 211).

Dessa forma, é possível afirmar que há um conjunto de motivações que levam os/as jovens a permanecerem ou não no trabalho rural, pois todas as situações têm seus fatores condicionantes, e nem sempre a solução ou mudança está ao alcance deles/as. Isso nos remete à concepção marxiana já apresentada neste trabalho de que os homens constroem sua história, mas não podem fazer como querem, e sim de acordo com a realidade concreta na qual estão inseridos.

São vários fatores que acabam contribuindo para diminuir o número de pessoas nos estabelecimentos familiares rurais. Sobre o número de pessoas que trabalham na propriedade observam-se os seguintes dados.

Gráfico 14 – Número de pessoas que trabalham na propriedade.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

No Gráfico 14 está expresso o número de pessoas que trabalham em sua propriedade familiar, segundo os/as estudantes. Ressalta-se que nas questões que abordavam o trabalho na propriedade, 11 jovens não quiseram se posicionar, deixando-as em branco. Dessa forma, foram analisadas as respostas de 53 estudantes, sendo os dados apresentados no referido gráfico baseados nesse montante. Observou-se ainda, que desses/as 53 estudantes, 20 não se pronunciaram sobre essa informação, e outros 7 deram respostas imprecisas. Os dados apontaram que as atividades laborais na propriedade são realizadas com força de trabalho restrita, variando entre 2 e 3 pessoas. Dados do Censo Agropecuário 2017 indicam que houve uma redução na média de pessoas ocupadas em relação a 2006, caindo de 3,2 para 3,0 pessoas. Informação levantada também nos estudos de Marcoccia. Segundo a autora, “os membros da família não se dedicam totalmente à produção, e a predominância é de dois a três trabalhadores familiares. Infere-se então que os jovens são os que buscam esse trabalho.” (MARCOCCIA, 2015, p. 9). Isso se dá por causa da busca de trabalhos assalariados na agricultura ou fora dela, na tentativa de suprir as necessidades quando a renda proveniente da unidade familiar não dá conta de fazê-lo. Apenas dois entrevistados afirmaram ter 6 ou 7 pessoas executando as tarefas agropecuárias na unidade produtiva.

Sobre a existência de empregados/as para colaborar nessas tarefas, 14 estudantes disseram que a família dispõem da ajuda de um/a funcionário/a, enquanto 17 afirmaram não ter esse auxílio. Registra-se que 16 alunos/as não quiseram se pronunciar. Segundo a Lei 11.326/2006, apresentada na seção 1, para estar dentro dos parâmetros considerados como agricultura familiar, não há um número exato de funcionários por unidade produtora, mas a força de trabalho contratada deve corresponder à metade da familiar. A lei também indica que a renda familiar deve ser composta no mínimo pela metade do que é produzido pela atividade agrícola na propriedade.

Quando se tratou sobre a renda da família, 35 participantes confirmaram que a renda produzida na propriedade é suficiente para o sustento da família, mas 4 não se mostraram muito convictos/as disso. Destaca-se ainda que para 9 deles/as a arrecadação familiar não provê satisfatoriamente as necessidades domésticas, enquanto 5 pesquisados/as deixaram de responder essa questão. Também foi-lhes perguntado sobre outros tipos de renda, vindas de atividades não agrícolas que fossem incorporadas à renda familiar. Foram 29 respostas negativas, enquanto 7 apenas disseram que sim, sem mais especificações. Outros/as apontaram empregos na cidade, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), na prefeitura, como mestre de obras, licenciatura. Foram mencionadas ainda aposentadoria, pensão do instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e renda com aluguel.

A renda do/a produtor/a foi um dos dados pesquisados no Censo Agropecuário 2017. As mais relevantes se referiam a aposentadorias e pensões, e atividades de fora do estabelecimento. As primeiras aumentaram 92% de 2006 para 2017, de 976.152 estabelecimentos com essa receita para 1.874.944. Isso reafirma os dados e as pesquisas apontadas sobre o envelhecimento da população do campo, mas o preocupante nessa situação é o fato de estar cada vez mais escassa a substituição dessa força de trabalho.

Conforme a lei supracitada, se as outras rendas ultrapassarem a metade da renda familiar, não configura a caracterização dos produtores como familiares. Por essa e por outras razões, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, está diminuindo a média de pessoas ocupadas em razão dos membros familiares estarem indo em busca de renda fora da propriedade, o que desclassifica o estabelecimento por não atender os critérios legais. O Decreto 9.064/2017 regulamentou a referida lei, trazendo mudanças na classificação do estabelecimento em relação ao porte, assim como a renda, que deve ser atingida predominantemente no domicílio. Por esse motivo, houve um decréscimo no número de estabelecimentos de pequeno porte classificados como familiares de 4,6 milhões para 3,9 milhões em 2017.

Os/as jovens desempenham várias atividades na propriedade, sejam no âmbito administrativo ou na prática do manejo, conforme já foi mencionado anteriormente. É natural que o trabalho vá se intensificando com o passar do tempo. Isso foi confirmado por 26 deles/as, ao passo que 10 jovens disseram que o auxílio que prestam aos pais no trabalho no campo não tem se modificado ao longo dos anos. Esse dado não foi informado no questionário por 26 participantes. Contudo, quando indagados/as se foram assumidas atribuições de maior responsabilidade, houveram somente 3 retornos afirmativos dentro do montante total de pesquisados/as. Isso pode ser um indicativo de duas possíveis situações. Ou os pais ainda não identificam maturidade suficiente para conferir-lhes tarefas mais complexas, que demandem

mais comprometimento por parte deles/as, ou de fato ou as práticas de manuseio não têm se modificado, têm se mantido em um patamar tradicional, em que as práticas de formação são passadas oralmente de geração para geração, o que não demanda maiores variações no manejo. Essa defesa de que as atividades agropecuárias não requerem novos ou sofisticados conhecimentos para avançar na produção é histórica. Na questão sobre a necessidade de ter habilidades técnicas para realizar os afazeres na propriedade vista anteriormente, apenas 17 jovens indicaram que são importantes, o que confirma o pensamento conservador sobre o manejo na propriedade. Helfand, Moreira e Bresnayan (2014, p. 306) trazem apontamentos importantes no que se refere a relação entre a produtividade e a qualificação dos/as agricultores/as. Para eles, “a educação está associada à maior renda agrícola como consequência de sua relação com a eficiência produtiva, a adoção de tecnologia e a capacidade de participar dos mercados de insumos e produtos.” Está ainda relacionada ampliação da renda em uma atividade diversa à agropecuária, pelo fato de aumentar a possibilidade de conseguir trabalho não agrícola e pelos rendimentos dos indivíduos contratados, assim como contribuir para o êxito nas dinâmicas de migração. Indiferente da intenção de sair ou ficar no campo, a educação é indiscutivelmente um importante ponto de atenção que deve ser contemplado pelas políticas públicas.

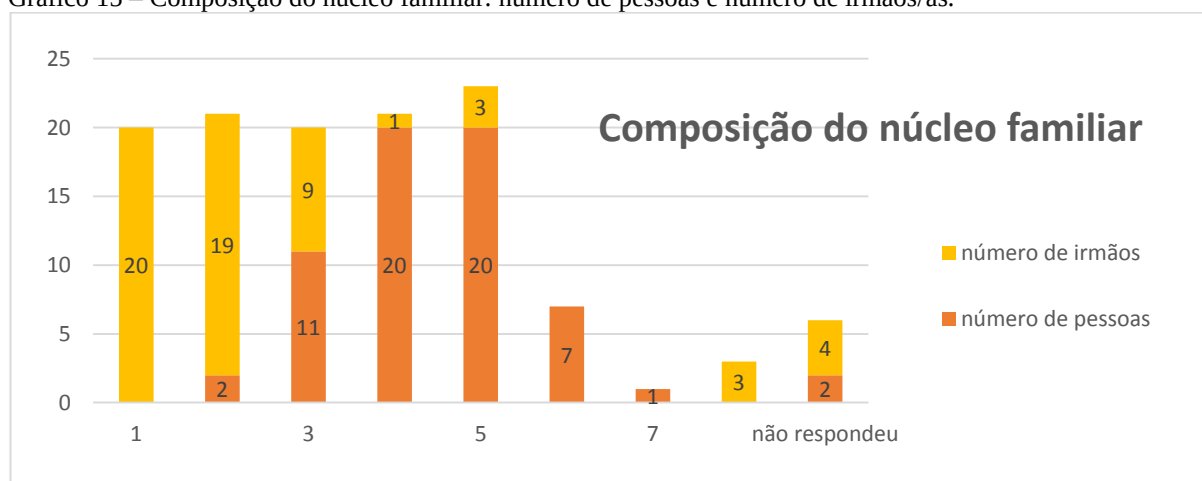
No que concerne à participação dos membros familiares na execução do trabalho no campo, 27 jovens responderam sim, que há participação de todos, enquanto 9 indicaram que não. Nessa questão, foram 28 respostas em branco. Da mesma forma, perguntou-se se sobre a diferença na divisão de tarefas entre homens e mulheres. Foram 8 respostas afirmativas, sendo que 4 delas manifestaram explicitamente que o trabalho mais pesado fica a cargo dos homens. Destaca-se que 21 respostas sinalizaram que não existe ou que a diferença é pouca, pois há ajuda mútua, e que um ajuda o outro fazendo o que conseguir. Aqui, 35 alunos/as não souberam ou não quiseram responder. Cabe sempre ressaltar que o trabalho das mulheres no campo é muitas vezes mais intensificado que dos homens, pois além do trabalho na produção, em que muitas participam de igual maneira com eles, ainda existem os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos, os quais carecem de um tempo extra para serem executados. Dessa forma, a jornada é amplificada, sendo muitas vezes mais exaustiva para as trabalhadoras do campo do gênero feminino, como já apontado aqui nos estudos de Marcoccia (2015).

Na mesma direção, para Nogueira (2014, p. 308), “a divisão social do trabalho nas pequenas propriedades familiares rurais se apoia, em grande medida, na dominação presente na hierarquia familiar”, como nos arranjos matrimoniais, heranças e propriedade, etc., o que indica grande distanciamento da ideal igualdade de gênero. Essa desigualdade na divisão sexual do

trabalho e a opressão sobre o gênero feminino é conveniente ao modo de produção capitalista, uma vez que garante a reprodução social por parte da mulher e sua entrada no espaço produtivo. Ferreira e Alves (2009) ressaltam ainda que, na família rural, a divisão social do trabalho vem a ser o principal fator que determina a subalternidade da mulher nas atividades econômicas, refletindo inclusive, no processo de sucessão da propriedade familiar. Dessa forma, resulta no fato de que o contingente feminino que migra para as cidades seja maior que o masculino.

Algumas questões apresentadas foram realizadas para ter uma amostragem sobre o perfil econômico dos/as jovens que participaram desta pesquisa. Iniciamos a identificação das pessoas que compõem o núcleo familiar desses/as jovens.

Gráfico 15 – Composição do núcleo familiar: número de pessoas e número de irmãos/ãs.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

O Gráfico 15 nos traz os dados referentes ao número de pessoas e de irmãos/ãs que integram as famílias dos estudantes participantes da pesquisa. Ele indica que 40 famílias, ou seja, a maior parte delas são compostas em média por 4 ou 5 membros. Foram observadas somente 7 famílias maiores, que contam com 6 pessoas e apenas 1 composta por 7 integrantes. São 11 famílias pequenas, com 3 pessoas e só 2 com 2 pessoas. Com relação ao número de irmãos/ãs, a proporção observada em média nas famílias está basicamente entre 1 e 2 em 39 delas, o que corresponde a quase 2/3 do total. Em 9 famílias o número de filhos/as fica em 3 pessoas, enquanto apenas 1 tem 4 filhos/as. Ressalta-se que 3 estudantes relataram ter 5 irmãos/ãs, ao mesmo tempo que 3 relataram não ter nenhum. Verificou-se que poucos/as jovens deixaram de responder à essas questões, o que contribuiu de fato para se averiguar quantitativamente o tamanho médio das famílias da agricultura familiar na região. Nessa direção, é possível perceber que o estereótipo das famílias do campo tem apresentado mudanças ao longo do tempo. A ideia de famílias grandes, com numerosos filhos para ajudarem nas tarefas

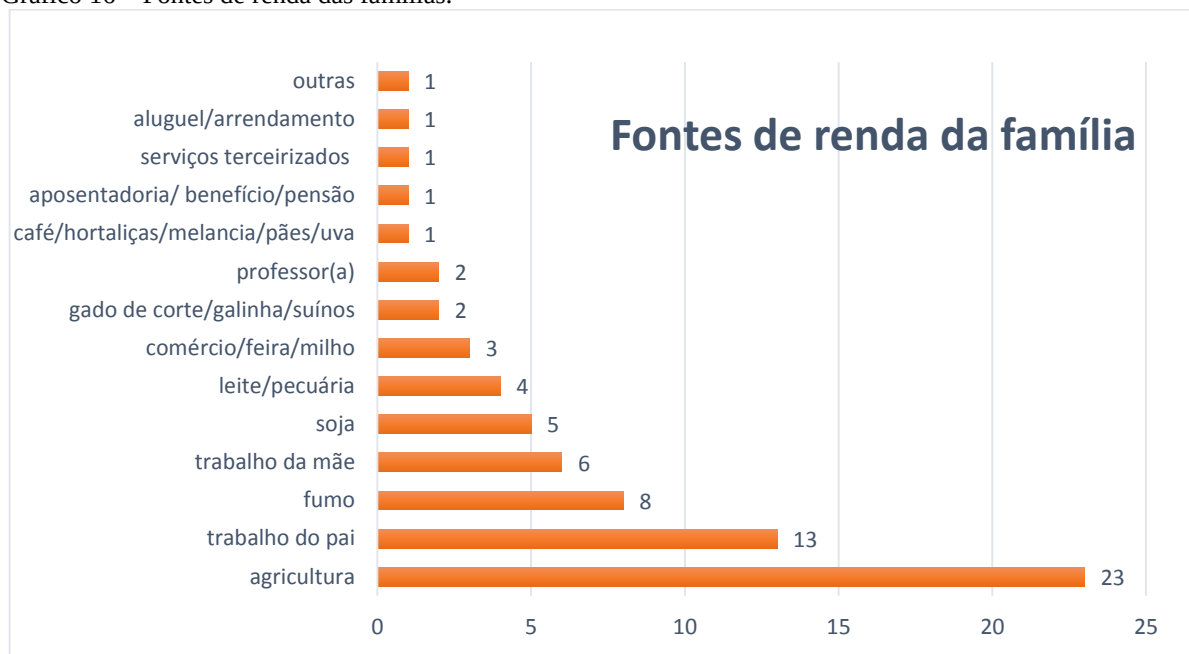
diárias tem mudado, e o tamanho médio diminuído. Zanol e Stropasolas (2019) confirmam essa diminuição do número de filhos/as no meio rural, afirmando que em 48% dos casos, o casal tem até 2 filhos/as, e em 36% em 3 filhos/as.

Isso se constata também quando se apura o número de pessoas que trabalham nas propriedades das mesmas famílias que são analisadas no Gráfico 15. Em 32 delas os afazeres são divididos por 2 pessoas, e em 7 são partilhados por 3, segundo os/as estudantes. Em 12 famílias, somente 1 pessoa realiza o trabalho. Um número maior de pessoas trabalhando, entre 4 e 6, só foram verificados em 5 famílias. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que houve de fato uma mudança na configuração dos produtores rurais comparando com o último Censo, em 2007, pois os chefes de família estão envelhecendo (26% tem 65 anos ou mais), ao mesmo tempo em que os/as filhos/as têm buscado emprego fora, diminuindo a força de trabalho familiar e o número de pessoas ocupadas na propriedade, conforme já discutido anteriormente aqui.

Quando o assunto em questão foi a renda familiar, 44 estudantes não quiseram ou não souberam responder. Alguns/as inclusive, durante a aplicação do questionário, perguntaram se era obrigatório responder. Foi-lhes novamente informado que se não se sentissem confortáveis não era necessário, podendo deixar em branco. As poucas respostas não deixaram transparecer de fato o real perfil econômico dos/as participantes da pesquisa. Foram bastante distintas, relatando valores variados como: R\$1.800,00, R\$2.000,00, R\$2.500,00, R\$3.000,00 por mês; 1 salário, 1 ½ salários mais benefícios, 2 salários por mês; R\$14.000,00, R\$200.000,00, R\$250.000,00 por ano. Isso denota que os valores são bastante heterogêneos, e que não há uma semelhança no grupo. Esses indícios revelam que, mesmo em uma prática similar, são grandes as variações. Cabe salientar que, entre os que apresentaram os menores valores, além de agricultores, os pais são assalariados, empregados também em outros setores, e algum membro da família recebe auxílio/aposentadoria. A pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017) baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) indica que o rendimento mensal médio do/a trabalhador/a rural por conta própria do gênero masculino da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura em 2016 era de R\$1.016,00, e do gênero feminino de R\$702,00, perfazendo uma média geral de R\$906,00. Lembrando que o salário base da categoria é de R\$1.100,00, acrescido de um valor em torno de R\$150,00 que se refere ao pagamento pela hora de deslocamento.

Do mesmo modo, observou-se que os dois valores mais expressivos indicados pelos/as alunos/as, são de produtores de fumo, entre outras atividades. As principais fontes de renda das famílias indicadas pelos/as alunos/as estão representadas no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Fontes de renda das famílias.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

Nota: A quantidade indicada equivale a cada um dos itens separados por barra. Alguns/as jovens citaram mais de uma fonte de renda.

A agricultura foi a fonte de renda da família mais citada entre os/as alunos/as, sem especificar nenhuma área em particular, com 23 respostas. O trabalho do pai/da mãe, também sem maiores informações sobre sua natureza, foi citado por 19 alunos/as. Entre as atividades rurais relatadas, foram elencadas em ordem quantitativa em que foram apontadas: fumo (8), soja (6) conectada ao agronegócio, tem melhores condições na renda, leite/pecuária (4 cada), comércio/feira/milho (3 cada), gado de corte/galinha/suínos (2 cada), café/hortaliças/melancia/pães/uva (1 cada). Sobre a cultura do tabaco, Cruz (2018, p. 95) acentuou que, ainda que ela gere “mais renda para as famílias, gera também mais riscos à saúde, mais insalubridade, mais doenças, mais uso de agrotóxicos, os quais são aplicados manualmente, muitas vezes, sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI)”. Assim, mesmo insalubre, gera melhores condições de renda, sendo interessante à muitas famílias agricultoras, que por vezes ignoram ou desconsideram tais riscos imediatos ou a longo prazo.

Entre as atividades não rurais, foram apontadas a licenciatura (2), aposentadoria/benefício/pensão (1 cada), serviços terceirizados (1), aluguel/arrendamento (1 cada) e outras (1). Alguns, inclusive, elencaram em grau de importância, o salário dos pais antes da agricultura. Assim, observa-se que, mesmo em menor proporção, as atividades não rurais têm sido fonte de renda principal para alguns moradores do campo, o que evidencia que as atividades rurais por si só não estão dando conta de suprir as necessidades de muitos agricultores familiares, demandando ir atrás de outro trabalho remunerado. Alguns acabam por sair do meio rural para trabalhar na cidade, outros encontram na integração com as grandes agroindústrias um meio de superar as dificuldades. O estudo de Pereira e Marcoccia (2019) corrobora com a ideia de subalternização do agricultor familiar que acaba sucumbindo aos modos de produção capitalista. De acordo com as autoras,

As políticas públicas para o campo têm atendido, precipuamente, a uma integração forçada do agricultor familiar à agroindústria. Os resistentes a essa integração sobrevivem em uma agricultura de subsistência, ou, uma vez excluídos, constituem-se assalariados em um mercado escasso de oferta de trabalho, submetendo-se a relações precarizadas, agravadas pela recente reforma trabalhista. (PEREIRA; MARCOCCIA, 2019, p. 8).

A implementação de outras atividades na propriedade que não só as de natureza agropecuária, como a agroindústria por exemplo, que processa e comercializa a produção familiar, entre outras, pode inclusive trazer um contraponto à dinâmica do envelhecimento e masculinização que vem acometendo os povos do campo. Strapasolas (2011, p. 27) reitera essa ideia e aponta alternativas quando destaca que

Por outro lado, as renovadas funções demandadas pela sociedade às famílias rurais – entre as quais a produção de alimentos de qualidade; a preservação dos recursos ambientais e do patrimônio histórico e cultural rural; a agroindustrialização em unidades familiares; o turismo rural, etc. – podem se constituir em alicerces para o fortalecimento das comunidades, contrapondo-se à tendência de masculinização e envelhecimento da população rural verificada em muitas localidades. São escolhas sociais que estão em jogo e que podem definir o sentido do desenvolvimento dessas localidades.

Werlang e Mendes (2016) tem acordo com Strapasolas no que se refere ao papel da pluriatividade na promoção do desenvolvimento rural sustentável, gerando empregos e melhorando a renda familiar, refreando a vulnerabilidade social e produtiva, bem como o êxodo dos jovens do campo. É uma estratégia de adaptação e/ou sobrevivência frente à ofensiva do capital. São caminhos que o produtor toma em razão da ampliação da renda, como uma medida

de satisfazer as necessidades dos membros da família, aproveitando tanto sua força de trabalho quanto os produtos ali produzidos para beneficiá-los e comercializá-los.

Perguntou-se também quais seriam as limitações/dificuldades da reprodução econômica da família. Neste momento, 39 jovens preferiram não se pronunciar por alguma razão, 8 disseram que não têm e 2 disseram não saber. As demais respostas foram bastante variadas. Segundo eles/as, as limitações que perpassam seu cotidiano são as intempéries do clima, falta de força de trabalho para auxiliar nas tarefas, falta de emprego no município, de pagamento, de dinheiro, o fim das safras. Alguns/as alegaram que as limitações ou dificuldades são variáveis, mas, mesmo “apertado”, dá para viver. Destaca-se que um dos estudantes indicou a condição de especialidade da irmã que apresenta uma deficiência como limitação, assim como a falta de estudo dos pais.

Quando tratou-se sobre a participação da renda familiar doméstica na participação da renda total da família, 32 jovens não responderam nada, e 7 não sabiam. Nas respostas apresentadas, apenas 4 deles/as afirmaram que a renda doméstica compõe 100% da renda total familiar, e outros/as 3 com 50%. Valores como 3 a 6 salários mínimos também foram informados. Algumas respostas negativas, alegando não ter renda doméstica chamaram a atenção, uma vez se tratam de jovens que vêm da agricultura familiar, cuja base econômica deveria ser a produção doméstica.

O Bolsa Família, programa de transferência de renda do Governo Federal, é recebido por 10 famílias dos/as estudantes participantes da pesquisa, e 1 disse que recebia mas foi cortado. Os/as outros/as 53 disseram não receber. Quanto à participação desse benefício na renda total da família, as respostas não foram suficientes para dar uma visão mais concreta da realidade, visto que a maioria dos que afirmaram receber, ou não sabiam precisar essa participação ou não responderam, ou ainda apresentaram apenas o valor recebido do benefício sem fazer relação com a renda total. Sobre a existência de aposentados ou pensionistas residindo no mesmo domicílio, 16 deles afirmaram que têm pelo menos 1, e um deles disse ter 3. Somente 4 estudantes não responderam à essa pergunta. Em um trecho de *O Capital*, Marx já denunciava a insuficiência da renda do pequeno agricultor, que precisava ser complementada pelo Estado

Com efeito, a usurpação da terra comunal e a conseguinte revolução da agricultura surtem efeitos tão agudos sobre os trabalhadores agrícolas que, segundo o próprio Eden, entre 1765 e 1780 o salário desses trabalhadores começou a cair abaixo do mínimo e a ser complementado pela assistência oficial aos pobres. Seu salário, diz ele, ‘já não bastava para satisfazer as necessidades vitais mais elementares’. (MARX, 2013, p. 974)

Verificou-se até então que houve um explícito silenciamento em relação a remuneração do trabalho dos/as jovens na propriedade. As respostas sinalizaram que o trabalho realizado por eles/as faz parte da contribuição enquanto membro familiar, não sendo pelo salário. Dessa forma, eles/as contribuem com a subsistência da família, assim como com sua reprodução social. Nessa direção, a remuneração individual é menos relevante que o provimento das necessidades coletivas. Mesmo a maioria afirmando que não há uma remuneração pelas atividades prestadas, praticamente a metade dos/as respondentes da pesquisa indicaram logo em seguida uma aplicação para a renda recebida. Isso também se evidenciou em relação ao exercício do trabalho dentro ou fora da unidade familiar, pois, como em outros momentos, houveram respostas positivas ao trabalho, omitidas a princípio.

Sobre a saída dos/as jovens do campo, observou-se que os/as estudantes das 2ª e 3ª séries têm uma visão mais apurada sobre o tema, visto que os/as da 1ª série não tiveram uma participação significativa. A pesada carga e as condições de trabalho foi a motivação mais citada por eles/as para explicar o fenômeno, seguido da busca de qualificação e emprego em outras áreas, principalmente nos centros urbanos, bem como a fuga do crescimento da criminalidade no campo. Em relação ao número de pessoas ocupadas nas propriedades, os dados levantados indicam que ficam na média de 2 ou 3, e que as famílias não estão mais tão numerosas quanto antigamente, o que era de costume para gerar mais força de trabalho. Da mesma forma, reduziu também o número de pessoas ocupadas nas propriedades. Sobre a posse da terra, constatou-se que a grande maioria dos pais e dos avós dos/as jovens são proprietários de suas unidades produtivas. A fonte de renda familiar mais mencionada foi a agricultura, seguida da cultura do fumo e da soja, apesar estarem buscando outras ocupações para garantir a sobrevivência e reprodução familiar.

Foi ínfima a participação sobre a renda familiar, o que não colaborou com o conhecimento mais amplo em relação a eles nesse sentido, tanto no que refere aos valores recebidos quanto à existência de outras rendas, recebimento/participação do Bolsa Família, assim como de possíveis limitações ou dificuldades financeiras vividas pelas famílias.

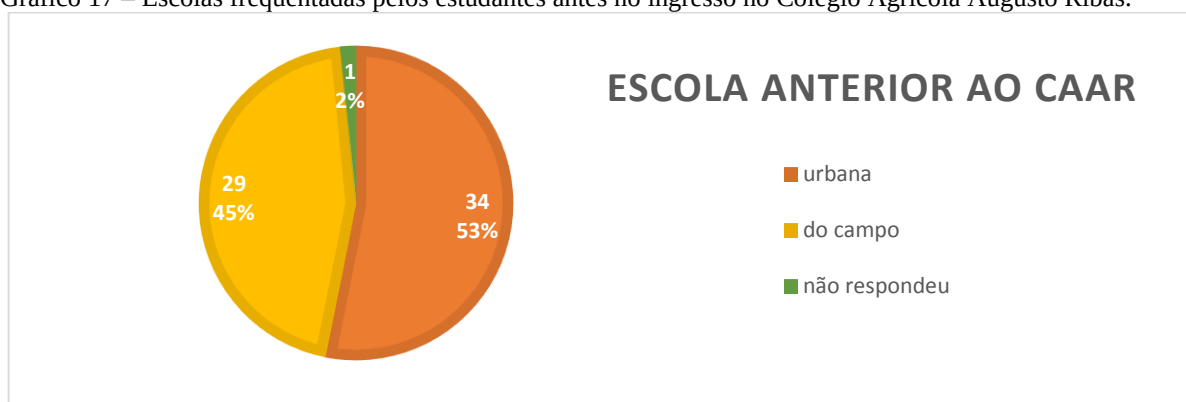
3.2.3 A educação escolar dos/as jovens da agricultura familiar do CAAR

Sucedendo a apresentação das características do trabalho dos/as jovens, iniciamos a observação das características relativas à sua educação. Para tanto, questões referentes ao processo de aprendizagem foram lançadas aos/às estudantes com o intuito de conhecer seus hábitos de estudos, as considerações que fazem acerca da escola, seu entendimento sobre a

relação entre ela e o trabalho, enfim, os condicionantes que constituem a produção da vida deles/as. Considerando-se que são jovens provenientes da agricultura familiar, a primeira questão feita a eles/as foi sobre a localização das escolas frequentadas anteriormente.

A localização da escola frequentada pelos/as estudantes provenientes da agricultura familiar é relevante no sentido de que a proximidade da propriedade facilita sua logística, uma vez que ele/a também tem sua função nos afazeres da unidade produtiva. Quanto mais longo o trajeto a ser percorrido, mais exaustiva se torna sua rotina diária, pois o tempo divide-se entre as tarefas rurais e as escolares.

Gráfico 17 – Escolas frequentadas pelos estudantes antes no ingresso no Colégio Agrícola Augusto Ribas.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

No Gráfico 17 está representada a procedência das escolas frequentadas pelos/as estudantes que participaram da pesquisa. Verifica-se que não há uma diferença muito significativa, mas que 34, um pouco mais da metade dos/as alunos/as estudaram em escolas na área urbana, correspondendo à 53% deles. Apenas um aluno deixou essa questão em branco.

Quanto ao desempenho escolar, verificou-se que 53 jovens nunca reprovaram um ano letivo, enquanto 7 afirmaram ter reprovado apenas 1 vez. Um aluno informou ter parado de estudar por 2 anos por motivos familiares, enquanto outro perdeu 1 ano em virtude de uma cirurgia. Registra-se que 3 alunos/as deixaram de participar dessa informação. As séries nas quais os/as alunos dizem ter reprovado são 8º ano (3 alunos/as), 5º ano (2 alunos), 9º ano e pré-escola (1 aluno/a cada). No que se refere aos hábitos de estudos fora da escola, 24 jovens, ou seja, cerca de 1/3 deles/as, reserva entre 1 e 2 horas por semana para dedicar-se aos estudos, o que não é muito. Segundo eles/as, 9 alunos/as dispõem 3 horas, e 8 alunos/as 6 horas semanais. Cargas horárias maiores, como 8, 10, 12, 14, 20 horas em média por semana foram citadas por poucos/as estudantes. Somente 2 deles/as afirmaram não estudar fora da escola.

Na visão dos/as jovens respondentes, de maneira unânime, a escola é importante para a vida futura. Sobre sua vida escolar, 53 estudantes disseram que o trabalho não representa nenhuma dificuldade à sua frequência na escola, enquanto um não soube precisar isso. Enquanto 7 jovens não responderam à essa questão, 3 informaram que não trabalham.

No tocante à relação entre seu estudo e seu trabalho, 39 deles/as afirmaram que existe essa relação, ao passo que 11 não a reconhecem. Aqui, 14 estudantes não registraram resposta. Mesmo com 39 declarações afirmativas, 34 estudantes não quiseram ou não souberam estabelecer qual seria essa relação. Cabe acentuar que, no momento em que foi-lhes perguntado sobre a necessidade de conhecimentos técnicos para a realização dos trabalhos rurais, apenas 17 afirmaram ser necessário, sendo que aqui 39 deles/as se posicionaram positivamente, suscitando assim uma contradição em seu posicionamento. Observou-se que para os/as demais, a associação que se dá entre o estudo e o trabalho são os conteúdos pertinentes ao campo, segundo 5 alunos/as, enquanto 4 citaram a agricultura e 4 afirmam que ambos estão relacionados em tudo. Eles/as levantaram ainda associações que se referem aos conhecimentos agrícolas, técnicos, importância do cálculo e da interpretação. Associaram também seu estudo e seu trabalho com melhorias, com o sustento da família, enfim, com as perspectivas para o futuro. As respostas apontaram então que a maioria deles/as acreditam que os conteúdos aprendidos na escola têm relação com seu trabalho, assim como para a vivência rural. De acordo com eles/as, os conteúdos são aplicados no meio rural, pois facilitam o desenvolvimento do trabalho técnico no campo, com o solo e com os animais, na produção agrícola, entre outros, contribuindo na troca de experiências com o trabalho dos pais, onde podem observar os exemplos práticos.

Registra-se que 55 estudantes afirmaram gostar de frequentar a escola, quando 6 negaram, e 2 deixaram de responder. Foram dados três campos para que marcassem como se percebem como alunos. Verificou-se que 24 deles/as acreditam que são bons/as alunos/as, com bom desempenho. Outros/as 35 jovens, ou seja, mais da metade, informaram ter um desempenho escolar regular, e somente 2 admitiram apresentar dificuldades nos estudos. Nessa questão, 3 alunos/as não marcaram nenhum campo. No que se refere à alimentação, 55 alunos/as disseram que se alimentam antes de ir para aula, e somente 4 não o fazem. Observou-se que 5 estudantes não responderam à isso. Sobre a satisfação com a merenda servida no colégio, cerca de 27 dos/as jovens se declararam satisfeitos, enquanto 25 não se pronunciaram. Apenas 4 deles/as disseram que não estão satisfeitos. Alguns/as comentaram que depende do dia, que falta alguma coisa, que poderia melhorar. Um inclusive sugeriu que fosse servido pão

com presunto no lanche. Conforme a direção da instituição, eles/as recebem 6 refeições diárias, no colégio, no refeitório e no alojamento.

Os/as jovens foram convidados/as a avaliar sua atual instituição escolar, o Colégio Agrícola Augusto Ribas, apontando se é excelente, boa, regular, ruim ou péssima. Destaca-se que 27 estudantes acham que sua escola é excelente e 31 acham que é boa. Apenas 6 estudantes consideram a escola regular. Nenhum/a dos/as participantes da pesquisa acha a escola ruim ou péssima, e apenas 2 não manifestaram sua opinião sobre isso. Também foi-lhes solicitado um parecer pessoal sobre o ambiente escolar. Nesse momento 36 alunos/as, ou seja, mais da metade dos/as pesquisados/as não se pronunciaram a respeito. Houveram 19 pareceres positivos sobre o ambiente escolar, dizendo que é bom, agradável, organizado, de ótima qualidade. Entretanto, 7 alunos/as não partilham dessa visão positiva do seu ambiente escolar, pois acham que é muito rígido, exaustivo. Um inclusive comparou ao ambiente de uma prisão, uma escola sem vida. Na opinião de 2 alunos/as, é um ambiente alegre, mas que tem dias ruins, que até é bom, mas que falta infraestrutura, que tem várias coisas para melhorar. A visão negativa se dá em decorrência da rigidez das normas do internato, pois gostariam de que tivesse mais liberdade, o que na verdade não é viável, visto que é grande a responsabilidade do colégio firmada com as famílias em relação à segurança e cuidados com os/as alunos/as durante a semana em que permanecem reclusos nos alojamentos, conforme já dito aqui.

Quase todos/as os/as jovens demonstraram grande interesse em ingressar em um curso superior. O Gráfico 18 apresenta os cursos mais citados pelos/as estudantes pesquisados/as.

Gráfico 18 – Cursos superiores citados pelos/as alunos/as.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

O curso de agronomia foi destacadamente citado por 37 estudantes, seguido de medicina veterinária, apontado por 17 vezes, e zootecnia, 3 vezes. Somente 2 alunos/as negaram ter

interesse em fazer uma graduação. Outros cursos, mesmo sendo de áreas distintas, foram apontados pelos/as estudantes, a saber: direito, biologia, odontologia, engenharias mecânica, elétrica, civil, e florestal, medicina, biomedicina e psicologia. Do montante total, apenas 2 alunos/as não souberam dizer qual curso tinham interesse, e 2 não responderam nada.

Quando questionados/as sobre a profissão que os pais gostariam que tivessem, mais uma vez o curso de agronomia foi o mais citado, com 14 indicações. Veterinário/a teve 6 indicações, medicina 5, agricultor 4 e engenheiro/a civil e policial tiveram 3 cada um. Constatou-se que 7 alunos/as responderam que a escolha é deles/as e 5 não responderam, enquanto 3 disseram que não sabiam. Várias outras profissões foram indicadas como psicóloga, engenheiro, vendedor, “doutor”, professor, técnico agrícola. Alguns/as estudantes afirmaram ainda que os pais desejam apenas que tenham renda alta, curso superior, ou que “seja feliz”.

Quando se trata do nível de escolaridade necessário para se trabalhar, verificou-se que 27, ou seja, a maioria dos/as estudantes acreditam que é essencial cursar o Ensino Médio Profissionalizante. Chegar ao Ensino Superior antes de ingressar no mercado de trabalho é indispensável na opinião de 24 alunos/as, e para 9 deles/as é importante pelo menos concluir o Ensino Médio. Apenas 3 alunos/as disseram que para trabalhar basta se apropriar dos conhecimentos apresentados do 6º ao 9º ano, Anos Finais do Ensino Fundamental, e somente 1 restringe ainda mais o nível básico de conhecimentos, precisando cursar do 1º ao 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para ter condições de desenvolver trabalho na área rural.

Esse pensamento sobre o nível de escolaridade infelizmente não condiz com a realidade de grande parte dos produtores rurais brasileiros. Conforme os resultados definitivos do Censo Agropecuário 2017, 15% dos/as produtores/as agropecuários que participaram da pesquisa declararam que nunca frequentaram escola, enquanto 14% frequentaram até o nível de alfabetização e 43% conseguiram chegar no nível fundamental. Desse modo, verifica-se que 73% do total de produtores têm no máximo o ensino fundamental, ou antigo primário, como nível de escolaridade. Em números, isso significa que, “do total que declarou já ter cursado escola, no máximo até o ensino fundamental, que totaliza 2.913.348 de produtores, 1.938.092 ou 66% declarou não ter terminado o curso. Além disso, 1.164.710 produtores (23%) declararam não saber ler e escrever.” (IBGE, 2019, p. 68)

A instrução dos povos do campo certamente não interessam aos grandes proprietários do agronegócio, uma vez que precisam de força de trabalho subalternizada para movimentar a produção. Marcoccia (2015) destaca esse ponto de vista quando afirma que, quando o trabalhador familiar vê-se expropriado de seus instrumentos de produção e não tem condições de concorrer com a moderna tecnociência do agronegócio, acaba por integrar-se a ele. Para a

autora, quando o capital se integra com a agricultura familiar, “opera de maneira complexa, pois necessita subalternizar esse trabalhador para apropriar sua renda, mas também necessita que ele tenha uma mínima formação para manusear os insumos, as máquinas, a terra etc.” (MARCOCCIA, 2015, p. 9). Ela sustenta ainda que “o tipo de trabalhador almejado para o campo é aquele que está qualificado medianamente para operar partes dos sistemas de produção” (IDEM, p. 17).

Nessa direção, observa-se que boa parte dos/as trabalhadores/as do campo não conseguem se apropriar do conjunto de conhecimentos que a humanidade construiu difundidos no sistema escolar, uma vez que a sobrevivência através da busca pela renda é mais relevante, e ainda, a precariedade ou ausência da escola pública no campo também corrobora com essa situação. No entanto, a condição de humanidade e dignidade do ser humano dá-se por meio das objetivações advindas do trabalho e da educação. Nesse sentido, Helfand, Moreira e Bresnayan (2014, p. 306) defendem a educação enquanto principal componente para romper com o ciclo de pobreza entre as seguidas gerações e sua submissão ao modo de produção capitalista. A defasagem que esta apresenta, indiferente de ser área rural ou urbana, tanto quali quanto quantitativamente é um dos obstáculos que ainda se atravessam ao caminho que leva o/a jovem a um futuro mais promissor. Isso reafirma toda discussão feita até aqui sobre a educação enquanto ferramenta para instrumentalizar o/a jovem trabalhador, seja do campo ou da cidade, na busca pela melhoria de suas condições, tanto objetivas quanto subjetivas.

A dinâmica da vida no campo e na cidade diferem em diversos aspectos. Nessa direção, foi perguntado aos/às alunos/as como os/as colegas da cidade compreendem a vida no campo. Observou-se que a maioria das respostas foram positivas, que vêem o campo como algo bom, um lugar digno e saudável para se viver, que ajuda a economia. Alguns apontam a curiosidade dos/as colegas, que estão tentando aprender sobre ele. No entanto, verificou-se que 3 alunos já ouviram críticas de colegas sobre o campo, que “acham feio”. Houve ainda uma aluna que afirmou ter sido chamada de “burra, caipira”. De fato, é um tratamento ofensivo e preconceituoso, que retrata a falta de conhecimento sobre o desenvolvimento dos povos do campo, que muitas vezes desfrutam de mais benefícios que muitos/as jovens da cidade, com uma cultura tão valorosa quanto. Benini e Feliciano (2016) tratam sobre as segregações espaciais que ainda existem sobre o campo atrasado e cidade desenvolvida, em que um deve ser alcançado e o outro deixado, onde não se percebe que integram o mesmo município, estado e país. Castro (2016) também tem acordo com isso, pois, para ela, apesar do reconhecimento que a juventude rural tem em vários espaços de representação política referentes às políticas

públicas relacionadas à juventude e à própria agricultura familiar, ainda enfrentam inúmeros preconceitos e processos de estigmatização.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos/as alunos/as nas escolas do campo, foram dadas alternativas para que marcassem de acordo com a opinião e experiência de cada um/a, podendo inclusive marcar mais de uma. Verificou-se que 25 alunos/as acreditam que a maior dificuldade que a escola do campo enfrenta é a falta de recursos financeiros, enquanto 18 acham que é a falta de infraestrutura física. A contratação de professores foi citada por 13 estudantes, ao passo que 12 afirmaram que o prefeito do município não tem valorizado e cumprido a LDB 9394/96. A formação dos professores é vista por 10 alunos/as como uma dificuldade. Nessa questão, 16 estudantes deixaram de emitir sua opinião ou não têm vivência nesse assunto para compartilhar.

Para que a escola seja considerada do campo, no entendimento de Souza e Cruz (2018), “não basta estar localizada na área rural. É fundamental que ela tenha vínculo com os povos do campo, com as comunidades rurais, com os movimentos e organizações sociais. É esse vínculo que expressa a identidade da escola do campo”. Para as autoras, são vários elementos que concorrem para que a escola pública do campo seja de fato agente de transformação para o meio rural. É necessário que o currículo, as práticas, enfim, o engajamento dos educadores esteja voltado para as necessidades desse povo, para uma finalidade que realmente os beneficie.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelos/as jovens do campo, estudos de Ferreira e Alves avalizam as falas dos alunos, quando afirmam que

A educação oferecida nos centros urbanos raramente privilegia aspectos que possam ser transpostos ou que valorizem a realidade rural. Além disso, o ensino rural, mais que o urbano, padece de qualidade e, quase como regra, não dispõe de instalações, materiais e equipamentos suficientes e adequados. Outros obstáculos de ordem econômica e cultural estão presentes, destacando-se: a escassez de recursos financeiros da família, que não lhes permite custear a passagem de ônibus até a cidade; a necessidade da presença mais permanente de jovens nas atividades agropecuárias; as dificuldades de acesso à escola – longas distâncias, falta de transporte ou precárias condições da estrada; e o desinteresse pelo estudo, pois os conteúdos das disciplinas não estão adaptados à sua realidade social. Contudo, ainda com maior peso está o entendimento de muitos jovens – e, principalmente, de seus pais – de que para ser agricultor não é necessário estudar. (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 247).

Em relação à preparação dos/as jovens para viver no campo, 52 deles, ou seja, a grande maioria dos/as participantes da pesquisa, acreditam que a escola onde estudam dá conta de cumprir essa função, em detrimento de apenas 4 que não pensam da mesma forma. Somente 3 estudantes não emitiram sua opinião. O restante considera que até dá uma base, mas que precisariam melhorar algumas práticas.

Na visão dos/as estudantes pesquisados/as, vários fatores poderiam ser repensados para melhorar o ambiente escolar. Citado por 10 alunos/as, ofertar mais práticas voltadas ao campo seria a primeira ação. Grande parte das melhorias que deveriam ser efetivadas, segundo eles/as, seriam estruturais, como no alojamento, na infraestrutura do prédio escolar, na alimentação, aumentar a área agrícola, de plantio, os animais, o maquinário manuseado por eles/as. Mudanças em relação à organização curricular e pedagógica como o aumento de disciplinas voltadas às práticas agrícolas e com animais, saídas e palestras relacionadas às áreas técnicas, ampliar as atividades no campo saindo mais da sala de aula e até atividades para os/as alunos/as “descansassem suas cabeças” também são importantes para eles/as. Em sua pesquisa sobre a grade curricular, realizada na mesma instituição de ensino, Lara (2009) já indicava esse mesmo desejo dos/as estudantes em ampliar a carga horária das disciplinas técnicas em razão das atividades práticas. Alguns/as acreditam ainda que também há necessidade de rever determinadas práticas no que se refere ao trato e modo de agir com os/as alunos/as, visto que alegam ter dificuldades na comunicação com os/as professores/as. Segundo eles/as, queriam ser escutados/as por estes/as e pela direção, pois quando questionam algo, sempre levam bronca ou são considerados/as ofensivos/as. Gostariam de ter mais liberdade, tanto para se expressar quanto para se movimentar nas dependências do colégio e alojamento, ir ao banheiro, pois comparam a rigidez dispensada à de um colégio militar⁴². Houve inclusive um argumento em defesa à desobrigação de se pagar mensalidade e se trabalhar no período da tarde, uma vez que a escola é pública⁴³.

Souza e Cruz (2018) sinalizam a escola pública do campo enquanto espaço de participação efetiva da comunidade, com o compromisso de assumir a identidade do campo e construir a referência de uma nova pedagogia, contanto com uma gestão democrática para assumir as grandes questões e causas do campo junto a sua comunidade. No entendimento das autoras, “pela lógica da Educação do Campo, as escolas têm que estar próximas às comunidades, vinculadas a elas e fortalecendo a identidade dos povos do campo.” (SOUZA; CRUZ, 2018, p. 7). Para tanto, faz-se necessário trabalhar coletivamente em prol de uma concepção voltada a vida, vinculada à cultura e à realidade de seus sujeitos, com uma dinâmica contrária à capitalista.

⁴² Já foi tratado no início dessa seção sobre a questão da rigidez na cobrança das normas de conduta dos/as estudantes nas dependências do colégio, inclusive por conta de várias situações relatadas pela direção.

⁴³ Lembrando que a taxa de alimentação e hospedagem foi extinta pela UEPG em 2020. No entanto, há necessidade de que os alunos prestem atividades extras para manter a organização do colégio.

Sobre a grade curricular do curso, eles/as fizeram indicações no que diz respeito os conteúdos trabalhados nas disciplinas que julgam ser importantes para suas vidas. Isso possibilita ter uma visão sobre o que entendem como essencial no processo de aprendizagem, e o que poderá ter mais aproveitamento e aplicação em seu trabalho. Os mais citados foram elencados no Gráfico 19 que segue.

Gráfico 19 – Disciplinas mais citadas pelos/as jovens.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

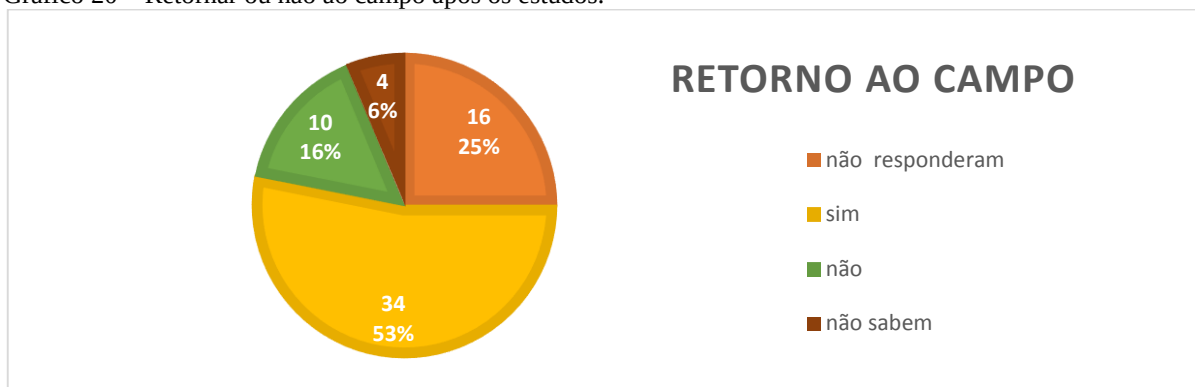
Observou-se que não houve nenhuma disciplina com grande destaque diante das outras. Ao contrário, os dados apontam que as disciplinas como um todo têm relevância para eles/as. Alguns/as citaram mais de uma inclusive. Nota-se no entanto que, com exceção da matemática, que integra a Base Curricular Comum, as disciplinas das áreas técnicas voltadas às atividades rurais como solos, produção animal, vegetal e horticultura são as mais citadas pela maioria dos/as jovens em grau de importância. Apenas 4 deles/as não responderam essa questão.

Contrariando as respostas registradas no Gráfico 17 sobre as escolas em que os/as jovens indicaram ter frequentado anteriormente, constatou-se buscando por seus nomes, que a grande maioria estudou em escolas públicas localizadas no campo. Essa vivência possibilitou que respondessem se essas deveriam ofertar necessariamente o Ensino Profissionalizantes no lugar do Ensino Médio Regular. Foram 35 respostas positivas, o que corresponde à mais da metade dos/as estudantes pesquisados/as, enquanto 10 acreditam que não há essa necessidade. Registra-se que 19 jovens não opinaram ou apresentaram argumentos se posicionando quanto a isso. Para a maior parte deles/as, escolas públicas localizadas no campo deveriam ofertar o ensino profissionalizante para levar qualificação e desenvolvimento aos/as jovens que residem na área rural. Isso evitaria que precisassem sair de perto das famílias, pois muitas não têm condições

de mantê-los estudando fora, em outras cidades. Na visão deles/as, o acesso à qualificação traria melhorias à vida e ao futuro dos moradores, incentivaria e faria com os/as estudantes se empenhassem mais no processo de aprendizagem, uma vez que seria mais significativa para eles/as. Da mesma forma, mais opções de cursos facilitaria a escolha dos/as jovens. Na opinião de 2 alunos/as que não observam essa necessidade, não são todos/as que sabem aproveitar essa oportunidade, e que nem todos/as querem seguir esse “rumo”, referindo-se ao trabalho nas atividades rurais.

Outra grande questão que moveu esta pesquisa, além de identificar o perfil e os condicionantes que perpassam a vivência dos/as jovens da agricultura familiar em relação ao trabalho e à educação, era saber sobre a intenção desses/as jovens ao sair do campo em busca de qualificação na área agrícola. Assim, foi-lhes perguntado se pretendiam voltar ao campo após a conclusão do Ensino Médio Profissionalizante ou do Curso Superior, justificando o porquê. Essa intenção foi representada no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Retornar ou não ao campo após os estudos.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

Os dados confirmaram que 34, ou seja, mais da metade dos/as jovens estudantes pesquisados/as que integram a agricultura familiar buscam qualificação para retornar ao campo e seguir com as atividades agropecuárias. Segundo eles/as, pretendem auxiliar os pais aplicando os conhecimentos que receberam na propriedade familiar, reconhecendo nela seu local de trabalho. Disseram gostar e se identificar com o estilo de vida do campo, que inclusive tem mais emprego na área em que se qualificaram. Os/as 4 alunos/as que apresentaram dúvidas quanto ao retorno, demonstraram que a escolha vai depender das oportunidades que aparecerem na área em que vão atuar, mas não descartam a possibilidade de voltar ou pelo menos morar na área rural. Dentre os/as 10 que não pretendem retornar, alguns/as justificaram esclarecendo que têm interesse em mudar de área, fazendo um curso superior diverso, ou mesmo buscar trabalho

na produção de sementes e insumos agrícolas, que não necessariamente será exercido no campo. As respostas indicam que um número até considerável não sabe ou não consegue se posicionar ainda sobre esse assunto, visto que não se pronunciaram sobre a decisão de ficar na cidade e buscar outros rumos ou voltar ao campo e prosseguir nas atividades rurais. Essa decisão sem dúvida é tomada em conjunto com a família, e vai variar dependendo das condições de vida e de trabalho em que se encontram.

Quando indagados/as sobre as condições a vida no campo, está melhorando, na opinião de 38 estudantes, enquanto 10 acreditam que está piorando. Para 14 jovens, o andamento da vida no campo não tem se modificado. Somente 2 deles/as não responderam a esta questão. As organizações ou conselhos juvenis no campo também não têm apresentado grandes mobilizações, uma vez que apenas 3 afirmaram participar de alguma instituição dessa natureza. Nessa direção, buscou-se conhecer o que os/as jovens pesquisados/as almejam para sua vida profissional. O resultado encontra-se descrito no Gráfico 21.

Gráfico 21 – Planos para o futuro profissional.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

Quanto aos planos em relação ao futuro profissional, verificou-se que morar e trabalhar no campo é o propósito de 28 dos/as jovens pesquisados/as. No entanto, 12 pretendem manter o vínculo com o campo trabalhando lá, apesar de estabelecer moradia na cidade, enquanto 7 desejam fazer a dinâmica reversa, encaminhando-se no mercado de trabalho urbano sem deixar seu modo de vida do campo. Somente 8 estudantes afirmaram claramente ter a intenção de deixar o campo de vez, afim de morar e trabalhar na cidade. Há uma evidente indecisão, uma vez que 5 deles/as marcaram mais de uma opção e 11 não expressaram sua intenção. Pereira e Marcoccia (2019) apresentam argumentos que indicam possíveis problemas para eles/as e para

os pais em relação à saída dos/as jovens do campo em busca de trabalho na área urbana, uma vez que seguem uma outra rotina, assim como tipos de trabalho que diferem bastante do desenvolvido na propriedade. Para as autoras,

A busca por um emprego na cidade, com forte tendência para um trabalho não agrícola, resulta por vezes em subempregos que os exploram mais do que quando estavam no trabalho familiar. Além disso, o fato de ter um salário fixo geralmente não garante uma vida digna na cidade, precisando esses jovens de serem amparados com um complemento advindo da renda da família, uma vez que os pais aspiram a que seus filhos tenham a possibilidade de continuar os estudos, de ter acesso aos serviços e a recursos voltados ao lazer, à cultura e à educação. (PEREIRA; MARCOCCIA, 2019, p. 4).

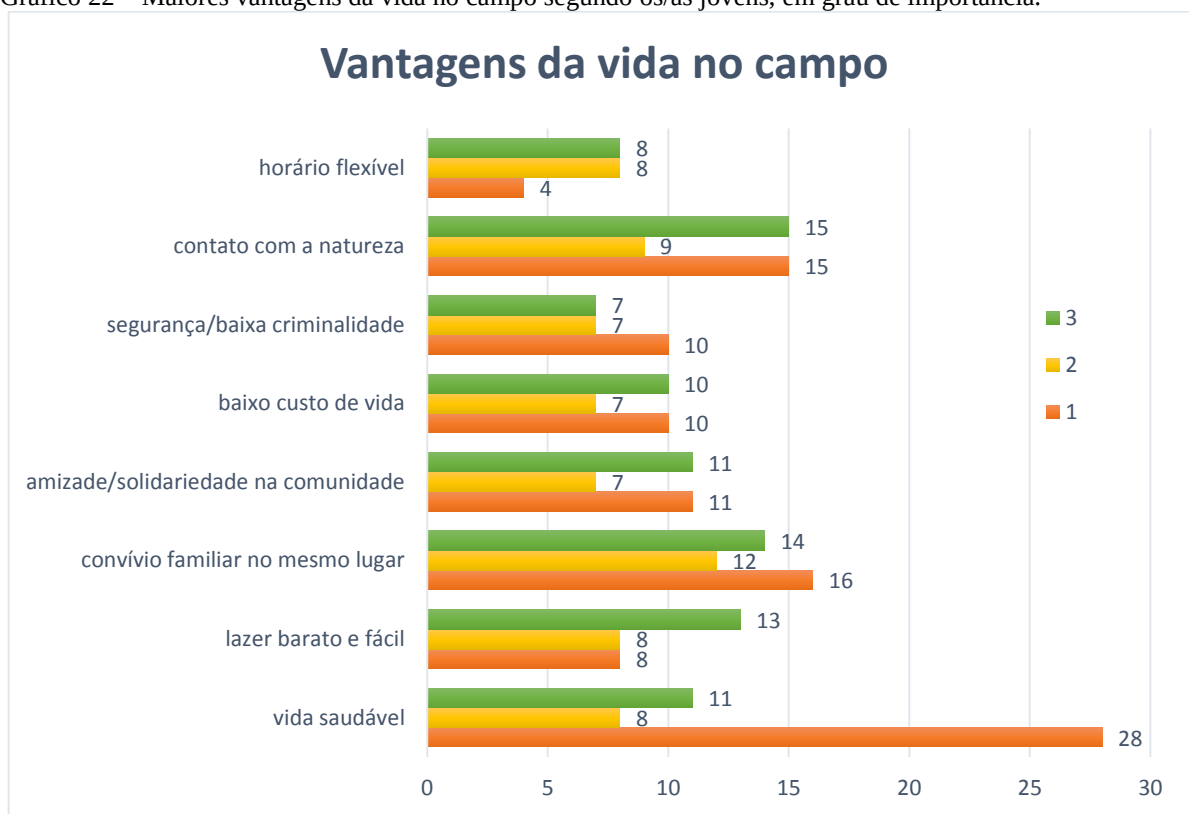
Um estudo de Abramovay (2001) apontou que a opinião dos pais sobre ir ou ficar no campo varia de acordo com os níveis de renda. Enquanto os mais consolidados apresentam certa rejeição ao assalariamento, desejando que os/as filhos/as permaneçam na propriedade, para os com renda mais baixa essa rejeição é irrisória, uma vez que o trabalho assalariado já compõe parte da renda familiar, e que a pobreza agrícola revela poucas perspectivas na exploração da unidade produtiva. O autor também sinaliza que o padrão sucessório que “o filho destacado para cuidar dos pais era compensado com a herança da propriedade” (ABRAMOVAY, 2001, p. 8) já está ultrapassado.

Pelas diversas razões já apresentadas, a partir dos 18 anos de idade, o percentual da população jovem no campo se reduz em ritmo ainda mais acelerado que nas cidades, o que pode indicar ser essa a fase em que a maioria deixa de viver nas áreas rurais. Esse dado é relevante para análise, pois, conforme Rocha (2008), 18 anos constitui o limiar de transição em que escola e trabalho têm importância relativamente similar e a partir do qual trabalhar se converte em atividade principal. Quando tal transição se impõe sem que os sujeitos tenham acumulado a escolaridade básica, ampliar posteriormente a escolaridade se torna mais complexo. Nessa direção, o estudo de Santos (2017) sobre o trabalho e a educação entre jovens de 15 a 29 anos residentes no campo, em que confronta os resultados do PNAD de 2004 e 2014, também aponta que há uma redução considerável da população jovem do campo a partir dos 18 anos de idade. Não é por acaso que isso acontece nessa faixa etária, haja vista que é uma fase de transição na vida do/a jovem, quando o processo da escolaridade básica se finaliza, sendo o trabalho convertido em atividade principal.

Assim, a decisão entre partir ou ficar no campo é fundamentada em uma série de fatores que envolvem a vivência, as condições e oferta de trabalho da família, o número de filhos/as para a sucessão familiar da propriedade, as possibilidades de lazer e o acesso à elas, enfim, um

conjunto de elementos que constituem as vantagens e os problemas que abarcam a vida dos povos do campo. Foram apresentados itens referentes às vantagens e problemas da vida no campo para que numerassem em grau de importância, conforme suas considerações pessoais. O Gráfico 22 traz a visão dos/as jovens sobre as vantagens de se morar na área rural.

Gráfico 22 – Maiores vantagens da vida no campo segundo os/as jovens, em grau de importância.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

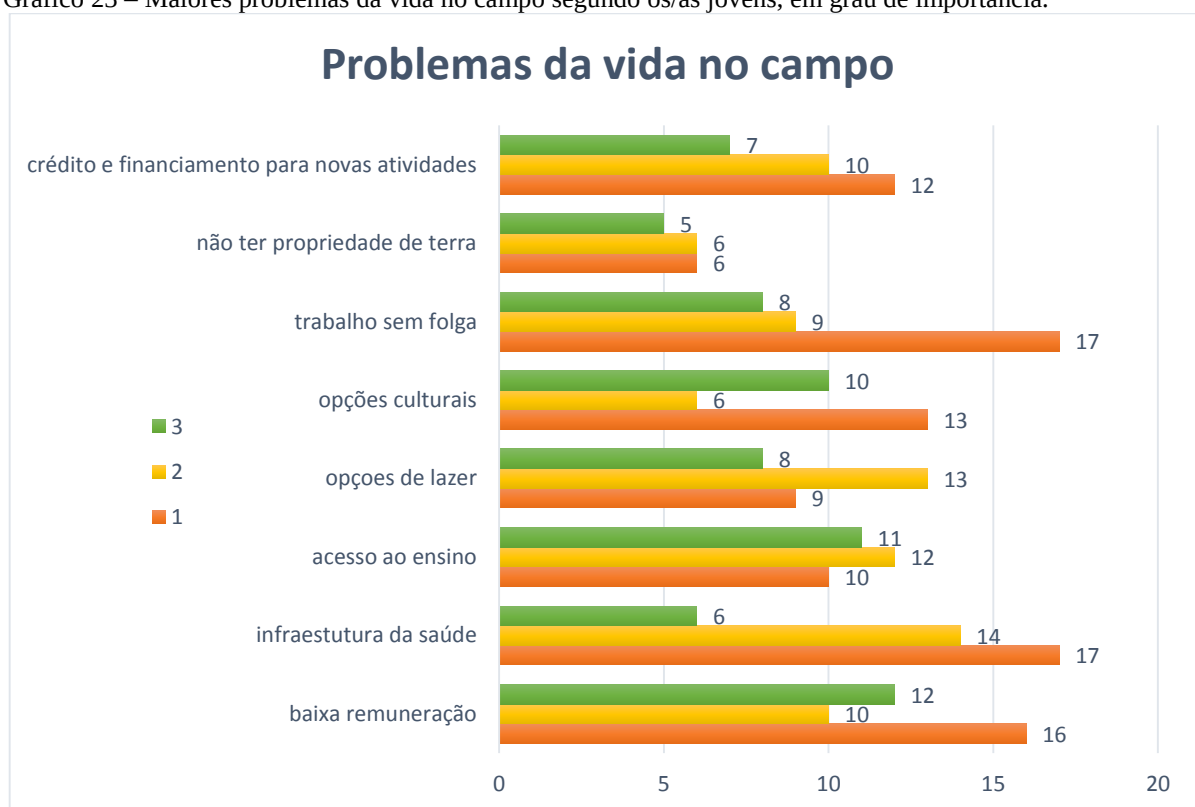
Conforme a opinião dos/as jovens, o maior benefício de se viver no campo é a vida saudável que ele proporciona, indicado como mais importante destacadamente por 28 dos/as estudantes pesquisados. No entanto, Carneiro (2015), organizador do Dossiê Abrasco, levanta a discussão acerca do uso indiscriminado de agrotóxicos que vem comprometendo a vida das pessoas da área urbana, e ainda mais intensamente da área rural. O Estado, representado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), não tem dado conta de coibir o uso e proteger as pessoas dos impactos negativos desses produtos químicos, o que tem mobilizado a sociedade a realizar audiências públicas e debates para ampla divulgação de informações para proteção da saúde pública. Carneiro (2015) defende ainda que o Estado deve fomentar a regulação da agroindústria aos modos de produção da agricultura familiar, contribuindo, tal qual foi na Revolução Verde, nas décadas de 1960 e 1970, com infraestrutura, pesquisa, crédito e formação

técnica rumo a transição para a agroecologia. Isso porque, com a insegurança alimentar da população e a perigosa exposição dos trabalhadores rurais demandam com urgência um posicionamento de quem deveria se comprometer com a saúde da população brasileira.

Para 16 alunos/as no entanto, o que se tem de mais precioso é o convívio familiar em razão das pessoas trabalharem e viverem no mesmo lugar. Da mesma forma, 15 jovens apontaram que o contato com a natureza é um diferencial de quem escolhe permanecer no campo. Para 11 deles/as, a amizade e a solidariedade que permeia a vida em comunidade é o item com mais relevância. Tanto o baixo custo de vida quanto a baixa criminalidade são os maiores privilégios que os moradores da área rural têm, segundo 10 estudantes. A importância da flexibilidade de horários que os afazeres do trabalho rural possibilita ter foi lembrado somente 4 vezes, em detrimento do lazer barato e de fácil acesso, citado 8 vezes como mais importante.

Apesar das grandes vantagens em morar no campo apresentadas acima pelos/as estudantes, algumas situações difíceis permeiam a vivência de quem reside na área rural. Os maiores problemas observados, na opinião dos/as jovens, foram apontados por eles/as em grau de relevância, representados no Gráfico 23 que segue.

Gráfico 23 – Maiores problemas da vida no campo segundo os/as jovens, em grau de importância.



Fonte: Dados retirados do questionário aplicado. Informações organizadas pela autora.

Os dados apontam que, na visão dos/as alunos/as, a ausência de infraestrutura em saúde e o trabalho permanente e sem folgas que demandam as atividades rurais são os maiores problemas que a população do campo têm que enfrentar, ambos citados 17 vezes em 1º lugar em grau de importância. Logo em seguida, a baixa remuneração é mencionada 16 vezes. A falta de acesso às opções culturais como cinema, teatro, biblioteca e livrarias foi indicada 13 vezes, e logo após, foi apontada como mais importante por 12 jovens, a dificuldade de acesso a créditos e financiamento para novas atividades produtivas na propriedade da família. Constatou-se que o fato de não ter propriedade de terra, citado apenas 6 vezes, é menos relevante na visão deles/as do que não ter opções de lazer, item que foi apontado por 9 dos/as estudantes participantes da pesquisa. A posse da terra, talvez um dos piores problemas que afligem os povos do campo, não apresenta grande relevância a esses/as jovens pelo fato de que, conforme já apresentado anteriormente, a grande maioria de suas famílias são proprietários das terras em que residem. Ferreira e Alves (2009, p. 248) confirmam esses dados, elencando como fatores que levam os/as jovens para a cidade “o ensino precário, as dificuldades de acesso ao serviço de saúde, o esforço físico que a atividade agrícola de baixa ou nula tecnologia requer e a falta de oportunidades de trabalho, que raramente extrapolam o universo familiar, têm levado os jovens do campo para as cidades.” Essa intensificação do trabalho em todas as suas frentes, exaustivamente denunciado por Antunes (1995, 2006, 2013, 2014), a remuneração insuficiente, em conjunto com a falta de acesso a direitos básicos são elementos que não podem ser ignorados nesse êxodo da juventude rural que só tendem a crescer.

Entre os vários fatores que pesam na decisão na permanência ou não no campo, o lazer certamente tem bastante relevância para os/as jovens. Educação, moradia, saúde e renda são obviamente importantes, mas nessa fase da vida o lazer e a socialização com os pares têm um papel especial para eles/as. Em acordo, Zanol e Stropsolas (2019) também reiteram a falta de atrativos, entretenimento, lazer, assim como o difícil acesso à escola.

Castro (2016) discorre sobre a identidade dos/as jovens urbanos e rurais, que tem similaridade graças ao acesso à internet que os aproxima, diminuindo as barreiras físicas, com as redes sociais que são instrumento de comunicação e socialização. Entretanto, existem as barreiras reais que dificultam o acesso ao esporte e aos equipamentos de lazer no Brasil, entre outras oportunidades, como a distância, o baixo acesso à renda e à escolarização da juventude, assim como a falta de espaços culturais acessíveis às classes mais baixas da sociedade, não só rural como urbana também. Isso transpareceu na pesquisa de Castro com jovens brasileiros/as, quando autora participa que

Quando perguntados sobre lazer, podemos observar novamente, as fronteiras e a distância entre os mundos rurais e urbanos. Ao perguntar sobre o uso do tempo livre e do que gostam de fazer, percebemos que passear em parques e praças, frequentar espaços religiosos, ir a festas em casa de amigos e ir a bar com amigos têm frequência similar entre os jovens rurais e urbanos. Já ir a shoppings, viajar nos finais de semana, ir ao cinema, a shows, ao teatro e frequentar a biblioteca são de frequência maior dos jovens urbanos. E não porque os jovens rurais não desejem, mas sim pela falta de acesso. A resposta ‘Não, nunca fez na vida’ é ainda mais expressiva desse distanciamento: 23% dos jovens urbanos nunca foram ao cinema, ao passo que, para os jovens rurais, isso é a realidade de 62%. Já teatro, shows e bibliotecas - ainda que, em média, 25% a mais de jovens rurais não tenham tido acesso - têm sido menos frequentados também pelos jovens urbanos. (Castro, 2016, p. 76).

Novaes (2016, p. 247) tem acordo com Castro (2016) sobre o “pouco acesso que a juventude da cidade e do campo tem aos equipamentos de lazer e cultura, via de regra concentrados nas partes nobres das cidades, longe de onde vive a grande maioria dos jovens.”

Em síntese, em relação à educação escolar dos/as jovens do CAAR, foi possível fazer algumas observações pertinentes às respostas dadas. Pouco mais da metade são advindos/as das escolas urbanas e com bom histórico escolar, uma vez que 53 deles/as nunca reprovou um ano letivo. Cerca de 24 jovens dedicam em média de 1 a 2 horas de estudos fora da escola, enquanto para 17 a média varia entre 3 e 6 horas. Poucos/as citaram cargas horárias maiores. A grande maioria acredita que a escola tem relevância para o futuro, sendo a relação entre o estudo e o trabalho reconhecida por 39 deles/as e negada por outros 11, enquanto o restante não soube precisar a existência dessa relação. Observou-se ainda que a grande maioria afirmou gostar de frequentar a escola, ter um desempenho escolar médio ou bom e estar satisfeito com a merenda servida. A maior parte deles/as avalia a atual escola como boa ou excelente, no entanto, somente 19 se pronunciaram positivamente acerca do ambiente escolar, e alguns/as o consideram muito rígido. Mais da metade não emitiu seu parecer pessoal. O curso superior que mais interessa aos/as jovens e a seus pais é Agronomia, seguido de Medicina Veterinária, entre outros. Ressalta-se que 51 participantes da pesquisa acreditam que o Ensino Médio Profissionalizante ou Curso Superior são fundamentais para poder trabalhar no meio rural.

Entre as dificuldades que as escolas do campo enfrentam, a falta de recursos financeiros e de estrutura são as mais recorrentes, segundo eles/as. Mesmo acreditando que o CAAR dá conta de prepará-los para a vida no campo, acham que poderia ofertar mais práticas voltadas a ele. Embora nenhuma disciplina tenha se destacado em grau de importância, as mais citadas foram as das áreas técnicas. O fato de terem estudado em escolas do campo permite que mais da metade deles/as confirmem a necessidade de oferecerem Ensino Profissionalizantes no lugar do Ensino Médio Regular, pois isso evitaria que os/as jovens saíssem de perto das famílias, oportunizando acesso à formação e melhoria aos povos do campo. Os dados apontaram que 35

deles/as buscam qualificação para retornar e seguir com as atividades agropecuárias, e 38 acreditam que as condições no campo estão melhorando. A vida saudável e o convívio familiar são os fatores que mais pesam na decisão de ficar. Entretanto, a falta de infraestrutura em saúde e o trabalho intenso e permanente são grandes problemas a serem enfrentados na opinião deles/as, seguidos da falta de opção de lazer e cultura.

A análise objetiva dos dados que emergiram da pesquisa de campo possibilitou tecer algumas considerações sobre a relação entre o trabalho e a educação dos/as jovens que compõe a agricultura familiar da região dos Campos Gerais e proximidades, uma vez que eles vêm de diferentes localidades, com realidades distintas.

Considerações Finais

Até aqui apresentou-se a realidade concreta dos sujeitos que compõe a agricultura familiar no Brasil, em sua aparência. Realidade esta em que o trabalho, categoria fundamental na lógica do materialismo histórico dialético, permeia a vida desses sujeitos desde o início de sua existência. No entendimento de Benini e Feliciano, “a realidade deve ser analisada nos seus diversos aspectos contraditórios, onde as aparências não sejam o fim, mas o começo do caminho para a essência dos fenômenos, para esclarecermos todas as dimensões do fenômeno.” (BENINI; FELICIANO, 2016, p. 210). Isso porque não é possível reconhecer as contradições que emanam de um determinado fenômeno olhando somente para as condições objetivas externas a ele, mas por meio delas, identificar as condições subjetivas dentro do movimento histórico concreto que levam os homens a agir ou não de determinada forma, tendo como base sempre os elementos que derivam das relações que se dão na divisão social do trabalho.

Nessa direção, esta investigação teve como principal objetivo percorrer o caminho da interlocução entre a educação escolar e os processos de trabalho que compõe a produção da vida dos/as jovens trabalhadores/as da agricultura familiar que estudam no Colégio Agrícola Augusto Ribas, no município de Ponta Grossa, Paraná. É justamente a imbricação entre a produção da vida do indivíduo, nesse caso o/a jovem da agricultura familiar (particular) e a de seus pares que também compartilham experiências similares (singular), que torna possível conceber a universalidade complexa da divisão social do trabalho dentro do modo de produção capitalista no que se refere ao trabalho no campo.

A opção por determinados recortes dessa realidade, entre tantos, possibilitou relembrar um pouco da memória dessa classe de trabalhadores que teve e tem importância ímpar na formação histórica do nosso país, seja em seus aspectos culturais, sociais ou político-econômicos. Esses recortes constituíram o corpo desse trabalho de pesquisa, composto pelos elementos se referem a morfologia do trabalho da agricultura familiar no Brasil, pelos conhecimentos registrados nas produções de pós-graduação da sobre o/a jovem do campo brasileiro no contexto da escola agrícola, assim como pelos conhecimentos que se revelaram da observação da relação entre o trabalho e a educação dos/as jovens agricultores familiares da referida instituição de ensino, obtidos por meio da aplicação de questionários respondidos voluntariamente por 64 deles/as. Conforme explicitado já no início da apresentação deste, os resultados, de acordo com o método do materialismo histórico dialético, se expressam por meio da síntese dos determinantes que conferem a materialidade do fenômeno pesquisado, que

ajudam a compreender a singularidade e a universalidade do fenômeno particular. O desenvolvimento se deu então da seguinte forma.

A primeira seção trouxe a morfologia do trabalho dos agricultores familiares no Brasil. Para uma melhor compreensão porém, foi necessário antes apresentar ao leitor os conceitos que compõem o materialismo histórico dialético enquanto método de construção do conhecimento que observa a totalidade da concretude histórica, uma vez que o entendimento de sua categoria fundante, o trabalho, é que deu o embasamento das discussões aqui trazidas. Na sequência, à luz desses conceitos, a realidade do trabalho do campo no país foi apresentada desde sua origem, do período colonialista até os dias de hoje, enfatizando as questões referentes à agricultura familiar confrontadas com a agricultura patronal, cuja força do agronegócio sempre prevaleceu sobre ela. Os dados levantados pelos Censos Agropecuários, principalmente o de 2017, foram de extrema importância como a fonte mais recente de dados da situação da realidade da agricultura brasileira.

Dentre os vários conceitos encontrados nas fontes bibliográficas consultadas, acredito que a definição mais objetiva e verdadeira que representa o/a trabalhador/a da agricultura familiar no Brasil é trazida por Ianni (2012), quando o descreve como escravo, lavrador e proletário. Na verdade, essa descrição parte dos períodos históricos nos quais essa classe de trabalhadores se forjou até hoje desde o período colonial, com a escravidão dos indígenas como força de trabalho para garantia da alimentação dos que aqui chegaram. Em seguida, a libertação dos escravos negros, que aos poucos e sob muita luta iniciaram a agricultura familiar como forma de subsistência, tornando-os lavradores. No entanto, conforme o autor, essa metamorfose do trabalhador agrícola brasileiro que vai agora do camponês ao proletário se dá quando este, ao ser expropriado de suas terras, passa a vender sua força de trabalho e se divorcia ideologicamente de seus meios de produção, se distanciando do caráter ontológico do trabalho e caminhando para a alienação. Essa definição de trabalhador rural vai em direção ao pensamento de Marx, quando este sustenta que

É na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o ‘camponês’, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são niveladas às da cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. (MARX, 2013, p. 702).

Cabe salientar que nenhuma das tentativas de reforma agrária realizadas no Brasil privilegiou os povos camponeses, nem mesmo as especificidades regionais, ocasionando as disparidades observadas até hoje. As mudanças quantitativas e qualitativas apresentadas nos resultados pelo IBGE no Censo Agropecuário 2017 definitivamente não beneficiaram a agricultura familiar, que ao contrário, tem cada vez menos acesso às políticas que atendam realmente suas necessidades, precisando recorrer ao trabalho assalariado fora da propriedade e até a programas de transferência de renda para sobreviver.

Toda essa situação social, política e econômica é experimentada pela juventude rural, que precisa, além de vivenciar os próprios conflitos pessoais que a transição para a vida adulta traz, tomar importantes decisões de acordo com as condições concretas em que se encontram. Por essa razão, a concepção histórico-cultural sobre a fase de transição da juventude, defendida nesse estudo, é a que mais abarca seu processo de desenvolvimento, uma vez que leva em conta não só as questões biológicas e cronológicas como também as sociais. Verificou-se que uma grande vantagem que o/a jovem camponês tem em comparação com o urbano é o sentimento de pertencimento ao seu local de trabalho e moradia, à sua comunidade e seus costumes, pois, o trabalho assalariado que o segundo precisa se submeter na maioria das vezes lhe causa um sentimento de estranhamento. Dessa forma, só há razão para deixar o campo quando neste as condições são muito precarizadas, o que tem se observado cada vez mais nesse nível de sociabilidade no atual modo de produção capitalista que temos vivenciado, principalmente pelas classes trabalhadoras do campo que se encontram nas regiões mais empobrecidas do país.

Isto posto, a segunda seção teve como propósito conhecer e analisar nas teses e dissertações do Banco de Dados da CAPES os conhecimentos registrados sobre os/as jovens do campo da escola agrícola no Brasil, mapeando e categorizando o que já se estudou sobre eles/as dentro do contexto escolar. Apesar da profusão de resultados encontrados na busca realizada com as palavras-chave jovem do campo, jovem no campo, juventude rural, com ou sem aspas, após a leitura e análise de seus títulos e resumos, foram relativamente poucas as produções selecionadas para uma análise na íntegra que tinham mais aderência com o referido objeto de estudo.

Foram dispostos os quadros com essas teses e dissertações que versavam sobre o ensino agrícola, em especial um com os 27 trabalhos dentre os quais os 10 que foram analisados e apresentadas suas sínteses ao leitor. Destes 10, 9 curiosamente são de autoria de mulheres. Sem nenhuma novidade, as regiões Sul e Sudeste se destacam somando 66% das 27 produções em razão da concentração dos Programas de Pós-Graduação que ambas as regiões possuem. Os trabalhos elencados ficaram no recorte temporal entre 2005 e 2018. A intenção da revisão

literária era conhecer as características tanto objetivas como subjetivas destes/as jovens, o que não se confirmou, já que não trouxe dados suficientes para dar conta de traçar um perfil, mesmo que aproximado. Entendeu-se por perfil dados como idade, cor, gênero, vínculo com a terra, entre outros. No entanto, as categorias mais recorrentes foram a relação entre a trajetória histórica das instituições escolares agrícolas e o desenvolvimento social, e político-econômico regional; a história da educação agrícola regional e nacional, vinculados com o ideário de modernização do campo e com o caráter assistencialista em sua criação; as práticas educativas que nelas se dão; a pedagogia da alternância como prática pedagógica emancipadora. Isso reitera a relevância da presente pesquisa, pois o trabalho voltou-se ao conhecimento da relação entre educação e trabalho dos/as jovens, mas cuidou também de retratá-lo/a, de maneira inédita, no tempo e espaço.

Com esse propósito, a terceira seção apresentou a produção da vida dos/as jovens trabalhadores rurais que estudam no Colégio Agrícola Augusto Ribas, que buscam nele sua formação educacional e profissional, suas vozes e vivências, o que possibilitou também ampliar o conhecimento sobre a agricultura familiar da região em que residem. Antes, porém, reportou-se a origem e trajetória histórica da referida instituição de ensino em consonância com as legislações vigentes em cada período, pois, conforme o materialismo histórico dialético, a história é construída pela e na ação dos homens. Constatou-se que tal trajetória não diverge das demais instituições congêneres, cuja objetivo foi não só formar os/as filhos/as dos agricultores rurais como também atender as demandas sociais no que se refere ao amparo dos menores desvalidos que perambulavam pela cidade e que precisavam sair das vistas da população. A LDB 9394/96 regulamenta atualmente seu funcionamento enquanto Curso Técnico Agrícola, que tem como princípio uma formação profissional mais breve para o/a jovem. Dessa forma, atende às necessidades do modo de produção capitalista, fornecendo mão de obra para o mercado de trabalho.

Visto isto, a pesquisa encaminhou-se para atender seu principal objetivo que foi conhecer a relação entre o trabalho e a educação dos/as referidos/as jovens por meio de sua produção da vida. A quantidade de dados levantados nos 64 questionários respondidos voluntariamente possibilitaram trazer não um retrato exato, mas delinear de forma mais abrangente o/a jovem da agricultura da região dos Campos Gerais, o que não se observou em outras pesquisas.

De modo geral, verificou-se que são estudantes dentro da previsão de idade-série esperada para o curso, uma vez que para ingressar nele, precisam ser aprovados em um teste seletivo, o que já denota seu bom desempenho escolar. Constatou-se que os/as estudantes, em

sua grande maioria, são solteiros, se autodeclararam brancos e professam a fé católica. Assim como nos estudos apresentados na segunda seção, o gênero masculino prevalece em relação ao gênero feminino no corpo discente, o que evidencia o fortalecimento histórico da masculinização e a subalternidade da trabalhadora do campo, haja vista que são os filhos que vão mais em busca de formação na área agrícola para suceder o pai na propriedade rural. Sobre a sucessão, pouco se fala nas referidas famílias.

No que se refere às questões sobre moradia, quase todos afirmaram morar com os familiares em casa própria, e boa parte sempre morou no campo, sendo que apenas 7 permanecerem nele por menos de 10 anos. Isso revela um vínculo muito forte com espaço de moradia e trabalho. Sobre o transporte, cerca da metade utiliza o carro da família ou motocicleta, e boa parte ônibus. Somente dois alunos relataram usar animais para o transporte e um a bicicleta. É um claro sinal de que os espaços físicos não são mais o grande responsável pela divisão campo e cidade, visto que é um obstáculo tranquilamente transponível hoje, não só pela facilidade com o transporte como também com a larga utilização dos meios digitais disponíveis. Diferente de algumas produções já apresentadas aqui em que os/as estudantes vêm de diversos estados e até de fora do país, os/as alunos/as são oriundos de 18 municípios paranaenses nas proximidades da região, sendo apenas um advindo do estado do Mato Grosso, a mais de 1.900 km do município de Ponta Grossa. Buscou-se aqui dar notoriedade ao local de origem dos/as jovens com um mapa destacando as localidades onde residem, haja vista o grau de importância que este representa para os povos do campo.

Quanto à divisão do trabalho na propriedade familiar, observou-se que a dinâmica se dá da seguinte forma. O número de pessoas ocupadas nas propriedades familiares dos/as respondentes da pesquisa se assemelha com outros estudos apresentados anteriormente, assim como os resultados apontados pelo IBGE no Censo Agropecuário 2017, que é de aproximadamente 2 a 3 pessoas por família. Outra confirmação foi a respeito da redução do número de filhos/as por família, uma vez que culturalmente os camponeses os tinham em grande quantidade para aumentar a força de trabalho na propriedade. Segundo os/as estudantes, suas famílias têm em média 4 a 5 pessoas. Essa redução é um dado que pode também justificar o esvaziamento do campo, sem contar ainda os/as jovens que saem para estudar e não retornam.

O trabalho é dividido por todos, e na maioria das vezes não há uma divisão específica de tarefas, pois todos prestam ajuda no que precisa. Os/as jovens disseram participar de todas frentes de trabalho, seja no manejo, na administração ou em outra em que houver necessidade. Sobre a remuneração deste trabalho, a grande maioria disse não receber, pois acreditam que a contribuição enquanto membro na reprodução social familiar é mais relevante no provimento

das necessidades coletivas do que a remuneração individual. No entanto, essa primeira negativa logo se contradisse quando mais da metade deles/as apresentou uma aplicação para a renda recebida, seja para compras pessoais, lazer ou mesmo para auxiliar nas despesas de casa. Outra contradição foi observada também em relação a existência de atividades realizadas dentro ou fora da unidade familiar, ora afirmadas e ora negadas.

O silenciamento foi observado em diferentes momentos da pesquisa, seja pela negação ou seja pela omissão de respostas. Constatou-se que ele esteve mais presente nas questões sobre o trabalho e a renda. São diversas as situações enfrentadas pelas famílias rurais em relação a sua subsistência, conforme já visto anteriormente. As leis mais recentes que balizam a agricultura familiar tem sido mais rígidas, e o controle sobre a existência do trabalho infantil também tem se mostrado mais veemente, principalmente por parte de alguns segmentos específicos como a indústria fumageira, por exemplo. Isso pode explicar esse silenciamento, ainda que se tratem de jovens na eminência da maioridade

Verificou-se que a carga pesada e as difíceis condições de trabalho foram as motivações mais citadas para explicar a saída dos/as jovens do campo, seguida pela busca de qualificação e emprego em outras áreas. Isso indica o quanto o modo capitalista de produção vem afetando o trabalhador rural, fazendo-o até abdicar de suas raízes. Além da rigorosidade característica que as atividades agrícolas exigem do/a trabalhador/a, as alterações observadas nas políticas públicas incorrem em ampliar ainda mais essa precariedade. A agricultura, seguida das culturas de fumo e de soja foram as fontes de renda familiar mais indicadas pelos/as estudantes, ainda que alguns precisem buscar outras ocupações como complemento. O escasso número de respostas sobre a renda familiar em questão de valores ou sobre a existência de outras rendas, recebimento/participação do Bolsa Família, impossibilitou um conhecimento mais amplo sobre essa categoria, assim como sobre possíveis dificuldades financeiras ou limitações vivenciadas pela família.

Algo bastante positivo que se constatou entre as famílias pesquisadas é sobre a posse da terra. Esse que é um dos grandes problemas que a agricultura familiar brasileira enfrenta desde sua origem, conforme já visto, não as afeta, uma vez que a grande maioria dos pais e dos avós dos/as referidos/as jovens tem a posse e propriedade de suas unidades produtivas. Isto é sem dúvida um fator de grande valor em se tratando de uma história de lutas em prol do maior meio de produção que o trabalhador do campo pode possuir. Sem ele, o lavrador perde sua essência, passando a ser um proletário rural, conforme bem diz Ianni (2012), vendendo sua força de trabalho em troca de salário, incidindo em um estado de alienação, tal qual tantos outros apontados por Antunes (1995, 2006, 2013, 2014).

Enquanto importante categoria de análise desta pesquisa, a educação está intimamente conectada ao trabalho. Antes deste, é o nível ou qualidade dela que vai determinar seu grau de autonomia enquanto sujeito. O propósito do estabelecimento de ensino escolhido como *locus* deste estudo é justamente proporcionar aos/as estudantes a formação necessária para que seu trabalho seja de fato relevante não só à sua formação individual como também possa ser instrumento de transformação do seu entorno. A instituição exerce um trabalho de excelência em relação aos conhecimentos técnicos, haja vista os resultados que vem apresentando ao longo de sua trajetória, uma vez que proporciona aos/as estudantes o acesso aos conhecimentos científicos produzidos e boas chances de aprovação em concursos vestibulares e/ou outros. No entanto, não se observou na fala dos/as alunos, indícios sobre discussões que os/as levem a refletir acerca das condições em que seu povo produz a vida, as dificuldades que historicamente enfrentaram e os caminhos que eles/as próprios precisam tomar para manter suas raízes frente a um sistema que os desconsidera enquanto sujeitos de direitos, o que deveria estar previsto já na organização curricular do curso. Ao contrário, o que transparece é que vislumbram o agronegócio como algo a ser alcançado. Mesmo afirmando que o CAAR dá conta de prepará-los para a vida no campo, reiteram que poderia oferecer mais disciplinas voltadas a ele. Ainda que julguem ser ótimo seu ambiente, o consideram bastante rígido, no que concerne ao internato. Conforme a direção, é esta rigidez que confere a segurança acordada com os pais no momento da matrícula.

Os dados apontaram que a maioria dos/as jovens reconhece que os estudos são relevantes ao seu futuro, embora tenham apresentado respostas contraditórias em outro momento da pesquisa. A grande maioria nunca reprovou, afirmou gostar de estudar e consideram ter um desempenho escolar bom ou médio, dispensando em média de 1 a 6 horas de estudos fora do colégio. A origem quanto à escola rural ou urbana ficou bastante dividida. Na opinião deles/as, os recursos financeiros e estruturais são um dos problemas apresentados pelas escolas do campo. Acreditam ainda que se no lugar do Ensino Médio houvesse a oferta de Ensino Médio Profissionalizante, oportunizaria mais acesso à formação e melhoria na vida dos camponeses, evitando que os/as jovens saíssem de perto de suas famílias. Constatou-se que o curso superior que mais interessa aos/as jovens pesquisados é Agronomia, sucedido por medicina Veterinária. Esse é mais um indicativo de que tais jovens tem uma razoável condição financeira, pois cogitam a hipótese de dar continuidade aos estudos antes de seguir para o mercado de trabalho, como faz a grande maioria dos que buscam um curso técnico profissionalizante de nível médio.

Uma grande questão a qual esse estudo também se propôs a conhecer era a intenção dos/as jovens ao sair do seio familiar em busca de formação profissional. O que se constatou é que pouco mais da metade pretende qualificar-se e retornar ao campo para dedicar-se às atividades rurais, enquanto o restante cogita se encaminhar para outras áreas. É de fato um dado que remete ao movimento do êxodo rural, fenômeno que preocupa à sociedade como um todo em razão dos problemas sociais de ordem pública que causa. Verificou-se como motivação para ficar no campo a vida saudável e convívio familiar que ele proporciona. No entanto, a falta de infraestrutura em saúde e o trabalho permanente e intenso são questões que pesam nessa decisão, assim como a falta de opções de lazer e cultura.

A análise dos dados que emergiram da pesquisa de campo possibilitou tecer essas considerações sobre a relação entre o trabalho e a educação dos/as jovens que compõe a agricultura familiar da região dos Campos Gerais e proximidades, uma vez que eles vêm de diferentes localidades, com realidades distintas. Tais considerações foram organizadas sob a lógica do método marxiano, pautadas nas categorias em que inserem.

Conforme previamente indicado, buscou-se apresentar os dados tais quais expressados pelos/as jovens participantes desta pesquisa. Confere-se ao final deste estudo, que os condicionantes que determinam a objetividade da produção da vida de tais jovens se remetem à forma como é produzido, distribuído e apropriado o trabalho enquanto categoria inerente ao gênero humano. As categorias trabalho, educação, contradição e alienação estiveram presentes ao longo de todo texto, uma vez que são de difícil dissociação entre elas. Nessa direção, o que se constatou foi que as relações que se colocam são pautadas nas conjunturas particulares de cada família, uma vez que, com diferentes níveis socioeconômicos, mais da metade deles/as buscam a formação técnica para retornar e aplicar na unidade familiar, enquanto o restante intenta avançar nos estudos e possivelmente partir para outras áreas ou profissões fora dela. Verificou-se ainda, conforme os dados mais recentes levantados principalmente pelo IBGE, que as condições dos agricultores familiares estão cada vez mais limitadas, dificultando seu pleno desenvolvimento, e por conseguinte, impactando na produção da vida do/a jovem do campo.

O que se percebeu diante da análise dos dados é que a educação nas relações sociais do campo é a forma mais viável na busca por uma mudança na vigente situação. A educação não como um artifício imediato e milagroso. Ao contrário, ela pode vir a ser um instrumento valoroso na tomada de consciência da relevância dessa classe trabalhadora ao desenvolvimento do país, e não só para preparar-lhe para o mercado de trabalho. Não obstante, precisa ser remodelada em sua íntegra, principalmente sua organização curricular, proporcionando ao/a

jovem não só o acesso aos conhecimentos científicos produzidos como também espaço para o entendimento de sua história, caminho reverso do que tem se observado. É a análise do/a jovem sobre sua situação e o que demanda ser superado nela que precisa se efetivar. Ele/a precisa encontrar motivos e meios de continuar no campo para levar-lhe as melhorias que necessita, e não deixá-lo como medida paliativa para resolver momentaneamente sua situação particular.

A resiliência, enquanto resistência e capacidade de superar os obstáculos, é característica dessa uma classe que está em constante luta a despeito da prevalência do agronegócio, e também elemento que concorre para que continue empenhando forças em prol da efetivação de políticas públicas que lhe dê condições não só de sobreviver, mas também de se desenvolver econômica, cultural e socialmente. Longe de se reportar à uma realidade utópica, é preciso ir além da aparência dos fatos para apreender sua essência de modo que se possa avançar gradativamente à uma condição de dignidade humana, sendo ao/a jovem da classe trabalhadora rural atribuída essa tarefa.

Referências

- ABRAMO, H. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: PINHEIRO, D. et al. (org.). **Agenda Juventude Brasil**: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 19-60.
- ABRAMOVAY, R. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife, PE. **Anais [...]** Brasília: Sober, 2001.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998. 104 p.
- ABRAMOVAY, R. Juventude rural: ampliando as oportunidades. **Raízes da terra**: parcerias para a construção de capital social no campo. Brasília: Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- ALMEIDA, A. C. **Modernizar o campo pelo ensino agrícola**: a organização da Escola Agrícola de Barbacena (1933-1964). 2017. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- ARAÚJO, S. R. M. **Escola para o trabalho escola para a vida**: o caso da Escola Família Agrícola de Angical – Bahia. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.
- AS-PTA. Agricultura Familiar e Agroecologia. **PAA sementes e projeto de lei emergencial da agricultura**. Disponível em: <http://aspta.org.br/2020/08/03/projeto-de-lei-735-e-um-pouco-da-historia-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/>. Acesso em 27 set. 2020.
- BARRETO, L. CONTAG. **CONTAG apresenta problemas nas definições do decreto nº 9.064/2017**, que cria o Cadastro da Agricultura Familiar. Canal do Trabalhador(a). Brasília, 13 jul. 2017. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=12376&mt=1&nw=1>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- BENINI, L.; FELICIANO, C. Juventude camponesa: caminhos do processo de luta contra a invisibilidade social nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 17, n. 2, p. 208-225, dez. 2016.
- BERGAMACHI, A. C. A. **Modernizar o campo pelo ensino agrícola**: a organização da Escola Agrícola de Barbacena (1933-1964). 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- BORGES, T. P. A.; MEDEIROS, L. S. de. FGV. **Estatuto da terra**. CPDOC. Rio de Janeiro, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-da-terra-1>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Agenda Juventude Brasil**: pesquisa nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013. Brasília, DF: SNJ, 2013.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – Pronaf. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequentes-respostas/faq_pronaf. Acesso em: 27 nov. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990, 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Lei 11.326/2006, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: Brasília, 25 jul. 2006.

BRASIL. Lei 4.504/1964, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 30 nov. 1964.

BRASIL. Lei 601/1850, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio. Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil: Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Câmara dos Deputados. 13. ed. Brasília: Edições Câmara, 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 9613 de agosto de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola**, sob o Decreto nº 27925 de janeiro de 1960. Diário Oficial da União: Brasília, Seção 1 - Página 12019 (Publicação Original), 23/8/1946.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo**. Governo Federal. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/secretaria-de-agricultura-familiar-e-cooperativismo> Acesso em: 15 set. 2019.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v. 38, n. 29, p. 9-20, 17 enero 2017.

BRUMER, A. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. (Coleção Juventude - Série Estudos, n.1). p. 215-233.

BRUMER, A.; DUQUE, G.; LOURENÇO, F. A.; WANDERLEY, M. N. B. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 179-234.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em:

<http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 14 out. 2018.

CARNEIRO, F. F. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. CARNEIRO, F. F. et al. (org.). Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARNEIRO, M. J. Rural: como categoria de pensamento. **RURIS** - Revista do Centro de Estudos Rurais, UNICAMP, Campinas, v. 2, n. 1, 11, p. 9-38, mar. 2008.

CASTRO, E. G. et al. Desenvolvimento territorial no Brasil e o papel estratégico da juventudes rurais. In: MARIN, J. O. B.; FROELICH, J. M. (org.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Editora UFSM, 2019. p. 84-107.

CASTRO, E. G. Juventude do campo. In: **Dicionário da Educação do Campo**. CALDART, R. S. et al. (org.). Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Ed. Expressão Popular, 2012. p. 437-444.

CASTRO, E. G. Fronteiras invisíveis: aproximações e distâncias entre ser jovem no campo e nas cidades no Brasil. In: PINHEIRO, D. et al. (org.). **Agenda Juventude Brasil**: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 61-102.

CHAVES, S. **Dilma**: Governo destina R\$21 bilhões para financiar a agricultura familiar. Geografia, Atualidades e Educação. [s. l.], 2014. Disponível em: <https://profsergiochaves.wordpress.com/2014/02/25/dilma-governo-destina-r-21-bilhoes-para-financiar-a-agricultura-familiar-brasil/>. Acesso em 27/10/2020.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Observatório sobre a criminalidade no campo**. Brasília: [s. n.], 2017. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/estudos/cna_diagnostico_criminalidade_no_cam po_web_0.13770700%201528338327.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

CONTAG. Canal do Trabalhador(a). **Medidas para a agricultura familiar no Plano Safra 2020/2021 não atendem reivindicações da CONTAG**. Canal do Trabalhador(a). Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=14011&mt=1&nw=1>. Acesso em: 28 out. 2020.

COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: rumo à sustentabilidade. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 4-5, out. 2006.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. Paraná. **Criminosos especializados miram máquinas e insumos agrícolas no Paraná**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/criminosos-especializados-miram-maquinas-e-insumos-agricolas-no-parana>. Acesso em: 29 out. 2020.

COSTA, N. T. **O Colégio Agrícola de Francisco Beltrão e os desafios da educação politécnica**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016.

CRUZ, N. A. **A práxis da Escola Família Agrícola: continuidades e permanências na vida do egresso camponês**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

CRUZ, T. P. **Trabalho infantil no cultivo do tabaco e educação escolar: a realidade do município de Prudentópolis – PR**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

DAYRELL, J. T.; CARRANO, P. C. R. Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo. 25ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, **GT 3 Movimentos Sociais e Educação**. Caxambu (MG): 2003.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, J; CARRANO, P; MAIA, C. L. (org). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 101-133.

DE SOUZA, A. L. Movimentos sociais do campo, educação do campo e pedagogia histórico-crítica: algumas problematizações. **Revista Alamedas**, Toledo, v. 6, n. 2, p. 144-155, jul. 2018.

DETOGNI, A. A. **Pedagogia da Alternância e formação do jovem na Casa Familiar Rural de Coronel Vivida – Pr: avanços, limites e desafios**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016: Remuneração: livro 6**. São Paulo: DIEESE, 2017.

EMBRAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mapeamento inédito mostra uso e cobertura do cerrado**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/7808194/mapeamento-inedito-mostra-uso-e-cobertura-do-cerrado>. Acesso em: 14 dez. 2019.

ESTADÃO. Canal Agro. **Acidentes no campo: conheça fatores de risco e formas de prevenção**. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/saude-no-campo/acidentes-no-campo-conheca-fatores-de-risco-e-formas-de-prevencao/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FARIA, A. F.; PREVITALI, F. S. Restruturação produtiva, relações interfirmas e trabalho no setor fumageiro no Brasil a partir da década de 1990. In: ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. Coleção Mundo do Trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 247-268.

FASSÒ, G. Jusnaturalismo. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de política**. 11. ed. v. 1. Brasília: UnB, 1998.

FERNANDES, B. M. et al. **Os usos da terra no Brasil**: debates sobre as políticas fundiárias. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: UNESCO, 2014.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. Análises de experiências brasileiras e latino-americanas de educação do campo. **Educação & Sociedade**. Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, v. 38, n. 140, p. 539-544, 2017.

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. *In*: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 243-258.

FONSECA, A. M. **Contribuições da Pedagogia da Alternância para o desenvolvimento sustentável**: trajetórias de egressos de uma Escola Família Agrícola. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Estatuto da Terra**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-da-terra-1>. Acesso: 21 jul. 2019.

FRANK, A. G. A agricultura brasileira: capitalismo e método feudalismo – 1964. *In*: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FRIGOTTO, G. Desafios históricos e atuais da educação dos trabalhadores. *In*: PALUDO, C. **Campo e cidade em busca de caminhos comuns**. Pelotas, UFPel, 2014. p. 43-64.

GASPARETO, S. A. K.; MENEZES, M. A. As jovens do movimento de mulheres camponesas: construindo projetos de agroecologia e soberania alimentar. *In*: MARIN, J. O. B.; FROELICH, J. M. (org.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Editora UFSM, 2019. p. 233-253.

GIMONET, J. C. Alternância, adolescência e pré-adolescência. Tradução: Thierry de Bughgrave. **Revista da Formação por Alternância**, Brasília, v. 1, p. 5-21, 2005.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, 2008.

GORENDER, J. Apresentação. *In*: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. L.1.

GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In*: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas-SP: UNICAMP, IE, 1996. p. 1-40.

GUTTSCHOW, G. G. **Escola de Iniciação Agrícola de Araquari - Sc**: Criação, Currículos e Formação Profissional (1954-1967). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

HELFAND, S. M.; MOREIRA, A. R. B.; BRESNYAN JÚNIOR, E. W. Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do Censo Agropecuário 2006. *In*: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2014. p. 279-312.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. *In*: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 127-146.

IBGE. Agência IBGE Notícias. **Número de estabelecimentos que usam agrotóxico sobe 20,4%**. 2019. Disponível em: [IBGE. Agência IBGE Notícias. **Em 11 anos, agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**. 2019. Disponível em: \[IBGE. **Brasil em números**. Rio de Janeiro, v. 28, p. 1-492, 2020.\]\(https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho. Acesso em 13 out. 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25790-numero-de-estabelecimentos-que-usam-agrotoxicos-sobe-20-4#:~:text=N%C3%BAmero%20de%20estabelecimentos%20que%20usam%20agrot%C3%B3xicos%20sobe%2020%2C4%25,-Editoria%3A%20Estat%C3%ADsticas%20Econ%C3%B4micas&text=O%20n%C3%BAmero%20de%20estabelecimentos%20que,tipo%20de%20produto%20no%20campo. Acesso em: 16 out. 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

IBGE. **Censo Agropecuário 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, p.1-777, 2006.

IBGE. **Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2000 – 2010 – 2012 – 2014**. Rio de Janeiro, 2017.

INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, DF: FAO/INCRA, 1996.

IPARDES. **Estado do Paraná**: Mapa Regiões Geográficas (Lei Estadual 15.825/08) - Paraná. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.jpg. Acesso em: 03 abr. 2020.

IPEA. **A agricultura no nordeste brasileiro**: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Texto para discussão – Brasília. IPEA, Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba – SP, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013.

KUMMER, R.; COLOGNESE, S. A. Juventude rural no brasil: entre ficar e partir. **Revista Tempo da Ciência**, Toledo, v. 20, n. 39, p. 209-220, 2013.

LARA, M. **Ensino técnico agrícola**: como alunos e professores caracterizam a relação teoria-prática? 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2009.

LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D. Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. In: LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. (org.). **Adolescência em foco**: contribuições para a psicologia e para a educação. Maringá, EDUEM, 2014, p. 15-44.

LUKÁCS, György. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUSTOSA, M. G. O. P. **Reforma agrária à brasileira**: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

MANEJO. In: **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. (org.) 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MARCOCCIA, P. C. P. **Trabalho e desafios à educação do campo na Região Metropolitana de Curitiba**. 2015. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.

MARTINIÁK, V. L. A organização pedagógica das escolas agrícolas: preservação da memória histórica. Linguagens, Educação e Sociedade. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI**, Teresina, ano 19, n. 30. p. 91-108, jan./jun. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/8713-31994-1-PB.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. L.1.

MASCAGNA, G. C.; FACCI, M. G. D. A atividade principal na adolescência: uma análise pautada na psicologia histórico-cultural. In: LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. (org.). **Adolescência em foco**: contribuições para a psicologia e para a educação. Maringá, EDUEM, 2014, p. 45-70.

MASSON, G. Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 2, p. 105-114, jul.-dez. 2007.

MELLO et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. Agricultura em São Paulo. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MENDONÇA, S. R. Ensino Agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961). **Tempo**: Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 139-165, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 27-44.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS. **MPTO participa de reunião online do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos**. Disponível em: <https://mpto.mp.br/portal/2020/06/16/mpto-participa-de-reuniao-online-do-forum-nacional-de-combate-aos-impactos-dos-agrotoxicos-e-transgenicos#>. Acesso em: 26 mar. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Santa Catarina. **Banco da Terra (SC)**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/noticias-sc/2003/201101181632470200-banco-da-terra-sc>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MOREIRA, A. D. et al. Educação do campo e agroecologia: um processo histórico de caminhos e desafios enfrentados para a emancipação de direitos. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista, v. 7, n. 7, p. 3190-3202, maio 2019.

NOGUEIRA, C. M. O sistema de integração da Sadia: integrar desintegrando. In: ANTUNES, R. (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. Coleção Mundo do Trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 279-300.

NOVAES, R. Juventude, religiosidade, territórios e redes sociais: reflexões sobre resultados de pesquisas. In: PINHEIRO, D. et al. (org.). **Agenda Juventude Brasil**: leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 233-264.

PARANÁ. Casa Civil. **Manoel Ribas**. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Manoel-Ribas>. Acesso em: 16 maio 2019.

PARANÁ. Decreto nº 7782 de 1939. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, nº 1984, Ano VIII.

PARANÁ. Lei nº 15.825, de 28 de abril de 2008. Inclui os municípios de Palmas, Clevelândia, Honório Serpa, Coronel Domingos Soares e Mangueirinha na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado do

Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná**. Poder Executivo. Curitiba, n. 7.723, p. 3, 19 mai. 2008. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtoAno.do?actin=exibir&codAto=105&indice=2&anoSpan=2011&anoSelecionado=2007&isPaginado=true>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Educação Profissional**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=611>. Acesso em: 11 mar. 2020.

PARRAS, J. B. O Estatuto da Juventude: Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a. 41, n. 163, p.131-151, jul./set. 2004.

BRASIL ESCOLA PENA. Geografia. **Índice de Gini**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>. Acesso em 18 nov. 2019.

PEREIRA, M. F. R; MARCOCCIA, P. C. P. Subalternização no trabalho e na educação de jovens da agricultura familiar no Primeiro e Segundo Planalto do município da Lapa/Paraná: possibilidades de superação. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 24, p. 1-21, 2019.

PIONTKOVSKY, D.; PIMENTEL, R. M. Trajetórias vividas na Formação Profissional Técnica de Nível Médio: do Ensino Profissional no Brasil às Práticas Pedagógicas da Escola. Agrotécnica Federal de Colatina. In: MERLER, A.; CALIARI, R.; FOERSTE, E. (org.). **Educação do campo: diálogos interculturais em terras capixabas**. Vitória: EDUFES, 2012.

PLANTÃO CIDADE. **Prefeitos da História de Ponta Grossa**. Disponível em: <http://www.plantaodacidade.com.br/novo/prefeitos#>. Acesso em: 27 nov. 2020.

RESILIÊNCIA. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/resiliencia>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, J. Educação Politécnica. In: PEREIRA, I. B.; LIMA J. C. F. (org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

SANTIN, R. **A pedagogia da alternância e os pressupostos da prática docente: ciência da natureza, matemática e suas tecnologias na casa familiar rural**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2015

SANTOS, R. Trabalho e educação entre jovens de 15 a 29 anos residentes no campo: desafios à ampliação da escolaridade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 98, n. 250, p. 596-623, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-596.pdf>. Acesso em 25. fev. 2020.

SCARABELI, V.; FERNANDES, B. M. O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia. **GeoAmbES**, v. 3, p. 35-52, 2020.

SENADO FEDERAL. Senado Notícias. **CCJ aprova mudança no Banco da Terra para beneficiar agricultor familiar**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/04/18/ccj-aprova-mudanca-no-banco-da-terra-para-beneficiar-agricultor-familiar>. Acesso em: 14 nov. 2019.

SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. SILVA, C. J. R. (org.). Brasília: IFRN, 2009.

SOBRAL, F. J. M. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, M. A.; CRUZ, R. A. Educação do campo e escola pública: experiência e resistência. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, a. 1, v.1, n. 3, p. 67-90, set/dez. 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/238480-132474-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/238480-132474-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 16 set. 2019.

SPOSITO; M. P.; TARÁBOLA, F. S. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. **Antônio Delfim Netto**. Disponível em: <https://www.fea.usp.br/economia/pessoas/professores-emeritos/antonio-delfim-netto>. Acesso em: 20 jan. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Colégio Agrícola Estadual Augusto Ribas. **O curso**. Disponível em: <https://www2.uepg.br/caar/o-curso/#page-content>. Acesso em: 11 mar. 2020.

VIEIRA, L. C. **História da Educação Agrícola do sul de Minas Gerais**: a Escola Agrícola de Muzambinho (1948-1985). 2016. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

WANDERLEY, M. N. B. Processos sociais agrários: raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais XX Encontro anual da ANPOCS**. GT17. Caxambu: 1996. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.

WEID, J. M. Agricultura familiar: sustentando o insustentável? **Revista Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 4-7, jul. 2010. Disponível em: <http://aspta.org.br/article/agricultura-familiar-sustentando-o-insustentavel/>. Acesso em: 25. Set. 2020.

WERLANG, R. MENDES, J. M. R. Pluriatividade no meio rural: flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. **Revista Em Pauta**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 38, v. 14, p. 140-163, 2 Semestre de 2016.

ZANOL, S. V.; STROPASOLAS, V. L. Projetos juvenis no contexto da novas ruralidades. *In*: MARIN, J. O. B.; FROEHLICH, J. M. (org.). **Juventudes rurais e desenvolvimento territorial**. Santa Maria: Editora UFSM, 2019. p. 110-132.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)⁴⁴

Título da Pesquisa: O PERFIL DO JOVEM DA AGRICULTURA FAMILIAR DO COLÉGIO AGRÍCOLA AUGUSTO RIBAS.

Pesquisadoras

Prof. Carla Daniele Campos Holetz

Telefone: (042) 998155961

Email: carladholetz@gmail.com

Prof. Orientadora: Dra. Patrícia Correia de Paula Marcoccia

Email: pa.tyleo12@gmail.com

Local de realização da pesquisa

Endereço: Colégio Agrícola Augusto Ribas – Ensino Médio e Profissional –

Email: caar@uepg.br

Alameda Nabuco de Araújo, 469 – Ponta Grossa, Paraná. Fone 32203028 / 32203029

Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Av. Carlos Cavalcanti, 4748. Campus Uvaranas - CIPP - Sala LP107

CEP 84030-900 - Ponta Grossa - Pr

Informações ao Participante

Desde já agradecemos a atenção e participação em nossa pesquisa, onde temos como objetivo geral traçar o perfil do jovem da agricultura familiar do Colégio Agrícola Augusto Ribas. Esta pesquisa está pautada na Resolução 466/2012 de acordo com o CNS (Conselho Nacional de Saúde). Este estudo, ao conhecer os jovens que advêm da agricultura familiar para estudarem no Colégio Agrícola Augusto Ribas, busca compreender quem é esse jovem, bem como quais são seus possíveis objetivos após a conclusão dos estudos na referida instituição de ensino. O critério de inclusão para participação nesta etapa da pesquisa consiste na premissa de que os participantes sejam jovens estudantes do Colégio Agrícola Augusto Ribas provenientes de famílias que participem da agricultura familiar.

Caso você, aceite participar da pesquisa, será necessário:

- Participação numa entrevista a ser agendada posteriormente; as entrevistas serão registradas em arquivo de áudio e posteriormente transcritas para análise, após a transcrição você receberá uma cópia para leitura e validação, para então com a sua autorização iniciar a análise dos dados.

Caso aceite participar saiba que: as informações fornecidas estarão restritas aos registros, produzidos por meio de entrevistas, analisadas e divulgadas via Dissertação e artigos, bem como, em outras pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa. No caso de publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida em absoluto sigilo.

Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade.

A sua participação na pesquisa é voluntária e você pode desistir desta participação a qualquer momento, apenas avisando ao pesquisador esta decisão. Estão garantidas todas as informações que você queira antes, durante e depois do estudo.

⁴⁴ A Elaboração deste documento foi baseado no TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) disponível na Tese de Rodrigo Diego de Souza.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos e relacionados com eventual desconforto relacionado com a falta de conhecimento sobre o tema das questões que lhe serão apresentadas, caso o participante sinta-se constrangido será ressarcido formalmente pelo pesquisador. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por meio de um nome fictício. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão o desenvolvimento de atitudes reflexivas e investigativas, elementos indispensáveis acerca da percepção e enfrentamento de problemas presentes na realidade dos jovens trabalhadores da agricultura familiar.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão as pesquisadoras Carla Daniele Campos Holetz, estudante de mestrado e sua orientadora Patrícia Correia de Paula Marcoccia.

O conteúdo final da investigação estará disponível a você, antes da sua divulgação acadêmica pública. A pesquisa também minimiza qualquer risco a você e ao pesquisador por meio do presente termo.

A pesquisadora Carla Daniele Campos Holetz, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, é a responsável pela coleta de dados e poderá ser contatada no seguinte telefone: (42) 998155961 ou por e-mail: carladholetz@gmail.com, para esclarecimento de eventuais dúvidas a respeito desta pesquisa.

CONSENTIMENTO

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento, compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar direta (ou indiretamente), adicionalmente, declaro ter compreendido, os riscos e benefícios deste estudo. Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Ass. do(a) Participante

____/____/_____
Data de Nascimento

Ass. do(a) Responsável pelo(a)
Participante

____/____/_____
Data de Nascimento

Prof. Carla Daniele Campos Holetz
Pesquisadora, Mestranda PPGE/UEPG

Ponta Grossa, 03 de novembro de 2019.

OBS: Este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa

APÊNDICE B – Questionário – Alunos

QUESTIONÁRIO – ALUNOS

Proposta de entrevista semi-estruturada

Nome: Idade:

Sexo: Estado civil:

Cidade: Comunidade:

Como se auto-declara em relação à cor/raça:.....

Série que cursa:

Onde você nasceu?

Há quanto tempo reside no campo?

Você frequenta alguma igreja?

() Não

() Sim. Qual?

RESIDÊNCIA E MOBILIDADE:

Como vive?

() Mora com os pais

() Mora Sozinho/a

Moradia: () Própria

() Alugada

Qual o meio de locomoção para cidade?

() Animal

() Carro da família

() Outros

() Bicicleta

() Ônibus

() Carro próprio

() Motocicleta

Com que frequência vocês se deslocam à cidade? Quais as atividades que mais realizam no meio urbano?

DADOS FAMILIARES:

1. Quantas pessoas formam o núcleo familiar?
2. Quantos da família trabalham: Renda familiar?
3. Quais as limitações/dificuldades da reprodução econômica da sua família? Tem irmãos? Quantos?
4. Quais as principais fontes de renda da família? Cite até três, por ordem de importância.
5. Seus pais são proprietários de terra? 1- sim () 2- não ()
6. E seus avós? 1- sim () 2- não ()
7. O que vocês acham do trabalho dos seus pais?
8. Tamanho da renda familiar e tempo de residência no local (em anos)
9. A renda da produção doméstica participa com quanto na renda total da família?
10. Quantos aposentados ou pensionistas residem no mesmo domicílio?
11. Sua família recebe bolsa-família?
12. A bolsa-família participa com quanto na renda total da família?

ESCOLA:

13. Sua escola anterior era urbana ou do campo?
14. Você já foi reprovado na sua vida escolar? Quantas vezes? Em que séries?
15. Quantas horas por semana, aproximadamente, você estuda fora da escola?
16. Você considera a escola importante para a sua vida futura?
17. Você vê alguma relação entre o seu estudo e o seu trabalho? Qual?
18. Deixou de estudar durante algum tempo na sua vida? Se sim, por quanto tempo? Em que série(s)? Por que motivo? O seu trabalho dificulta sua frequência à escola? É frequente suas faltas na escola por questão de incompatibilidade de horário com o trabalho?

19. O conteúdo que você aprende na escola tem alguma relação com o que você executa no seu trabalho? O que você aprende na escola contribui para sua vivência rural?
20. Como os colegas da cidade que estudam com você compreendem a vida no campo?
21. Além das idas à escola, quais outras atividades você costuma desempenhar na cidade? (Lazer, compras, visitar amigos, etc.)
22. Você gosta de frequentar a escola? ☐ sim ☐ não
23. Você se considera um aluno: ☐ Bom ☐ Regular ☐ Com dificuldades
24. Você tem tempo para se alimentar antes de ir para a escola? A merenda escolar satisfaz as suas necessidades?
25. Teria interesse em cursar um curso técnico ou uma faculdade? Qual curso?
26. O desejo de qualificação para além do Ensino Médio seria para aplicar a aprendizagem no trabalho rural ou para buscar alternativas de vida em espaços urbanos?
27. Qual profissão os seus pais gostariam que você tivesse?
28. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos na escola do campo?
(NÃO SE APLICA A TODOS)
☐ contratação de professores.
☐ falta de infraestrutura física.
☐ falta recursos financeiros.
☐ formação de professores.
☐ o prefeito do município não tem contribuído, valorizado e cumprido a LDB 9394/96
29. Qual o nível de escolaridade que você acha que tem que ter para trabalhar?
☐ 1ª a 4ª – série. ☐ 5ª a 8ª – série.
☐ Ensino Médio. ☐ Ensino Médio Profissionalizante.
☐ Ensino Superior.
30. Qual a sua avaliação da sua escola?
☐ Excelente ☐ Boa ☐ Regular ☐ Ruim
☐ Péssima ☐ Como é esse ambiente?
31. Na sua opinião, a escola que você frequenta prepara as pessoas para viverem no campo?
32. O que você mudaria na sua escola para melhorá-la?
33. A Escola do campo deveria ser necessariamente profissionalizante? Sim, não? Por quê?
(NÃO SE APLICA A TODOS)
34. Que conteúdos trabalhados nas disciplinas foram/são importantes em sua vida?
35. Em quais escolas você estudou o Ensino Fundamental / Ensino Médio? Qual a localização?
36. Se após o Ensino Médio você for para a cidade estudar, quando concluir os estudos na cidade, pretende voltar para o campo? Justifique.
37. Vocês participam de algum curso de formação ligado à movimento social ou sindical?
38. Você participa de algum conselho ou organização juvenil?
39. Na sua opinião, as condições de vida no campo:
1 ☐ estão melhorando 2 ☐ está piorando 3 ☐ não tem se modificado
40. Quais os planos em relação ao seu futuro profissional?
1 ☐ Morar e trabalhar no campo
2 ☐ Morar e trabalhar na cidade
3 ☐ Morar no campo e trabalhar na cidade
4 ☐ Morar na cidade e trabalhar no campo
5 ☐ Estudar e trabalhar no campo
6 ☐ Estudar e trabalhar na cidade

41. Dentre os itens abaixo numere por ordem de importância (de 1 a 3) os 3 itens que para você são os maiores problemas da vida no campo:
- 1 () Baixa remuneração
 - 2 () Ausência de infraestrutura de saúde
 - 3 () Dificuldade de acesso ao estabelecimento de ensino
 - 4 () Falta de opções de lazer
 - 5 () Trabalho permanente (sem folgas).
 - 6 () Não ter propriedade de terra
 - 7 () Dificuldade de acesso a créditos e financiamentos para novas atividades produtivas na propriedade da sua família
 - 8 () Falta de acesso a opções culturais (cinema, teatro, biblioteca, livrarias)
 - 9 () Outro. Qual?
42. Dentre os itens abaixo numere por ordem de importância (de 1 a 3) os 3 itens que para você são as maiores vantagens da vida no campo:
- 1 () Vida saudável
 - 2 () Lazer barato e de fácil acesso
 - 3 () Convívio familiar (as pessoas trabalham e vivem no mesmo lugar)
 - 4 () Amizade e solidariedade da comunidade
 - 5 () Custo de vida mais baixo
 - 6 () Segurança (baixa criminalidade)
 - 7 () Contato com a natureza
 - 8 () Flexibilidade de horários
 - 9 () Outro. Qual?

QUESTÕES SOBRE O TRABALHO E RENDA DO JOVEM DA AGRICULTURA FAMILIAR:

1. Você trabalha na agricultura? Se sim, como se sente trabalhando nessa atividade?
2. Como é o seu trabalho na propriedade? O que você costuma fazer?
3. Como você vê a agricultura familiar hoje no Brasil?
4. Como você vê a questão do agronegócio?
5. Qual o seu entendimento de Agroecologia?
6. Sua família lhe apoia quando você deseja introduzir uma atividade nova na propriedade?
7. Seus pais costumam conversar com você e seus irmãos sobre a sucessão na propriedade? Se sim, como são as conversas?
8. Quais as atividades que você desenvolve na propriedade?
() Manejo () Administrativa () Outras.
9. Você julga que as atividades desenvolvidas podem trazer consequências de saúde posteriormente?
10. O trabalho que você desempenha exige muitas habilidades técnicas? A qualificação para executar o serviço é custeado por quem?
11. Você se sente feliz realizando tais atividades?
12. Como você vê as oportunidades de trabalho e transição para a vida adulta para os jovens da cidade e os jovens do campo? Há diferenças?
13. Que futuro você deseja na agricultura familiar?
14. Você deseja mudar de profissão? Se sim, para qual profissão mudaria e por que?
15. Você recebe alguma remuneração específica para realizar estas atividades?
() Não () Sim

16. Qual o valor?
17. Você trabalha apenas na propriedade da família ou executa algum outro tipo de trabalho?
18. Sua renda é utilizada para quais finalidades?
19. Alguns estudos apontam que a maioria dos jovens tem deixado a área rural e/ou o trabalho na agropecuária. Em sua visão, quais os motivos têm provocado esta saída?
20. Quantas pessoas atualmente trabalham na propriedade? Tem algum empregado?
21. A renda gerada na propriedade é suficiente para o sustento da família?
22. Além da renda da propriedade existe algum outro tipo de renda? Trabalho em atividade não agrícola? Aposentadorias, emprego na cidade, etc.
23. Seu auxílio no trabalho vem mudando com o passar dos anos? Você assumiu atribuições de maior responsabilidade?
24. Na tua família todos participam das atividades no campo? Existe diferença na divisão de atividades entre homens e mulheres?